

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS
2012

Rentipar Financeira - SGPS, S.A.

Rentipar Financeira - SGPS, S.A.

Sede Social: Avenida Barbosa du Bocage, 85 – 5º 1050-030 Lisboa

Número único de Matricula e Pessoa Colectiva: 502 176 881

Capital Social: 135.000.000,00 Euros

10
43 d PC
1000

ÍNDICE

⇒ Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

I.	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	5
II.	ACTIVIDADE DA RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A. E DAS SUAS PARTICIPADAS EM 2012	13
II.1	RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.	15
II.2	BANIF – GRUPO FINANCEIRO EM 2012	16
	EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE EM 2012	16
	PLANO ESTRATÉGICO – PRINCIPAIS PRIORIDADES	18
	PLANO DE RECAPITALIZAÇÃO	20
	BANCA COMERCIAL DOMÉSTICA	22
	Actividade Comercial na Região Autónoma da Madeira	22
	Actividade Comercial na Região Autónoma dos Açores	23
	Actividade Comercial no Norte	25
	Actividade Comercial no Sul	27
	Área Internacional	29
	RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO VENCIDO E EM CONTENCIOSO	29
	GESTÃO FINANCEIRA	30
	GESTÃO DE RISCOS	31
	BANCA COMERCIAL INTERNACIONAL	77
	Banif Bank (Malta)	77
	Banif Brasil	79
	Banco Caboverdiano de Negócios	81
	BANCA DE CRÉDITO ESPECIALIZADO	82
	BANCA DE INVESTIMENTO E GESTÃO DE ACTIVOS	86
	GESTÃO IMOBILIÁRIA	90
	SEGUROS	94
II.3	RENTICAPITAL – INVESTIMENTOS FINANCEIROS, S.A.	98
III	ANÁLISE ÀS CONTAS SEPARADAS E CONSOLIDADAS	99
IV	FACTOS RELEVANTES	105
V	PERSPECTIVAS FUTURAS	106

VI	PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	108
VII	NOTAS FINAIS	108
⇒	Anexos ao Relatório do Conselho de Administração	111
VIII	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	114
1.	Demonstrações Financeiras Separadas	114
1.1	Balanço	114
1.2	Demonstração de Resultados	115
1.3	Demonstração do Rendimento Integral	116
1.4	Demonstração de Variações em Capital Próprio	117
1.5	Demonstração de Fluxos de Caixa	118
1.6	Anexo às Demonstrações Financeiras	119
2.	Demonstrações Financeiras Consolidadas	138
2.1	Balanço Consolidado	138
2.2	Demonstração de Resultados Consolidados	139
2.3	Demonstração do Rendimento Integral Consolidado	140
2.4	Demonstração de Variações em Capitais Próprios Consolidados	141
2.5	Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidados	142
2.6	Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas	143
	Relatório Anual e Parecer do Conselho Fiscal	249
	Certificação Legal das Contas	251
	Certificação Legal das Contas Consolidadas	254

3


MENSAGEM AOS ACCIONISTAS

O ano de 2012 fica marcado como um ano de transição na nossa participação no Banif – Grupo Financeiro. Esta transição materializou-se na eleição de um novo Conselho de Administração, ao qual foi atribuída uma missão clara: iniciar uma nova estratégia que permita ao Grupo adaptar-se às transformações que o sector conhece e a um novo enquadramento económico e financeiro. Das novas exigências de capital impostas pelo regulador, na sequência da assinatura do Plano de Assistência Económica e Financeira (PAEF) por parte do Estado Português, resultou a necessidade de recapitalizar o Grupo recorrendo a fundos públicos no âmbito da linha de financiamento prevista naquele Plano.

A evolução da economia portuguesa e as metas constantes do PAEF, nomeadamente as relacionadas com a necessidade de desalavancagem do sistema financeiro, impuseram uma nova definição estratégica, focada na adequação da estrutura de custos, num renovado enfoque comercial e na reavaliação das operações internacionais. A nova estratégia passa por ajustar o modelo de criação de valor, trabalhando no sentido de criar uma estrutura mais flexível e mais eficiente, otimizada e completamente focada nos sectores e nos segmentos em que o Grupo pode apresentar uma proposta competitiva e diferenciada. Deste processo destaca-se, já no final de 2012, a fusão da Banif SGPS no Banif SA, tornando-se o Banco a instituição de topo do Banif – Grupo Financeiro.

O Grupo tem sabido superar as dificuldades e os obstáculos que tem enfrentado ao longo dos 25 anos de existência. Tal só tem sido possível pela forte solidez da marca Banif, pela forte cultura da instituição, baseada em valores partilhados, e pela qualidade dos seus colaboradores. São estas forças que nos permitirão continuar a ser uma entidade de referência no sistema financeiro português.

O Presidente do Conselho de Administração



Dr. Fernando José Inverno da Piedade

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Exmos. Senhores Accionistas,

De acordo com a Lei e com os Estatutos da Sociedade, submetemos à vossa apreciação e aprovação o Relatório e Contas individuais e consolidadas da Rentipar Financeira – SGPS, S.A. ("Rentipar Financeira"), relativos ao exercício de 2012.

I. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

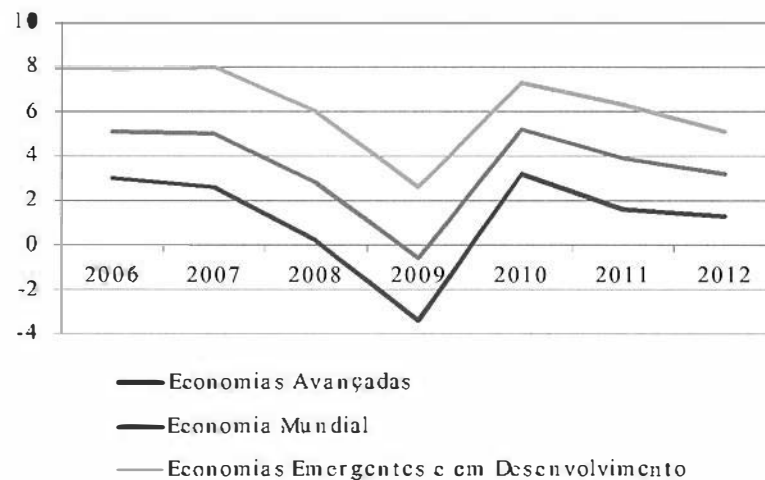
CONJUNTURA INTERNACIONAL

A economia mundial registou um abrandamento da actividade em 2012, confirmando que o processo de recuperação da crise económica e financeira se está a processar de forma muito gradual e desigual entre os vários blocos económicos. De acordo com o FMI¹, a economia mundial terá crescido 3,2% em 2012, abaixo do crescimento de 3,9% registado em 2011. Este abrandamento foi comum para conjunto das economias desenvolvidas, que terão crescido 1,3% em 2012 face a 1,6% em 2011, e para as economias dos mercados emergentes e em desenvolvimento, cujo crescimento se terá cifrado em 5,1% em 2012, face a 6,3% registado em 2011. Apesar do abrandamento geral, a economia global continua a apresentar um padrão muito desigual, com as economias dos mercados emergentes e em desenvolvimento a serem o motor do crescimento, onde a margem de manobra dos instrumentos de política monetária e orçamental terão permitido ultrapassar o impacto negativo da forte redução do crescimento das economias desenvolvidas, em particular na Zona euro, que no seu conjunto terá registado um crescimento negativo em 2012 (-0,5%) e no Japão e no Reino Unido, economias que terão terminado o ano em recessão.

¹ FMI, World Economic Outlook Update, 23 de Janeiro de 2013

5
Handwritten signature and initials in the bottom right corner.

Taxas de crescimento dos principais blocos económicos



Fonte: FMI, World Economic Outlook Update, Janeiro de 2013

Ao longo de 2012, no entanto, o desempenho económico foi muito afectado por períodos de elevado aumento da incerteza e instabilidade financeira. No início do ano, em resultado da estabilização das condições financeiras na zona euro, na sequência das duas operações de refinanciamento a longo prazo do sector bancário levadas a cabo pelo BCE, o crescimento da economia global surpreendeu pela positiva, tendo ascendido, de acordo com o FMI², a 3,6%. Durante este período, o comércio internacional recuperou em paralelo com a produção industrial, o que beneficiou as nações exportadoras, sobretudo na Ásia. Neste continente, assistiu-se igualmente a uma recuperação da queda temporária de actividade provocada pelas interrupções na cadeia de produção na sequência das cheias na Tailândia, no final de 2011, e por uma recuperação mais forte que o antecipado da procura interna no Japão.

No 2º trimestre, no entanto, a situação económica agravou-se, sobretudo em consequência da escalada das tensões nos mercados financeiros, desencadeada por incertezas políticas e financeiras na Grécia, que resultaram de um processo eleitoral incapaz de clarificar a situação daquele país face ao cumprimento dos compromissos internacionais, pelos problemas no sector bancário em Espanha e por dúvidas crescentes sobre a capacidade dos vários governos na zona euro serem capazes de obter os resultados necessários em matéria de consolidação orçamental e de reformas estruturais, assim

² FMI, World economic Outlook, Spring 2012

6
+ 10
37
d 12

como a instalação de dúvidas crescentes sobre a disponibilidade de ajuda por parte dos países credores.

A escalada das tensões manifestou-se de forma similar a episódios anteriores, envolvendo a saída de capitais dos países afectados, em particular Grécia, Espanha e Itália (através da venda de dívida em mercado e da saída de depósitos) e do consequente aumento das taxas de juro da dívida e das responsabilidades dos respectivos bancos centrais junto do sistema *Target 2*. Registou-se durante este período um aumento generalizado das volatilidades implícitas nos diferentes segmentos de mercado e uma subida dos diferenciais entre as taxas de rendibilidade das obrigações de dívida pública dentro da área do euro. Verificou-se igualmente uma queda dos principais índices accionistas, em particular do sector bancário, e uma depreciação do euro em termos nominais efectivos.

A necessidade de estancar estes episódios de extrema aversão ao risco, provocada pela relação estreita entre risco soberano e o sector bancário na área do euro, reforçou a ideia de que a saída para a crise passaria por um aprofundamento da integração europeia, nomeadamente com a criação da União Bancária. Neste sentido, o Conselho Europeu decidiu, no final de Junho, iniciar o processo tendente à criação de uma União Bancária proposta no relatório dos 4 presidentes (do Conselho Europeu, da Comissão europeia, do Eurogrupo e do BCE), com o objectivo de restaurar a confiança no sector financeiro em geral e, dessa forma, promover uma maior integração financeira e assegurar um fluxo adequado de crédito à economia real.

Já no final do Verão, o presidente do BCE reforçou a ideia de que a solução para a crise do euro passaria por um maior grau de integração europeia e afirmou que a área do euro é irreversível. Neste contexto, o presidente garantiu que o BCE fará o que for necessário para salvaguardar a estabilidade do euro, ao que se seguiu o anúncio de um novo programa de compra de dívida soberana em mercado secundário (programa TMD – Transacções Monetárias Definitivas), após a reunião do Conselho do BCE no início de Agosto. Os mercados financeiros reagiram positivamente a este anúncio, assistindo-se a uma redução das taxas de rendibilidade da dívida pública dos países sob pressão e a uma subida dos principais índices accionistas no derradeiro trimestre do ano, em especial dos bancos. Esta melhoria do sentimento também impactou sobre o valor externo do euro, que inverteu a tendência de depreciação nominal efectiva registada desde o início do ano.

Esta remoção da incerteza em tomo da viabilidade do euro, proporcionada pela intervenção do BCE, provocou uma melhoria nos mercados financeiros internacionais, patente na evolução positiva da generalidade dos indicadores de risco, na valorização dos principais índices accionistas e na redução das yields da dívida pública e privada.

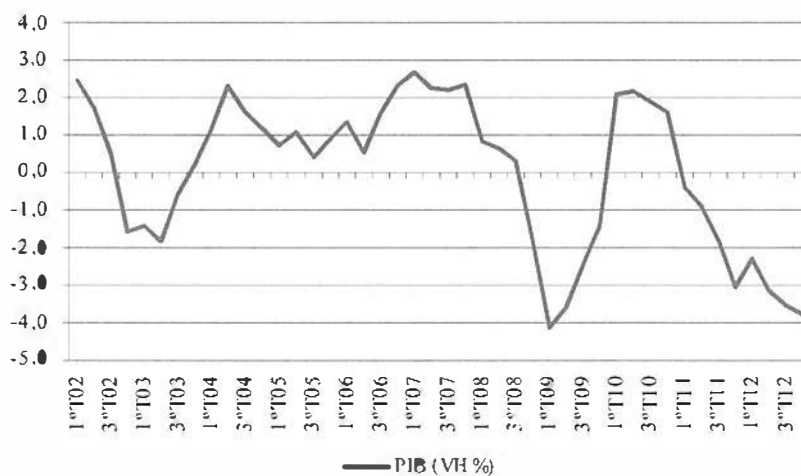
Handwritten signature and initials in the bottom right corner. The signature appears to be 'J. D.' followed by a large flourish. To the right of the signature are the initials 'ML' and 'BCH'.

CONJUNTURA NACIONAL

A economia nacional continua enquadrada e condicionada pelo cumprimento das metas acordadas no plano de financiamento com a União Europeia, os países da Zona Euro e o FMI, o qual pressupõe um processo de ajustamento que se deverá caracterizar, em traços gerais, pela conjugação dos processos de consolidação orçamental e de desalavancagem do sector privado. A sua concretização está a ser particularmente exigente, não só porque decorre num enquadramento económico e financeiro internacional adverso, mas também pela persistência de um conjunto de fragilidades estruturais que contribuem para um baixo crescimento da produtividade tendencial em Portugal.

De acordo com o INE, o PIB em Portugal registou uma queda de 3,2% em 2012, após uma diminuição de 1,7% no ano anterior, resultado de um contributo muito negativo da procura interna, apesar de um assinalável contributo positivo das exportações. Esta evolução negativa, que se verifica desde 2010, acentua o diferencial negativo entre as taxas de crescimento do PIB de Portugal e da Zona Euro, continuando a observar-se um processo de divergência real face aos níveis de rendimento *per capita* médios da UE.

Evolução do PIB (variação homóloga, em %)



Fonte: INE

O contributo negativo da procura interna deveu-se à forte contracção do consumo privado e do investimento empresarial. O consumo privado tem sido afectado pela deterioração do sentimento e das expectativas dos agentes económicos e pelas dificuldades de financiamento externo da economia, no quadro da crise da dívida soberana na Zona Euro.

8
ID
8
PC
PC
24
1

De acordo com o Banco de Portugal, o consumo privado, depois de ter registado uma queda de 4,0% em 2011, deverá apresentar uma diminuição ainda mais significativa em 2012 (5,8%), visível tanto na componente de bens duradouros como na componente de bens correntes. No que respeita aos bens duradouros, estes deverão voltar a registar uma queda muito pronunciada em 2012 (-22,9% o que eleva para 38% a diminuição acumulada desde 2011), enquanto o consumo corrente de bens e serviços deverá registar uma queda significativamente superior à observada no ano anterior (-4,2% face a -2,2% em 2011), sendo particularmente vincada na componente não alimentar.

A forte redução do consumo privado resulta de um processo de correcção de uma trajectória insustentável de crescimento deste agregado desde finais da década de 90 e é essencialmente estrutural, reflectindo a ocorrência simultânea de 3 factores:

- i. a redução real do rendimento disponível, factor primordial nas decisões de consumo das famílias, que foi entendida em grande medida como permanente. A significativa diminuição do rendimento disponível em termos reais resulta do impacto das medidas de consolidação orçamental, em particular a suspensão parcial dos subsídios de férias e de natal dos funcionários públicos, afectando igualmente o sector público empresarial, o agravamento da tributação directa e indirecta e o aumento do preço de alguns bens e serviços sujeitos a regulação;
- ii. a incerteza quanto ao rendimento futuro, motivada pela contínua deterioração estrutural da situação no mercado de trabalho e das expectativas quanto à evolução da situação económica, o que conduziu ao aumento da poupança por motivos de precaução por parte das famílias;
- iii. o aumento na restritividade no acesso a novo crédito, que aumenta as restrições de liquidez das famílias.

Em consequência destes factores, a queda do consumo privado nominal em 2012 deverá ter sido de dimensão superior à do rendimento disponível das famílias, pelo que se deverá ter registado um aumento da taxa de poupança das famílias em 2012.

No que respeita ao consumo público, o comportamento foi muito similar ao do consumo privado, dada a natureza pró-cíclica da política orçamental. No quadro da consolidação orçamental, o consumo público em termos reais terá registado uma redução em 2012 (-3,9% em 2012 após -3,8% em 2011). Esta redução é extensível às despesas em bens e serviços, traduzindo em particular a evolução do consumo intermédio, às prestações sociais em espécie, bem como à diminuição das despesas com pessoal. Os efeitos da queda do consumo público sobre a actividade económica são significativos, já que a redução das despesas com pessoal tem como resultado a redução do rendimento dos funcionários públicos, o que contribui para a queda do consumo privado, enquanto a redução das

9
SD
PK
PK
PK
PK

prestações sociais em espécie implica uma quebra do rendimento que as famílias dispõem para consumir em bens privados. A redução do consumo de bens e serviços por parte das administrações públicas tem também impacto sobre o universo das empresas que operam nesses mercados, acentuando a contracção da actividade.

No que respeita ao investimento, a FBCF deverá voltar a registar uma evolução muito negativa em 2012, em particular o investimento empresarial. A FBCF deverá apresentar em 2012 uma queda pelo quinto ano consecutivo, acumulando uma diminuição de cerca de 35% neste período. De acordo com o Banco de Portugal, a queda da FBCF deverá ter-se situado em 14,9% em 2012, acima da queda verificada no ano anterior. À semelhança do observado em 2011, a contracção em 2012 é partilhada tanto pela componente pública, associada ao processo de consolidação orçamental, como pela componente privada.

Quanto ao investimento público, o processo de consolidação em curso originou uma contracção acumulada superior a 45% desde 2011 e é previsível que continue a condicionar a evolução desta componente nos próximos anos.

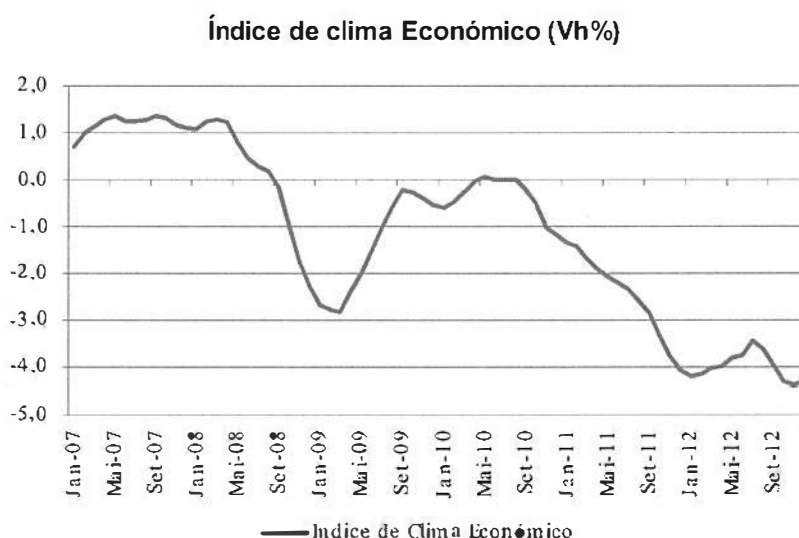
O investimento em habitação deverá ter registado uma queda de quase 20% em 2012, acumulando uma redução superior a 60% desde o início da década de 2000, após o significativo dinamismo registado na segunda metade da década de 90.

Por sua vez, a FBCF empresarial deverá registar uma diminuição de cerca de 12% em 2012, após quedas em tomo de 9% nos anos anteriores (em termos acumulados, regista-se uma redução superior a 30% desde 2009). A evolução do investimento empresarial está a ser condicionada por factores de natureza cíclica e estrutural, de entre os quais:

- i. a deterioração das expectativas quanto à evolução da procura interna e a redução da confiança dos empresários, num ambiente de elevada incerteza e de baixa utilização da capacidade produtiva na indústria;
- ii. o acesso ao financiamento por parte das empresas, cujo impacto poderá vir a revelar-se mais importante à medida que a subutilização dos factores produtivos se reduzir, podendo condicionar a recuperação do investimento;
- iii. a previsibilidade do sistema fiscal e o nível de qualificação da mão-de-obra, pela sua complementaridade com o investimento em capital físico, e o quadro institucional existente, em particular ao nível da flexibilidade dos mercados.

A queda do investimento nos últimos anos tem consequências gravosas para a recuperação económica dado o papel essencial do investimento para o crescimento potencial da economia. Sem

aumento do investimento não será possível repor a obsolescência do stock de capital, não permitindo aumentos sustentados no nível de produtividade e, consequentemente, no nível de vida dos portugueses.



Fonte: INE

As exportações de bens e serviços deverão registar um abrandamento em 2012, num contexto de deterioração da actividade económica global, nomeadamente nos principais parceiros comerciais de Portugal, em particular a Zona Euro.

A estimativa do BdP aponta para um aumento em volume das exportações de bens e serviços de 6,3%, após um crescimento de 7,5% no ano anterior, o que se encontra consideravelmente acima do esperado para a área do euro. Não obstante esta desaceleração, as exportações de bens e serviços deverão continuar a crescer substancialmente acima da procura externa dirigida à economia portuguesa o que reflecte um aumento da quota de mercado das exportações portuguesas.

O aumento expressivo da quota de mercado das exportações portuguesas (de 6% em 2012 e cerca de 4% em 2011) reflecte o esforço de procura de novos mercados por parte das empresas portuguesas de bens transaccionáveis e também a continuada diminuição dos custos unitários do trabalho relativos, que já corrigiram a apreciação real acumulada desde o início da participação na Zona Euro.

O crescimento em volume das exportações em 2012 deverá reflectir, em grande medida, o aumento das exportações de bens que registaram, de acordo com o INE, uma taxa de variação ligeiramente inferior à observada no ano anterior (5,8% em 2012 face a 8,0% em 2011). Esta evolução determinou um desagravamento do défice da balança comercial no montante de 533,7 milhões de euros. A taxa de

Handwritten signatures and initials:
17
22
per DL

cobertura situou-se em 81,2%, o que corresponde a uma melhoria de 3,2 p.p. face à taxa registada no mesmo período do ano anterior. As exportações de serviços, por seu turno, deverão registar uma forte desaceleração em 2012, em parte devido ao comportamento da componente outros serviços.

A trajectória de desaceleração das exportações nominais de bens iniciada no final do ano passado foi visível na generalidade dos produtos, com excepção dos produtos de média-baixa tecnologia. Neste último caso, assistiu-se a crescimentos muito acentuados no final de 2011 e início de 2012, reflectindo em particular as exportações de combustíveis, nomeadamente para os Estados Unidos e Espanha.

Por áreas geográficas, de salientar a manutenção do processo de diversificação geográfica das exportações. Ao nível intracomunitário, as exportações prosseguiram a tendência de abrandamento observada ao longo de 2011 e que se intensificou no início de 2012, tendo as expedições aumentado 1% em termos homólogos acumulados, em Dezembro. Esta desaceleração foi particularmente marcada nos principais parceiros comerciais de Portugal pertencentes à Zona Euro, com destaque para Espanha, que regista taxas de variação negativas, e a Alemanha, reflectindo sobretudo a evolução muito desfavorável das exportações de "Veículos e outro material de transporte". Ao nível extracomunitário, as exportações de bens mantiveram o ritmo de crescimento muito forte, que se tem traduzido num aumento da sua importância nas exportações portuguesas. Em 2012 as exportações para os países terceiros aumentaram 19,8% face a 2011, em resultado das subidas registadas em "Metais comuns" e em "Máquinas e aparelhos". De entre os países de destino extracomunitários, saliente-se a aceleração das exportações para os PALOP, nomeadamente para Angola, e referentes a produtos de média-alta tecnologia, bem como o aumento expressivo das exportações para os Estados Unidos, em resultado da evolução das exportações de combustíveis. Destaque-se também o comportamento das exportações para a China, em particular de "Veículos e outro material de transporte", com crescimentos muito significativos desde o final de 2011, o que se tem traduzido num aumento assinalável do respectivo contributo para o crescimento das exportações.

No que respeita ao turismo, o enquadramento externo mais desfavorável motivou um abrandamento em 2012 (crescimento em volume inferior a 6% após um aumento de 7,3% em 2011). No conjunto dos primeiros oito meses do ano, as dormidas de não residentes em estabelecimentos hoteleiros em Portugal registaram um aumento de 3,8%, após um crescimento de 10,1% no conjunto do ano de 2011. Esta desaceleração reflecte em grande medida a evolução desfavorável dos fluxos de turistas provenientes de Espanha e Reino Unido, apenas parcialmente mitigada por um acréscimo de turistas da Alemanha e Dinamarca. Relativamente às exportações de outros serviços, é projectada uma pronunciada desaceleração em 2012 (após uma taxa de variação de 5,6%, em termos reais, em 2011), em linha com o observado na primeira metade do ano. Este comportamento é relativamente transversal em termos de tipo de serviço e de país de destino.

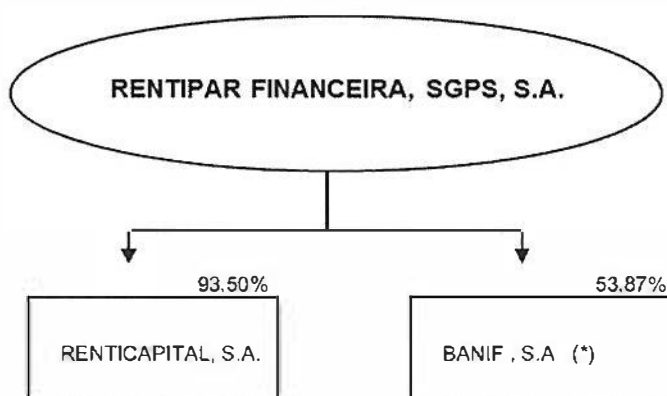
As importações de bens e serviços tiveram a sua evolução condicionada pelo desempenho das várias componentes da procura interna. De acordo com INE, o volume de importações de bens registou em 2012 uma queda de 5,4%, após uma redução de 5,3% em 2011. Esta evolução está em linha com a queda da procura global ponderada, em particular de algumas componentes da procura com elevado conteúdo importado, como o consumo de bens duradouros e a FBCF em máquinas e material de transporte. Por blocos regionais, verificou-se uma queda das importações intra-EU (-7,9%), enquanto as importações extra-EU registaram uma ligeira subida de 1,4%.

Em relação aos serviços, as importações nominais registaram uma diminuição, em termos homólogos, de 8,0% nos primeiros oito meses do ano, após um aumento de 5,0% em 2011. À semelhança do observado no ano anterior, deverá registar-se uma redução da taxa de penetração das importações na procura global em 2012, em linha com a evolução habitual em períodos de contracção da actividade económica.

II. ACTIVIDADE DA RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A. E DAS SUAS PARTICIPADAS EM 2012

Apresenta-se seguidamente o diagrama de participações financeiras detidas pela Rentipar Financeira em 31 de Dezembro de 2012.

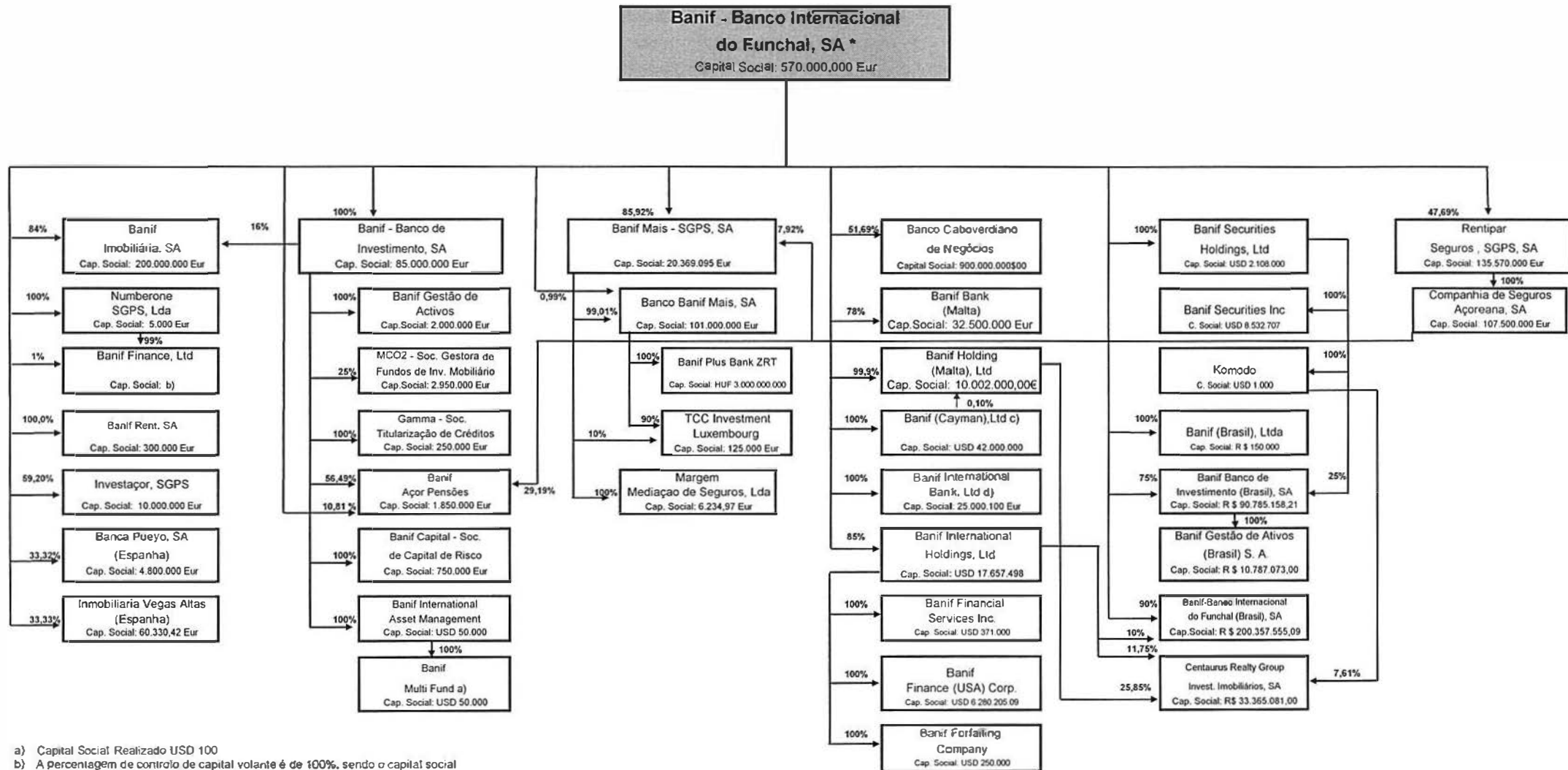
Diagrama em 31 de Dezembro de 2012



* Ver o diagrama do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. disponível na pág. 14

BANIF - GRUPO FINANCEIRO DIAGRAMA DE PARTICIPAÇÕES

31-12-2012



a) Capital Social Realizado USD 100

b) A percentagem de controlo de capital volante é de 100%, sendo o capital social constituído por: 100.000 acções ordinárias de valor nominal unitário de USD 1 e acções preferenciais sem voto:

50.000 acções-USD 0,01/acç o e 68.517 acções-EUR 0,01/a ção.

c) A percentagem de controlo de capital volante é de 100%, sendo o capital social constituído por: 26.000.000 de acções ordinárias de valor nominal USD 1 e 18.000.000 de acções preferenciais sem voto, de valor nominal de USD 1.

d) A percentagem de controlo de capital volante é de 100%, sendo o capital social constituído por: 25.000.000 de acções ordinárias de valor nominal unitário de EUR 1,00 e 10.000 acções preferenciais com o valor nominal unitário de EUR 0,01.

* Foram consideradas as sociedades com maior relevância para o Grupo

II.1. – RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

Durante o exercício de 2012, a Rentipar Financeira prosseguiu, em particular, a sua política de concentração, desenvolvimento e rentabilização dos investimentos no sector financeiro potenciado pelo aproveitamento das sinergias entre as empresas participadas, sendo de destacar os seguintes factos:

- Gestão da participação accionista directa de 53,87% no capital do Banif, S.A., sendo-lhe imputável 59,74 % dos direitos de voto (nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários). O Banif, S.A. é a *holding* do denominado Banif - Grupo Financeiro, o qual inclui várias sociedades que actuam no sector financeiro e de seguros, cuja estrutura e composição se encontra mencionada no diagrama apresentado adiante. Em Dezembro de 2012 concretizou-se a fusão, por incorporação, da Banif SGPS, SA (anterior holding) no Banif, SA, tendo o registo definitivo desta operação ocorrido em 17 de Dezembro de 2012;
- Redução do montante de financiamentos durante 2012 no montante de cerca de 59,5 milhões de euros, resultante dos reembolsos parciais de dois financiamentos bancários no montante de 9,5 milhões de euros e da segunda metade de um empréstimo obrigacionista emitido em final de 2008, no montante de 50 milhões de euros, tendo o primeiro reembolso de igual montante ocorrido no final de 2011, todos contratualmente definidos;
- No que respeita à participada Renticapital, S.A. onde a Rentipar Financeira detém uma participação de 93,5% do respectivo capital social, face às dificuldades de tesouraria existentes, foi deliberado pelos accionistas a conversão, reportada ao início de 2012, de um montante de € 42 milhões de suprimentos remunerados em prestações acessórias não remuneradas, já que a sociedade não gera fundos suficientes, nem tem fontes alternativas de financiamento que lhe permita pagar os eventuais juros calculados sobre aquele montante;
- Concessão de apoios financeiros à Renticapital, S.A. através de prestações acessórias de capital, não remuneradas e operações de suprimentos, remuneradas, as quais permitiram em 2012 a obtenção de proveitos financeiros de 80 mil euros, contra 978 mil euros em 2011, sendo a razão da redução entre anos, explicada pela operação descrita no parágrafo anterior;
- Em 31 de Dezembro de 2012, o Conselho de Administração formalizou a versão final do *Secured Subscription Commitment*, conjuntamente com a Companhia de Seguros Açoreana, S.A., mediante o qual ambas se comprometem a subscrever solidariamente até 75 milhões de

euros no âmbito do aumento de capital social de € 450.000.000,00 do Banif, S.A., o qual deverá ocorrer até ao final do primeiro semestre de 2013. Este compromisso inscreve-se na fase privada do Plano de Recapitalização do Banif, S.A., tendo sido considerado, para o Estado Português, uma condição prévia e essencial para a aprovação do Plano de Recapitalização, a qual ocorreu na assembleia geral de accionistas do Banif, S.A. realizada em 16 de Janeiro de 2013;

- Manutenção e actualização de um sítio na *Internet* com informação sobre o Grupo Rentipar - www.rentipar.pt.

II.2 BANIF – GRUPO FINANCEIRO EM 2012

EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE EM 2012

O ano de 2012 revelou-se um ano de viragem para o Banif. Uma nova equipa de gestão, mandatada em Março de 2012, comprometeu-se a um programa refundacional, para garantir o regresso a níveis sustentáveis de rentabilidade, o reforço do balanço e, finalmente, aumentar e manter a solidez de capital, através de um amplo conjunto de medidas. Estas medidas incluíram, nomeadamente:

- i. um processo de reorganização transversal da estrutura societária;
- ii. um plano estratégico detalhado destinado a reposicionar o Grupo no seu principal segmento alvo original – os mercados de retalho e PME's – e, simultaneamente, melhorar a eficiência operacional; e
- iii. um programa abrangente de desalavancagem, a ocorrer num horizonte de médio prazo.

Como marco crucial para o desenvolvimento futuro do Banif – Grupo Financeiro, e no âmbito do processo de reestruturação societária em curso, procedeu-se à fusão por incorporação da Banif SGPS, S.A. no Banif, S.A., aprovada em Assembleia Geral realizada no dia 8 de Outubro de 2012, como passo essencial à simplificação do organograma do Grupo e à sua optimização e, em simultâneo, à criação das condições necessárias ao acesso ao investimento público por parte do Banif SA, a instituição de crédito que passou a ser a *holding* de topo do Banif – Grupo Financeiro.

A actividade do sistema financeiro português desenvolveu-se em 2012 num contexto particularmente adverso e exigente do ponto de vista macroeconómico, financeiro e regulamentar. Por um lado, a drástica deterioração da qualidade das carteiras de crédito conduziu à necessidade de reforço acentuado de imparidades, e, por outro, tem-se assistido a uma significativa diminuição na margem financeira e comissões devido à forte recessão económica, à necessidade de redução da concessão

de crédito (dado o elevado nível de endividamento dos agentes económicos e o processo de desalavancagem imposto pelo Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF)), e ainda a um aumento do custo dos recursos de clientes, num contexto de ausência de captação de financiamento junto dos mercados monetários interbancários da Zona do Euro. Por sua vez, as restrições no acesso ao financiamento, as imposições regulamentares em termos de reforço dos níveis de solvabilidade, bem como a necessidade de se continuar a implementar medidas que conduzam à sustentabilidade das finanças públicas colocam, num contexto de elevada incerteza, desafios adicionais significativos para todos os *players*, mantendo-se uma perspectiva desfavorável para a actividade económica em 2013.

Tendo em conta este enquadramento, a equipa de gestão iniciou, em Abril de 2012, um processo exaustivo de revisão estratégica do plano de negócios do Grupo, que deu origem a uma reestruturação profunda e transversal de toda a organização. Este plano estratégico engloba áreas como estrutura corporativa, *governance*, performance operacional e revisão do portefólio de negócios. A aplicação do extenso conjunto de medidas englobado neste plano estratégico resultará num processo transformacional do qual irá emergir um Grupo mais sólido e totalmente focado nas suas capacidades distintivas intrínsecas e no reforço das suas vantagens competitivas.

No âmbito de um contexto macro-económico acima descrito, e no decurso do processo de recapitalização, o ano de 2012 foi, igualmente caracterizado por um conjunto de iniciativas que visam o robustecimento dos mecanismos de controlo e de carácter regulamentar, nomeadamente:

- Inspecções das entidades supervisoras: assumem especial destaque, pela sua dimensão, complexidade e recursos alocados, a continuidade dos trabalhos efectuados relativos ao Programa Especial de Inspecções (SIP), realizado no âmbito do PAEF, e à consequente concretização de diversos planos de acção para endereçar as recomendações e melhorias identificadas no mesmo.

No contexto do PAEF foram, ainda, realizadas, no decurso do corrente ano, duas acções de inspecção ao Grupo:

- *Validation of Assets and Liabilities* – destinada a avaliar os principais activos e passivos do Grupo quer em Portugal, quer das suas subsidiárias no exterior;
- *On-site Inspections Programme* ("OIP") – destinado a avaliar em particular as exposições aos sectores da construção e promoção imobiliária.

Em resultado destas Inspeções foram identificadas necessidades de reforço de imparidades, que o Grupo reconheceu, e que tiveram um impacto significativo nos seus resultados sem, contudo, afectar o nível dos rácios de capital, considerando o *buffer* prudencial existente.

Neste enquadramento, o Banif SA obteve em 2012 um Resultado Líquido consolidado negativo de 576,4 milhões de euros. Os resultados obtidos pelo Banif SA incluem a contabilização de custos não recorrentes relacionados com o processo de reestruturação actualmente em curso e reflectem i) um reforço significativo de dotações para provisões e imparidades; ii) a necessidade de prossecução do processo de desalavancagem imposto pelo PAEF; iii) o aumento do custo dos recursos de clientes; iv) o baixo nível das taxas de referência do mercado interbancário, num contexto de ausência de captação de financiamento junto dos mercados monetários da Zona Euro; v) a redução na margem financeira e nas comissões, em resultado dos factores referidos anteriormente e ainda da redução do número de unidades operativas e da forte recessão económica.

Importa destacar a evolução bastante favorável dos custos de estrutura (Gastos Gerais Administrativos e Custos com Pessoal) que, até Dezembro de 2012, registaram uma redução anual de 9,72%. Esta evolução reflecte medidas de racionalização e optimização em curso, não obstante o reconhecimento, em 2012, de custos significativos relacionados com o processo de rescisão por mútuo acordo dos contratos de trabalho com colaboradores e da redução do número de pontos de venda.

O Activo Líquido do Banif - Grupo Financeiro totalizava 13.992,3 milhões de euros, a 31 de Dezembro de 2012, registando um decréscimo de 11,6% face ao final do exercício de 2011 e reflectindo o esforço significativo em termos de política de desalavancagem prosseguida pelo Grupo.

O rácio *Core Tier I* atribuível a 31 de Dezembro de 2012 situou-se em 11,16% e tem em consideração a aprovação do plano de recapitalização anunciada em 31 de Dezembro de 2012 e o impacto da 1ª fase de recapitalização, com a entrada do Estado na estrutura accionista do Banif através da subscrição de acções especiais no montante de 700 milhões de euros, bem como, a subscrição de 400 milhões de euros de instrumentos subordinados e convertíveis, qualificados como capital *Core Tier I*.

PLANO ESTRATÉGICO – PRINCIPAIS PRIORIDADES

A criação de valor para os accionistas é a principal prioridade do Conselho de Administração do Banif, pelo que, com o objectivo de reposicionar o Grupo dentro do sistema financeiro nacional, alavancando nas suas fortes vantagens competitivas, e melhorar a capacidade de geração orgânica de capital, as áreas de actuação identificadas como cruciais foram:

- Reestruturação societária

Ao nível da reestruturação societária, os objectivos que o Grupo se propõe atingir passam pela simplificação da estrutura organizacional, redução do número de *sub-holdings* e subsidiárias e redução de financiamentos intragrupo. Estas medidas irão tornar a organização mais flexível e aumentar a eficácia nos processos de tomada de decisão, ao mesmo tempo que contribuem para uma melhoria significativa dos mecanismos de controlo interno. De salientar que o passo mais importante relativamente a esta área já foi tomado com a eliminação das *sub-holdings* Banif Comercial, SGPS, S.A., Banif Investimentos, SGPS, S.A. e com conclusão do processo de fusão da Banif, SGPS, S.A. no Banif, S.A.

- Eficiência operacional

O processo de “*turnaround*” operacional actualmente em curso irá contribuir para a melhoria das capacidades de geração orgânica de capital e baseia-se em medidas críticas ao nível da geração de receitas, redução de custos, recuperação de crédito, gestão imobiliária e aumento da produtividade.

No que respeita à geração de receitas, importa referir que o Grupo pretende continuar o processo de desalavancagem em curso e redireccionar a concessão de crédito para os sectores e empresas mais competitivos da economia. Em termos de corte de custos, merece referência o programa de redução de pessoal que compreendeu mais de 300 trabalhadores, entre rescisões e reformas, e que estará concluído no início de 2013. Adicionalmente, esteve em curso a reestruturação da rede de distribuição, que incluiu o encerramento de 24 agências em 2012, das quais 21 foram encerradas até final de Setembro. Por fim, existem outras áreas que foram objecto de reestruturação por potenciarem a obtenção de um nível de sinergias significativo e, consequentemente poupança de custos. Globalmente, é objectivo do Grupo, com o plano acima descrito, fazer convergir as suas principais métricas de produtividade para as melhores práticas de mercado, garantindo assim rácios de *cost/income* compatíveis com níveis atractivos de retorno sobre os capitais próprios.

Estas medidas estão a ser acompanhadas por uma total reformulação e optimização da estratégia comercial do Grupo, através da revisão do modelo de segmentação de clientes e reorganização da estrutura comercial, de forma a maximizar a criação de valor na sua base de clientela tradicional. Adicionalmente, e no sentido de fazer face aos elevados níveis de incumprimento de crédito, o Grupo reformulou e tem vindo a reforçar significativamente as estruturas de gestão de risco e de recuperação de crédito. São de salientar, nomeadamente, os esforços significativos no sentido de reforçar recursos, processos e procedimentos com vista a melhorar os níveis de recuperação do

crédito concedido pelo Grupo. E promover o seu ajustamento às exigências decorrentes do aumento acentuado do crédito vencido e assim reduzir os rácios de incumprimento.

- Revisão do portefólio de negócios

Com o objectivo de otimizar a alocação de capital, a estratégia de desalavancagem irá privilegiar a venda de activos com baixas taxas de retorno e elevados consumos de capital, nomeadamente activos imobiliários, carteiras de crédito em incumprimento e outros activos considerados não estratégicos. O *rationale* deste programa de desinvestimento tem por base a avaliação dos actuais níveis de retorno e de consumo de capital das diversas carteiras de activos em termos relativos. No cômputo geral, é importante ter em conta que o programa de desalavancagem irá contribuir decisivamente para a geração orgânica de capital do Grupo, por via da redução de custos de financiamento e alocação mais eficiente de capital.

Globalmente, as linhas estratégicas acima descritas têm por objectivo assegurar que o modelo de negócio do Grupo, tradicionalmente assente na captação de recursos junto de clientes e a sua aplicação em segmentos de elevado retorno como são as PME's e algumas categorias de crédito ao consumo, se mantém viável e perfeitamente adaptado a um contexto económico e operacional bastante mais desafiante face ao passado recente.

PLANO DE RECAPITALIZAÇÃO

A necessidade de capitalização do Grupo tornou-se inevitável e deve-se maioritariamente ao impacto do enquadramento económico na actividade do Banco, impacto esse agravado pelo acréscimo de requisitos impostos pelo regulador. Por um lado, a deterioração da rentabilidade do Banco em consequência da grave recessão que afecta a economia portuguesa desde o início de 2011 não permitiu que as medidas já tomadas no sentido de reforço da solvabilidade (e que incluíram, entre outras, a optimização dos activos ponderados pelo risco, transacções de gestão de activos e passivos, venda de activos, desalavancagem do balanço e redução de custos) fossem suficientes para se atingir o novo limite mínimo regulamentar ao nível dos requisitos de *Core Tier 1*.

Por outro lado, o acesso a fontes externas de capital continua vedado a empresas nacionais, sendo que uma estabilização nas condições de acesso aos mercados dependerá sobretudo da capacidade do Estado de demonstrar a sustentabilidade intertemporal das finanças públicas, bem como de desenvolvimentos no enquadramento externo face ao potencial efeito de contágio por agravamento da crise da dívida soberana na área do euro. Finalmente, importa ter presente que o ambicioso processo de reestruturação já em curso não tem impacto imediato, sendo expectável que comece a produzir efeitos materiais relevantes apenas a partir de 2013.

Assim, e face às metas regulamentares extremamente exigentes que foram definidas pelo Banco de Portugal ("BdP") para Dezembro de 2012, no que respeita a um rácio *Core Tier 1* de 10% (estabelecido no aviso nº 3/2011), o Grupo decidiu recorrer a fundos públicos para a recapitalização do Banco ao abrigo da Lei 63-A/2008, de 24 de Novembro ("Fundo de Recapitalização").

Neste contexto, já em Janeiro de 2013, foi concretizada a entrada do Estado na estrutura accionista do Banco, através da subscrição de 700 milhões de euros de acções especiais e de 400 milhões de euros de instrumentos híbridos (habitualmente designados por CoCo's).

O plano estratégico agora em fase de implementação terá impactos duradouros e sustentados sobre os níveis de geração de capital do Grupo, revelando-se por isso crítico para garantir que os capitais investidos pelo Estado português serão reembolsados no prazo previsto, quer na sua componente de instrumentos híbridos, quer na componente de acções especiais, bem como assegurar níveis de remuneração de acordo com a Lei. Importa sublinhar que o plano estratégico permitirá ao Grupo manter níveis de capitalização adequados e atingir 2017 com uma estrutura de balanço capaz de gerar retornos atractivos para os investidores, com vista a permitir uma solução de mercado para o Banco no final do período de investimento público.

As necessidades de capital estimadas ascenderam a 1.100 milhões de euros, montante ao qual foi acrescida uma margem adicional de 300 milhões de euros com o objectivo de cobrir riscos de execução de estratégia em 2013 e 2014. Assim, o montante de recapitalização total ascenderá a 1.400 milhões de euros, valor que irá permitir a conformidade com os requisitos de capital (rácio *Core Tier 1* de 10%) e, mais importante, irá dotar o Grupo de uma margem prudencial para lidar com um ambiente operacional extremamente difícil, que continuará a desafiar a equipa de gestão nos próximos anos.

O plano de recapitalização do Grupo compreende os seguintes tipos de investimento:

- i) investimento público já garantido, no montante de 1.100 milhões de euros, composto por 700 milhões de euros de capital por via da emissão de acções especiais e 400 milhões de euros de instrumentos subordinados convertíveis a ser reembolsados faseadamente entre Junho de 2013 e Dezembro de 2014, e;
- ii) investimento por parte de accionistas privados de até 450 milhões de euros, a realizar até Junho de 2013 através de um aumento de capital.

Para colmatar essas necessidades em termos de capital, o recurso ao investimento público (que inclui o acesso ao fundo de apoio à recapitalização), mas também o apoio dos accionistas privados, tornou-

se inevitável. O Conselho de Administração do Banif considera fundamental a participação de investidores privados neste processo e está totalmente empenhado em desenvolver todos os esforços para que a operação de aumento de capital em mercado seja um sucesso. No final da operação de recapitalização prevê-se, ainda que preliminarmente e dependente dos resultados do aumento de capital a ser subscrito por investidores privados, que o Estado fique com um interesse económico máximo de 60,57% o que corresponde, em termos de direitos de voto, a uma participação de 49,41%.

De referir que, no âmbito da segunda fase, existe um compromisso por parte dos accionistas de referência de subscreverem um mínimo de 100 milhões de euros, contribuindo assim para a colocação dos 450 milhões de euros.

Do encaixe financeiro decorrente do aumento do capital social do Banif SA no âmbito da segunda fase da recapitalização serão utilizados 150 milhões de euros para o reembolso dos instrumentos subordinados convertíveis emitidos no âmbito da primeira fase da recapitalização.

No que respeita aos instrumentos de dívida elegíveis para fundos próprios *Core Tier 1*, o plano de recapitalização assume uma taxa de juro anual de 9,5%, a ser acrescida de 25 pontos base em cada um dos anos de 2013 e 2014 e de 50 pontos base anualmente nos períodos posteriores, estando previsto que os reembolsos dos instrumentos híbridos ocorram em Junho de 2013 (150 milhões de euros), Dezembro de 2013 (125 milhões de euros) e Dezembro de 2014 (125 milhões de euros).

BANCA COMERCIAL DOMÉSTICA

Actividade Comercial na Região Autónoma da Madeira

O ano de 2012 foi um ano onde a actividade comercial foi fortemente condicionada pelo agravamento do cenário macro e micro-económico recessivo que o país, em geral, e a Região Autónoma da Madeira em particular, atravessam. No contexto regional, sublinham-se ainda os problemas acrescidos que a fraca execução do Programa de Ajustamento Económico Financeiro da RAM tem provocado na economia local.

Esta conjuntura, que abrange os principais sectores de actividade económica da Região, implicou o reforço e adaptação da actuação estratégica da Direcção Comercial da Madeira (DCM).

Emergiram assim como prioridades, a recuperação do crédito vencido, o controlo de custos e a venda de património imobiliário, rubricas nas quais a DCM teve um desempenho bastante positivo, fruto do compromisso assumido por todas as estruturas da Direcção.

22
Handwritten signatures and initials, including a large signature and the letters "DK" and "142".

Relativamente à carteira de clientes, abriram-se durante o ano de 2012, 3.872 novas contas. O número médio de produtos por Cliente fixou-se nos 2,91, um valor ligeiramente inferior (0,02pp) ao verificado em 2011.

Durante o exercício, as rubricas de crédito concedido a Clientes e recursos de clientes, registaram evoluções negativas, respectivamente, -10,6% e -5,5%.

Na rubrica crédito concedido a Clientes, a DCM adoptou a estratégia global do Banco, desacelerando a concessão de crédito. Porém, o decréscimo verificado neste rubrica foi potenciado por uma menor procura por parte das famílias e empresas assim como pelo abrandamento do investimento público.

Relativamente à rubrica de recursos de clientes, o desempenho registado deveu-se sobretudo à crescente falta de capacidade de aforro dos clientes, resultante da situação económica e social do país e à evolução cambial da carteira de dólares da Direcção.

A emigração continua a ser um dos segmentos de enorme importância estratégica da Direcção. Neste sentido o Banco reforçou a sua política de actuação junto destes mercados, dando continuidade a um plano de visitas bastante ambicioso aos mercados de implantação da emigração portuguesa, Venezuela e África do Sul, e expandindo-o durante o segundo semestre do ano ao Reino Unido, onde se encontra uma comunidade emigrante com dimensão relevante e elevado potencial comercial.

(valores expressos em milhões de euros)

Rubrica	2011	2012	Variação
Recursos Totais	2.197	2.075	-5,6%
Crédito Vivo	1.480	1.323	-10,6%
Base de clientes Activos	109.667	103.620	-5,5%

Actividade Comercial na Região Autónoma dos Açores

A actividade comercial do Banif na Região Autónoma dos Açores, desenvolvida no decurso de 2012, foi muito condicionada pela actual conjuntura económico-financeira, caracterizada pela retracção da actividade económica, com restrições aos financiamentos e tendência de agravamento dos indicadores de crédito vencido. Neste cenário, a actuação da Direcção Comercial Açores procurou responder à reorientação das principais estratégias e prioridades, norteadas para a captação de recursos,

manutenção da qualidade no crédito e redução de custos de estrutura, com vista ao incremento da rentabilidade e à consolidação da posição de liderança que o Banco mantém no mercado regional açoriano.

Neste contexto, a gestão da carteira de clientes tem-se revelado especialmente desafiante, registando-se no final de 2012 um total de 74.011 clientes activos, distribuídos pelos segmentos *retail*, *private* e *corporate*, representando um decréscimo de 3,4% face ao encerramento do exercício anterior. Não obstante, o empenho na prestação de um serviço de qualidade continua a traduzir-se na manutenção de um elevado número médio de produtos por cliente.

A importante gestão criteriosa do crédito concedido, associada a uma menor procura de financiamentos bancários, repercutiu-se numa variação de -5,8% da carteira de Crédito por Desembolso, face ao fecho de 2011, posicionando-se, no final de 2012, nos 1.519 milhões de euros.

A evolução da carteira de Recursos de Balanço, que se situa nos 868 milhões de euros, dá nota de um decréscimo de 9,1% face ao período homólogo, justificado pela elevada concorrência de taxas de remunerações no mercado, mas também por alguma transferência de recursos para produtos fora de balanço, de acordo com as estratégias delineadas.

No âmbito do plano estratégico definido para o ano de 2012, os Residentes no Exterior assumiram um papel fulcral, com um programa desenhado especificamente para o segmento, orientado para a captação de recursos e de novos clientes, suportado na introdução de novos conceitos e ferramentas e, ainda, num plano de visitas que abrangeu os principais mercados da emigração açoriana na América no Norte, incluindo as Bermudas. Neste âmbito, com o intuito de reforçar a ligação às comunidades açorianas emigradas, o Banif associou-se, uma vez mais, às Grandes Festividades do Divino Espírito Santo de Nova Inglaterra, em Fall River.

O investimento nas parcerias com as principais instituições regionais continua a ser uma constante, de entre as quais se destaca a ligação à SATA, com a qual vêm sendo mantidas relações de longa duração, actualmente com uma vertente muito visível, traduzida na oferta de Cartões de Crédito em regime de *co-branding*.

Dando continuidade à política de apoio às empresas dos Açores, foram celebrados em Fevereiro com o Governo Regional dois novos protocolos designados: i) Linha de Apoio à Reestruturação de Dívida Bancária das Empresas dos Açores e Apoio à Liquidez, e, ii) Linha Açores Empresas III. Em paralelo, foi também assinado um aditamento à Linha Açores Investe II, que previu a actualização da tabela de *spreads* e a prorrogação do prazo de vigência. Foi, ainda, concretizado o aditamento ao Protocolo

SIDER – Sistema de Incentivos para o Desenvolvimento Regional dos Açores, que contempla, igualmente, a revisão do preço. Ainda no primeiro semestre, foi assinado um aditamento ao protocolo Empreende Jovem - que implicou a revisão do preço a aplicar nas operações ao abrigo deste sistema de incentivos ao empreendedorismo. No segundo semestre, foi relançado o protocolo SAFIAGRI - Sistema de Apoio Financeiro à Agricultura dos Açores nas suas duas vertentes: Linha de Compensação Financeira - que visa reduzir o impacto negativo da subida das taxas de juro e Linha de Fundo de Maneio - que, através um financiamento de curto prazo, com juro parcialmente bonificado, visa reforçar o desenvolvimento e melhoria das condições orgânicas e funcionais da actividade do sector agrícola nos Açores. Foi também assinado um aditamento à Linha de Microcrédito Bancário que prevê, igualmente, a revisão do *spread*, bem como novas regras de acesso, mais alargadas, adequadas à inclusão social de pessoas em situação de desfavorecimento.

(valores expressos em milhões de euros)			
Rubrica	2011	2012	Variação
Recursos	955	868	-9,1%
Crédito	1.613	1.519	-5,8%
Clientes Ativos	76.628	74.011	-3,4%

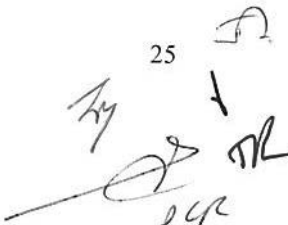
Actividade Comercial no Norte

No último trimestre de 2012 o Banco procedeu a uma reorganização interna da estrutura comercial em Portugal Continental. A anterior organização por segmentos de negócio (uma Direcção Comercial com o segmento de retalho e outra com as áreas de empresas, institucionais e particulares de alto rendimento) deu lugar a uma estrutura baseada numa primeira divisão geográfica (Norte e Sul), que engloba os diferentes segmentos de negócio.

A Direcção Comercial Norte, criada no último trimestre do ano, resulta assim do processo de reorganização interna das Direcções Comerciais no continente.

Esta nova estrutura desenvolve a sua actuação a nível regional e é constituída por 3 Redes (RPN – Rede Particulares Norte, REN – Rede Empresas Norte e CPN – Centro Privado Norte), cuja actividade consiste no acompanhamento e dinamização dos segmentos de retalho, pequenas e médias empresas e particulares de alto rendimento, elevando a articulação entre os diferentes segmentos e alavancando o negócio das redes comerciais.

25



Encontra-se ainda integrado nesta Direcção o Núcleo de Canais Agenciados, vocacionado para a dinamização de negócios via promotores.

Durante o corrente ano, a actividade da Direcção Comercial Norte centrou-se principalmente na captação de recursos e no desenvolvimento do *cross-selling* com outras empresas do Grupo. A recuperação e regularização do crédito vencido foi igualmente um dos principais vectores da actuação no corrente ano.

RPN – Rede Particulares Norte:

A RPN terminou o ano de 2012 com 123 Agências, sendo 108 Agências Standard e 15 Agências Associadas (agências de menor dimensão, que comercializam os mesmos produtos e prestam os mesmos serviços que as demais, mas são dependentes de uma Agência Standard).

Mantendo o plano definido para o ajustamento da dimensão da Rede, procedeu-se durante o ano ao encerramento de 10 Agências, sem perda de negócio e manutenção da qualidade de atendimento para os clientes do Banco.

Com base na estratégia de aumento e diversificação de Clientes Activos, nomeadamente residentes no exterior, foram contratados 45 promotores em vários países europeus.

REN – Rede Empresas Norte:

A REN é constituída por 6 Centros de Empresa, sendo responsável pela dinamização do negócio de Empresas na Região Norte do país.

No exercício de 2012 verificou-se uma racionalização da sua estrutura, de forma a adequá-la à nova realidade do negócio, que se consubstanciou no encerramento dos Centros de Empresas da Maia e de Vila Nova de Famalicão, com realocação dos seus meios aos Centros do Porto e de Braga, respectivamente.

CPN – Centro Privado Norte:

O CPN desenvolve a sua actividade com 8 Gestores Privado, dedicados à gestão dos investimentos dos Clientes particulares de alto rendimento, identificando as oportunidades de acordo com o perfil de cada Cliente.

Núcleo de Canais Agenciados:

Este Núcleo manteve a sua actividade de dinamização dos Promotores Assurfinance, rede de promotores de negócio assente em Agentes da Açoreana previamente seleccionados, canalizadores

26
Handwritten signatures and initials, including a large signature and the word "PUN" written vertically.

de Clientes e negócios para as Agências. No final do ano, registam-se 367 Promotores com código atribuído.

Em 2012, a Direcção Comercial Norte registou uma variação positiva nos Recursos de Balanço de 111 milhões de euros (+ 4,9%), face a 2011, tendo atingido o montante total de 2.374 milhões de euros. A rubrica de Recursos fora de Balanço regista uma variação positiva de 57 milhões de euros (+24%). Relativamente ao crédito total, o valor global da carteira de crédito ascendeu a 1.857 milhões de euros, correspondendo a uma redução de cerca de 294 milhões de euros (-13,7%). O volume de comissões cobradas, em 2012, foi de 42 milhões de euros.

A Direcção Comercial Norte encerrou o ano com uma carteira de cerca de 155.000 Clientes Activos com um rácio de produtos de 3,47.

(valores expressos em milhões de euros)			
Rubrica	2011	2012	Variação
Recursos Balanço	2.263	2.374	4,9%
Crédito	2.151	1.857	-13,7%
Base de Clientes Activos	155.664	154.369	-0,83%

Actividade Comercial no Sul

No âmbito da reorganização acima descrita a Direcção Comercial Sul (DCS) é o órgão responsável pela coordenação e desenvolvimento das áreas de negócio de retalho, pequenas e médias empresas, institucionais e particulares de alto rendimento no Sul de Portugal Continental. Integra ainda o Núcleo de *Factoring*, órgão que gere o negócio de *Factoring* e *Confirming* do Banco. Na leitura das comparações apresentadas de seguida, dever-se-á ter presente a inexistência da DCS em 2011.

Retalho

A actividade do segmento de retalho, que está assente em 118 agências e inclui o negócio de clientes particulares, foi direccionada para a captação e manutenção de recursos, com simultâneo enfoque na melhoria da margem e na diversificação da carteira. Apostou-se, assim, nos produtos vocacionados para as pequenas poupanças e poupanças programadas.

Empresas

A estratégia seguida ao nível do segmento de empresas, estruturado em 5 unidades de negócio e que engloba a actividade das pequenas e médias empresas, baseou-se no controlo da qualidade da

carteira de crédito, na melhoria da relação entre o volume de crédito e de recursos e no aumento da rentabilidade. Os *spreads* foram utilizados como ferramenta de gestão, reflectindo quer o risco associado aos clientes em geral, quer às operações em particular. Tendo sempre presente as implicações para a rentabilidade do Banco, a solidez do negócio e a qualidade da carteira de crédito, utilizaram-se ainda como ferramentas de gestão o *repricing* e o reforço de garantias associadas às operações de crédito. Em resultado destas políticas, a carteira de crédito registou um decréscimo face ao ano anterior.

Particulares de alto rendimento e Institucionais

Esta área de negócio, actualmente com Centros Privado em Lisboa e Faro e vocacionada para clientes institucionais e de alto rendimento, focou a sua actividade na captação de recursos, com simultâneo enfoque na rentabilidade da carteira. Desta forma e apesar do esforço de captação e manutenção de recursos de clientes realizado, a carteira de recursos de balanço registou um decréscimo, reflectindo o ambiente competitivo que caracterizou o sector bancário português ao nível dos produtos de poupança tradicional. O decréscimo foi ainda influenciado pelo peso do negócio na área de institucionais, que transmite volatilidade à carteira. Neste período a variação negativa concentrou-se maioritariamente num desses clientes, com grande oscilação no montante dos depósitos.

A colocação de emissões de obrigações, nomeadamente do Grupo, foi considerada estratégica. Registou-se, assim, um ligeiro acréscimo na rubrica de recursos fora de balanço.

Globalmente e face a 2011, a DCS registou um decréscimo de 230 milhões de euros (-8,2%) de recursos de balanço, que corresponderam a 2.585 milhões de euros no final de 2012. De igual forma, a carteira de crédito total (incluindo programas de papel comercial) apresentou uma diminuição de 596 milhões de euros (-11%), atingindo 4.752 milhões de euros no final do ano.

Ao nível da Carteira de Clientes Activos, influenciada em parte pelo processo de segmentação efectuado, a DCS registou uma diminuição de 3,5% face ao final de 2011.

(valores expressos em milhões de euros)			
Rubrica	2011	2012	Variação
Recursos Balanço	2.815	2.585	-8,2%
Crédito Total	5.348	4.752	-11,1%
Base de Clientes Activos	131.189	126.550	-3,5%

Área Internacional

Durante o ano de 2012, o Banif estabeleceu um novo plano estratégico para a área internacional, com o objectivo de reforçar o seu posicionamento e otimizar a abordagem comercial na área de negócios internacional, com enfoque estratégico no negócio com não residentes e no negócio de Comércio Externo.

O Grupo conta com uma vasta presença no exterior através de bancos, sucursais, escritórios de representação e *incorporated companies*, cujo racional assenta no acompanhamento da internacionalização das empresas suas clientes, na proximidade às comunidades portuguesas e no acesso a mercados onde existem boas oportunidades de negócios e elevado potencial de crescimento. A apoiar as comunidades portuguesas, o Banif está presente através de Escritórios / Estruturas nos EUA, no Canadá e na Venezuela, onde desempenham um papel fundamental na representação do banco e na identificação e facilitação de boas oportunidades de negócio para o Banif – Grupo Financeiro e/ou seus clientes.

De forma a incrementar o seu negócio de Comércio Externo, o Banif passou a dispor a partir de 2012, de instrumentos adicionais de apoio às empresas portuguesas que exportam para mercados de risco mais elevado, através da adesão a três Programas de *Trade Finance* de Instituições Multilaterais de desenvolvimentos (BERD, IFC e ADB), encontrando-se em fase de conclusão na formalização da adesão a um quarto Programa (IADB).

Para além do *Trade Finance*, o Banco focalizou também a sua actuação no apoio à expansão do negócio dos seus clientes a mercados onde o Banif tem presença física no estrangeiro, acompanhando-os localmente através das suas estruturas no exterior, em articulação com a Direcção de Negócios Internacional na Sede.

Em termos de *Correspondent Banking*, o Banif tem mantido relacionamento com os seus principais parceiros na Europa e EUA e tem desenvolvido novas relações no Médio Oriente e África.

RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO VENCIDO E EM CONTENCIOSO

O ano de 2012 caracterizou-se por um crescimento acentuado do crédito vencido, que se traduziu, de acordo com o Banco de Portugal, num aumento do peso relativo desta rubrica no total de crédito concedido pelo sector financeiro de 6,7% para 10,0%, no caso das sociedades não financeiras, e de 3,7% para 4,1% no que concerne ao crédito a particulares (fonte: Boletim Estatístico 1/2013, Banco de Portugal).

29 TR
14

Nesse contexto adverso, o Banif, SA, desenvolveu um conjunto de iniciativas com o objectivo de adaptar os modelos de recuperação de crédito a essa evolução, suportado nos seguintes vectores principais:

- Agilização e melhoria da eficiência de processos;
- Clarificação de atribuições e responsabilidades assignadas aos diferentes Órgãos;
- Reforço da disciplina, consistência e grau de sistematização na gestão do crédito vencido;
- Introdução de um maior nível de especialização na recuperação dos crédito em função dos diferentes perfis de clientes - incluindo, estratégia, processos e estrutura organizativa.

A acção implementada em 2012 teve um forte impacto no aumento da eficiência / eficácia da DRC, que atingiu um montante total de valores recuperados de 590,4 milhões de Euros (valor que superou em 235% o desempenho de 2011).

O montante total de crédito dos clientes em incumprimento manteve-se praticamente em linha com o valor registado no final de 2011. Não obstante, o total de crédito vencido, não incluindo carteira securitizada, ascendeu a 640,1 milhões de euros no final de 2012. O crédito vencido das operações securitizadas totalizava 147,3 milhões de euros.

GESTÃO FINANCEIRA

O ano de 2012 foi exigente na gestão financeira do Grupo. O reembolso de emissões de dívida teve um impacto negativo de 690 milhões de euros na tesouraria do Grupo, confirmando-se a inviabilidade da sua rolagem nos mercados de capitais que permaneceram fechados para os Bancos em Portugal (e genericamente para toda a Europa do Sul) durante a maior parte do ano. Nesta conjuntura, foi natural o aumento de aproximadamente 320 milhões de euros nos financiamentos junto do Banco Central Europeu ("BCE").

Foi ainda em 2012 que o Grupo concluiu favoravelmente a negociação do seu processo de recapitalização, ficando acordada a participação do Estado no capital do Banco num montante total de 1.100 milhões de euros, dividido entre acções especiais e instrumentos de capital *core tier 1*. A concretização deste aumento de capital ocorreu já em Janeiro de 2013, com um impacto positivo em liquidez de cerca de 800 milhões de euros.

Este significativo influxo aporta consigo necessariamente uma flexibilidade acrescida na gestão da tesouraria do Grupo. Apesar disso, em 2013 o Grupo estará particularmente empenhado na persecução de dois grandes objectivos na gestão da sua liquidez: a criação de uma folga correspondente no mínimo

37 30 TR
14

a 10% do total de depósitos e a diversificação das suas fontes de *funding*. Para esse efeito, três factores serão especialmente relevantes:

- Redução do gap comercial – o esforço de desalavancagem da estrutura de balanço do Grupo assenta não só na venda de activos como na diminuição do diferencial entre depósitos obtidos e empréstimos concedidos;
- Maturidade de emissões existentes – durante o ano que se iniciou, o Grupo terá que fazer face a vencimentos de obrigações seniores. Estando na sua quase totalidade colocados junto de clientes particulares, prevê-se uma percentagem de rolagem destes financiamentos próxima dos 100%;
- Colocação de emissões – o Grupo pretende colocar em 2013 junto de clientes institucionais duas novas emissões securitizadas (ABS). Simultaneamente, e de forma progressiva ao longo do ano, pretende-se também comercializar securitizações já existentes, actualmente utilizadas como colateral para financiamento junto do BCE.

A prossecução destas linhas orientadoras permitirá fazer face ao plano de vencimento de dívida *wholesale* do Grupo, apresentada no seguinte quadro

CM	TOTAL	2013	2014	2015	2016	2017
Dívida Subordinada	39		7	21	11	
<i>Dívida Garantida pelo Estado (VN)</i>	<i>1.175</i>	<i>300</i>	<i>875</i>			
- Dívida Garantida pelo Estado (Liquidez)	178	178	719			
TOTAL	217	178	726	21	11	0

Milhões de euros

De referir que a perda de liquidez associada ao reembolso da dívida garantida pelo Estado em 2014 corresponderá a uma redução da pool de activos dados como colateral junto do BCE.

GESTÃO DE RISCOS

Modelo Organizativo

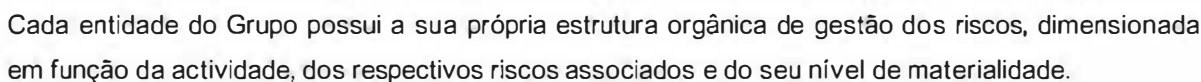
A gestão dos riscos no Banif – Grupo Financeiro assenta na identificação, medição, mitigação e monitorização da exposição aos principais riscos de actividade aos quais o Grupo se encontra exposto e, por conseguinte, na determinação mais eficiente da alocação do capital.

O Grupo assume o controlo e a gestão dos riscos como um pilar fundamental na garantia da sua sustentabilidade e rentabilidade do negócio. A gestão de topo do Grupo encontra-se cada vez mais

Handwritten signatures and initials:
 TL
 Jy
 J
 pgr

A função de gestão de riscos do Grupo é conduzida de acordo com estratégias e políticas definidas pelo Conselho de Administração, garantindo a Comissão Executiva do Banif, S.A. a sua implementação através da Direcção de Risco Corporativo e dos respectivos órgãos de gestão de risco das suas filiais.

O modelo de *governance* da gestão de riscos, apresentado em seguida, contempla um controlo transversal das várias Entidades do Grupo, no qual cabe ao Conselho de Administração a responsabilidade última pela definição das Políticas de Gestão e de Controlo de Risco.



32

Essa relação é exercida através de um responsável nomeado e de interlocutores designados para a condução dos diferentes temas de risco sob gestão. Trata-se de um modelo de relação dinâmico e evolutivo que é alvo de ajustamentos sempre que necessário, assegurando, assim, a prestação atempada de informação harmonizada tendo em conta a complexidade crescente dos trabalhos nesta área.

Decorrente das alterações do modelo organizativo do Grupo foi formalizado o Comité de Risco. Este Comité constitui um fórum de discussão multidisciplinar, com fortes competências e representatividade ao nível da gestão de topo, que analisa, acompanha e efectua recomendações aos órgãos de decisão do Grupo.

O Grupo promove a revisão periódica das políticas e dos procedimentos instituídos para a gestão dos riscos, de modo a reflectir as alterações nos mercados, nos produtos e nas melhores práticas. O Conselho de Administração é responsável pela definição das referidas políticas contando com o apoio da Direcção de Risco Corporativo na avaliação e monitorização dos riscos, acompanhando os riscos mais significativos – risco de crédito, de mercado, de liquidez, risco operacional, risco de negócio/estratégia e o risco imobiliário – e, propondo sempre que necessário, novas políticas e medidas correctivas que promovam a prevenção e mitigação dos mesmos.

Alocação de Capital

Ao nível do apuramento do valor dos activos ponderados pelo risco, para efeitos do cálculo dos requisitos regulamentares de fundos próprios ao nível do Pilar I, o Grupo utiliza as seguintes metodologias:

- Método *Standard* para o risco de crédito;
- Método do Indicador Básico para o risco operacional;
- Método de Avaliação ao Preço de Mercado para o risco de mercado.

Não obstante a utilização desta metodologia, o Grupo tem vindo a promover programas de optimização dos seus activos ponderados pelo risco (RWA - *Risk-Weighted Assets*), através da obtenção de melhores níveis de colateralização elegível dos seus activos, de maior fiabilidade da base de dados dos colaterais e, ainda, na avaliação selectiva do consumo de capital para operações de crédito, através de uma ferramenta de simulação disponível em todas as redes comerciais do Banif SA.

O Grupo recorre também a uma visão económica dos seus riscos e dos recursos financeiros disponíveis que estima e incorpora nos exercícios de Auto-avaliação da Adequação de Capital Interno (ICAAP) nos termos do Aviso n.º 15/2007 do Banco de Portugal, no âmbito do Pilar II de Basileia II.

33
M J R
KCR d

Para este efeito dispõe de um modelo interno de avaliação dos seus recursos financeiros disponíveis – *Modelo de Risk Taking Capacity* – que avalia a adequação dos níveis de capital económico e de recursos financeiros existentes para fazer face aos riscos actuais e a assumir no futuro. O modelo existente considera os principais riscos a que se encontra exposto, dos quais se salienta o risco de crédito, o risco de estratégia e negócio e o risco imobiliário, entre outros.

O modelo de *Risk Taking Capacity* do Grupo assenta na captação da visão económica associada a cada elemento passível de constituir uma fonte de capital interno, assim como na categorização em perspectivas de cobertura de capital e hierarquização por níveis de segurança. Esta hierarquização facilita a interpretação e implementação da estratégia em termos da sua política de adequação de capital e perfil de risco assumido.

Principais Actividades

No âmbito de um contexto macro-económico adverso e caracterizado pela degradação da capacidade económica e financeira das empresas e particulares, com reflexos visíveis na qualidade dos activos do Grupo e consequentemente nos seus rácios de capital, o ano de 2012 foi, no âmbito da gestão dos riscos, particularmente dedicado à concretização de iniciativas que visam o robustecimento dos mecanismos de controlo e de carácter regulamentar:

- Inspeções das entidades supervisoras: assumem especial destaque, pela sua dimensão, complexidade e recursos alocados, a continuidade dos trabalhos efectuados relativos ao Programa Especial de Inspeções (SIP), realizado no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF), e à consequente concretização de diversos planos de acção para endereçar as recomendações e melhorias identificadas no mesmo.

No contexto do PAEF foram, ainda, realizadas no decurso do corrente ano duas acções de inspecção ao Grupo:

- *Validation of Assets and Liabilities* – destinada a avaliar os principais activos e passivos do Grupo quer em Portugal, quer das suas subsidiárias no exterior;
- *On-site Inspections Programme* ("OIP") – destinado a avaliar em particular as exposições aos sectores da construção e promoção imobiliária.

Em resultado destas Inspeções foram identificadas necessidades de reforço de imparidades e que tiveram um impacto significativo nos seus resultados sem, contudo, afectar significativamente o nível dos rácios de capital, considerando o *buffer* prudencial existente. Refira-se que este acréscimo de imparidade resultou ainda da degradação dos riscos actuais e

34
Handwritten signatures and initials.

previsíveis decorrentes da recessão económica, que incidem sobre diversos sectores de actividade, e da actualização dos parâmetros de risco.

- Gestão de informação: deu-se continuidade às iniciativas de melhoria das bases de dados de suporte à informação de gestão de riscos, de forma a torná-la cada vez mais abrangente e fidedigna. Neste âmbito, foi realizado um projecto designado por *Risk Assessment Datawarehouse*, que teve como objectivo identificar requisitos de dados adicionais e fontes de informação necessários para o estabelecimento de uma base de informação mais robusta, escalável e regular que permita aos órgãos de gestão de risco promover um nível de monitorização, controlo e reporte mais eficaz e tempestivo. Tratou-se de um projecto estrutural que potenciará o sucesso de um conjunto de outras iniciativas baseadas nos Sistemas de Informação do Grupo.

Neste âmbito, consolidou-se ainda o trabalho desenvolvido nos anos anteriores, tendo-se procedido a uma actualização dos indicadores (KPIs) e das análises periódicas produzidas para efeitos de reporte interno e externo, possibilitando uma visão mais abrangente e efectiva da gestão de risco por parte dos órgãos de gestão e restantes *stakeholders*.

- Testes de Esforço (*Stress Tests*): a realização e a análise dos resultados dos Testes de Esforço são actividades que se revestem de especial relevância, designadamente na antecipação e identificação de situações inesperadas mas plausíveis e de anormal funcionamento dos mercados em que as Instituições operam. Neste âmbito o Grupo levou a cabo um projecto de implementação de melhorias muito significativo decorrente das insuficiências identificadas no âmbito do *workstream* 3 do SIP.
- Controlo Interno: foram realizados os Relatórios de Controlo Interno do Grupo, no âmbito do Aviso 5/2008 do Banco de Portugal, tendo ao longo do exercício sido monitorizadas regularmente as acções de mitigação de regularização necessárias à melhoria do Sistema de Controlo Interno do Grupo e das suas filiais.
- Elaboração do Relatório de Adequação de Capital Interno (ICAAP) e do Relatório de Disciplina de Mercado, referentes ao Pilar II e Pilar III de Basileia II, respectivamente, bem como do Relatório de Risco de Concentração.
- Colaboração nos exercícios regulares do Plano de Capital e Liquidez no âmbito do PAEF, quer no cenário base quer nos cenários de *stress*.

35
DL
PCR

- Desenvolvimento, ainda em curso, de um novo modelo de apuramento de imparidade de modo a incorporar indicadores mais sensíveis à conjuntura, adoptando metodologias mais abrangentes na captação da informação, designadamente para o apuramento dos parâmetros de risco.

1. Risco de Crédito

O risco de crédito consiste na probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante o Banco, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior.

O risco de crédito é gerido de forma prudente e assente num conjunto de políticas que orientam toda a actividade do ciclo de vida do crédito. Essas políticas e orientações são estabelecidas em função das estratégias de negócio do clima económico e social e são ajustadas e revistas sempre que tal se mostre necessário.

A actividade de concessão de crédito é desenvolvida e assente em Regulamentos e Normativos que disciplinam a actividade e que estabelecem com clareza a delegação de competências, quer em valor, quer em rendibilidade, em função do risco implícito dos clientes, segmentos e operações.

Para além dos normativos, a concessão de crédito é, na maioria dos segmentos, suportada pela avaliação e classificação do risco dos clientes com o auxílio de modelos de *scoring* e de *rating* e na avaliação do nível de cobertura dos colaterais das operações.

Por outro lado, as principais entidades do Grupo dispõem de sistemas que permitem identificar e classificar, em diferentes níveis, os clientes com sinais de degradação da sua capacidade creditícia, o que veio proporcionar um melhor conhecimento e alavancar qualitativamente o processo de concessão de crédito no Grupo, bem como, proporcionar melhorias na gestão preventiva do incumprimento.

Relativamente à concentração do risco, o Grupo dispõe de um conjunto de métricas internas que lhe permitem acompanhar os índices de concentração, nomeadamente ao nível de grupos económicos, sectores de actividade, regiões geográficas, entre outras dimensões.

No decurso de 2012 e englobado na significativa reestruturação do Grupo, merecem referência, na gestão deste risco, diversas iniciativas concretizadas:

- A criação do Comité de Supervisão da Imparidade, coordenado pela Direcção Global de Risco (DGR) do Banif SA, tendo como missão a gestão do modelo de quantificação de perdas por

imparidade da carteira de crédito (designadamente, metodologias, parâmetros de risco e pressupostos utilizados) e o acompanhamento da sua aplicação periódica. Neste âmbito foram também reforçadas as acções de controlo e monitorização do risco de crédito e respectivas imparidades das filiais no exterior;

- A reformulação do modelo operativo da concessão de crédito do Banif SA, tendo a intervenção da DGR sido substancialmente alterada através da segregação de funções entre as actividades de atribuição da notação de risco ao cliente e as de análise e decisão de crédito, tendo estas últimas sido incorporadas na Direcção de Crédito;
- A redefinição do Comité de Recuperação de Créditos, para as filiais em Portugal, com o objectivo de gerir de uma forma mais eficaz as carteiras de crédito irregular e em incumprimento sobre gestão das áreas comerciais e de concretizar o novo modelo estratégico definido para a função de recuperação de créditos;
- No âmbito da política de qualidade e eficiência sobre a qual o Grupo se rege, em 2012 todos os regulamentos de crédito (Geral, *Rating* a Empresas e Crédito Vencido) foram revistos e reformulados, de forma a melhor se adaptarem ao contexto económico actual e à nova estratégia definida para o Banif e para todas as participadas domésticas. Enquadrado nestas alterações, foi revisto o modelo operativo de concessão de crédito em Portugal, que inclui valências multidisciplinares para os riscos de crédito mais significativos, que incluem a participação dos responsáveis das áreas comerciais, de recuperação, de risco, jurídica e, sempre que necessária, de tesouraria ou internacional.

1.1. Gestão do Risco de Crédito

Considerando a situação económica e conjuntural do País e da Zona Euro, e as restrições de *funding* que pautaram a sua actividade em 2012, o Grupo tem vindo a gerir a sua actuação com critérios acrescidos de prudência e com políticas de concessão de crédito mais conservadoras.

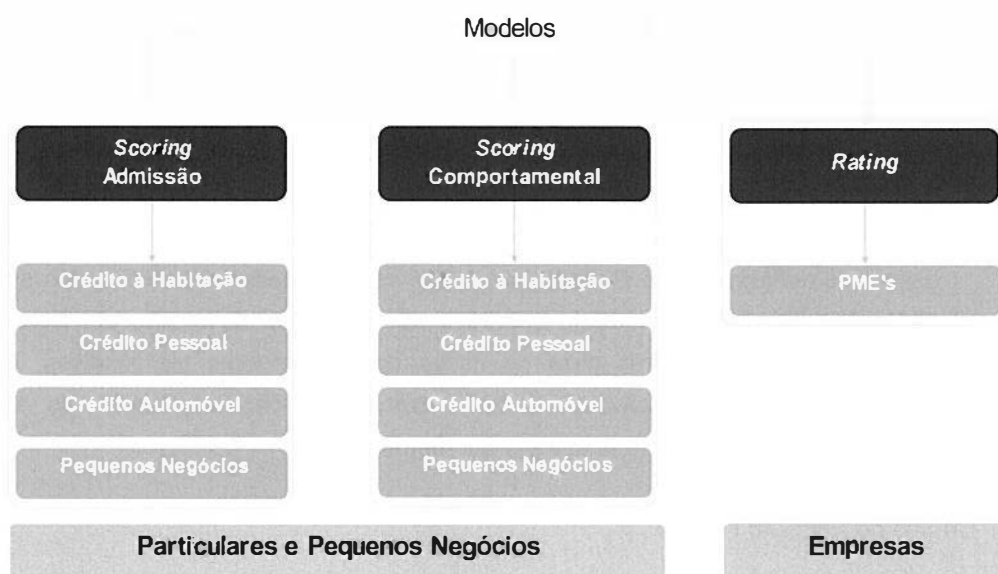
O perfil da carteira é monitorizado e avaliado, regularmente, face aos limites estabelecidos ao nível das seguintes dimensões: produto, área geográfica, tipo de cliente, canais de distribuição, sector de actividade, colateral associado, *rating*, principais exposições em situação regular e em incumprimento, divisa, intervalo de exposição, cobertura por colaterais, consumo de capital, imparidades, entre outros, quer a nível consolidado quer a nível individual.

37
D. R.
PCR

a. *Medição do Risco de Crédito*

O Grupo dispõe de Modelos de Notação de Risco para uma parte significativa do seu portfólio de crédito concedido. Os modelos desenvolvidos consideram metodologias diferenciadas para cada um dos segmentos e/ou produtos com base na experiência de incumprimento dos Clientes e que, combinando um vasto conjunto de variáveis sócio-demográficas, económico-financeiras e transaccionais, proporcionam uma capacidade de avaliação do crédito mais preditiva.

Os sistemas de notação de risco desenvolvidos subdividem-se nas seguintes categorias:



Os modelos de *Scoring* de Admissão, utilizados no momento da concessão do crédito, permitem associar a cada proposta de crédito uma probabilidade de incumprimento (*Probability of Default* – PD), bem como classificar cada operação, em termos de exposição ao risco, até esta perfazer um ano de vida.

Os modelos de *Scoring* Comportamental têm como objectivo medir o risco das operações de crédito de retalho ao longo da sua vida útil, através da análise do comportamento, irregular ou não, das operações com mais de um ano de vida e do respectivo mutuário.

A notação de *Rating* utilizada para o segmento Empresas atribui a cada Cliente uma probabilidade de incumprimento, medindo assim o risco de *default* da contraparte, através da combinação de

informação financeira com dados de natureza qualitativa, nomeadamente, variáveis de relação e envolvimento comercial. Em paralelo, são ainda consultadas as notações de risco atribuídas por Agências de Notação Externas, sempre que aplicável.

b. Monitorização do Risco de Crédito

A monitorização do risco de crédito assenta no acompanhamento e controlo da evolução da exposição ao risco de crédito da carteira do Grupo e na implementação de acções de mitigação para preservação da qualidade do crédito e dos limites de risco definidos, a qual é concretizada através da preparação regular de indicadores da qualidade do crédito, da produção automatizada de sinais de alerta e da execução de acções a desenvolver em função da classificação dos referidos sinais. Desta forma, é possível antecipar acções de recuperação e actuar na gestão preventiva do incumprimento.

A gestão dos referidos eventos de risco assume uma relevância significativa conseguida pela atribuição de responsabilidades na gestão dos sinais de alerta, pelas competências atribuídas aos responsáveis na prestação e actualização da informação e, por fim, pela definição das acções a desenvolver em face da classificação preditiva dos referidos sinais.

Através da preparação regular de indicadores da qualidade do crédito e das respectivas carteiras segmentadas é efectuada a monitorização do risco de crédito, avaliando-se a eficácia das políticas instituídas e a correspondente aplicação de medidas correctivas.

c. Mitigação do Risco de Crédito

O valor e natureza dos colaterais – garantias do crédito concedido – bem como o grau de cobertura necessário, dependem do resultado da avaliação do risco de crédito da contraparte. O Grupo avalia, em primeiro lugar, a capacidade de reembolso e a probabilidade de incumprimento da contraparte, considerando os colaterais como uma segunda via de pagamento e, por isso, não constituem necessariamente o atributo principal dos critérios de avaliação.

O Grupo dispõe de procedimentos internos no que respeita à aceitação de determinados tipos de colaterais com critérios específicos de avaliação.

2. Risco de Mercado

O risco de mercado define-se como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos

da carteira de negociação, provocados, nomeadamente, por flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de acções ou preços de mercadorias. O risco de mercado advém sobretudo da tomada de posições a curto prazo em títulos de dívida e de capital, moedas, mercadorias e derivados.

2.1. Gestão do Risco de Mercado

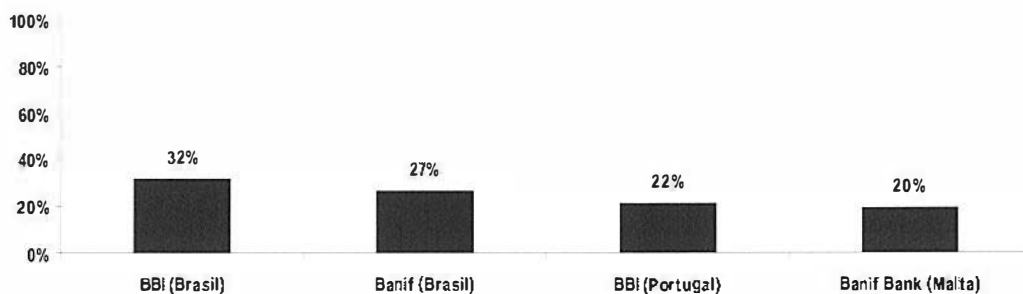
Ao nível do Banif – Grupo Financeiro, o risco de mercado decorre essencialmente das exposições em títulos detidos nas carteiras de negociação das várias subsidiárias. Em norma, os derivados contratados têm como objectivo a cobertura económica de posições, principalmente de operações originadas para Clientes, através da realização de operações simétricas com outras contrapartes que anulam o risco de mercado entre si e, ainda, de cobertura de riscos da carteira própria e dos veículos de securitização do Grupo. Desta forma, tendo em conta os negócios onde opera, os principais riscos de mercado a que o Grupo Banif se encontra sujeito são os resultantes das variações de taxa de juro, de taxa de câmbio e das cotações de mercado subjacentes aos títulos.

Em 31 de Dezembro de 2012, o valor de mercado da carteira de títulos detidos para negociação no total das entidades do Grupo ascendeu, em termos absolutos, a 113,06 milhões de euros, composto por 106,4 milhões de euros de posições longas e 7,2 milhões de euros de posições curtas³.

A gestão do risco de mercado é realizada de uma forma autónoma pelas várias subsidiárias, reflectindo as especificidades e vantagens competitivas, entre as quais a proximidade e o conhecimento local dos mercados em que operam, com particular ênfase para as instituições que actuam no Brasil (nomeadamente a unidade de banca de investimento e a unidade de banca comercial neste país), o Banif – Banco de Investimento, SA em Portugal e, ainda, em Malta, o Banif Bank (Malta).

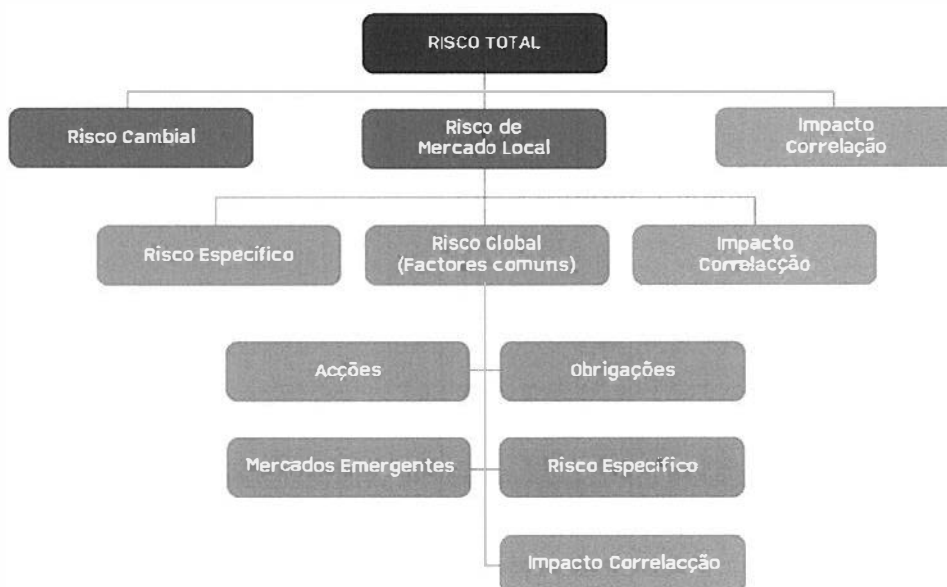
Em termos consolidados e à data de 31 de Dezembro de 2012, o Banif – Banco de Investimento (Brasil), SA, incluindo as sociedades participadas, representa a maior percentagem da carteira de negociação, com um peso de 32%, seguido do Banif Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA com um peso de 27%, do Banif Banco de Investimento, SA, em Portugal, com 22 %, e do Banif Bank (Malta) com 20%:

³ Face à carteira global de títulos consolidada do Grupo contabilizada na conta 16, não foram consideradas as participações financeiras detidas pela Banif Capital no valor de 6,6 milhões de euros (entidades não cotadas).



A análise do risco de mercado no Grupo é desenvolvida com o apoio da ferramenta BarraOne, a qual permite analisar o risco das carteiras, desagregado pelos vários factores explicativos do risco, nomeadamente, entre as componentes de risco específico e risco global (ou de mercado), o qual, por sua vez, é desagregado em diversos constituintes. O risco total considera a correlação entre os activos, quer ao nível de topo, quer nos diversos níveis de desagregação do risco. O BarraOne tem como metodologia um sistema Multi-Factor, baseado em fundamentais que incluem características económicas intuitivas, de estimação do risco com o objectivo de gestão de risco numa perspectiva *forward-looking*.

O diagrama abaixo sintetiza a forma como o BarraOne desagrega o risco, realizando uma análise de sensibilidade para cada um dos itens aplicáveis à carteira.



O cálculo do Value-at-Risk (VaR) é assim decomposto pelos seguintes factores:

Risco Cambial – componente de VaR atribuível ao risco moeda, explícito e implícito, nomeadamente através de investimento indirecto. Devido à extrema sensibilidade deste factor, o modelo utiliza como histórico apenas as últimas 17 semanas de dados.

Risco de Mercado Local – componente de VaR atribuível ao risco de mercado *per se*, excluindo o risco cambial. O risco para cada mercado é decomposto em 3 componentes: risco global, risco específico e correlação.

Risco Global – consiste no risco explicado por factores comuns de mercado, que inclui risco de indústria, estilo, taxa de juro, *spread*, mercados emergentes, *hedge funds* e *commodities*. Analisa o risco da carteira que advém da sua exposição aos factores específicos de cada mercado/modelo.

Ações – cada activo é classificado no sector onde melhor se enquadra (de acordo com a metodologia da aplicação), sendo assim calculado a componente do VaR que é explicada pelo sector. Além disso, o modelo captura o risco que deriva do activo: deter uma grande capitalização ou uma pequena capitalização; expectativa de crescimento elevado versus avaliações mais baixas; padrão de volatilidade de longo e de curto prazo.

Obrigações – os activos são analisados em duas vertentes: i) Taxa de Juro (*Yield Curve*), que inclui o risco que decorre das alterações da inclinação da curva de rendimentos e da curvatura (*twist* ou *butterfly*); e ii) *Spread*, que analisa a diferença entre a curva Swap e a curva de dívida pública, e eventos de crédito, calculando a respectiva alocação de VaR.

Mercados Emergentes – mede o risco adicional pelo facto do emitente ser de um país emergente ou pelo facto do activo ter sido emitido num país emergente.

Risco Específico – o risco que não é explicado pelos factores comuns, isto é, risco exclusivo a cada activo e, por isso, diversificável. Este modelo conjuga a estimativa do nível médio de risco específico com valor de risco específico face às características fundamentais do activo.

De referir que as instituições do Grupo a operar no Brasil possuem um sistema próprio de controlo e gestão de risco de mercado, utilizado igualmente com objectivos de reporte prudencial, de acordo com as regras da entidade local de supervisão – o Banco Central do Brasil. Em termos regulamentares, o Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA não procede à distinção entre carteira bancária e de negociação, procedendo ao cálculo do VaR para a totalidade das posições. O sistema MAPS é uma

importante ferramenta de suporte à gestão e controlo dos riscos destas duas instituições, sendo uma referência no mercado financeiro brasileiro, utilizado pelos principais bancos deste país, permitindo o controlo de limites, testes de aderência e testes de esforço, elaboração de relatórios para a gestão e de reporte ao Banco Central do Brasil.

O diagrama abaixo sintetiza a forma como o MAPS desagrega o risco para o cálculo do VaR.



3. Risco de Taxa de Juro

O risco de taxa de juro é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes de movimentos adversos nas taxas de juro. Neste caso, é avaliado o risco de taxa de juro numa perspectiva de médio/longo prazo, ao nível da carteira bancária que permita avaliar a exposição do Grupo a este risco e inferir quanto à sua capacidade em absorver variações adversas nas taxas a que se encontra exposto.

O risco de taxa de juro é monitorizado em base sistemática em função dos períodos de *repricing* dos activos e dos passivos. A análise de sensibilidade do risco de taxa de juro tem como objectivo avaliar a exposição do Banco a este risco e inferir quanto à sua capacidade em absorver variações adversas nas taxas a que se encontra exposto.

4. Risco Cambial

O risco cambial representa o risco de que o valor de posições financeiras expressas em moeda estrangeira apresente flutuações devido a alterações nas taxas de câmbio.

4.1.1. Gestão do Risco Cambial

O Grupo monitoriza a sua exposição ao risco cambial pelo controlo diário da exposição global das posições abertas assumidas perante as várias moedas, e adopta estratégias globais de cobertura para assegurar que essas posições se mantêm dentro dos limites definidos pela gestão. A exposição do Grupo ao risco cambial assenta essencialmente no capital social das participações financeiras detidas fora da zona Euro e, por isso, sujeitas a volatilidade.

5. Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a probabilidade de ocorrência de impactos negativos decorrentes da incapacidade da instituição dispor no imediato de fundos líquidos para o cumprimento atempado das suas obrigações financeiras, sendo gerido de forma centralizada no Grupo.

5.1.1. Gestão do Risco de Liquidez

A monitorização dos níveis de liquidez corrente e estrutural, necessários em função dos montantes e prazos dos compromissos assumidos e dos recursos em carteira, é efectuada através da identificação de *gaps* de liquidez.

Durante o ano de 2012, tal como esperado, o acesso aos mercados revelou-se impraticável para financiamentos não colateralizados, sendo por isso inevitável a subida verificada no peso dos empréstimos junto do BCE na estrutura de funding do Grupo.

Apesar da conjuntura nacional e internacional particularmente adversa no que toca à gestão de liquidez, quer o *liquidity gap* quer o *cumulative gap* mantiveram-se dentro dos limites considerados aceitáveis para os períodos analisados.

Como já previsto pelo Grupo, assistiu-se no 2º trimestre de 2012 a um pico de necessidades de liquidez provocado pelo reembolso de uma emissão de dívida garantida pelo Estado e de uma emissão sénior do Banif Finance, cujo efeito conjunto totalizou 690 milhões de euros. Este fluxo foi compensado pela concretização de uma nova emissão de dívida garantida pelo Estado (utilizada em operações de reporte com outras instituições de crédito) e pelo reforço dos financiamentos junto do BCE (suportados pela inclusão de carteiras de crédito na *pool* de colaterais).

A concretização do plano de recapitalização do Grupo no início de 2013 e um plano de vencimentos de dívida sénior (colocada junto de clientes particulares) distribuído ao longo de 2013 constituem uma

envolvente mais favorável à gestão do risco de liquidez do Grupo. Para 2013 a estratégia de liquidez assentará essencialmente na diversificação das fontes de financiamento (e consequente redução do recurso ao BCE), assim como na criação de uma folga de liquidez correspondente no mínimo a 10% do volume de depósitos.

5.1.2. Análise do Risco de Liquidez

A avaliação do risco de liquidez do Grupo baseia-se no cálculo e análise de indicadores regulamentares definidos pelas autoridades de supervisão, assim como outras métricas internas para as quais estão definidos limites de exposição.

Assim, é efectuado o apuramento regular da evolução da posição de liquidez do Grupo, identificando-se os factores que justificam as variações ocorridas. Este controlo é reforçado com a execução de *stress tests* de forma a caracterizar o perfil de risco do Grupo e a assegurar que são passíveis de ser cumpridas as suas obrigações num cenário de agravamento da crise de liquidez.

A política interna de gestão de liquidez atribui grande relevância à monitorização e revisão dos limites de exposição de forma a reflectirem, a cada momento, as condições de mercado. No âmbito da gestão da liquidez corrente, enquadradas no Plano de Financiamento de curto prazo do Grupo, têm sido elaboradas regularmente análises quantitativas e qualitativas que permitem identificar eventuais debilidades e preconizar a tomada de medidas correctivas, que visam o restabelecimento das reservas mínimas de liquidez, sempre que se julgue necessário.

No cumprimento das regras prudenciais emanadas pelo Banco de Portugal, o Grupo está obrigado a manter um equilíbrio adequado entre os fluxos financeiros associados às rubricas do balanço, de forma a assegurar que dispõem de fundos líquidos para cumprir, em condições razoáveis, as suas obrigações financeiras à medida que as mesmas se vencem.

6. Risco Soberano

Os valores de exposição assumidos pelo Grupo, à data de 31 de Dezembro de 2012, encontram-se divulgados.

45
PCR

7. Risco Operacional

O risco operacional é a probabilidade de ocorrência de perdas decorrentes da inadequação ou deficiência de processos e procedimentos, do pessoal, dos sistemas internos ou de acontecimentos externos, incluindo os riscos jurídicos.

7.1. Gestão do Risco Operacional

A gestão e monitorização do risco operacional no Grupo são desenvolvidas por uma equipa exclusivamente dedicada ao acompanhamento e controlo deste risco. Esta equipa dispõe de meios de trabalho adequados à gestão do risco operacional, nomeadamente, de uma solução tecnológica para gestão do risco operacional, ajustada à estrutura do Grupo, que permite a recolha, tratamento e gestão de eventos e perdas desta natureza.

No modelo de gestão de risco operacional adoptado pelo Grupo, a Direcção de Risco Corporativo assume um papel de supervisão, validação e coordenação da informação recebida das várias entidades, assegura o sistema de reporte numa perspectiva global e integrada, bem como o apoio a todas as necessidades de formação relevantes, garantindo, deste modo, o desenvolvimento e a disseminação adequada da gestão do risco operacional no Grupo.

O Grupo procede à identificação e avaliação do risco operacional em todas as áreas de actividade, classificando-o de acordo com as tipologias de risco definidas pelo Comité de Basileia.

8. Sistema de Gestão de Continuidade de Negócio

Durante o ano de 2012, verificou-se uma evolução significativa nos planos de recuperação e continuidade das entidades do grupo. Durante o primeiro semestre, foram concluídos projectos em participadas nacionais e internacionais. Por outro lado, no segundo semestre, a equipa de trabalho teve uma dedicação quase exclusiva ao plano de continuidade do Banif, SA, pelo que a implementação do plano decorreu dentro dos prazos previstos acompanhando e fazendo reflectir no mesmo, em simultâneo, a profunda reorganização logística tendente ao aproveitamento de sinergias, partilha de processos e redução de custos de funcionamento.

De salientar o empenho na aplicação das práticas internacionalmente reconhecidas plasmadas em documentos específicos da ISO – *International Organization for Standardization* e recomendações prudenciais das entidades internas de supervisão.

9. Outros Riscos

No âmbito do aprofundamento e melhoria da sua função de gestão de riscos, o Grupo incorpora na sua gestão a monitorização de outras tipologias de risco, as quais, apesar de não serem tão expressivas como as tipologias mais "tradicionais", permitem, através do seu acompanhamento, obter uma apreciação mais abrangente e completa do perfil de risco da instituição. Desta forma, são incorporados nas estruturas de reporte de informação sobre gestão de risco do Grupo vários indicadores de avaliação para acompanhamento do "risco de estratégia" e de "negócio".

10. Análise quantitativa – Grupo Banif (óptica consolidada)

10.1. Análise do Risco de Crédito

a) *Exposição a risco de crédito por rubrica contabilística*

Em 31 de Dezembro de 2012, o total do activo do Grupo apresenta a seguinte exposição ao risco de crédito:

(valores expressos em milhares de Euros)

	2012		2011	
	Exposição ¹ máxima	Exposição ² líquida	Exposição ¹ máxima	Exposição ² líquida
Activos financeiros detidos para negociação	214.725	214.725	251.614	251.614
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	79.287	79.287	160.138	160.138
Activos financeiros disponíveis para venda	755.566	755.566	561.488	561.488
Crédito a clientes	9.815.981	4.453.850	11.183.823	5.432.636
Investimentos detidos até à maturidade	36.284	36.284	53.506	53.506
Outros activos	3.090.450	3.090.450	3.612.545	3.612.545
Sub-Total	13.992.293	8.630.162	15.823.114	10.071.927
Passivos contingentes	6.972.638	6.972.638	5.146.373	5.146.373
Compromissos assumidos	601.462	601.462	873.349	873.349
Sub-Total	7.574.100	7.574.100	6.019.722	6.019.722
Total	21.566.393	16.204.262	21.842.836	16.091.649

¹ Exposição máxima: respeita ao valor líquido de balanço.

² Exposição líquida: respeita à exposição máxima deduzida do efeito da mitigação por colaterais relevantes, não se considerando assim avalios/finanças e outros colaterais de fraco valor.

A exposição máxima representa o maior cenário de exposição ao risco do Grupo, à data de referência de 31 de Dezembro, nos exercícios de 2012 e 2011, tendo em conta que esta exposição não considera os colaterais e outros mitigantes associados aos activos. Os valores reflectem as posições financeiras relevadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em termos de exposição líquida, o efeito dos mitigantes apresenta-se significativo no crédito a clientes reflectindo um efeito redutor do risco de crédito de cerca de 55%. Em termos de grau de cobertura da carteira de crédito por tipo de colateral, 50% é referente a colaterais hipotecários, 3% a colaterais

47
PCR 37 MC
d

financeiros e 2% por garantias emitidas por entidades institucionais. Uma parte relevante da carteira remanescente é coberta por garantias dos mutuários ou entidades relacionadas.

Compromissos e Garantias

Para fazer face às necessidades dos seus Clientes, o Grupo disponibiliza um conjunto de compromissos e passivos contingentes. Muito embora estas obrigações não sejam reconhecidas em balanço, estes compromissos apresentam risco de crédito e, por conseguinte, o Grupo considera-as como parte integrante do referido risco.

b) Estrutura geográfica da carteira de crédito e de títulos

Relativamente à exposição ao risco de crédito aos diferentes mercados, por geografia das contrapartes, em 31 de Dezembro de 2012, o risco de concentração dos activos financeiros, assume a seguinte distribuição:

2012	(valores expressos em milhares de Euros)				
	Europa	América do Norte	América Latina	Resto do Mundo	Total
Activos financeiros detidos para negociação ¹	31.561	389	75.775	5.344	113.069
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	75.398	3.738	-	152	79.287
Activos financeiros disponíveis para venda	676.244	8.846	63.906	6.570	755.566
Crédito a clientes	9.013.437	136.485	538.509	127.550	9.815.981
Investimentos detidos até à maturidade	15.602	10.136	10.424	122	36.284
Total	9.812.242	159.593	688.614	139.738	10.800.188
Peso de cada área geográfica	91%	1%	6%	1%	

¹ Não estão incluídos os derivativos.

Face aos valores apresentados importa referir que o Crédito a Clientes apresenta um risco de concentração significativo no mercado europeu e no mercado da América Latina representando 92% e 78% no total dos activos financeiros geridos em cada mercado.

Salienta-se ainda que os activos financeiros detidos para negociação apresentam um peso relativo mais significativo no mercado da América Latina, representando 11% dos activos geridos nesse mercado.

c) Estrutura geográfica da carteira de crédito

Em 31 de Dezembro de 2012, a exposição da carteira de crédito por áreas geográficas encontra-se detalhada no mapa seguinte, sendo a sua expressão mais significativa no mercado europeu, assumindo uma representatividade de 91%.

Handwritten signatures and initials:
 - Top right: "PUC"
 - Middle right: "DK"
 - Bottom left: "H"
 - Bottom center: "28"
 - Bottom right: "D"

(valores expressos em milhares de Euros)

	2012		2011	
	Exposição máxima	Exposição líquida	Exposição máxima	Exposição líquida
Portugal Continental	5.368.901 55%	2.399.208 54%	6.154.750 55%	2.943.760 54%
Regiões Autónomas	2.755.101 28%	1.118.269 25%	3.041.459 27%	1.269.550 23%
União Europeia	855.114 9%	291.532 7%	893.058 8%	350.509 6%
Resto da Europa	34.321 <1%	5.097 <1%	26.082 <1%	8.055 <1%
América do Norte	136.485 1%	63.583 1%	193.204 2%	138.219 3%
América Latina	538.509 5%	510.112 11%	730.429 7%	636.530 12%
Resto do Mundo	127.550 1%	66.049 1%	144.841 1%	86.013 2%
Total	9.815.981	4.453.850	11.183.823	5.432.636

Relativamente aos restantes mercados, o mercado da América Latina, reflecte a representatividade que o Grupo tem no Brasil, com um valor na ordem dos 5%.

d) *Estrutura sectorial da carteira de crédito*

À data de 31 de Dezembro de 2012, o crédito a clientes apresenta a seguinte distribuição sectorial:

(valores expressos em milhares de Euros)

	2012		2011	
	Exposição máxima	Exposição líquida	Exposição máxima	Exposição líquida
Serviços ¹	1.554.532 16%	1.083.397 24%	1.721.122 15%	1.165.502 21%
Construção	1.019.828 10%	542.702 12%	1.279.195 11%	686.510 13%
Actividades Imobiliárias	813.303 8%	373.743 8%	866.686 8%	411.306 8%
Indústria	572.134 6%	399.223 9%	695.967 6%	496.964 9%
Vendas a Retalho	471.521 5%	256.795 6%	495.295 4%	294.959 5%
Sector Público	223.678 2%	205.942 5%	240.616 2%	222.147 4%
Instituições financeiras e seguradoras	129.326 1%	90.164 2%	158.931 1%	128.760 2%
Outros sectores	579.304 6%	362.297 8%	772.753 7%	573.729 11%
Particulares	4.452.355 45%	1.139.587 26%	4.953.258 44%	1.452.759 27%
Total	9.815.981	4.453.850	11.183.823	5.432.636

¹ O segmento Serviços inclui outros serviços prestados às empresas.

O segmento "Serviços" representa 16% do total da exposição máxima em 2012, seguindo-se o segmento "Construção" contribuindo com 10% de exposição e as actividades imobiliárias com 8%.

Ainda no que se refere à exposição de risco por sector, salienta-se que a exposição ao risco de crédito dos Top 20 Clientes e/ou grupos económicos ascende, à data de 31 de Dezembro de 2012 (incluindo crédito directo e garantias prestadas), a 1.581 milhões de euros (valor bruto).

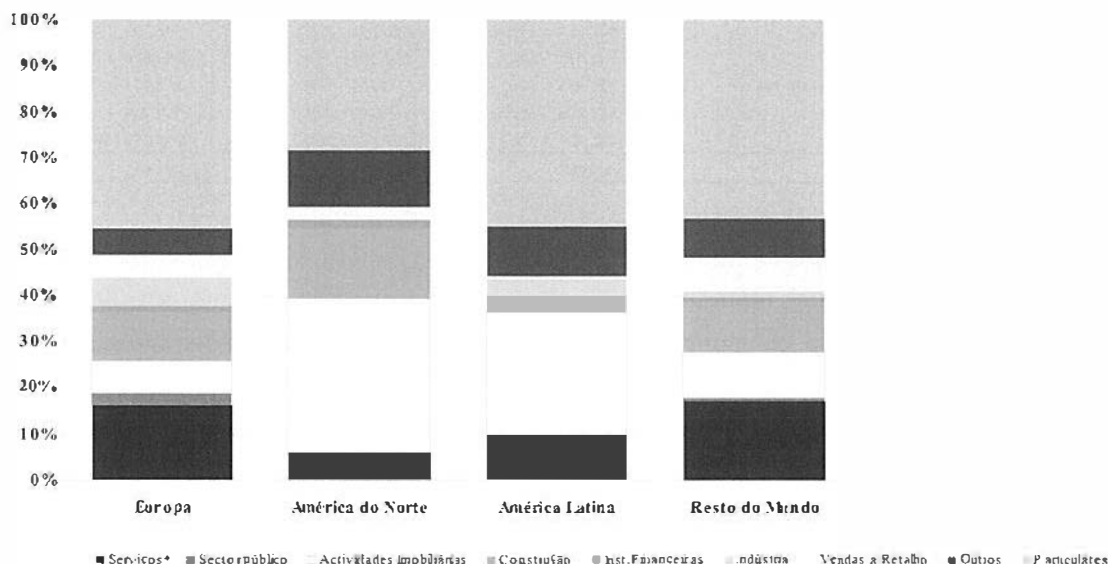
A distribuição do crédito pelos diversos sectores é apresentada, como segue:



De salientar que a exposição ao sector Estado e Outras Entidades Públicas é caracterizada, na sua maior parte, por exposição a títulos de dívida da República Portuguesa e da República Federal do Brasil.

e) *Estrutura sectorial e geográfica da carteira de crédito*

Em 31 de Dezembro de 2012, a exposição do Grupo aos mercados por sector de actividade assume a seguinte distribuição:



* Serviços incluem outros serviços prestados às empresas.

50
PCF 31.12.12
[Handwritten signature]

f) *Montantes médios por intervalos de exposição*

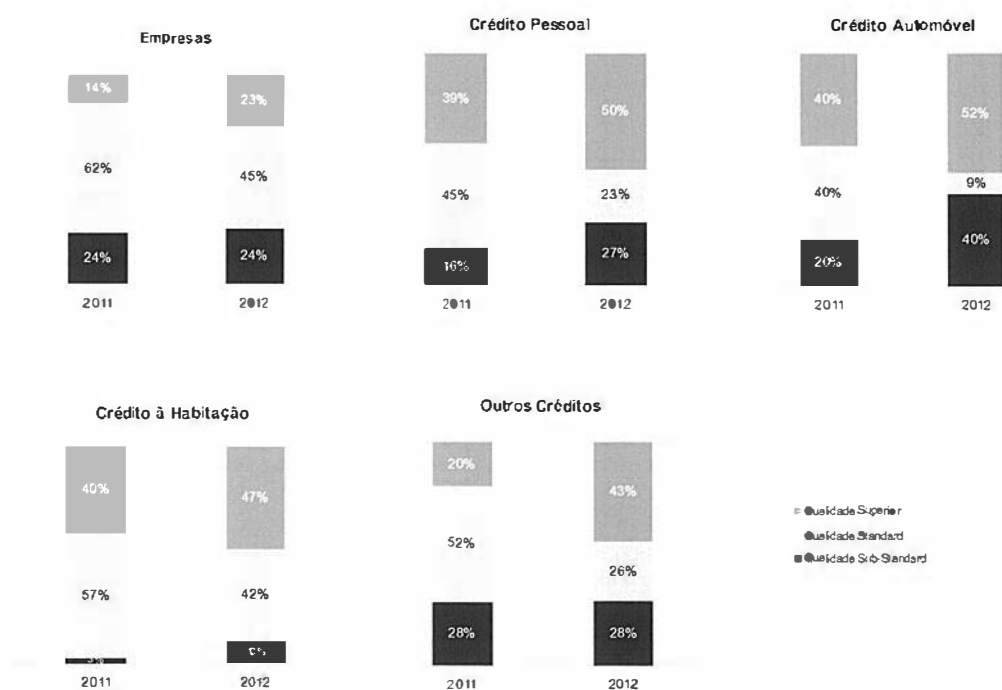
Em 31 de Dezembro de 2012, a exposição média da carteira de crédito por intervalos de valor de operação, apresenta os seguintes montantes:

2012 (valores expressos em milhares de Euros)				
Intervalo de valor por Operação	Nr Clientes	Crédito	Exposição média	Peso
] 0M - 0,5M]	368.162	6.124.789	17	62,4%
] 0,5M - 2,5M]	1.084	1.393.150	1.285	14,2%
] 2,5M - 5M]	156	599.346	3.842	6,1%
] 5M - 10M]	87	652.355	7.498	6,6%
> 10M	62	1.046.341	16.876	10,7%
Total	369.551	9.815.981		

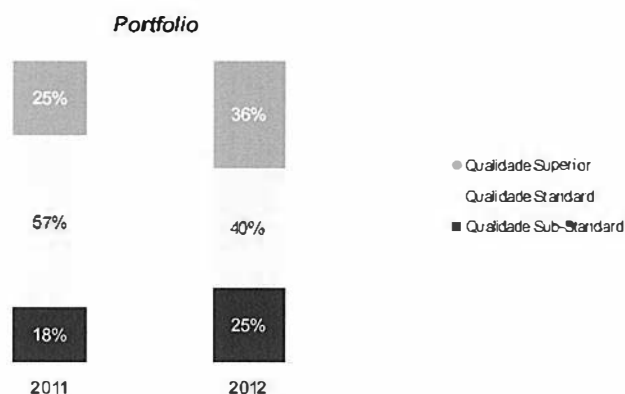
g) *Qualidade do crédito e outros activos financeiros*

Crédito Concedido

A repartição da carteira de crédito do Grupo para os principais segmentos de negócio, a 31 de Dezembro de 2012, apresenta a seguinte estrutura ao nível da qualidade do crédito:



Em termos globais, a carteira total do crédito apresenta a seguinte distribuição:



A distribuição da qualidade do crédito a Clientes baseia-se na classificação atribuída às carteiras das entidades mais representativas do Grupo, desagregadas pelos segmentos mais significativos e qualificadas em três níveis de risco, diferenciados por probabilidade de incumprimento: "Qualidade Superior", "Qualidade Standard" e "Qualidade Sub-standard". A metodologia de qualificação da carteira foi reformulada face aos anos anteriores (por forma a permitir a comparabilidade com os dados de 2012, os valores referentes a 2011 acima apresentados reflectem a nova metodologia).

Em termos de decomposição por sector, apresentamos na tabela seguinte montantes e indicadores de qualidade do crédito:

(valores expressos em milhares de Euros)

	2012		2011	
	Exposição bruta*	Exposição total em incumprimento >90 dias**	Exposição bruta*	Exposição total em incumprimento >90 dias**
Serviços	1.670.027	252.696 15%	1.813.124	191.416 11%
Construção	1.188.212	327.703 28%	1.408.115	326.079 23%
Actividades Imobiliárias	950.168	221.634 23%	935.959	191.281 20%
Indústria	668.691	186.739 28%	777.188	154.720 20%
Vendas a retalho	542.400	126.808 23%	553.496	107.756 19%
Sector público	226.322	17.018 8%	242.349	8 0%
Instituições financeiras e seguradoras	151.907	13.980 9%	173.092	5.663 3%
Outros sectores	730.562	209.600 29%	844.731	159.763 19%
Particulares	4.785.456	726.250 15%	5.249.300	704.486 13%
Total	10.913.745	2.082.428 19%	11.997.354	1.841.172 15%

* Exposição bruta: respeita ao valor de balanço antes de provisões.

** Exposição total em incumprimento >90 dias: respeita ao saldo total (vencendo e vencido) das operações de crédito que, à data de referência, se encontram em incumprimento há mais de 90 dias, de acordo com os conceitos da Instrução n.º 23/2007 do Banco de Portugal.

Handwritten signatures and initials: PKK, 37, NR, 72, 1

Para além da deterioração do contexto económico durante o ano de 2012, a evolução negativa evidenciada nos indicadores acima apresentados é igualmente influenciada pela redução significativa da carteira de crédito decorrente do actual processo de desalavancagem.

Ainda e, no que respeita à qualidade do crédito, os indicadores de sinistralidade apresentam a 31 de Dezembro de 2012, os seguintes valores:

	(valores expressos em milhares de Euros)	
	2012	2011
Crédito a Clientes, do qual:	10.913.745	11.948.846
Crédito e Juros Vencidos ²	1.343.500	1.064.470
Imparidade do crédito	(1.097.764)	(813.531)
Indicadores (%)		
Imparidade do Crédito / Crédito a Clientes	10,1%	6,8%
Crédito com Incumprimento/Crédito Total ¹	12,3%	8,9%
Crédito com Incumprimento, líquido/Crédito Total, líquido ¹	2,5%	2,3%
Crédito em Risco/Crédito Total ¹	20,3%	16,9%
Crédito em Risco, líquido/Crédito Total, líquido ¹	11,4%	10,8%

¹ Rácios provenientes da Instrução n.º 22/2011 do Banco de Portugal.

² Crédito e Juros vencidos > 90 dias

Os indicadores apresentados demonstram que, no exercício de 2012, registou-se uma degradação da qualidade da carteira de crédito, fruto da deterioração da situação económica doméstica e internacional. Este enquadramento reflectiu-se num aumento dos valores do crédito vencido e das respectivas perdas por imparidade.

Neste âmbito, verificou-se um agravamento nos parâmetros de PD (*Probability of Default*) e de LGD (*Loss Given Default*), em alguns segmentos de negócio, com impacto no apuramento da imparidade colectiva, sobretudo ao nível do Banif, SA. Ao nível da imparidade apurada na análise individual de clientes, salienta-se um acréscimo das necessidades de cobertura face aos valores de incumprimento verificados. Refira-se, contudo, que o significativo reforço de dotações para imparidade em 2012 traduziu-se num expressivo grau de cobertura do crédito de menor qualidade.

O valor de crédito e juros vencidos inclui 70.347 milhares de euros de crédito abatido ao activo nas contas individuais das Entidades do Grupo.

Compromissos e Garantias

Para fazer face às necessidades dos seus Clientes, o Grupo disponibiliza um conjunto de compromissos e passivos contingentes. Muito embora estas obrigações não sejam reconhecidas em

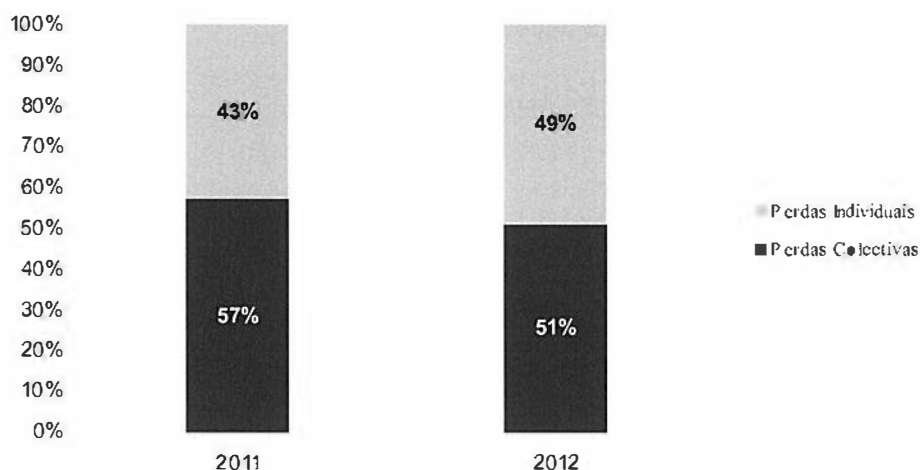
balanço, estes compromissos apresentam risco de crédito e, por conseguinte, o Grupo considera-as como parte integrante do referido risco.

Avaliação de Imparidade

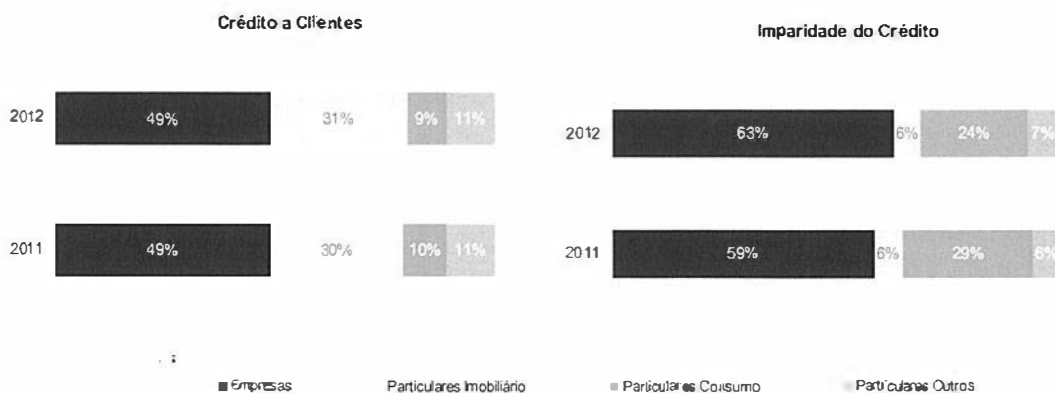
À data de 31 de Dezembro de 2012, o valor das perdas por imparidade colectiva e individual, incluindo as perdas extrapatrimoniais, ascendem a 559.475 milhares de euros (em 2011, 464.629 milhares de euros) e 538.289 milhares de euros (em 2011, 351.728 milhares de euros), respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2012, o crédito analisado individualmente ascendeu a 2.074.472 milhares de euros.

No final do exercício, a contribuição das perdas individuais para o montante total das perdas estimadas para o crédito concedido no Grupo e responsabilidades extrapatrimoniais com natureza de crédito, é apresentado como segue:



O montante do crédito concedido, face às perdas estimadas por segmento, para os exercícios de 2012 e 2011, apresenta os seguintes valores:



Em 2012, verifica-se uma degradação da carteira de crédito a clientes do Segmento Empresas cuja imparidade representa cerca de 63% do total da imparidade do crédito, face a 59% registada em 2011.

Em 31 de Dezembro de 2012, a imparidade do crédito concedido apresenta a seguinte movimentação face a 2011:

(valores expressos em milhares de Euros)

	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
Saldo 2011	482.028	238.830	47.685	44.988	813.531
Reforços	490.615	81.917	36.242	62.196	670.970
Utilizações e Regularizações	(101.658)	(12.185)	(4.662)	(13.396)	(131.901)
Reversões e Recuperações	(178.585)	(49.419)	(12.963)	(13.870)	(254.836)
Saldo 2012	692.399	259.144	66.303	79.918	1.097.764

	Empresas	Particulares Consumo	Particulares Imobiliário	Particulares Outros	Total
Saldo 2010	326.805	186.755	39.330	41.967	594.857
Reforços	296.904	113.345	13.121	32.280	455.649
Utilizações e Regularizações	(99.267)	(13.483)	-	(10.853)	(123.602)
Reversões e Recuperações	(42.414)	(47.786)	(4.766)	(18.406)	(113.373)
Saldo 2011	482.028	238.830	47.685	44.988	813.531

Crédito e Juros Vencidos

À data de 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o montante de crédito e juros vencidos há mais de 90 dias por classes de incumprimento apresenta a seguinte desagregação:

2012

(valores expressos em milhares de Euros)

	3 - 6 Meses	6 - 12 Meses	1 - 3 Anos	> 3 Anos	Total
Empresas	116.099	165.307	231.913	289.213	802.533
Particulares Consumo	14.482	35.397	82.943	190.274	323.096
Particulares Imobiliário	1.371	4.145	11.999	25.840	43.356
Particulares Outros	3.877	12.623	32.397	125.619	174.516
Total	135.829	217.472	359.253	630.946	1.343.500

2011

(valores expressos em milhares de Euros)

	3 - 6 Meses	6 - 12 Meses	1 - 3 Anos	> 3 Anos	Total
Empresas	80.177	83.176	213.804	109.894	487.052
Particulares Consumo	2.775	8.655	66.482	142.523	220.434
Particulares Imobiliário	19.698	26.094	42.596	22.183	110.571
Particulares Outros	3.767	27.767	44.817	170.064	246.413
Total	106.417	145.692	367.697	444.664	1.064.470

Recuperação de Crédito Vencido e em Contencioso

Na sequência da abordagem seguida nos últimos anos, o Grupo prosseguiu o reforço dos recursos, meios e modelos na recuperação dos créditos, com o objectivo de se promover o seu ajustamento às exigências decorrentes do aumento acentuado do crédito vencido.

No decorrer de 2012, o Grupo concretizou um conjunto de iniciativas que visam a melhoria dos processos transversais e das ferramentas de suporte aos modelos de recuperação, em que assumiram maior relevância:

- A revisão dos procedimentos na articulação das estruturas de recuperação com os mandatários dos processos, suportada numa aplicação informática que centraliza a troca de informação necessária à gestão dos processos;
- Reforço dos mecanismos de articulação e partilha de informação entre as várias entidades do grupo, nomeadamente nos clientes que são comuns;
- O reforço do grau de sistematização e eficiência no desempenho dos procedimentos no âmbito do acompanhamento dos processos, estimativas de taxas de recuperabilidade/imparidade e reporte de informação.

Crédito Reestruturado

O Grupo monitoriza regularmente a sua carteira de crédito, no intuito de detectar preventivamente situações de possível incumprimento dos clientes. Quando aplicável e adequado, os créditos são alvo de reestruturação, sendo negociadas novas condições mais adequadas às capacidades financeiras dos clientes e à sua capacidade de geração de fundos.

No âmbito dos normativos do Banco de Portugal, as operações de crédito alvo de reestruturação são identificadas e marcadas como tal nos sistemas de informação, sendo consideradas as operações de crédito cujas condições iniciais foram reformuladas, na mesma operação ou através da contratação de um novo crédito, em virtude da degradação da qualidade creditícia dos clientes. Os créditos identificados com o estado de reestruturado deixam de estar nessa condição se, ao fim de um ano, não tiverem ocorrido novos incumprimentos.

O contexto macroeconómico adverso verificado em 2012, consubstanciado num ambiente de forte contracção económica, com redução do consumo privado, aumento do nível de desemprego e consequente aceleração do ritmo de degradação do risco de crédito das empresas e particulares teve uma forte influência no volume de créditos reestruturados por dificuldades financeiras dos clientes, tal como descrito na tabela seguinte:

(valores expressos em milhares de Euros)

	2012			2011		
	Exposição Bruta*	Exposição reestruturada**		Exposição Bruta*	Exposição reestruturada**	
Residentes	9.355.698	946.085	10%	10.275.445	578.287	6%
Habituação	3.054.010	27.679	1%	3.259.329	10.732	0%
Consumo e outros	1.419.446	98.889	7%	1.619.769	63.112	4%
Empresas	4.506.630	778.251	17%	4.828.327	488.653	10%
Administração pública	176.412	41.266	23%	207.297	15.790	8%
Outros	199.200	-	0%	360.723	-	0%
Não residentes	1.558.047	172.613	11%	1.721.909	5.800	0%
Total	10.913.745	1.118.698	10%	11.997.354	584.087	5%

* Exposição bruta : respeita o valor bruto de baixaço.

** Exposição reestruturada : respeita às operações de crédito cujas condições iniciais foram reformuladas na sequência da degradação da qualidade creditícia dos clientes.

Outros activos financeiros

Os quadros seguintes apresentam as carteiras de títulos de dívida ventiladas por *ratings* externos (emissão/emiteente). Os *ratings* das carteiras foram apurados com base nos *ratings* das agências internacionais Moody's, Fitch e S&P, segundo as regras de Basileia II.

2012

(valores expressos em milhares de Euros)

	HIGH GRADE	STANDARD GRADE	SUB-STANDARD GRADE	NOT RATED	TOTAL
Activos financeiros detidos para negociação ¹	7.215	37.891	15.142	16.618	76.865
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	237	236	530	1.003
Activos financeiros disponíveis para venda	22.853	24.582	140.167	344.862	532.465
Crédito a clientes ²	-	-	4.876	112.690	117.566
Investimentos detidos até à maturidade	12.631	2.540	10.566	122	25.860
Total	42.699	65.251	170.988	474.822	753.759
Em %	5,7%	8,7%	22,7%	63,0%	100%

¹ Não estão incluídos os derivativos.

² Não estão incluídos os títulos de papel comercial.

2011

(valores expressos em milhares de Euros)

	HIGH GRADE	STANDARD GRADE	SUB-STANDARD GRADE	NOT RATED	TOTAL
Activos financeiros detidos para negociação	2.213	107.197	26.310	61	135.781
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	332	162	89.212	35.517	125.224
Activos financeiros disponíveis para venda	29.469	62.106	385.526	10.148	487.250
Crédito a clientes	17.34	-	6.417	13.444	21.505
Investimentos detidos até à maturidade	15.068	5.001	19.744	3.846	43.658
Total	48.816	174.467	527.210	63.016	813.509
Em %	6,0%	21,4%	64,8%	7,7%	100%

10.2. Análise do Risco de Mercado

Nos quadros seguintes, apresenta-se o cálculo do *Value-at-Risk* (VaR) para as carteiras de títulos de negociação do Banif - Grupo Financeiro. O VaR foi apurado seguindo o modelo paramétrico, para um horizonte de 10 dias e com um intervalo de confiança de 99%, em linha com as recomendações do

57


Novo Acordo de Basileia e do Banco de Portugal (Aviso n.º 8/2007). De referir que, no cômputo global, as carteiras são compostas maioritariamente por títulos de renda fixa.

O sistema BarraOne foi aplicado às carteiras de negociação das várias entidades do Grupo, à excepção do Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA, incluindo participadas, tendo em consideração que o sistema usado internamente para controlo e gestão de risco de mercado (MAPS), revela-se mais adequado ao tratamento das respectivas carteiras, dadas as características dos activos, entre os quais unidades de participação de fundos de investimento e outros instrumentos financeiros locais. A carteira de negociação do Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA, incluindo sociedades participadas, correspondia a cerca de 36 milhões de euros à taxa de câmbio de final do ano, o que inclui cerca de 19 milhões de euros de investimento em unidades de participação de um fundo imobiliário. O VaR total da carteira do Banif - Banco de Investimento (Brasil), SA, cifrava-se em BRL 566 mil (ou 209 mil euros) no final do ano, sendo composta maioritariamente por títulos de dívida pública brasileira (superior a 36%).

No que diz respeito à carteira do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA (Brasil), com um valor de mercado de cerca de 30 milhões de euros no final do ano, era composta por títulos com elevada liquidez, cerca de 77% composta por dívida pública brasileira, de taxa fixa, em moeda local, com *duration* total de cerca de 1 ano e meio. O VaR total da carteira ascendia a BRL 765 mil (283 mil euros) no final do ano.

A carteira de negociação do Banif - Banco de Investimento, SA, em Portugal, incluindo a Banif Açor Pensões, ascendia a cerca de 25 milhões de euros em valor absoluto, a 31 de Dezembro de 2012, composta quase exclusivamente por títulos de renda fixa, com cerca de 76% da carteira denominada em euros. A componente de acções assume um peso quase nulo. Relativamente ao risco-país, cerca de 52% da carteira corresponde a investimentos em títulos brasileiros e 23% em emittentes portugueses. No cômputo global, o VaR da carteira de negociação da unidade de banca de investimento em Portugal ascendia, no final do ano, a 539 mil euros.

À data de 31 de Dezembro de 2012, a carteira do Banif Bank (Malta), apresenta um valor de mercado de cerca de 22 milhões de euros, composta por títulos com elevada liquidez, cerca de 45% por dívida pública de Malta e 18% por dívida pública portuguesa. A carteira é composta por títulos de renda fixa, em euros, em que quase metade da mesma apresenta uma maturidade residual inferior a 2 anos. O VaR total da carteira ascende a 421 mil euros no final do ano.

Nos quadros seguintes, apresenta-se o VaR para a carteira consolidada a 31 de Dezembro de 2012, desagregada pelas várias subsidiárias do Grupo, reflectindo a gestão independente e local das respectivas carteiras de negociação e o risco de mercado próprio a que estão sujeitas.

Decomposição do VaR da carteira do Banif – Banco de Investimento (Brasil), SA:

(valores expressos em milhares)		
	VaR da Carteira (BRL)	VaR da Carteira (EUR)
Risco Total	566	209
Risco de Mercado	581	215
Risco Global (factores comuns)	581	215
Risco Cambial	-	-
Efeito de Diversificação	(15)	(5)

Decomposição do VaR da carteira do Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil), SA:

(valores expressos em milhares)		
	VaR da Carteira (BRL)	VaR da Carteira (EUR)
Risco Total	765	283
Risco de Mercado	765	283
Risco Global (factores comuns)	764	283
Risco Específico	32	12
Risco Cambial	-	-
Efeito de Diversificação	(31)	(11)

Decomposição do VaR da carteira do Banif – Banco de Investimento, SA e Banif Açor Pensões:

BBI Portugal + Banif Açor Pensões	
(valores expressos em milhares de Euros)	
	VaR da Carteira
Risco Total	539
Risco de Mercado	461
Risco Global (factores comuns)	444
Risco Específico	122
Risco Cambial	367
Efeito de Diversificação	(394)

Decomposição do VaR da carteira do Banif Bank (Malta):

Banif Bank Malta	
(valores expressos em milhares de Euros)	
VaR da Carteira	
Risco Total	421
Risco de Mercado	421
Risco Global (factores comuns)	570
Risco Específico	99
Risco Cambial	-
Efeito de Diversificação	(248)

Desta forma, o VaR total agregado das carteiras de negociação das várias entidades do Banif - Grupo Financeiro ascende a cerca de 1,45 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2012, representando cerca de 1,28% do respectivo valor de mercado em base consolidada. O rácio do VaR total nos fundos próprios de base consolidados do Grupo (considerando os fundos próprios Tier 1 após a recapitalização) assume um peso muito reduzido: cerca de 0,1%.

10.3. Análise do Risco de Taxa de Juro

Esta análise, tem por base a determinação do nível de exposição efectuada de acordo com os métodos e pressupostos submetidos à aprovação da autoridade de supervisão, considerando um choque *standard*, positivo e negativo, de 200 pontos base na taxa de juro e o respectivo impacto na situação líquida e na margem financeira (a 12 meses). Contudo, o Grupo determina o impacto, nos seus indicadores internos, de outras magnitudes de choque.

Análise de sensibilidade – impacto de uma variação positiva de 200 pontos base na curva de taxas de juro por moedas relevantes

(valores expressos em milhares de Euros)

	2012			2011		
	EUR	USD	TOTAL	EUR	USD	TOTAL
Até 1 m	2.615	154	2.769	946	0	946
1 - 3 m	-7.255	221	-7.034	-3.510	153	-3.357
3 - 6 m	-10.119	1.233	-8.886	-7.226	-451	-7.677
6 - 12 m	14.376	1.187	15.563	3.632	160	3.792
1 - 5 A	10.436	-1.082	9.354	29.448	-2.160	27.288
> 5 A	-26.340	-14.328	-40.668	-70.369	-14.757	-85.126
Impacto na Situação Líquida	-16.287	-12.615	-28.902	-47.079	-17.055	-64.134
Impacto na Situação Líquida, em % dos Fundos Próprios	-1,3%	-1,0%	-2,3%	-5,0%	-1,8%	-6,8%
Até 1 m	-62.868	-3.694	-66.562	-22.157	-16	-22.173
1 - 3 m	34.935	-1.163	33.772	18.749	-769	17.980
3 - 6 m	13.691	-1.934	11.757	8.656	927	9.583
6 - 12 m	-6.670	-87	-6.757	-1.504	63	-1.441
Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	-20.912	-6.878	-27.790	3.744	205	3.949
Impacto na Margem Financeira anual, em %	-12,1%	-4,0%	-16,1%	1,4%	0,1%	1,5%
Fundos Próprios			1.263.320			951.045
Margem Financeira			172.772			277.275

Nota: esta análise considera os Fundos Próprios após a recapitalização.

Os resultados da análise de sensibilidade indicam que uma subida nas taxas de mercado terá um impacto negativo na Situação Líquida e na Margem Financeira.

10.4. Análise do Risco Cambial

A maior exposição ao risco de crédito em moeda estrangeira, na carteira de crédito concedido centra-se em BRL, conforme divulgado no quadro seguinte:

(valores expressos em milhares de Euros)

	2012	2011
EUR	8.979.075	10.018.179
BRL	435.382	571.705
USD	210.344	325.803
CVE	76.946	83.914
CHF	29.745	51.159
GBP	48.455	88.972
HUF	27.356	35.025
PLN	7.874	6.736
JPY	773	2.296
Outras	31	34
Total	9.815.981	11.183.823

10.5. Análise do Risco de Liquidez

As tabelas abaixo resumem o perfil de maturidade dos fluxos de caixa dos activos e passivos do Grupo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (não considerando juros futuros), respectivamente:

(valores expressos em milhares de euros)							
2012	ATÉ 1 MÊS	1-3 MESES	3-6 MESES	6-12 MESES	1-5 ANOS	> 5 ANOS	TOTAL
PASSIVO	2.771.882	2.217.476	1.915.057	1.625.083	3.309.202	1.777.436	13.616.137
Recursos de Bancos Centrais e outras IC's	1.177.355	134.135	92.889	57.833	2.030.973	0	3.493.185
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.348.332	2.019.257	1.766.614	1.384.028	559.667	672.532	7.750.430
Responsabilidades representadas por títulos	35.326	24.126	37.289	118.159	513.761	977.770	1.706.431
Passivos Subordinados	0	0	17.371	27.939	60.308	121.996	228.114
Outros Passivos	210.250	39.851	395	37.121	113.973	5.102	406.691
Provisões	619	106	0	3	30.521	37	31.285
Capital e Reservas	0	0	0	0	0	376.156	376.156
TOTAL	2.771.882	2.217.476	1.915.057	1.625.083	3.309.202	2.153.593	13.992.293
ACTIVO							
Crédito sobre IC's	261.337	246.962	8.162	30.285	19.862	11.002	577.609
Crédito a Clientes	541.835	772.955	887.679	840.715	3.383.456	3.389.140	9.815.981
Activos financeiros	16.913	36.731	190.095	360.520	412.152	33.166	1.049.578
Investimentos e activos tangíveis e intangíveis	572	1.804	2.750	7.194	32.649	416.951	451.919
Outros Activos	240.107	29.196	48.769	137.766	420.457	1.220.912	2.097.206
TOTAL	1.060.764	1.087.648	1.137.655	1.376.480	4.258.575	5.071.171	13.992.293
(valores expressos em milhares de euros)							
2011	ATÉ 1 MÊS	1-3 MESES	3-6 MESES	6-12 MESES	1-5 ANOS	> 5 ANOS	TOTAL
PASSIVO	3.526.754	2.810.521	2.228.561	1.136.085	3.496.183	1.690.094	14.888.198
Recursos de Bancos Centrais e outras IC's	1.266.390	748.077	146.760	144.339	1.243.247	23.989	3.572.802
Recursos de clientes e outros empréstimos	1.940.092	1.922.301	1.564.913	876.560	1.668.258	58.568	8.030.692
Responsabilidades representadas por títulos	75.980	65.502	504.738	82.533	178.033	1.442.370	2,349.156
Passivos Subordinados	293	18.366	0	5.643	29.071	165.167	218.540
Outros Passivos	243.999	56.275	12.150	27.010	362.169	0	701.603
Provisões	0	0	0	0	15.405	0	15.405
Capital e Reservas	0	0	0	0	0	934.916	934.916
TOTAL	3.526.754	2.810.521	2.228.561	1.136.085	3.496.183	2.625.010	15.823.114
ACTIVO							
Crédito sobre IC's	563.814	59.193	6.028	110.838	49.374	55.249	832.440
Crédito a Clientes	640.074	756.899	1.079.930	1.546.137	3.546.161	3.614.622	11.183.823
Activos financeiros	197.418	10.507	161.247	63.177	280.322	240.569	973.240
Investimentos e activos tangíveis e intangíveis	0	0	0	0	52.855	499.463	552.318
Outros Activos	421.061	25.918	324.424	421.551	10.728	1.077.611	2.281.293
TOTAL	1.822.367	852.517	1.559.573	2.161.703	3.939.440	5.487.514	15.823.114

A análise dos desfasamentos (*gaps*) verificados no perfil de vencimentos dos *cash-flows* futuros permite também verificar concentrações de risco nos vários prazos:

62

(valores expressos em milhares de euros)

2012

	GAP	GAP ACUMULADO	%GAP / TOTAL ACTIVO	%GAP ACUMULADO /TOTALACTIVO
Até 1 Mês	(1.711.118)	(1.711.118)	-12,2%	-12,2%
1-3 MESES	(1.129.828)	(2.840.946)	-8,1%	-20,3%
3-6 MESES	(777.402)	(3.618.348)	-5,6%	-25,9%
6-12 MESES	(248.603)	(3.866.951)	-1,8%	-27,6%
1-5 ANOS	949.373	(2.917.578)	6,8%	-20,9%
>5 ANOS	2.917.578	-	20,9%	-

(valores expressos em milhares de euros)

2011

	GAP	GAP ACUMULADO	%GAP / TOTAL ACTIVO	%GAP ACUMULADO /TOTALACTIVO
Até 1 Mês	(1.704.387)	(1.704.387)	-10,8%	-10,8%
1-3 MESES	(1.958.004)	(3.662.391)	-12,4%	-23,1%
3-6 MESES	(668.988)	(4.331.379)	-4,2%	-27,4%
6-12 MESES	1.025.618	(3.305.761)	6,5%	-20,9%
1-5 ANOS	443.257	(2.862.504)	2,8%	-18,1%
>5 ANOS	2.862.504	-	18,1%	-

Em termos de análise aos *gaps* de liquidez apresentados aplicam-se as mesmas considerações descritas para os *gaps* de liquidez do Banif SA (consultar item “Análise do Risco de Liquidez” na secção “Análise quantitativa – Banif SA (óptica individual)”).

Derivados ao justo valor

O quadro abaixo analisa os derivados apresentados ao justo valor decompostos pelos *gap* de maturidade, baseados no período remanescente (pela data contratual) à data de 31 de Dezembro de 2012 e 2011, respectivamente. Os montantes apresentados correspondem aos *cash-flows* contratados actualizados, contudo estes podem ocorrer antes da data de maturidade.

Os *cash-flows* da carteira de instrumentos financeiros derivados de negociação por maturidades residuais são os seguintes:

52. 63
puc
TL
d

(valores expressos em milhares de euros)

2012	Até 1m	1-3m	3-12m	1-5 A	>5A	Total
Swaps FX	-1.539	-1.941	19	0	0	-3.461
Divisas	-109	56	103	4	0	54
Interest Rate Swaps	4	-8	766	101	-4.817	-3.954
Credit Default Swaps	0	0	0	0	0	0
Operações a prazo de divisas	0	0	0	0	0	0
Total	-1.644	-1.893	888	105	-4.817	-7.361

2011	Até 1m	1-3m	3-12m	1-5 A	>5A	Total
Swaps FX	2.582	4.353	309	0	0	7.244
Divisas	-679	147	34	0	0	-498
Interest Rate Swaps	-2.821	0	0	141	-2.021	-4.701
Credit Default Swaps	0	0	-4.785	0	0	-4.785
Operações a prazo de divisas	0	0	0	0	0	0
Total	-918	4.500	-4.442	141	-2.021	-2.740

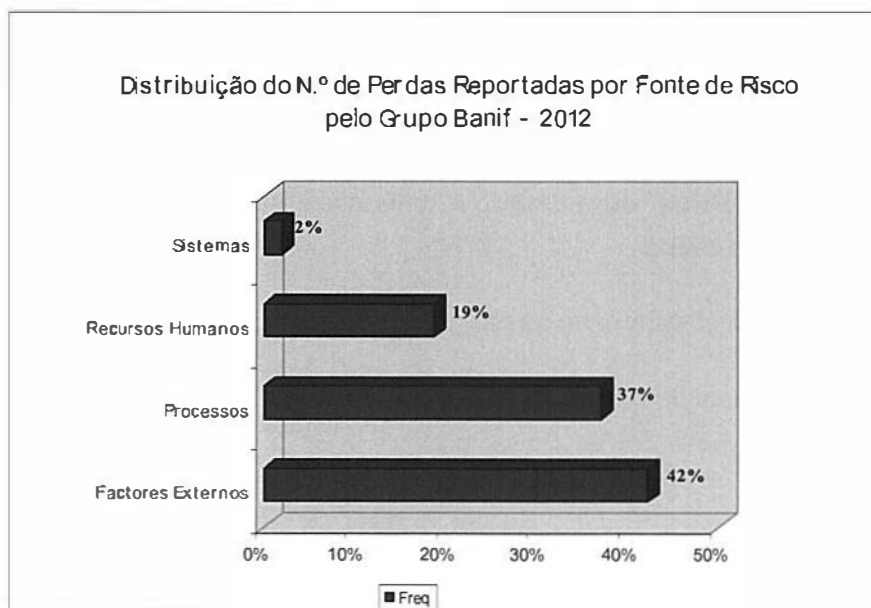
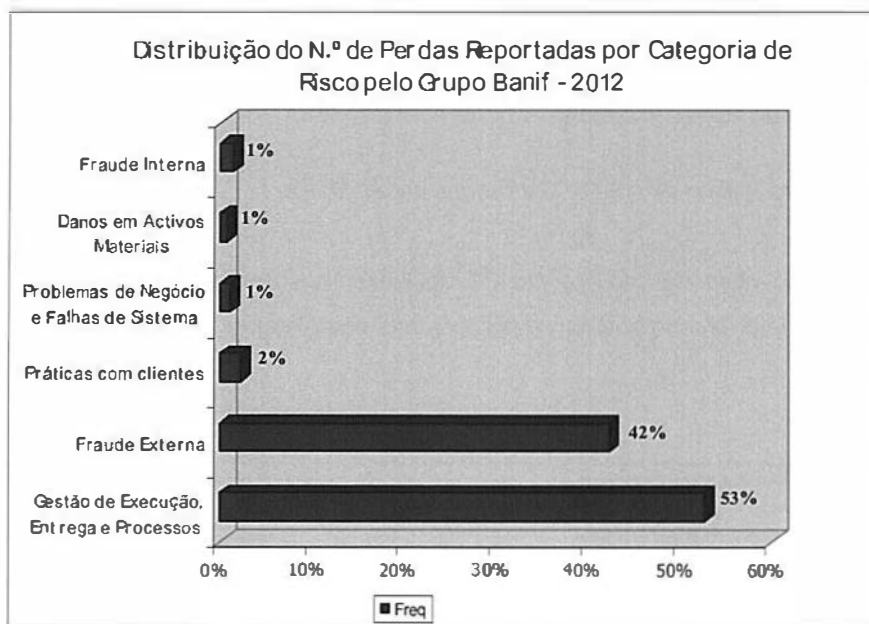
10.6. Análise do Risco operacional

O registo de eventos de perda operacional, permite reforçar a sensibilidade para os diferentes tipos de risco e correspondentes acções de mitigação, sendo também um importante instrumento para quantificar a exposição ao risco e, no futuro, suportar o cálculo das necessidades de capital económico e regulamentar.

O modelo de captação de perdas implementado consiste na identificação de perdas contabilizadas, sendo analisada toda a documentação que suporta essa contabilização, o que permite o seu registo na ferramenta informática com uma elevada qualidade de informação. Os registos são todos caracterizados quanto à sua fonte de risco, sendo quantificados e definidas acções correctivas ou de melhoria de procedimentos com vista à mitigação do risco que lhe deu origem.

A captura de perdas foi incrementada em 2012, estando, neste momento, consolidada, no que diz respeito ao Banif S.A., Banif Brasil, BBI Brasil e Banif Bank (Malta).

Os resultados do exercício de captação de perdas, em termos de distribuição de eventos de perda, por categorias e fontes de risco, apresentam, a 31 de Dezembro de 2012, a seguinte representatividade:



11.Análise

quantitativa – Banif SA (óptica individual)

65
PCR
DK
d

66
H. D. R. P. 4

c) *Estrutura geográfica da carteira de crédito*

Em 31 de Dezembro de 2012, a exposição do risco de crédito por áreas geográficas encontra-se detalhada no mapa seguinte, sendo a sua expressão mais significativa no mercado português, com uma representatividade de 92%.

(valores expressos em milhares de Euros)

	2012		2011	
	Exposição máxima	Exposição líquida	Exposição máxima	Exposição líquida
Portugal Continental	4.602.994 58%	1.815.599 59%	5.996.319 63%	3.083.205 69%
Regiões Autónomas	2.702.775 34%	1.086.115 35%	2.966.267 31%	1.221.823 27%
União Europeia	418.894 5%	75.918 2%	444.481 5%	81.337 2%
Resto da Europa	34.272 <1%	5.617 <1%	25.724 <1%	8.478 <1%
América do Norte	58.063 <1%	35.619 1%	74.246 <1%	48.608 1%
América Latina	76.677 <1%	51.690 2%	44.076 <1%	11.376 <1%
Resto do Mundo	33.710 <1%	17.231 <1%	18.285 <1%	1.655 <1%
Total de Exposição a riscos de crédito	7.927.385	3.087.789	9.569.398	4.456.482

d) *Estrutura sectorial e geográfica da carteira de crédito*

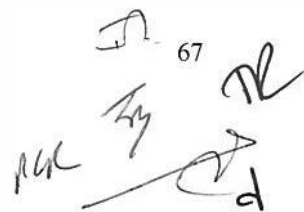
Em 31 de Dezembro de 2012, o mercado europeu, face aos restantes mercados, tem uma representatividade quase exclusiva no crédito concedido a Particulares e a Instituições Financeiras e Seguradoras.

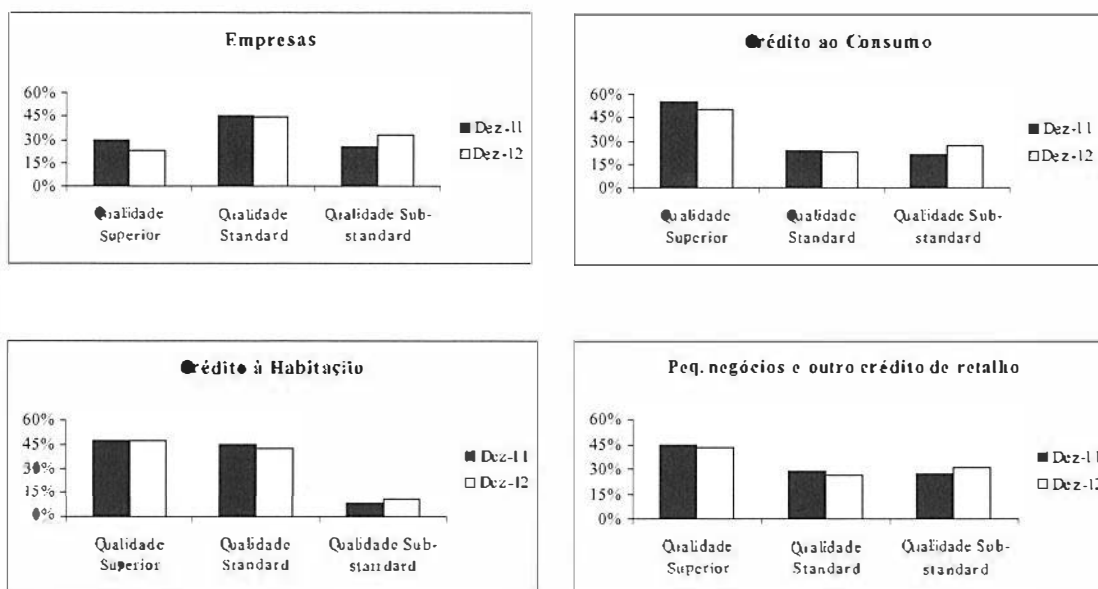
(valores expressos em milhares de Euros)

	2012						Total
	Portugal	União Europeia	Resto da Europa	América do Norte	América Latina	Resto do Mundo	
Serviços	1.189.871	50.194	27	7.813	2	428	1.248.335
Construção	834.358	57	39	153	2.082	0	836.689
Actividades Imobiliárias	597.055	18.535	12.102	0	45.103	1	672.796
Indústria	488.802	0	0	204	316	0	489.322
Vendas a retalho	407.500	0	20	18	0	0	407.538
Sector público	225.192	0	0	0	0	0	225.192
Instituições financeiras e seguradoras	103.109	879	4.925	19.559	0	16.458	144.930
Outros sectores	447.309	207	471	1.823	444	475	450.729
Particulares (sem ENIs)	3.012.573	349.022	16.688	28.493	28.730	16.348	3.451.854
Total Exposição por Sector de Actividade / Áreas Geográficas	7.305.769	418.894	34.272	58.063	76.677	33.710	7.927.385
Peso de cada área geográfica	92%	5%	<1%	<1%	<1%	<1%	

e) *Qualidade da carteira de crédito*

A repartição das carteiras para os principais segmentos de negócio do Banco, a 31 de Dezembro de 2012, apresenta a seguinte estrutura ao nível da qualidade do crédito:

67




O crédito a Clientes encontra-se desagregado pelos segmentos mais significativos e qualificado em três níveis de risco, diferenciados por probabilidade de incumprimento: “Qualidade Superior”, “Qualidade Standard” e “Qualidade Sub-standard”. A metodologia de qualificação da carteira foi reformulada face aos anos anteriores (por forma a permitir a comparabilidade com os dados de 2012, os valores referentes a 2011 acima apresentados reflectem a nova metodologia), estando alocadas ao nível “Qualidade Sub-standard” as operações que se encontram em incumprimento há mais de 90 dias.

O montante global de crédito vencido, no final de 2012, considerando capital e juros (incluindo o securitizado), ascendia a 787.411 milhares de euros, dos quais 751.362 milhares de euros há mais de 90 dias (2011: 445.781 milhares de euros).

A distribuição dos saldos de crédito vencido pelos vários segmentos é apresentada de seguida:

2012 (valores expressos em milhares de Euros)						
	<3 meses	3 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 3 anos	>3 anos	Total
Empresas	27.186	85.115	138.021	254.592	109.749	614.663
Particulares Consumo	1.227	1.414	4.475	19.278	21.237	47.630
Particulares Imobiliário	2.973	1.848	5.281	19.523	9.037	38.661
Particulares Outros	4.662	3.473	11.508	29.743	37.070	86.456
Total	36.048	91.849	159.285	323.135	177.093	787.411

2011 (valores expressos em milhares de Euros)						
	<3 meses	3 - 6 meses	6 - 12 meses	1 - 3 anos	>3 anos	Total
Empresas	43.836	63.667	89.393	117.176	49.885	363.957
Particulares Consumo	5.379	946	3.645	22.869	11.473	44.313
Particulares Imobiliário	2.570	1.144	2.782	11.510	4.085	22.091
Particulares Outros	2.952	2.506	8.969	35.139	20.593	70.159
Total	54.737	68.263	104.789	186.694	86.036	500.519

Em termos de decomposição por sector, apresentamos na tabela seguinte montantes e indicadores de qualidade do crédito:

	2012			2011		
	Exposição bruta*	Exposição total em incumprimento >90 dias**		Exposição bruta*	Exposição total em incumprimento >90 dias**	
Serviços	1.319.062	173.698	13%	1.503.100	113.403	8%
Construção	968.450	270.149	28%	1.087.394	192.526	18%
Actividades Imobiliárias	739.857	155.984	21%	685.573	122.473	18%
Indústria	568.913	139.056	24%	639.240	93.827	15%
Vendas a retalho	466.741	106.995	23%	456.698	67.736	15%
Sector público	225.209	17.018	8%	240.821	8	0%
Instituições financeiras e seguradoras	147.659	4.968	3%	873.354	2.384	0%
Outros sectores	521.828	149.839	29%	576.599	89.286	15%
Particulares	3.622.985	422.105	12%	3.878.295	286.288	7%
	8.580.704	1.439.812	17%	9.941.074	967.931	10%

* Exposição bruta: respeita ao valor de balanço antes de provisões.

** Exposição total em incumprimento >90 dias: respeita ao saldo total (vincendo e vencido) das operações de crédito que, à data de referência, se encontram em incumprimento há mais de 90 dias, de acordo com os conceitos da Instrução nº. 23/2007 do Banco de Portugal

Para além da deterioração do contexto económico durante o ano de 2012, a evolução negativa evidenciada nos indicadores acima apresentados é igualmente influenciada pela redução significativa da carteira de crédito decorrente do actual processo de desalavancagem, pela recompra de créditos a empresas do Grupo e pela extinção da exposição à ex-Banif SGPS decorrente do processo de fusão com esta entidade.

No que respeita à qualidade do crédito, os indicadores de sinistralidade e de esforço de provisionamento apresentam, a 31 de Dezembro de 2012, os seguintes valores:

69

Handwritten signatures and initials are present in the bottom right corner of the page.

(valores expressos em milhares de Euros)

	2012	2011
Crédito a Clientes	7.793.293	9.440.555
Crédito e Juros Vencidos	787.411	500.519
dos quais, Crédito e Juros Vencidos >90 dias	751.362	445.781
Total do Crédito	8.580.704	9.941.074
Provisões para Crédito e Juros Vencidos	653.319	371.676
Dotação de Provisões para Crédito Vencido	171.940	133.545

Indicadores (%)

Crédito e Juros Vencidos/Total do Crédito	9,2%	5,0%
Crédito e Juros Vencidos >90 dias/Total do Crédito	8,8%	4,5%
Crédito com Incumprimento/Crédito Total*	10,8%	4,9%
Crédito com Incumprimento, líquido/Crédito Total, líquido*	3,5%	1,2%
Crédito em Risco/Crédito Total*	18,2%	10,3%
Crédito em Risco, líquido/Crédito Total, líquido*	11,4%	6,8%
Provisões para Crédito e Juros Vencidos/Crédito e Juros Vencidos	83,0%	74,3%
Provisões para Crédito e Juros Vencidos/Crédito e Juros Vencidos >90 dias	87,0%	83,4%
Provisões para Crédito e Juros Vencidos/Total do Crédito	7,6%	3,7%
Dotação de Provisões Cred. e Juros Vencidos/Crédito e Juros Vencidos	21,8%	26,7%
Dotação de Provisões Cred. e Juros Vencidos/Total de Crédito	2,0%	1,3%

* - De acordo com os conceitos da Instrução n.º 22/2011 do Banco de Portugal

A evolução dos indicadores de qualidade do crédito reflectem o contexto macroeconómico adverso verificado em 2012, consubstanciado num ambiente de forte contracção económica, com redução do consumo privado, aumento do nível de desemprego e consequente aceleração do ritmo de degradação do risco de crédito das empresas e particulares.

Este contexto teve igualmente influência no volume de créditos reestruturados por dificuldades financeiras dos clientes, tal como descrito na tabela seguinte:

(valores expressos em milhares de Euros)

	2012			2011		
	Exposição bruta*	Exposição reestruturada**		Exposição bruta*	Exposição reestruturada**	
Residentes	8.431.457	799.148	9%	9.839.704	436.896	4%
Habituação	3.052.445	27.233	<1%	3.199.613	10.678	<1%
Consumo e outros	904.941	69.558	8%	1.020.174	37.328	4%
Empresas	4.186.995	655.564	16%	5.246.686	373.100	7%
Administração pública	176.671	41.266	23%	207.774	15.790	8%
Outros	110.405	5.527	5%	165.457	-	-
Não residentes	149.247	11.676	8%	101.370	1.996	2%
	8.580.704	810.824	9%	9.941.074	438.892	4%

* Exposição bruta: respeita ao valor de balanço antes de provisões.

** Exposição reestruturada: respeita às operações de crédito cujas condições iniciais foram reformuladas na sequência da degradação da qualidade creditícia dos clientes.

70
PK
DR
d

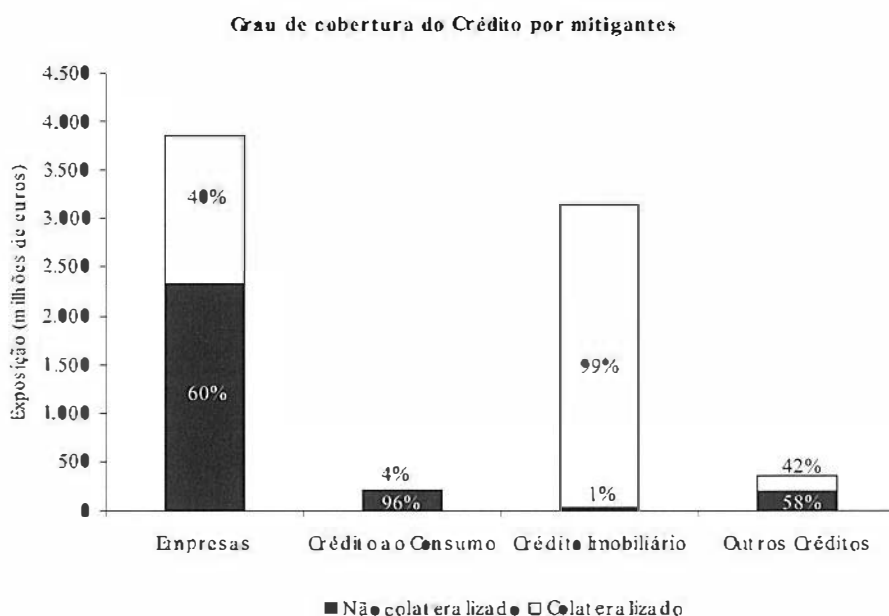
O Banif monitoriza regularmente a sua carteira de crédito, no intuito de detectar preventivamente situações de possível incumprimento dos clientes. Em específico, o Banco implementou um conjunto de soluções dirigidas a clientes nos quais se detectam sinais de incapacidade de reembolso, de forma a evitar a degradação do nível de incumprimento ou antecipar situações de crédito vencido.

Neste sentido, o Banco tem vindo a negociar novas condições dos créditos, mais adequadas às capacidades financeiras dos clientes e à sua capacidade de geração de fundos. No âmbito dos normativos do Banco de Portugal, estas operações de crédito estão a ser identificadas e marcadas como crédito reestruturado nos sistemas de informação, sendo consideradas as operações de crédito cujas condições iniciais foram reformuladas, na mesma operação ou através da contratação de um novo crédito, em virtude da degradação da qualidade creditícia dos clientes. Os créditos identificados com o estado de reestruturado deixam de estar nessa condição se, ao fim de um ano, não tiverem ocorrido novos incumprimentos.

O Banif, preferencialmente, solicita o reforço de garantias e/ou pagamento integral dos juros e outros encargos vencidos, nestas reestruturações.

f) Gestão de colaterais

À data de 31 de Dezembro de 2012, a carteira de crédito apresenta o seguinte grau de cobertura por mitigantes, considerando unicamente (i) os que são elegíveis para efeitos do cálculo do rácio de solvabilidade e (ii) outras garantias hipotecárias. Existe, contudo, uma cobertura adicional relevante por outros tipos de mitigantes:



71
PR 37 PR
4

Em termos de política de valorização de colaterais, no caso de imóveis são solicitadas avaliações periódicas realizadas por peritos independentes, certificados na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, sendo as mesmas confirmadas pelos especialistas imobiliários do Grupo. São introduzidos *haircuts* em função da antiguidade das avaliações e de outros factores que se considerem pertinentes e efectuados os ajustamentos necessários impostos, por exemplo, por vistorias externas e/ou autos de medição. Sendo alvo de avaliações periódicas, os colaterais imobiliários estão sujeitos a variabilidade dos preços do mercado imobiliário.

Em relação a títulos, o Banco privilegia a utilização de valores de mercado, ajustados por eventuais *haircuts*, ou o recurso a avaliações de Empresas, suportadas por peritos qualificados para o efeito, recorrendo, por exemplo, aos bancos de investimento do Grupo.

No caso da prestação de garantias pessoais, as mesmas só são consideradas se o património do avalista estiver devidamente certificado, livre de ónus, e não existirem vícios de forma.

11.2. Análise do Risco de Mercado

Como política, o Banif SA não realiza *trading* de títulos ou derivados. A 31 de Dezembro de 2012, as rubricas IAS de Activos e Passivos Financeiros detidos para negociação incluíam apenas o valor de mercado de derivados, relevados contabilisticamente *marked-to-market*, mas que constituem efectivamente coberturas económicas de exposições em balanço e/ ou de operações com clientes.

A esta data, os activos financeiros detidos para negociação correspondiam ao valor de mercado positivo de 1,1 milhões de euros em derivados de taxa de juro e cambiais (8,1 milhões de euros em 2011), decomposto por 501 mil euros referentes a *Interest Rate Swaps* (IRS) e o remanescente a *currency swaps* e *forwards*. Por sua vez, os passivos financeiros detidos para negociação correspondiam ao valor de mercado negativo de 9,5 milhões de euros (8,3 milhões de euros em 2011), dos quais 5,6 milhões de euros eram atribuíveis a IRS e cerca de 3,8 milhões de euros a derivados sobre taxas de câmbio (*forwards* e *swaps*). Os IRS foram contratados com o objectivo de cobertura de risco de taxa de juro das operações de securitização dos créditos originados pelo Banif SA e os derivados cambiais para cobertura de tesouraria ou de outras exposições.

72



11.3. Análise do Risco de Taxa de Juro

Análise de sensibilidade – impacto de uma variação positiva de 200 pontos base na curva de taxas de juro por moedas relevantes

(valores expressos em milhares de Euros)

	2012			2011		
	EUR	USD	TOTAL	EUR	USD	TOTAL
Até 1 m	913	-105	808	612	-163	448
1 - 3 m	-5.739	-98	-5.837	-3.795	34	-3.761
3 - 6 m	-10.323	1.187	-9.136	-5.816	204	-5.611
6 - 12 m	14.787	1.028	15.815	4.152	-75	4.078
1 - 5 A	7.316	-636	6.680	40.112	-367	39.745
> 5 A	-6.491	-2.885	-9.376	-51.657	-3.710	-55.367
Impacto na Situação Líquida	463	-1.509	-1.046	-16.392	-4.077	-20.469
Impacto na Situação Líquida, em % dos Fundos Próprios	0%	0%	0%	-2%	0%	-2%
	2012			2011		
	EUR	USD	TOTAL	EUR	USD	TOTAL
Até 1 m	-21.935	2.523	-19.412	-14.236	3.921	-10.315
1 - 3 m	30.237	415	30.652	19.927	-170	19.757
3 - 6 m	13.977	-1.868	12.109	6.253	-351	5.902
6 - 12 m	-6.759	-198	-6.957	-1.965	52	-1.913
Impacto na Margem Financeira, a 12 meses	15.521	872	16.393	9.978	3.452	13.430
Impacto na Margem Financeira anual, em %	11%	1%	12%	5%	2%	7%
Fundos Próprios	1.178.268			921.150		
Margem Financeira	134.598			197.437		

Nota: esta análise considera os Fundos Próprios após a recapitalização.

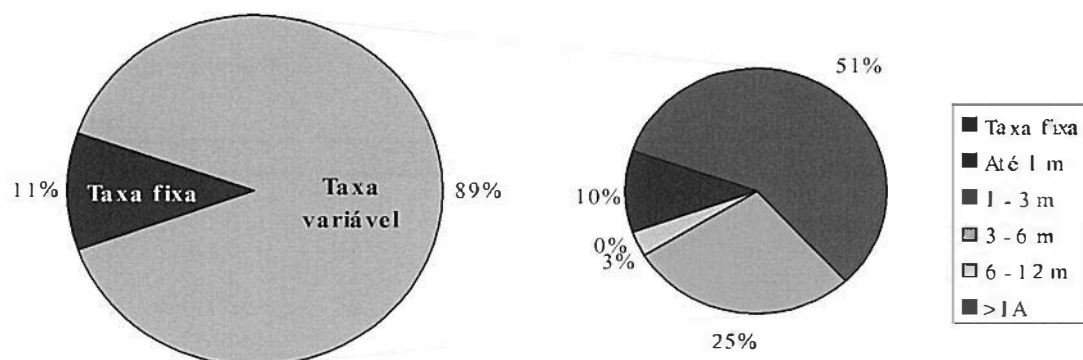
Desta análise foram excluídos todos os instrumentos financeiros patrimoniais e extra-patrimoniais que, por definição, não são afectados pelas variações ocorridas nas taxas de juro.

Os resultados da análise de sensibilidade evidenciam que uma subida nas taxas de mercado terá um impacto nulo na Situação Líquida e positivo na Margem Financeira.

A decomposição da carteira de crédito por tipo de remuneração (taxa fixa ou variável) e, no caso de taxa variável, por prazo do indexante, é apresentada no gráfico seguinte:

73

Distribuição da carteira de crédito por tipo de taxa e período do indexante



11.4. Análise do Risco Cambial

A maior exposição resulta da carteira de crédito concedido a Clientes e centra-se em libras esterlinas (GBP) e dólares americanos (USD), conforme divulgado no quadro seguinte, donde constam as exposições de risco de crédito por moeda:

(valores expressos em milhares de Euros)

Moeda	2012
	Crédito
EUR	7.777.798
USD	99.313
GBP	47.271
CHF	2.336
JPY	664
SEK	3
CAD	0
Total	7.927.385

11.5. Análise do Risco de Liquidez

As tabelas abaixo resumem o perfil de maturidade dos fluxos de caixa dos activos e passivos do Banco em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 (não considerando juros futuros), respectivamente:

Handwritten notes and signatures at the bottom right of the page, including the number 74 and several illegible signatures.

(valores expressos em milhares de Euros)

2012	Até 1m	1-3m	3-6m	6-12m	1-5 A	>5A	Total
Passivo	2.871.340	1.969.019	1.719.609	1.362.813	2.782.112	4.156.485	14.861.378
Recursos de Bancos Centrais e outras ICS	1.589.150	85.693	7.498	0	1.665.606	0	3.347.947
Débitos para com Clientes	1.141.436	1.847.488	1.681.244	1.269.390	480.455	799.666	7.219.679
Débitos representados por Títulos	1.385	6.070	10.958	29.665	460.299	20.769	529.146
Passivos Subordinados	0	0	17.871	27.939	45.121	99.890	190.821
Outros Passivos	139.369	29.768	2.038	35.819	12.588	3.236.160	3.455.742
Provisões	0	0	0	0	118.043	0	118.043
Capital e reservas	0	0	0	0	0	342.406	342.406
Total	2.871.340	1.969.019	1.719.609	1.362.813	2.782.112	4.498.891	15.203.784
Activo							
Crédito sobre ICS	558.709	323.261	765	2.790	34.422	0	919.947
Crédito sobre Clientes	468.450	397.678	668.516	591.107	2.736.709	3.064.925	7.927.385
Títulos de Rend fixo e variável	416	30.087	134.748	284.293	87.457	3.469.297	4.006.298
Participações e Imobilizações	0	0	0	0	0	745.786	745.786
Outros Activos	191.544	18.290	46.546	188.535	368.295	791.160	1.604.368
Total	1.219.119	769.316	850.575	1.066.723	3.226.883	8.071.168	15.203.784

(valores expressos em milhares de Euros)

2011	Até 1m	1-3m	3-6m	6-12m	1-5 A	>5A	Total
Passivo	3.642.005	2.545.418	2.076.174	940.116	2.823.929	3.884.177	15.911.819
Recursos de Bancos Centrais e outras ICS	1.502.187	590.558	37.552	10.226	845.300	0	2.985.823
Débitos para com Clientes	1.972.947	1.859.371	1.498.605	869.761	1.717.470	2	7.918.156
Débitos representados por Títulos	24.790	43.649	529.845	9.496	3.581	0	611.361
Passivos Subordinados	0	19.400	0	27.158	130.439	185.231	362.228
Outros Passivos	142.081	32.440	10.172	23.475	50.351	3.698.944	3.957.463
Provisões	0	0	0	0	76.788	0	76.788
Capital e reservas	0	0	0	0	0	819.455	819.455
Total	3.642.005	2.545.418	2.076.174	940.116	2.823.929	4.703.632	16.731.274
Activo							
Crédito sobre ICS	1.200.215	113.056	117.610	96.311	0	15.059	1.542.251
Crédito sobre Clientes	494.676	1.096.909	1.051.135	1.234.976	2.687.399	3.004.303	9.569.398
Títulos de Rend fixo e variável	179.806	7.125	83.650	46.980	66.948	3.551.211	3.935.720
Participações e Imobilizações	0	0	0	0	0	147.940	147.940
Outros Activos	303.042	2.457	317.071	391.365	0	522.030	1.535.965
Total	2.177.739	1.219.547	1.569.466	1.769.632	2.754.347	7.240.543	16.731.274

A análise dos desfasamentos (*gap*) verificados no perfil de vencimentos dos *cash-flows* futuros permite também verificar o nível de concentração de risco nos vários prazos:

75

por

DR

2012

(valores expressos em milhares de Euros)

	Gap	Gap Acumulado	%Gap/ Total Activo	%Gap Acumulado/ Total Activo
Até 1m	(1.652.221)	(1.652.221)	-10,9%	-10,9%
1-3m	(1.199.703)	(2.851.924)	-7,9%	-18,8%
3-6m	(869.034)	(3.720.958)	-5,7%	-24,5%
6-12m	(296.090)	(4.017.048)	-1,9%	-26,4%
1-5A	444.771	(3.572.277)	2,9%	-23,5%
>5A	3.572.277	-	23,5%	0,0%

2011

(valores expressos em milhares de Euros)

	Gap	Gap Acumulado	%Gap/ Total Activo	%Gap Acumulado/ Total Activo
Até 1m	(1.464.266)	(1.464.266)	-8,8%	-8,8%
1-3m	(1.325.871)	(2.790.137)	-7,9%	-16,7%
3-6m	(506.708)	(3.296.845)	-3,0%	-19,7%
6-12m	829.516	(2.467.329)	5,0%	-14,7%
1-5A	(69.582)	(2.536.911)	-0,4%	-15,2%
>5A	2.536.911	-	15,2%	0,0%

O gap de liquidez negativo verificado até 1 mês é justificado pelo vencimento de financiamentos do BCE que serão totalmente renovados, não havendo previsão de redução na pool de colaterais que os suportam. Adicionalmente e no seguimento da aprovação do plano de recapitalização do Banif, o Estado subscreveu, já em Janeiro de 2013, 700 milhões de euros em acções especiais e 400 milhões de euros em instrumentos subordinados e convertíveis (CoCo's).

Relativamente aos vencimentos de recursos de clientes, o Banco tem a expectativa de renovar a sua quase totalidade. De forma semelhante, uma percentagem significativa dos Créditos sobre ICs e sobre Clientes deverá ser renovado. Assim sendo, os gaps verificados no segundo e terceiro intervalos temporais (1 a 3 meses e 3 a 6 meses) serão naturalmente cobertos.

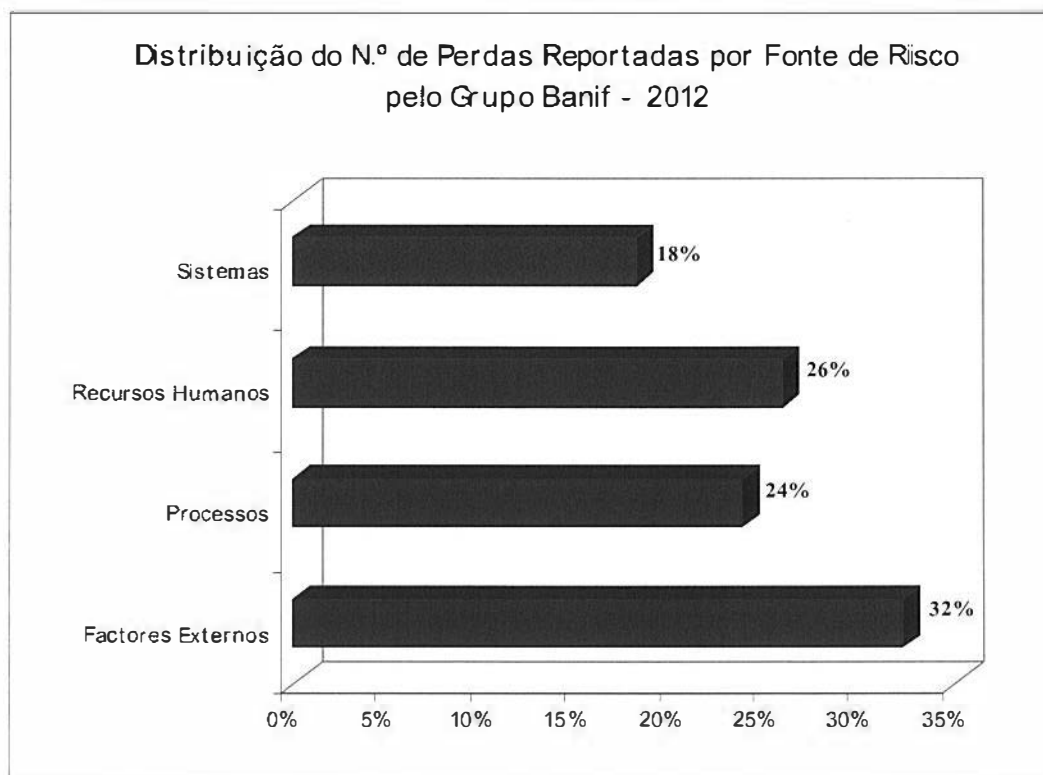
Caso a estratégia de redução do gap comercial não se concretize como planeado, para além da folga de liquidez originada pelo aumento de capital em Janeiro, o Banif irá concretizar nos próximos seis meses medidas geradoras de liquidez:

- Emissão de uma nova securitização de SME (com um impacto positivo em liquidez de 300 milhões de euros);
- Venda de emissões RMBS detidas em carteira própria (com um impacto positivo em liquidez de 50 milhões de euros);
- Concretização da 2ª fase do aumento de capital do Banco (com um impacto positivo em liquidez de 50 milhões de euros).

76


11.6. Análise do Risco Operacional

Em termos dos eventos de risco operacional registados no Banco durante o ano de 2012, revelou-se a seguinte distribuição por fonte de risco:



BANCA COMERCIAL INTERNACIONAL

Banif Bank (Malta)

Em Dezembro de 2012, o Banif Bank (Malta) concluiu com sucesso o seu 5º ano de actividade, registando o seu primeiro resultado líquido anual positivo desde a constituição do Banco, em 2007. Este resultado vem na sequência de 4 anos intensos de preparação e investimento em termos de capital, recursos humanos e processos administrativos, com o objectivo de construir uma estrutura sólida que permita o funcionamento de um Banco universal, o seu crescimento rápido e ganho de quota de mercado. Presentemente, o Banif Bank (Malta) opera uma rede de 9 agências e 4 equipas "Corporate and Business", empregando 150 pessoas.

Handwritten notes and signatures at the bottom right of the page, including the number 77 and various initials.

O Banif Bank (Malta) apresentou um resultado líquido após impostos de 172 mil euros no ano fiscal findo a 31 de Dezembro de 2012, com o produto bancário a atingir 10,751 milhões de euros e os Gastos Gerais Administrativos a cifrarem-se em 9,599 milhões de euros, daqui resultando um rácio de "cost-to-income" de 89,3%.

O activo total aumentou 8,342 milhões de euros, atingindo 478,696 milhões de euros no final de 2012. O crescimento ligeiro do activo prende-se com a estratégia seguida de optimização da utilização de capital, através da desalavancagem e da alteração da composição do balanço. Neste período, os empréstimos cresceram 66 milhões de euros, tendo atingido 316 milhões de euros no final de 2012, enquanto os depósitos registaram um crescimento de 169 milhões de euros, ascendendo a 431 milhões de euros no final do período em análise. O maior crescimento dos depósitos face ao crédito permitiu ao banco alcançar um rácio de transformação de 73%.

É de salientar que a performance positiva obtida em 2012 ocorreu num contexto particularmente difícil, em virtude da crise das dívidas soberanas na Zona Euro e da recessão que se registou nessa região.

O Banif Bank (Malta) continua a prosseguir uma estratégia de crescimento com vista a atingir um dos seus principais objectivos estratégicos: tornar-se claramente o 3º maior Banco Comercial no mercado local em termos de carteira de crédito e de depósitos. O banco permanece empenhado em consolidar o crescimento da actividade comercial e da infraestrutura de suporte através de um plano de capitalização que permita dotar a instituição de níveis de capital adequados em termos da Directiva de Capital Regulamentar e dos regulamentos que entrarão em vigor em 2013.

(valores expressos em milhares de euros)

Rubrica	2011	2012	Varição
Activo Líquido	470.354	478.696	1,8%
Crédito Concedido Bruto	250.914	316.492	26,1%
Depósito de Clientes	261.873	430.996	64,6%
Capital Social	21.331	21.545	1,0%
Margem Financeira	2,45%	2,35%	-0,10 pp
Produto da Actividade	8.797	10.751	22,2%
Resultado Líquido	-578	173	n/s
ROA	-0,16%	0,05%	0,21 pp
ROE	-4,07%	1,16%	5,23 pp
Crédito Vencido / crédito Bruto	2,38%	4,02%	1,64 pp
Cost-to-income	108,56%	89,28%	-19,28 pp
Nº de Agências	9	9	-
Nº de Empregados	137	150	9,5%

Obs: Os elementos deste quadro foram produzidas de acordo com as regras contabilísticas locais

Banif Brasil

O Banif está no Brasil desde 1998, com a sede na cidade de São Paulo, onde mantém duas estruturas autónomas, o Banco Comercial e o de Investimento. O património Líquido consolidado dos dois Bancos totalizou R\$ 208,2 milhões em Dezembro de 2012.

O Banif – Grupo Financeiro no Brasil actua em diversas áreas de negócio, nomeadamente:

- Banca Comercial: Captação de Depósitos a Prazo e de Depósitos estruturados, Comércio Exterior, Tesouraria e Crédito para empresas do "Middle Market". Detém ainda carteiras de Crédito ao consumo na forma de crédito consignado e financiamento para aquisição de veículos; e
- Banca de Investimento: Capital Markets, Advisory e Corporate Finance, com reputação consolidada na estruturação de negócios através de diversos instrumentos, tais como CRI, FII, FIP e Debêntures.

A estratégia actual do Grupo no Brasil passa por uma consolidação da presença no País, com um reforço nos segmentos de mercado e linhas de negócios acima referidos, com excepção do crédito ao consumo que está a ser descontinuado, uma maior sinergia com as demais entidades do Grupo no Brasil e no exterior e uma optimização de estruturas com reflexo nos custos de exploração, com vista à geração de valor para o Grupo, Clientes e Accionistas.

No final de 2012, foi aprovada a incorporação do património do Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A. ("Incorporada") no Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A. ("Incorporadora"), através da entrega da totalidade das acções emitidas pela Incorporada à Incorporadora, com a emissão e entrega de novas acções pela Incorporadora aos antigos accionistas da incorporada: Banif – Banco Internacional do Funchal S.A. e Banif Securities Holdings Ltd.

A operação de integração acima referida, teve como principais objectivos:

- Simplificar a estrutura societária das Companhias, possibilitando maior rapidez no processo de decisão;
- Melhoria da eficiência de custos, principalmente por meio da partilha da estrutura e de pessoal (em modelo de cost-sharing) e da gestão unificada dos patrimónios das Companhias; e

79
JGK
AL
PL
2

- A geração de importantes sinergias decorrentes do processo de integração, em especial pelo ganho de competitividade em actuação conjunta e complementar dos Bancos no mercado.

A partir da data de incorporação, o Banif – Banco Internacional do Funchal (Brasil), S.A., passará a ser o único accionista do Banif - Banco de Investimento (Brasil) S.A.. A operação já foi aprovada em Assembleia Geral e apresentada ao Banco Central do Brasil – BACEN, estando a aguardar a homologação para a sua implementação.

Em 31/12/2012, o Banif Banco Comercial apresentou Activos Totais de R\$ 1.473,7 milhões, Carteira de Crédito de R\$ 1.146,7 milhões e Depósitos de Clientes, de R\$ 930,5 milhões.

O resultado líquido de 2012 foi de R\$ - 131.667 milhares e reflecte, essencialmente, o reforço de provisões para operações de crédito realizado no exercício (adicional de R\$ 163,847 milhões, sendo R\$ 143,051 milhões no segundo semestre), proporcionando uma melhor cobertura das operações constantes do portefólio do Banco e contribuindo para uma maior robustez do Balanço.

O Índice de Basileia no consolidado do Grupo no Brasil, em 31/12/2012, é de 13,63%, superior ao limite mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil, representando uma melhoria de 0,44 e 1,52 pontos percentuais em relação a 31/12/2011 e 30/06/2012, 13,19% e 12,11%, respectivamente.

(valores expressos em milhares de euros)

Rubrica	2011	2012	Variação
Activo Líquido	788.832	546.961	-30,7%
Crédito Líquido	470.072	355.799	-24,3%
Recursos de Clientes	420.937	302.361	-28,2%
Capitais Próprios	83.531	28.766	-65,6%
Produto Bancário	35.011	-39.433	n/s
Cash Flow de Exploração	17.192	-12.735	n/s
Resultado Líquido	5.200	-48.867	n/s
Pontos de Venda	19	6	-68,4%
Número de Empregados	275	186	-32,4%

Obs: Os elementos deste quadro foram extraídos de uma consolidação pro-forma não auditada produzida de acordo com as regras contabilísticas locais.

31/dez/2012: 1 euro = R\$ 2,6944

31/dez/2011: 1 euro = R\$ 2,4331

(Fonte: BACEN)

80
Handwritten signatures and initials.

Banco Caboverdiano de Negócios

Para 2012, embora os efeitos adversos decorrentes da crise que tem afectado os seus principais parceiros, designadamente os europeus, os dados apontam para um crescimento do PIB caboverdiano em torno de 4 a 5%.

A nível macroeconómico, as orientações da política monetária do Banco Central continuam a pautar-se pela preservação do nível de reservas internacionais e estabilidade de preços, tendo mantido os mecanismos de controlo de liquidez do sistema financeiro nacional, designadamente a taxa de Disponibilidade Mínima de Caixa em 18% e a taxa directora em 5,75%, aos níveis de 2011, que se traduz num acréscimo de custos de funding e pressão adicional sobre a gestão de liquidez para todos os intervenientes no sector financeiro.

Face à orientação da política monetária nacional, de controlo do crédito à economia, o ano de 2012 foi marcado pela continuidade da política de selectividade na concessão de crédito, que se traduziu numa redução de cerca de 6,6% da sua carteira de crédito bruto a clientes. Contrariamente à carteira de crédito, a carteira de recursos do Banco conheceu um aumento de 8,8% em consequência da estratégia comercial de aumento de captação de recursos junto da diáspora e alargamento da base de clientes/contas activas, visando sobretudo uma maior estabilidade da carteira de recursos.

No que concerne à demonstração de resultados, a margem financeira conheceu uma redução de 22,3% na sequência da redução de juros recebidos em 4,6% e do aumento de juros pagos em 20,6%, em linha com a redução da carteira de crédito e o aumento do custo de *funding*, designadamente pelo aumento do custo associado às linhas de tesouraria intra-grupo. O produto bancário conheceu uma redução de 11,3% dado que o aumento da margem complementar, de aproximadamente 23,2%, não foi suficiente para cobrir a já referida diminuição da margem financeira.

Em termos de eficiência operacional, o rácio *Cost-to-Income* aumentou de 60,5% em 2011 para 66,5% em 2012.

Em 2012, verificou-se uma melhoria na qualidade da carteira de crédito, tendo o rácio de crédito em risco passado de 6,39% para 5,95%, na sequência das renegociações de dívidas e *write – offs* efectuados. O grau de cobertura do crédito em incumprimento pelas imparidades teve uma variação positiva de 12,6 p.p. passando as imparidades a cobrir 101,31% do crédito em incumprimento (88,77% em 2011).

Em síntese, os Resultados Líquidos conheceram uma redução de cerca de -13,0%, passando de 491 milhares de euros para 427 milhares de euros.

(valores expressos em milhares de euros)			
Rubrica	2011	2012	Variação
Activo Líquido	109.349	107.771	-1,4%
Crédito Concedido Bruto	87.566	81.771	-6,6%
Depósitos de Clientes	73.375	79.822	8,8%
Capitais Próprios	10.341	10.877	5,2%
Margem Financeira	4.704	3.655	-22,3%
Produto da Actividade	6.206	5.504	-11,3%
Cash Flow de Exploração	2.873	2.404	-16,3%
Resultado Líquido	491	427	-13,0%
ROA	0,45%	0,40%	-0,1%
ROE	4,74%	3,92%	-0,8%
Crédito em Incumprimento / Crédito Total	6,39%	5,95%	-0,4%
Imparidade / Crédito em Incumprimento	88,77%	101,34%	12,6%
Cost - to - Income	60,50%	66,52%	6,0%
Nº de Agências	18	18	0,0%
Nº de Colaboradores	124	120	-3,2%
Rácio de Solvabilidade	12,40%	12,32%	-0,1%

Obs: Os elementos deste quadro foram produzidas de acordo com as regras contabilísticas locais

NOTA: cotação em 31 Dezembro de 2010 = 31 Dezembro de 2012 (currency peg existente) 1 Euro = 110,265 CVE

BANCA DE CRÉDITO ESPECIALIZADO

Banif Mais SGPS, SA

A Banif Mais SGPS, SA manteve-se em 2012 como a *sub-holding* do Grupo para a actividade do crédito especializado e *cross-selling* de produtos associados.

No que se refere aos principais indicadores, as demonstrações financeiras consolidadas de 2012 do sub-grupo Banif Mais apresentam um Activo Líquido de 705,4 milhões de euros, Capitais Próprios de 306,7 milhões de euros e um Resultado Líquido consolidado de 10,3 milhões de euros. Face ao registado em 2011, e devido ao facto do resultado nesse ano ter sido fortemente condicionado pela

integração de parte do património da ex Banif Go, o resultado líquido em 2012 apresentou um crescimento de 9,1 milhões de euros (mais 752% do que no ano anterior).

Os principais contributos para o Resultado Líquido consolidado vieram da actividade em Portugal, com 10,2 milhões de euros (-0,3 milhões de euros em 2011), e na Hungria, com 4,1 milhões de euros (3,8 milhões de euros em 2011), tendo a actividade em Espanha tido um contributo negativo de 4,2 milhões de euros (-2,2 milhões de euros em 2011).

CONTAS CONSOLIDADAS (base IAS/IFRS)

(valores expressos em milhares de euros)

Rubrica	2011	2012	Variação
Activo líquido	948.348	705.407	-25,6%
Passivo	693.803	398.682	-42,5%
Capital Próprio	254.545	306.725	20,5%
Resultado líquido (*)	1.209	10.305	752,0%

(*) Atribuível ao Grupo.

Banco Banif Mais, SA

Actividade em Portugal

O ano de 2012 foi, à semelhança de 2011, um ano fortemente marcado pela crise económica e pelas medidas de austeridade impostas a Portugal, bem como pelos seus impactos negativos na oferta e procura de financiamentos e no perfil de risco dos potenciais clientes.

No que respeita à principal actividade desenvolvida pelo Banco Banif Mais, SA, a concessão de financiamento para a aquisição de veículos usados, de acordo com os dados da ASFAC - Associação de Instituições de Crédito Especializado, financiaram-se 664,0 milhões de euros, menos -20% do que em 2011, correspondentes a 60.968 unidades, menos 10.817 unidades do que no ano anterior.

Neste contexto, o Banco manteve a segunda posição em termos de quota do mercado de financiamento de veículos usados, tendo, contudo, essa quota diminuído de 11,8% em 2011 para 11,3% em 2012. Também no financiamento para a aquisição de veículos novos a quota de mercado diminuiu de 2,5% para 1,5%. No financiamento de motos, o Banco alcançou a liderança do mercado, com uma quota de 45,5% em 2012.

Produção

O cenário de crise económica, nomeadamente o aumento do desemprego e diminuição geral da actividade comercial, levou a que fossem mantidos critérios de análise restritivos. Assim, foram celebrados em Portugal 12.600 contratos (15.738 em 2011), aos quais corresponde um valor de crédito de 92,9 milhões de euros (134,6 milhões de euros em 2011).

Actividade Internacional

Em 2012 as sucursais do Banco Mais na Eslováquia e Polónia celebraram 1.978 contratos (1.950 contratos em 2011), com um total de crédito concedido de 8,2 milhões de euros (8,7 milhões de euros em 2011), o que traduz uma ligeira redução do valor de crédito concedido, apesar de ligeiro incremento do número de contratos realizados.

Face aos níveis de risco existentes e ao agravamento da situação económica em Espanha, o Banco Mais manteve, em 2012, o total enfoque na gestão da carteira de crédito, com particular destaque para a recuperação de crédito em mora, não havendo concessão de novos créditos.

(valores expressos em milhares de euros)

Rubrica	2011	2012	Variação
Activo líquido	1.037.781	721.724	-30,5%
Crédito Total	871.320	738.556	-15,2%
Capitais Próprios	247.883	250.456	1,0%
Produção global	143.118	101.077	-29,4%
Margem Financeira	35.003	32.129	-8,2%
Produto da Actividade	48.204	47.251	-2,0%
Cash-Flow	26.733	27.499	2,9%
Resultado líquido	(995)	6.822	-
Custos Pessoal/Produto Bancário	18,0%	16,9%	-
Cost to Income	46,9%	43,7%	-
Produto Bancário/Activo Líquido Médio	6,2%	5,5%	-
ROE	-0,5%	2,7%	-
ROA	-0,1%	0,8%	-
RAI/Activo Líquido Médio	-0,4%	0,05%	-
RAI/Capitais Próprios Médios	-1,6%	0,2%	-
Imparidade do Crédito / Crédito Total	26,1%	26,0%	-
Rácio Solvabilidade	31,3%	31,0%	-
Pontos de Venda	22	22	0,0%
N.º de Empregados (*)	278	253	-9,0%

(*) Em 31.12.2011 inclui 35 colaboradores da ex Banif Go.

84
per
[Handwritten signatures and initials]

As vendas de veículos novos em 2012, na Hungria, registaram um crescimento homólogo de 18% face a 2011, totalizando 53.059 unidades. Já no que se refere à venda de viaturas usadas, a tendência foi contrária, registando um decréscimo de 4%, totalizando 524.649 unidades em 2012. Contudo, o número de vendas financiadas continuou com uma tendência de queda, passando no segmento de veículos usados de 7,2% do total das transacções em 2011, para 5,6% em 2012 e no segmento de veículos novos de 28,3% para 22,4%. Durante o ano de 2012 foram financiadas 41.229 unidades (11.897 viaturas novas e 29.332 viaturas usadas).

(valores expressos em milhares de euros)

85
Lg Ω DR
~~_____~~ d

BANCA DE INVESTIMENTO E GESTÃO DE ACTIVOS

No contexto da estratégia de desenvolvimento de negócio implementada pela actual Administração do Banif – Grupo Financeiro, o Banif - Banco de Investimento levou a cabo no decorrer de 2012 uma profunda reestruturação organizacional e operacional dos negócios de Banca de Investimento e de Gestão de Activos, assente principalmente nos seguintes vectores de actuação:

- 1) Privilegiar o desenvolvimento de negócios de assessoria financeira, geradores de comissões com reduzida afectação de capital regulamentar e sem necessidade de recurso a *funding* externo;
- 2) Potenciar a eficiência e eficácia operacional do Banco, por via da redução e simplificação da sua estrutura organizacional, no quadro de uma crescente integração operacional com o Banif SA, nomeadamente ao nível da operativa bancária (operações, IT, Contabilidade) e demais unidades de suporte;
- 3) Promover a redução sustentada do activo e passivo do Banco, por forma reforçar a índices de solvência e liquidez da instituição;
- 4) Desenvolver o *cross-selling* com o Banif, SA e com as restantes unidades do Grupo.

A referida reestruturação organizacional, operacional e de negócios, que foi levada a cabo desde Março 2012 permitiu ao Banif Banco de Investimento:

- i) Recentrar a sua actividade em quatro grandes áreas de negócio: Gestão de Activos, Corporate Finance, Mercado de Capitais e Sales & Trading;
- ii) Reduzir o quadro de colaboradores, com incidência especial na integração das áreas de *back office* e de suporte e na cedência de quadros do Banco de Investimento para a estrutura operacional do Banif;
- iii) Promover uma redução expressiva da estrutura de custos da instituição, em particular no que respeita os custos com Pessoal e com Fornecimentos e Serviços Externos e potenciar a geração de externalidades positivas pela crescente articulação e integração das operativas do Banco de Investimento com o Banif SA;

Actividade de Banca de Investimento

1. *Corporate Finance*

Apesar do contexto macroeconómico adverso, que provocou uma redução para mínimos históricos das operações de M&A em termos de volume, e das severas limitações enfrentadas na concessão de

crédito, a Direcção de *Corporate Finance* evidenciou uma relevante dinâmica comercial ao longo de 2012, destacando-se entre as operações realizadas as seguintes intervenções:

- Assessor Financeiro da N+1 Private Equity na análise, avaliação e negociação de uma oportunidade de investimento em Portugal;
- Assessor Financeiro da Palamon Capital Partners na identificação e análise de uma oportunidade investimento em Portugal;
- Assessor Financeiro da ProA Capital na análise, avaliação e estruturação de oportunidades de investimento em Portugal;
- Assessor Financeiro da Funcef na avaliação da Telemar Participações (Oi);
- Assessor Financeiro do Grupo Pestana na identificação, avaliação e estruturação de oportunidade de aquisição em Espanha;
- Assessor Financeiro da Empordef na avaliação da EID – Empresa de Investigação e Desenvolvimento Electrónica, S.A.
- Assessor Financeiro da Wendel na operação de *private placement* de uma participação minoritária da EFACEC;
- Assessor Financeiro do Banif Mais na potencial aquisição ou gestão da carteira de crédito da BPN Creditus.
- Assessor financeiro exclusivo da Rotas do Algarve Litoral (Concessionária liderada pela ACS/Dragados e Edifer) no âmbito do acompanhamento da Subconcessão Rodoviária do Algarve Litoral;
- Assessor financeiro exclusivo da SPER (Concessionária liderada pela ACS/Dragados e Edifer) no âmbito do acompanhamento da Subconcessão Rodoviária do Baixo Alentejo;
- Assessor financeiro exclusivo do Grupo Jorge Sá, na potencial reestruturação e consolidação financeira do Grupo Jorge Sá;
- Reestruturação dos créditos do Grupo Banif sobre o Grupo Hagen por via da cessão dos mesmos para o Fundo Vallis;
- Reestruturação dos créditos do Banif Investimento sobre o Grupo Soares da Costa;
- Reestruturação dos créditos do Banif - Grupo Financeiro sobre o Grupo Evalesco.

2. Mercado de Capitais

Ao longo de 2012 a área de Mercado de Capitais - Dívida esteve envolvida na estruturação e colocação de vinte e três transacções em mercado primário, tanto em Emissões em Euros como em Dólares Americanos, num montante total de cerca de 1.551 milhões de Euros.

Adicionalmente, merece menção a extensa colaboração prestada ao Banif – Grupo Financeiro no âmbito do respectivo plano de captação de recursos, e que se traduziu nas seguintes transacções estruturadas pela Direcção de Mercado de Capitais:

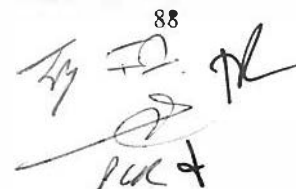
- a) uma emissão de obrigações subordinadas para o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. no montante de 87,7 milhões de Euros, decorrente de uma oferta pública geral e voluntária de aquisição;
- b) quatro emissões de *Senior Notes* para o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. ao abrigo do seu *Euro Medium Term Note Programme*, no montante global de 80 milhões de Euros;
- c) uma emissão de *Asset Backed Notes* para o Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd. no montante de 12 milhões de Dólares Americanos;
- d) uma emissão de obrigações com garantia da República Portuguesa para o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., no montante de 300 milhões de Euros;
- e) três emissões de obrigações de caixa para o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. no montante global de cerca 122 milhões de Euros;
- f) duas emissões de *Fixed Rate Notes* para o Banif Finance, Ltd, no montante de 55 milhões de Euros e 55 milhões de Dólares Americanos;
- g) a actualização anual do *Euro Medium Term Note Programme* do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., no montante total de até 2.500 milhões de Euros;
- h) uma emissão de *Senior Notes* para o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. ao abrigo do seu *Euro Medium Term Note Programme*, no montante de 100 milhões de Euros; e
- i) uma emissão Fungível de *Senior Notes* para o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. ao abrigo do seu *Euro Medium Term Note Programme*, no montante de 30 milhões de Euros.

Importa igualmente referir as transacções estruturadas para as sociedades integradas no Grupo Rentipar e Auto-industrial, nomeadamente a emissão de obrigações fungíveis para a Rentiglobo, SGPS, S.A. no montante de 900 mil Euros e a emissão de obrigações subordinadas para a Auto-Industrial, S.A. no montante de 2,5 milhões de Euros.

Por fim, no âmbito da actividade da Direcção de Mercado de Capitais de estruturação de empréstimos sindicados, importa mencionar a estruturação de um empréstimo syndicado para a Indústria de Lacticínios da Madeira, S.A. (ILMA), no montante de 4,2 milhões de Euros.

3. Securitização

Durante o exercício de 2012, foram estruturadas pelo Banif Investimento duas emissões de obrigações Titularizadas, num montante global de aproximadamente 440 milhões de euros. A emissão Atlantes

88


Finance No.5 foi concretizada em Julho/12 e envolveu a cessão de uma carteira de créditos ao consumo e automóvel originada pelo Banif e pelo Banif Mais, respectivamente. As obrigações séniores emitidas totalizaram 226.4 milhões de euros, e beneficiaram de *rating A-* pela Agência *Standard & Poor's*. As obrigações classe A resultantes desta emissão foram integralmente colocadas no mercado internacional, junto de investidores institucionais, facto que não se verificava, com emissões portuguesas, desde o início da crise financeira em 2007.

Em Dezembro de 2012 foi concluída a operação denominada Atlantes NPL No.1, a qual envolveu a cessão de uma carteira de créditos vencidos originada pelo Banif e pela ex-Banif Go. A emissão global ascendeu a 213 milhões de euros e não foi objecto de notação de *rating*.

Actividade de Gestão de Activos

A actividade de gestão de activos é desenvolvida pelo Banif - Banco de Investimento, S.A. na gestão de patrimónios e consultoria para o investimento de clientes particulares e institucionais, pela Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A. nos fundos de investimento, pela Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., nos fundos de pensões e pela Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A., nos fundos de capital de risco.

Em 31 de Dezembro de 2012 a Área de Gestão de Activos do Banco de Investimento e sociedades participadas tinha sob gestão e consultoria para investimento o montante de 2.702 milhões de euros. Em Dezembro de 2011 esse montante era de 2.473 milhões de euros, consubstanciando, portanto, um acréscimo de 9,2% em 2012.

Indicadores Financeiros do Banif - Banco de Investimento

As contas do Banif - Banco de Investimento relativas a 2012 reflectem a redução de actividade económica em geral verificada no mercado português, num contexto de escassez de liquidez e de prémio de risco soberano que se manteve elevado no período, afectando de uma forma transversal os custos de financiamento dos agentes económicos em geral.

No plano individual o produto da actividade decresceu 63%, com uma acentuada quebra nos proveitos de comissões e nos resultados de operações financeiras, apenas parcialmente compensada pela subida na margem financeira (29%) face a 2011, enquanto que os custos em geral decresceram significativamente (18% face a 2011), fruto dos grandes ajustamentos concretizados nas despesas com pessoal e nos fornecimentos e serviços de terceiros.

No plano consolidado da actividade de banca de investimento, o produto da actividade caiu 36%, com as elevadas reduções de proveitos em diversas áreas de negócio a não serem suficientemente compensadas nos segmentos de negócio que contrariaram a tendência negativa (mercado de capitais, depositário de fundos, clientes institucionais, *real estate finance* e securitização), bem como a referida subida na margem financeira. As dotações líquidas para provisões e imparidade atingiam 25,2 milhões de euros em Dezembro de 2012, significativamente acima do valor considerado em 2011, conduzindo o resultado líquido para um valor negativo de 22.286 milhares de euros.

Indicadores Financeiros do Banif Banco de Investimento

(valores expressos em milhares de euros)

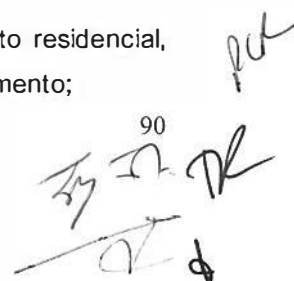
Individual			
	2011	2012	Variação
Activo Líquido	1.102.738	1.058.025	-4,1%
Capitais Próprios	77.027	82.474	7,1%
Produto Bancário	22.613	8.344	-63,1%
Resultado do exercício	3.063	-21.765	n/d
Subconsolidado			
	2011	2012	Variação
Activo Líquido	1.093.293	1.053.713	-3,6%
Capitais Próprios	89.253	93.394	4,6%
Produto Bancário	30.203	19.226	-36,3%
Resultado do exercício	-887	-22.286	n/d

Nota: Os elementos deste quadro foram extraídos de uma consolidação pro-forma não auditada.

GESTÃO IMOBILIÁRIA

O ano de 2012 caracterizou-se da seguinte forma:

- No mercado imobiliário nacional, tanto comercial como residencial, continuou a verificar-se uma reduzida liquidez e a concretização de um número limitado de negócios;
- No entanto, verificaram-se alguns sinais positivos na procura de investidores internacionais por imobiliário em Portugal ligado ao mercado de reabilitação urbana;
- Com a nova lei das rendas e a criação de Fundos especiais de arrendamento residencial, verificou-se em 2012 a continuação do desenvolvimento do mercado de arrendamento;

90


- Relativamente à parte internacional notou-se, principalmente na segunda metade de 2012, alguma recuperação do mercado imobiliário na Flórida, Estado norte-americano onde o Banif – Grupo Financeiro tem alguma exposição imobiliária.

A Banif Imobiliária, no seu papel de apoio à supervisão da actividade imobiliária do Grupo, dinamizou uma série de iniciativas com o objectivo de optimizar a gestão do património imobiliário e a sua rendibilização, a saber:

1. Concretizou-se o “rebranding” da BI em Banif Real Estate (“BRE”) reflectindo o seu foco multinacional;
2. Assegurou-se a participação da BI nos Comitês de Crédito internos e em todos os realizados fora do Grupo em que seja necessária “expertise” na área imobiliária;
3. Criou-se um esquema de incentivos comerciais para a comercialização de imóveis através dos diferentes canais de distribuição do Grupo;
4. Optimizou-se a alocação da propriedade dos imóveis, nomeadamente através da venda de imóveis residenciais para Fundos de arrendamento habitacional;
5. Celebrou-se contratos com entidades internacionais e nacionais de gestão / arrendamento para imóveis de exploração turística;
6. Criou-se, recorrendo a 100% de recursos “in-house”, uma nova e potente ferramenta informática de gestão de imóveis (SGI-Sistema de Gestão de imóveis) que, no final de 2012, já estava completamente implementada no que diz respeito ao módulo de cadastro de imóveis, sendo que de acordo com o cronograma previsto, será enriquecida em 2013 com os módulos de facturação (rendas, condomínios, etc), avaliações e informação de gestão;
7. Desenvolveram-se as redes virtuais de venda de activos, nomeadamente o *website* imobiliário, cuja nova versão entrou em funcionamento em meados de Fevereiro de 2013;
8. Celebraram-se acordos de comercialização de activos com intermediários nacionais e internacionais.

Exposição ao Imobiliário

Durante o ano de 2012, deram entrada no perímetro de consolidação do Grupo um total de 1.195 novos imóveis no montante aproximado de 245 milhões de euros, o que compara com os 978 imóveis entrados em 2011, com um valor associado de 133 milhões de euros, ou seja, um incremento de 84% em valor e 22% em número de imóveis. A maioria desta exposição é produto de dações em cumprimento de crédito vencido.

Foram realizados os seguintes negócios durante 2012 relativamente à área de imobiliário:

(valores expressos em milhares de euros)

	Montantes
Vendas Nacionais	19.144
Vendas Internacionais	20.246
Total de Vendas	39.390
Arrendamentos	54.202
Total de Negócio 2012	93.592

Resultados Banif Imobiliária

	2011	2012	Variação
Activo Líquido	624.300	661.965	6,0%
Capitais Próprios	197.999	146.738	-25,9%
Resultado do Exercício	-3.456	-51.255	n/d

O Activo Total da BI ascendeu a 661,9 milhões de euros no final de 2012, um crescimento de 6% quando comparado com o final do ano de 2011. Este crescimento deveu-se sobretudo à subscrição de 40 milhões de euros efectuada a 13 de Fevereiro, do Fundo de Investimento Imobiliário – Renda Habitação e à aquisição de uma tranche de 12,9 milhões de euros de UP's do FII Banif Imogest em Outubro de 2012.

O financiamento do referido aumento do Activo foi efectuado através do aumento dos Suprimentos junto da Banif SGPS e do Banif SA, que aumentaram 120 milhões de euros em 2012.

No ano de 2012, os proveitos totais gerados ascenderam a 8.556 milhares de euros, provenientes essencialmente de rendas, no valor de 4.769 milhares de euros, de rendimentos de aplicações financeiras no montante 2.717 milhares de euros, de serviços prestados, que ascenderam a 918 milhares de euros e ainda de outros rendimentos financeiros no montante de 152 milhares de euros. Os custos operacionais totais atingiram o valor de 24.638 milhares de euros, para os quais contribuíram, fundamentalmente, os custos com terceiros e pessoal, no montante global de 2.243 milhares de euros e, principalmente as perdas por diminuições de justo valor no montante de 22.122 milhares de euros.

92


As perdas por diminuição de justo valor (desvalorização dos FII em carteira) oneraram significativamente o resultado operacional da Banif Imobiliária que, sem esse efeito, teria sido positivo.

Os juros pagos, referentes a financiamentos contratados (suprimentos que no final do ano ascenderam a 510,75 milhões de euros), representaram 21.848 milhares de euros.

O resultado líquido do ano de 2012 foi de -51.255 milhares de euros, sendo que o mesmo corresponde essencialmente a dois efeitos conjugados: (i) os anteriormente referidos custos financeiros; (ii) o efeito líquido dos resultados dos FII detidos na carteira de justo valor no montante de -21.667 milhares de euros (incluindo portanto os rendimentos recebidos pela participação no FII Banif Property) e (iii) as imparidades apuradas nos imóveis no montante de -12.613 milhares de euros.

Durante o ano 2012, a Banif Imobiliária adquiriu um conjunto de imóveis pelo valor de 9 milhões de euros, imóveis esses que advieram da actividade de intermediação imobiliária e apoio que esta sociedade exerce ao nível do Grupo. Durante o ano de 2012 e especialmente no mês de Dezembro de 2012, a Banif Imobiliária alienou um total de 6.411 milhares de euros de imóveis que geraram uma menos valia de 472 milhares de euros.

No decurso de 2012, prosseguiram um conjunto de acções, em diferentes domínios tendentes à valorização e arrendamento dos imóveis de maior expressão financeira. Para o efeito, foram estabelecidos contactos com as entidades competentes e com potenciais interessados, encontrando-se negociações em curso para alguns imóveis de elevado montante.

Expectativas para 2013 e anos seguintes

O Banif - Grupo Financeiro tem um plano ambicioso de desalavancagem, quer em activos imobiliários nacionais, quer internacionais. Estes objectivos fazem parte integrante do plano de capital e financiamento ("Funding and Capital Plan") do Grupo para o período de 2013 a 2017.

Durante os próximos anos continuarão a efectuar-se os ajustamentos que têm caracterizado o passado recente do mercado imobiliário português. Tais ajustamentos são ainda consequência da fraca procura, das novas condições de financiamento e, sobretudo, da deficiente conjuntura económica.

As famílias e as empresas continuarão a sentir durante os próximos anos carências de rendimentos inibidores do consumo de bens imóveis. Estas dificuldades, muito evidentes no mercado interno, deverão orientar os vários intervenientes no mercado imobiliário, incluindo o Grupo Banif, a conduzirem os seus objectivos para tomar o mercado externo como determinante; incrementar o arrendamento; manter o valor dos activos (sobretudo terrenos) ainda não desenvolvidos, mediante a elaboração e

93
pwe
DL
b

aprovação de projectos urbanísticos, na expectativa da retoma do mercado e vender "a desconto" apenas e só aqueles bens que não têm nem nunca terão capacidade de obter melhor valor.

SEGUROS

Apesar do contexto económico adverso que marcou o exercício de 2012, a Açoreana manteve o foco na prossecução dos seus objectivos, reforçando o seu posicionamento no mercado segurador português, em particular no ramo Não Vida onde ocupa a 5ª posição do ranking e detém uma quota de 7,0%. Da *performance* evidenciada pela Açoreana em 2012, merecem particular destaque:

- A melhoria significativa dos indicadores económico-financeiros, destacando-se a evolução positiva dos resultados líquidos que se traduziu na melhoria da rentabilidade dos capitais próprios;
- O reforço da quota de mercado no ramo Não Vida, passando de 6,9% em 2011 para 7,0% em 2012;
- A performance do PPR, como produto estratégico, que registou um crescimento de 29,1% em contraciclo com o mercado segurador (-14,1%), o que permitiu à Açoreana reforçar a sua quota de mercado neste ramo de 3,7% em 2011 para 5,0% em 2012.

O Plano Estratégico Trienal 2011-2013 apresenta como fórmula essencial de actuação a seguinte equação: R^2E^2 , que traduz o objectivo da Açoreana alcançar níveis de rentabilidade em linha com as *best practices* do mercado no que respeita ao ROE, sendo cada vez mais uma referência no mercado segurador por via da eficiência e eficácia na qualidade de serviço, capacidade de inovação e rapidez de resposta. Em linha com os objectivos estratégicos delineados a Açoreana assumiu, como vector privilegiado para o exercício de 2012, perante os seus clientes o compromisso do Serviço.

Dentre os principais projectos e programas desenvolvidos em 2012 destacam-se:

- *No plano comercial*, o projecto *Oxigénio*, lançado em 2011, deu origem ao projecto *Maestro*, cujo objectivo principal é tomar a Açoreana a Seguradora de referência no serviço aos agentes. O *Maestro* consiste num novo modelo de relação com as redes de distribuição, baseado num conjunto de melhores práticas e num sistema de informação de gestão de agentes criado de raiz. As especificidades de cada agente foram atendidas, adequando o tipo de acompanhamento e assistência às suas características individuais. No que se refere ao canal bancário prosseguiu-se o objectivo de alavancar as sinergias no seio do Grupo Financeiro Banif nas vertentes *bancassurance* e *assurfinance*;

- *No plano dos produtos*, a Açoreana prosseguiu o objectivo de sofisticação do seu portfólio, alargando aos novos produtos Acidentes de Trabalho e Multirrisco (ambos direccionados para o segmento Empresas), o conceito inaugurado com o produto automóvel, o *Pontual Auto*: aliando inovação à assunção clara e quantificada de compromissos com os níveis de serviço. Direccionado ao segmento empresarial das Micro, PME's e ENI's, foi ainda lançado o *Pleno Empresas*, um novo produto com uma abrangência alargada de seguros, nomeadamente Automóvel, Acidentes de Trabalho, Multirrisco empresas, Responsabilidade Civil Exploração, Saúde e Vida;
- *No plano da gestão de sinistros* foi lançado em 2012 o Portal de Serviços com o objectivo de facilitar a comunicação com os clientes e parceiros da Companhia, tornando mais ágil e eficaz a gestão dos processos. Com vista à melhoria do serviço prestado aos parceiros e clientes, nomeadamente do ramo Acidentes de Trabalho, foi inaugurada, em 2012, a nova parceria clínica no Porto, o CRIA – Centro de Reabilitação Integrada de Acidentes S.A., que se junta à existente em Lisboa, o GIGA – Grupo Integrado de Gestão de Acidentes S.A.. Estas unidades integram um projecto marcadamente inovador, pela qualidade do serviço prestado, dispondo de instalações modernas e funcionais, possibilitando a prestação de serviços clínicos de excelência aos sinistrados das zonas da Grande Lisboa e Grande Porto;
- *No plano da gestão de risco* foi dada continuidade ao desenvolvimento de ferramentas e competências internas que permitirão no futuro quantificar de forma mais detalhada, gerir e monitorizar os diferentes riscos inerentes à nossa actividade, dentre os quais destacamos o risco específico de seguros, o risco de crédito, o risco de mercado e o risco de concentração. No âmbito do risco operacional está em curso a actualização dos processos de negócio e identificação dos riscos e controlos associados. No âmbito do projecto de Solvência II foram implementadas, em 2012, metodologias de ALM – Asset Liability Management, para as áreas de Vida e Acidentes de Trabalho;
- *No plano tecnológico*, foram iniciados os projectos de desmaterialização das comunicações com Clientes e Mediadores, de implementação de uma plataforma de integração dos sistemas de Agentes e Parceiros com as plataformas da Companhia e de uma nova plataforma de Suporte a Processos de Negócio. Dando continuidade ao vector de melhoria da eficiência e eficácia foi efectuada a externalização dos processos tecnológicos não core;
- *No plano de reforço de notoriedade*, foram efectuadas em 2012 duas grandes campanhas, a primeira das quais com o objectivo de reforçar o posicionamento da Companhia no Serviço prestado e no compromisso que a Açoreana assume para com os seus clientes, a segunda foi

mais direccionada ao segmento empresarial, com enfoque no ramo Acidentes de Trabalho, de modo a reforçar o posicionamento da Companhia neste ramo;

- *No plano do reforço da cultura*, o ano 2012 marca o arranque do projecto de "Cultura e Bem-Estar" na Companhia e pela implementação de um conjunto de medidas concretas que visam reforçar a dimensão humana da Açoreana e os laços entre esta e os seus colaboradores, aumentando o seu bem-estar, contribuindo para a motivação e sentimento de pertença dos actuais colaboradores e concorrendo para o objectivo da Açoreana se afirmar como uma das "melhores empresas para trabalhar";
- *No domínio da responsabilidade social*, destaque para preparação e entrega por parte dos colaboradores da Açoreana de cabazes de primeira necessidade, numa acção que abrangeu mais de 9000 famílias carenciadas, e o lançamento do projecto de voluntariado que visa apoiar os sem-abrigo;
- Ainda em 2012 a Companhia lançou os Prémios Açoreana Risk Management, uma iniciativa desenvolvida em parceria com o Diário Económico, com o objectivo de reconhecer e premiar as empresas e respectivos gestores, que se destaquem pela mais adequada Gestão de Risco da sua actividade. Estes prémios têm associado uma série de iniciativas que irão decorrer durante o ano 2013.

Em termos de evolução económica, o volume de produção da Açoreana, medido através dos prémios brutos emitidos ascendeu, em 2012, aos 432.188 milhares de euros, o que representa um decréscimo de -9,1% face ao ano transacto.

O ramo Vida registou uma produção de 150.791 milhares de euros o que representa um decréscimo face ao ano anterior de -19,6%, quando o mercado sofreu uma quebra de -8,2%, essencialmente explicada pela contracção dos prémios de Vida Financeiros. A venda de produtos de capitalização e PPR tem sofrido, devido à actual conjuntura económica, uma quebra significativa, pelo que é de salientar a *performance* deste produto estratégico na Açoreana, que registou um crescimento de cerca de 29%, claramente em contraciclo com o mercado que terminou o ano com uma quebra de 14,1%.

Os ramos Não Vida apresentaram em 2012 uma variação negativa do volume de prémios na ordem dos -2,2%, face ao ano anterior, ainda assim bem melhor que o comportamento do mercado, o qual registou para o mesmo período uma quebra de -3,9%. Para esta variação contribuiu particularmente o ramo Acidentes de Trabalho que apresentou uma quebra de -7,8%, inferior à do mercado que decresceu -10,6%. Este decréscimo resulta não somente do contexto económico desfavorável, mas também da decisão tomada pela Açoreana de proceder a um refrescamento criterioso da carteira em

96
PCR

linha com o objectivo estratégico de melhorar os níveis de rentabilidade do ramo. Importa ainda realçar a evolução muito positiva registada pelos ramos Automóvel que apresentou um crescimento de +1,5% face a 2011 (contrariando o decréscimo do mercado de -4,8%) e o ramo Saúde, com uma variação para o ano anterior de +5,3%, bem acima dos +1,9% alcançados pelo mercado.

A quota global de mercado, considerando os dados provisórios disponibilizados pela APS e incluindo contratos de investimento, é de 4,0%, sendo de 7,0% nos Ramos Não Vida e 2,2% no ramo Vida. Nos principais ramos Não Vida, Acidentes de Trabalho e Automóvel, verificou-se igualmente um reforço da quota de mercado para 11,1% e 8,1%, respectivamente, sendo que a Companhia se posiciona como a 2ª maior operadora de mercado português no ramo Acidentes de Trabalho.

A distribuição dos produtos de seguros é efectuada através da rede de mediação que conta com cerca de 4.200 agentes e 84 corretores, das agências do Banif e por 45 delegações próprias. A rede de mediação representava, no final de 2012, 78,6% na estrutura de distribuição da Companhia de Seguros Açoreana. O canal bancário foi responsável pela distribuição de 37,4% da produção do ramo Vida e por 3,2% da produção dos ramos Não Vida.

Os resultados líquidos obtidos, no valor de 10.197 milhares de euros, revelam uma clara melhoria face a 2011, não obstante o contexto económico extremamente adverso em que a actividade se desenvolveu, acrescido da actual conjuntura desfavorável dos mercados de capitais, com os respectivos impactos na gestão das carteiras de investimentos, nomeadamente no reconhecimento de imparidades, cujo montante atingiu cerca de 7.000 milhares de euros.

O activo líquido e os capitais próprios atingiram, respectivamente, o montante de 1.256.295 milhares de euros e de 162.632 milhares de euros.

A margem de solvência apresentava a Dezembro de 2012 uma taxa de cobertura que supera os 240%, o que confere à Açoreana uma posição muito confortável no mercado segurador e revela a capacidade e a robustez financeira da Companhia para enfrentar os desafios que a actual conjuntura impõe ao sector segurador.

97
DL
d
DL

Principais Indicadores Económico-Financeiros da Companhia de Seguros Açoreana, S.A.

(valores expressos em milhares de euros)

	2011	2012	Variação
Prémios Vida	187.630	150.791	-19,6%
Prémios Não Vida	287.719	281.397	-2,2%
Prémios Totais	475.349	432.188	-9,1%
Cash Flow Operacional	11.157	16.267	45,8%
Activo Líquido	1.250.788	1.256.295	0,4%
Investimentos Líquidos	1.006.937	1.056.864	5,0%
Capitais Próprios	115.465	162.632	40,8%
Resultados Líquidos	5.014	10.197	103,4%

II.3 RENTCAPITAL – INVESTIMENTOS FINANCEIROS, S.A.

A actividade desenvolvida pela Empresa em 2012 consistiu na gestão de uma carteira de activos financeiros, sendo de realçar os seguintes factos mais relevantes:

Gestão de uma carteira composta por acções e obrigações de entidades algumas delas cotadas em bolsa, bem como suprimentos concedidos, investimentos esses que no final de 2012 ascendiam a 55,8 milhões de euros. Relativamente a estes activos, recebeu-se, em 2012, 2,929 milhões de euros de juros e dividendos;

Por forma a obter alguma liquidez, em 2012 alienou-se parte da carteira de investimentos atrás referida, tendo dessas operações resultado o apuramento de mais-valias, líquidas, de 149 mil euros;

Ainda relacionado com parte da carteira de activos, acima referida, acções e obrigações, e resultante ainda da continuada instabilidade vivida nos mercados financeiros, que teve início no quarto trimestre de 2008, registaram-se em 2012 528 mil euros de ajustamentos na rubrica de Imparidades de investimentos e 643 mil euros de aumentos de justo valor, do que resultou em termos líquidos, 115 mil euros positivos;

A evolução dos principais indicadores da Renticapital foi a seguinte:

(Em milhares de euros)	2012	2011	%
Activo líquido	69.483	66.070	5%
Capitais próprios	66.740	22.769	193%
Juros e rendimentos obtidos	2.929	1.794	63%
Resultados líquidos	2.343	-4.933	n/a

[Handwritten signatures and initials]

III – ANÁLISE ÀS CONTAS SEPARADAS E CONSOLIDADAS

III.1 – Contas Separadas

1.1. Balanço

A Rentipar Financeira - SGPS, S.A., empresa-mãe da Rentipar – Grupo Financeiro, prepara e apresenta contas separadas, vulgarmente designadas por contas individuais, em base NCA (Normas de Contabilidade Ajustadas), nos termos do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005). Da análise comparativa destes documentos contabilísticos destaca-se o seguinte:

No que respeita à estrutura financeira global no final de 2012, refira-se que o montante dos capitais próprios ascendia a 519 milhões de euros, cobrindo 99% do valor dos activos naquela data, o que compara com o recurso de capitais alheios remunerados de apenas 5,4 milhões de Euros, que constituem o passivo total da sociedade.

Efectuando uma comparação, entre 2012 e 2011, das rubricas do activo no balanço da Rentipar Financeira, as variações mais relevantes, verificaram-se nas rubricas de "Aplicações em instituições de crédito" e "Outros créditos e valores a receber", resultante da utilização de fundos disponíveis para reembolsar 9,500 milhões de Euros de financiamentos bancários e o remanescente (50 milhões de Euros) do empréstimo obrigacionista (ambos os reembolsos de acordo com as condições contratuais) e, ainda, para apoios financeiros prestados ao accionista maioritário (cerca de 39 milhões de Euros) .

Na rubrica de "Outros activos", apesar de entre anos não se ter verificado uma variação significativa, verificou-se uma alteração nos saldos com entidades relacionadas, que integram esta rubrica, como segue:

Redução do saldo da sua participada, resultante da conversão de suprimentos em prestações acessórias de capital no montante de 42 milhões de euros, o que explica também o aumento verificado na rubrica de "Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos".

Aumento relacionado com apoios financeiros prestados ao accionista maioritário já referidos.

1.2. Demonstração de resultados

O lucro de 2,739 milhões de euros, obtido em 2012 representa uma redução de 23% em relação ao lucro de 2011, 3,546 milhões de euros, sendo de realçar nesta comparação com 2011:

Handwritten signature and initials in the bottom right corner. The signature appears to be 'P. 99' with a large 'X' or 'K' mark next to it. Below the signature, the letters 'PUC' and a plus sign are visible.

- Aumento na margem financeira, de 4,78 milhões de euros para 5,48 milhões de euros, resultante de uma redução dos juros credores inferior à redução verificada nos juros devedores. A redução nos juros credores resulta da conversão em prestações acessórias de capital de suprimentos à sua participada, que não vencem juros, no montante de € 42 milhões, apesar do aumento verificado nas taxas de juro nas operações activas, com realce para os juros provenientes de apoios financeiros a entidades relacionadas, onde o *spread* utilizado foi superior em 2012, sendo que a redução nos juros devedores resulta do reembolso dos referidos empréstimo obrigacionista e de parte dos financiamentos bancários;
- No final de 2009 dois accionistas efectuaram à Rentipar Financeira Prestações Acessórias de capital, no montante de € 70 milhões, com remuneração condicional. Esta operação visou reforçar os fundos próprios no âmbito da regulamentação prudencial em vigor no sector financeiro. De acordo com o definido na Ficha Técnica desta operação, não foi possível, dadas as condições existentes, em 30.12.2010, 31.12.2011 e 31.12.2012 o pagamento de quaisquer juros. Ainda de acordo com as características desta operação, que se venceu em 31.12.2012, a remuneração anual não paga nas referidas datas é não cumulativa, pelo que os respectivos accionistas mutuantes perderam o direito à mesma;
- Inexistência de rendimentos obtidos das participadas em 2012, tendo 2010 sido o ultimo exercício onde tal se verificou, tendo nessa altura sido recebidos 9,8 milhões de euros, correspondentes a dividendos pagos pela ex-Banif – SGPS, S.A.;
- Resultados negativos de 695 mil euros em 2012, relacionados com a desvalorização de activos registados ao justo valor, que em 2011 tinham valorizado 358 mil euros;
- Variação na rubrica de "Gastos gerais administrativos", de 1,2 em 2011 para 2,9 milhões de euros em 2012, justificada por encargos suportados pela Rentipar Financeira, no contexto de "empresa-mãe" do Grupo, relacionados com diversos trabalhos de assessoria prestados por consultores externos, por exigência das entidades de supervisão, que pela sua natureza foram na integra refacturados ao Grupo Banif, constatando-se evidencia dessa situação na rubrica de "Outros resultados de exploração". Analisando a variação daquela rubrica entre anos, expurgada do efeito atrás descrito, verifica-se um decréscimo entre anos, resultante da redução em 2012 de honorários de outros consultores externos e assessores legais.

Face ao acima exposto, verifica-se em 2012 um acréscimo significativo no produto bancário face a 2011, o qual passou de 5,7 milhões para 7 milhões de euros, resultante do aumento da margem financeira e da situação referida no parágrafo anterior.

III.2 - Contas Consolidadas

De acordo com as disposições legais aplicáveis, a Rentipar Financeira, SGPS, S.A. é a empresa-mãe do Banif – Grupo Financeiro, estando sujeita à supervisão do Banco de Portugal numa base consolidada.

A actividade da Rentipar Financeira, no exercício de 2012, foi afectada pela forte deterioração observada na conjuntura económica nacional, que resultou no início da implementação do Programa de Assistência Económica e Financeira, bem como ao nível internacional, com o agravamento da crise de dívida soberana europeia. Assim, os resultados líquidos consolidados apresentam um prejuízo de 272,7 milhões de euros no final do exercício de 2012, face ao prejuízo de 77,4 milhões de euros do período homólogo do ano anterior, tendo o Banif SA obtido em 2012 um resultado líquido consolidado negativo de 576,4 milhões de euros.

Neste período, a actividade do Grupo desenvolveu-se num cenário macroeconómico extremamente difícil, condicionado pelo ambiente de forte contracção económica, com redução do consumo privado, aumento do nível de desemprego e consequente aceleração do ritmo de degradação do risco de crédito das empresas e particulares. Adicionalmente, os resultados foram também influenciados por ajustamentos contabilísticos extraordinários relacionados com as acções de inspecção especiais realizadas no âmbito do processo de recapitalização, que se reflectiram num forte aumento das dotações para provisões e imparidades.

Desta forma, os resultados consolidados obtidos incluem a contabilização de custos não recorrentes relacionados com o processo de reestruturação actualmente em curso e reflectem i) um reforço significativo de dotações para provisões e imparidades; ii) a necessidade de prossecução do processo de desalavancagem imposto pelo programa de assistência económica e financeira (PAEF); iii) o aumento do custo dos recursos de clientes; iv) o baixo nível das taxas de referência do mercado interbancário, num contexto de ausência de captação de financiamento junto dos mercados monetários da Zona Euro; v) a redução na margem financeira e nas comissões, em resultado dos factores referidos anteriormente e ainda da redução do número de unidades operativas e da forte recessão económica.

Importa destacar a evolução bastante favorável dos custos de estrutura (Gastos Gerais Administrativos e Custos com Pessoal) que, até Dezembro de 2012, registaram uma redução anual de 9,7%. Esta evolução reflecte medidas de racionalização e optimização em curso, não obstante o reconhecimento, em 2012, de custos significativos relacionados com o processo de rescisão por mútuo acordo dos contratos de trabalho com colaboradores e da redução do número de pontos de venda.

Resultados

O Produto da Actividade do Grupo atingiu 190,8 milhões de Euros no final do exercício de 2012, registando uma diminuição de 66,1% em termos homólogos e que se deveu fundamentalmente a:

Uma diminuição de 36% na Margem Financeira, para 180,9 milhões de Euros, que reflecte sobretudo i) a saída do perímetro de consolidação, no final de 2011, da Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA, no montante de 14,9 milhões de euros, ii) o agravamento do custo dos recursos de clientes (em comparação com o período homólogo os custos aumentaram 31,0 milhões de euros), sobretudo no que respeita aos depósitos a prazo, iii) a redução expressiva da actividade creditícia em 2012 (-9%), bem como o aumento verificado no crédito em incumprimento;

Uma diminuição de 23,1% nas comissões (líquidas), para 84,4 milhões de Euros, essencialmente explicada pela já referida saída do perímetro de consolidação da Banif Corretora de Valores e Câmbio; e

Uma diminuição de 132,3% em "Outros resultados de exploração", para -56,6 milhões de Euros, justificada pela ocorrência no exercício de 2011 de situações não recorrentes como foi o reconhecimento dos ganhos com a alienação da Banif Corretora de Valores e Câmbio, SA (46,8 milhões de euros) e as recompras de passivos (52,9 milhões de euros). Em 2012 foram registadas nesta rubrica desvalorizações de activos imobiliários no montante de -69,8 milhões de euros (em 2011: +44,5 milhões de euros).

Os custos de estrutura (Gastos Gerais Administrativos e os Custos com Pessoal) totalizaram 295,2 milhões de Euros, diminuindo 10% face ao final do exercício de 2011. Esta evolução reflecte medidas de racionalização e optimização em curso, não obstante, por exemplo, o reconhecimento, em 2012, de 13,5 milhões de euros em indemnizações relacionadas com o processo de rescisão por mútuo acordo dos contratos de trabalho com colaboradores. Excluindo apenas este efeito, os custos de estrutura teriam diminuído 13,9% face a 2011.

No que diz respeito às provisões e imparidade líquidas, registou-se no final do exercício de 2012 um aumento de 41% face ao período homólogo para 531,9 milhões de euros. No que respeita à imparidade da carteira de crédito, verificaram-se dotações líquidas para imparidade no montante de 410,7 milhões de euros no final do exercício de 2012, face aos 342,3 milhões de euros contabilizados no final do exercício de 2011.

Balanço

O Activo Líquido consolidado da Rentipar Financeira totalizava 14.129,4 milhões de euros, a 31 de Dezembro de 2012, registando um decréscimo de 11,3% face ao final do exercício de 2011 e reflectindo o esforço significativo em termos de política de desalavancagem prosseguida pelo Grupo.

O Crédito Bruto Concedido a Clientes atingiu 10.939,4 milhões de Euros a 31 de Dezembro de 2012, diminuindo cerca de 9,0% em comparação com Dezembro de 2011. O crédito a particulares registou uma descida de 9,7%, no período em causa, para 5.029 milhões de euros e o crédito a empresas diminuiu 14,1% para 4.330 milhões de euros. No final de Dezembro de 2012, o crédito vivo a particulares representava 46% do total de crédito concedido enquanto o crédito vivo a empresas representava 39,6%.

	31-12-2012	31-12-2011
Crédito a Empresas	4.418	5.139
Crédito a Particulares	4.898	5.390
Outros créditos e valores a receber (titulados)	187	322
Crédito e juros vencidos	1.345	1.065
Outros	66	82
Imparidade	-1.098	-814
	9.816	11.184
Crédito e juros vencidos (>90 dias) e crédito vincendo associado *	2.082	1.841
Crédito em risco	2.216	2.017
Crédito vencido (>90 dias)/Crédito a clientes	12,3%	8,9%
Crédito vencido (>90 dias)+crédito vincendo associado/ Crédito a clientes	19,1%	15,4%
Crédito em risco/ Crédito a clientes	20,3%	17,0%
Cobertura do crédito vencido (>90 dias)	81,7%	76,4%
Cobertura de crédito em risco	49,5%	40,3%

* Respeita ao saldo total (vincendo e vencido) das operações de crédito que, à data de referência, se encontram em incumprimento há mais de 90 dias, de acordo com os conceitos da Instrução nº. 23/2007 do Banco de Portugal.

Face à exposição ao segmento empresarial e, em especial ao sector da construção e imobiliário, fortemente afectados pela redução da actividade económica, contracção do consumo e rendimento disponível, os indicadores de qualidade da carteira de crédito sofreram uma deterioração significativa. Em 31 de Dezembro de 2012, o crédito vencido há mais de 90 dias em função do crédito total situou-se em 12,3%. Por sua vez, houve um reforço significativo do rácio de cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidades que, a 31 de Dezembro de 2012, se situou em 81,7% (cerca de 89% considerando o buffer prudencial).

A exposição líquida do Grupo ao BCE aumentou 319,8 milhões de euros, comparativamente a Dezembro de 2011, totalizando 2.804,1 milhões de euros no exercício de 2012. O Grupo no 2º Trimestre de 2012 reembolsou as obrigações de caixa emitidas pela Banif Finance no montante de 249,1 milhões de euros e as obrigações com garantia da República Portuguesa, emitidas pelo Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, no montante de 442,1 milhões de euros, amortizando, assim, a quase totalidade das responsabilidades que tinha no mercado de *wholesale*.

Os recursos de clientes em 31 de Dezembro de 2012 ascendem a 7.724,5 milhões de Euros, diminuindo ligeiramente em relação ao final de 2011 (-2,5%). Esta redução é explicada exclusivamente pela redução verificada nos depósitos de institucionais, tendo-se verificado um aumento dos depósitos de empresas e particulares. Quanto aos recursos "fora de balanço", o seu total ascendia a 2.163 milhões de euros a 31 de Dezembro de 2012, reflectindo um aumento de 6,2% face a 31 de Dezembro de 2011.

	31-12-2012	31-12-2011
Depósitos		
À vista	1.336.966	2.290.260
Aprazo	5.627.064	5.129.346
Poupança	96.998	90.309
Outros	601.253	439.886
	7.662.281	7.949.801
Outros débitos		
Empréstimos	1.081	808
Outros	87.068	80.083
	88.149	80.891
	7.750.430	8.030.692

De salientar que a evolução favorável no mix de depósitos e crédito concedido resultou numa melhoria do rácio de transformação (crédito líquido/depósitos) que diminuiu de 139,2%, em Dezembro de 2011, para 126,7%, no final de Dezembro de 2012.

Os Capitais Próprios, deduzidos de Interesses Minoritários, registaram uma diminuição de 46,1% ascendendo a 298,2 milhões de euros no final do exercício de 2012, explicada essencialmente pelo Resultado acumulado do exercício de 2012, (prejuízo de 272,7 milhões de euros) e pela diminuição da rubrica de outras reservas e resultados transitados, em 83,8 milhões de euros.

Capital

O rácio Core Tier I foi penalizado pelos resultados líquidos negativos obtidos em 2012, que foram influenciados pelo forte aumento das dotações para provisões e imparidades, incluindo os apurados no âmbito das acções de inspecção especiais decorrentes do processo de recapitalização.

A evolução deste rácio reflecte também uma redução significativa dos activos ponderados pelo risco entre 2011 e 2012 em cerca de 1.161 milhões de euros para 10.904 milhões de euros, em resultado da muito significativa desalavancagem da carteira de crédito e do reforço dos níveis de imparidade.

Na filial Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., o rácio *Core Tier I*, atribuível a 31 de Dezembro de 2012, situou-se em 11,16% e tem em consideração a aprovação do plano de recapitalização anunciada em 31 de Dezembro de 2012 e o impacto da 1ª fase de recapitalização, com a entrada do Estado na estrutura accionista do Banif através da subscrição de acções especiais no montante de 700 milhões de euros, bem como, a subscrição de 400 milhões de euros de instrumentos subordinados e convertíveis, qualificados como capital *Core Tier I*, calculados de acordo com definição do Banco de Portugal e considerando o efeito de recapitalização aprovada pelo Estado a 31 de Dezembro de 2012 e concretizada a 25 de Janeiro de 2013, sendo os rácios de capital do Banco, os seguintes:

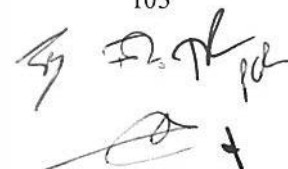
Rácio de Solvabilidade Total	11,8%
Rácio <i>Core Tier I</i>	11,2%

IV - FACTOS RELEVANTES

Tanto quanto é do conhecimento da Administração, no período que medeia entre o encerramento do exercício e a data deste relatório, não ocorreram quaisquer outros factos, para além do abaixo referido, que pela sua relevância, tenham impacto nas demonstrações financeiras da Empresa reportadas a 31 de Dezembro de 2012.

No dia 31 de Dezembro de 2012 foi anunciada a aprovação do plano de recapitalização do Banif, S.A. por parte do Estado. Durante o mês de Janeiro de 2013 decorreram um conjunto de factos supervenientes ao fecho de contas de 2012 que concretizaram a recapitalização do Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. por parte do Estado, na sequência daquele anúncio:

Realização da Assembleia Geral dos Accionistas no dia 16 de Janeiro de 2013, que aprovou o plano de recapitalização e os compromissos e obrigações conexos, incluindo as operações de



aumento de capital previstas para as primeira e segunda fases da operação de recapitalização, bem como, a emissão de instrumentos financeiros subordinados e convertíveis em acções.

Autorização temporária por parte da Comissão Europeia, em 21 de Janeiro de 2013, ao abrigo das regras da UE em matéria de ajudas de Estado, da recapitalização do Banif, no montante de 1.100 milhões de euros, concedida pelo Estado Português ao Banif, S.A..

Em 25 de Janeiro de 2013, o Estado Português subscreveu o aumento de capital social do Banif, S.A. no montante de 700 milhões de euros, através da emissão de 70.000.000.000 de novas acções (acções especiais), com o valor unitário de 0,01 euros. Na mesma data, o Estado subscreveu a emissão de instrumentos subordinados e convertíveis, qualificados como capital *Core Tier I*, no valor total de 400 milhões de euros. Em consequência destas operações, o capital social do Banif, S.A. passou a ser de 1.270 milhões de euros.

Devido a esta operação a percentagem de participação da Rentipar Financeira no Capital Social do Banif, S.A. foi reduzida para 0,435% do capital social.

No contexto da operação de recapitalização, foi anunciado no dia 29 de Janeiro de 2013, o cancelamento da emissão do empréstimo obrigacionista contraído pelo Banif, S.A. no dia 7 de Maio de 2012, garantido pela República Portuguesa, no montante de 300 milhões de euros.

Os contratos assinados com a República Portuguesa preveem, durante o prazo de investimento público, a opção da Rentipar Financeira adquirir o investimento do Estado, conforme estabelecido no Despacho nº 1527-B/2013 do Ministro do Estado e das Finanças, de 23 de Janeiro de 2013, publicado no Diário da República - 2ª Série, n.º 17, de 24 de Janeiro de 2013.

Refira-se ainda, que a Rentipar Financeira subscreveu, em 15 de Janeiro de 2013 um Memorando de Entendimento com o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A. visando a reorganização das operações de crédito existentes com esta instituição de crédito e mediante o qual se prevê também a obtenção de um novo financiamento para a sociedade, junto daquela instituição de crédito, no montante de 26 milhões de Euros, os quais serão utilizados para reembolsar prestações acessórias de capital.

V – PERSPECTIVAS FUTURAS

No âmbito do plano estratégico de actividades, a Rentipar Financeira prosseguirá, em 2013, a gestão dos seus investimentos, com especial incidência na especialização e potenciação do desenvolvimento do sector financeiro, incluindo ligações a nível internacional.

106
PCF
DL
+

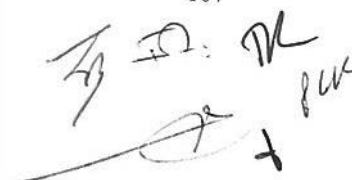
Neste contexto, assumem particular relevância os seguintes objectivos que pretendemos concretizar durante o ano de 2013:

- Manter uma estrutura financeira equilibrada que permita suportar a actividade perspectivada, sem comprometer os indicadores de autonomia financeira e de solvabilidade;
- Conseguir uma maior racionalização na utilização de recursos e potenciação de sinergias entre as empresas do Grupo financeiro;

A materialização, em Maio de 2011, do Plano de Resgate para Portugal (Programa de Estabilização), com um financiamento no montante total de 78 mil milhões de euros, para um período de 3 anos, acarretou uma série de medidas visando a estabilização do Sistema Financeiro Português, nomeadamente: a desalavancagem equilibrada e ordenada do sector bancário, a possibilidade de emissão de títulos da dívida garantida pelo Estado no valor de até € 35 bilhões, a condição de que o Banco de Portugal garante que os grupos bancários portugueses alcançariam um rácio de capital Core Tier I de 9% até o final de 2011 e 10% até o final de 2012 (Aviso 3/2011), e uma maior eficácia da função fiscalizadora do Banco de Portugal. Relativamente aos requisitos de capital, o Governo Português beneficiou de um financiamento € 12 mil milhões da UE e do FMI para a capitalização dos bancos portugueses - aplicável às instituições de crédito apenas - de uma forma que preserva o controlo da gestão dos bancos pelos seus accionistas durante uma primeira fase e permite-lhes a opção de recompra da participação do Estado. Como resultado deste novo quadro, os oito maiores bancos portugueses, incluindo o Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A., são agora monitorados pelo Banco de Portugal, através da elaboração de um Plano de Financiamento – *Funding & Capital Plan* - incluindo as medidas destinadas a reforçar o capital e a desalavancagem do Balanço bem como a reduzir a dependência do financiamento do Banco Central Europeu.

Com início em 2011 e durante o ano de 2012, a Rentipar Financeira, nomeadamente através da sua participada Banif S.A., implementou várias medidas com o objectivo de aumentar a sua base de capital, mas as condições económicas e financeiras vigentes contribuíram para que tivesse que apresentar, em Maio de 2012, ao Banco de Portugal a sua candidatura ao Plano de Recapitalização, ao abrigo da Lei nº 63-A/2008, actualizada e republicada pela Lei nº 4/2012, com o objectivo de garantir o cumprimento das exigências de atingir um rácio Core Tier 1 de 10% no final de 2012.

Neste contexto, em 31 de Dezembro de 2012, o Conselho de Administração da Rentipar Financeira formalizou a versão final do *Secured Subscription Commitment*, conjuntamente com a Companhia de Seguros Açoreana, S.A., mediante o qual ambas se comprometem a subscrever solidariamente até 75 milhões de euros no âmbito do aumento de capital social do Banif, S.A., o qual deverá ocorrer até ao final do primeiro semestre de 2013. Este compromisso inscreve-se na fase privada do Plano de



Recapitalização do Banif, S.A., tendo sido considerado, para o Estado Português, uma condição prévia e essencial para a aprovação do Plano de Recapitalização, a qual ocorreu na assembleia geral de accionistas do Banif, S.A. realizada em 16 de Janeiro de 2013.

De referir, também, os reflexos que resultam do investimento público operado no Banif - Banco Internacional do Funchal, SA – a que se refere o Despacho n.º 1527-B/2013, do Ministro de Estado e das Finanças de 23 de Janeiro de 2013, publicado no Diário da República - 2ª Série, n.º 17, de 24 de Janeiro de 2013 – designadamente da perda da maioria accionista da Rentipar Financeira, SGPS, SA no capital social daquela Instituição de Crédito.

VI – PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados líquidos do exercício de 2012, numa base individual, registaram um lucro de € 2.738.968,10. Tendo em consideração as disposições legais e estatutárias, propomos que os resultados líquidos do exercício sejam aplicados da seguinte forma:

Reserva legal	€ 150.000,00
Resultados transitados	€ 2.588.968,10

VII - NOTAS FINAIS

Aos Conselhos de Administração, quadros directivos e restantes colaboradores das empresas do Grupo Rentipar, agradecemos a forma como se empenharam na condução e desenvolvimento dos negócios sociais, assim como no zelo e dedicação colocados ao serviço do Grupo.

Ao Conselho Fiscal e aos membros da Mesa da Assembleia Geral agradecemos o apoio prestado

Lisboa, 28 de Março de 2013

108
p4
d

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



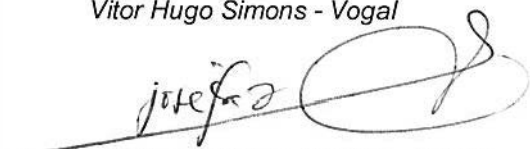
Fernando José Inverno da Piedade – Presidente



Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque dal Fabbro – Vice-Presidente



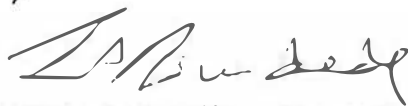
Vitor Hugo Simons - Vogal



José Marques de Almeida – Vogal



Paula Cristina Moura Roque – Vogal



José Pedro Lopes Trindade - Vogal

RENTIPAR FINANCEIRA SGPS, SA

ANEXO I AO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

RELATÓRIO SOBRE A ESTRUTURA E AS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

(artigo 70.º/2 b) do Código das Sociedades Comerciais)

1. O capital social da Rentipar Financeira – SGPS, SA ("Rentipar Financeira"), em 31 de Dezembro de 2012, era de cento e trinta e cinco milhões de euros, encontrando-se integralmente subscrito e realizado, sendo representado por vinte e sete milhões de acções tituladas ao portador, com o valor nominal de € 5 (cinco euros) cada uma, convertíveis por indicação dos seus titulares.
2. Todas as acções da Rentipar Financeira são ordinárias, inexistindo acções privilegiadas.
3. À luz do artigo 5.º/2 do contrato da sociedade, a transmissão de acções é livre.
4. A Rentipar Financeira não é emitente de acções admitidas à negociação em mercado regulamentado.
5. Atento o facto de as acções da Sociedade serem ao portador, sendo livre a sua transmissão, a titularidade das mesmas e a repartição do capital social só podem ser aferidas, com segurança, pelo Conselho de Administração, com base na lista de presenças da última assembleia geral da Sociedade, a qual teve lugar em 31 de Maio de 2012, sendo possível identificar as seguintes participações qualificadas:

Rentipar Investimentos SGPS, S.A.	48,00%
Fundação Horácio Roque IPSS	29,96%
Herança Indivisa do Senhor Comendador Horácio da Silva Roque	16,85%

6. Inexiste qualquer sistema de participação de trabalhadores no capital da Rentipar Financeira.
7. A cada cem acções corresponde um voto. Inexistem outras restrições ou limitações convencionais ao exercício do direito de voto.
8. O Conselho de Administração da Rentipar Financeira desconhece a existência de quaisquer acordos parassociais.
9. O Conselho de Administração é composto por um mínimo de três e um máximo de nove membros eleitos pela Assembleia Geral.

RENTIPAR FINANCEIRA – SGPS, SA

ANEXO II AO RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS

(artigos 447.º/5 e 448.º/4 do Código das Sociedades Comerciais)

1. Informação sobre as acções e obrigações da Rentipar Financeira - SGPS, S.A ("Rentipar Financeira") e das sociedades com as quais a Rentipar esteja em relação de domínio ou de grupo, detidas pelos membros dos seus órgãos de administração e fiscalização, bem como pertencentes a sociedades nas quais aqueles igualmente integram os respectivos órgãos sociais, com referência a 31 de Dezembro de 2012.

1.1. Relativa a membros do Conselho de Administração

1.1.1. Dr. Fernando José Inverno da Piedade (Presidente):

Detinha directamente 20.082 acções do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, sociedade dominada pela Rentipar Financeira.

A Rentipar Investimentos SGPS, SA, sociedade de que é Presidente do Conselho de Administração, era titular de 48% do capital social e dos direitos de voto da Rentipar Financeira.

A Renticapital – Investimentos Financeiros, SA, sociedade da qual é Presidente do Conselho de Administração era titular de 162.049 acções do Banif- Banco Internacional do Funchal, SA.

A Vestiban - Gestão e Investimentos, SA, sociedade da qual é Vogal do Conselho de Administração, era titular de 27.583.051 acções do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA.

1.1.2. Dr.ª Maria Teresa Henriques da Silva Moura Roque Dal Fabbro (Vogal)

A Rentipar Investimentos SGPS, SA, sociedade de que é Vogal do Conselho de Administração, era titular de 48% do capital social e dos direitos de voto da Rentipar Financeira.

É herdeira da Herança Indivisa do Senhor Comendador Horácio da Silva Roque, a qual era titular de 16,85% do capital social e dos direitos de voto da Rentipar Financeira.

A Renticapital – Investimentos Financeiros, SA, sociedade da qual é Vogal do Conselho de Administração era titular de 162.049 acções do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA., de cujo Conselho de Administração era vogal.

1.1.3. Sr. Vítor Hugo Simons (Vogal):

Detinha directamente 15.475 acções do Banif – Banco Internacional do Funchal SA, sociedade dominada pela Rentipar Financeira.

A Rentipar Investimentos SGPS, SA, sociedade de que é Vogal do Conselho de Administração, era titular de 48% do capital social e dos direitos de voto da Rentipar Financeira.

A Espaço Dez – Sociedade Imobiliária, L.da, sociedade da qual é gerente, era titular de 267.750 acções do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA.

A Renticapital – Investimentos Financeiros, SA, sociedade da qual é Vogal do Conselho de Administração era titular de 162.049 acções do Banif Banco Internacional do Funchal, SA.

A Vestiban - Gestão e Investimentos, SA, sociedade da qual é Vogal do Conselho de Administração, era titular de 27.583.051 acções do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA.

1.1.4. Dr. José Marques de Almeida (Vogal):

Em 31 de Dezembro de 2012, detinha directamente 1.117.440 acções do Banif – Banco Internacional do Funchal, SA, sociedade dominada pela Rentipar Financeira.

A Vestiban - Gestão e Investimentos, SA, sociedade da qual é Presidente do Conselho de Administração, era titular de 27.583.051 acções do Banif - Banco Internacional do Funchal, SA.

1.1.5. Dr.ª Paula Cristina Moura Roque (Vogal)

A Rentipar Investimentos, SGPS, SA, sociedade de que é Vogal do Conselho de Administração, era titular de 48% do capital social e dos direitos de voto da Rentipar Financeira.

É herdeira da Herança Indivisa do Senhor Comendador Horácio da Silva Roque, a qual era titular de 16,85% do capital social e dos direitos de voto da Rentipar Financeira.

1.2. Relativa aos membros do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal não são directamente titulares de acções ou obrigações da Rentipar Financeira ou das sociedades com as quais a mesma se encontre em relação de domínio ou de Grupo, sendo apenas de referir que a Rentipar Investimentos SGPS, SA, sociedade cujo conselho fiscal tem composição idêntica ao da Rentipar Financeira, é titular de 48% do capital social e dos direitos de voto nesta última.

2. Informação sobre os accionistas titulares de acções representativas de, pelo menos, um décimo, um terço ou metade do capital da Rentipar Financeira, em 31 de Dezembro de 2012, em conformidade com o disposto no art.º 448.º n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais:

Também nesta sede importa vincar que, atento o facto de as acções da Sociedade serem ao portador, sendo livre a sua transmissão, a titularidade das mesmas e a repartição do capital social só podem ser aferidas, com segurança, pelo Conselho de Administração, com base na lista de presenças da última assembleia geral da Sociedade, a qual teve lugar em 31 de Maio 2012.

2.1. Accionistas detentores de mais de metade do capital social da Rentipar Financeira:

Não existem.

2.2. Accionistas detentores de mais de um décimo e menos de metade do capital da Rentipar Financeira

Rentipar Investimentos, SGPS, S.A.	48%
Fundação Horácio Roque IPSS	29,96%
Herança Indivisa do Senhor Comendador Horácio da Silva Roque	16,85%

per
113
FR
TR
C
t

2 – Demonstrações Financeiras Separadas

2.1- Balanço

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, SA

BALANÇO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

		31-12-2012		31-12-2011
	Notas	Valor antes de provisões e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	5	13	-	13
Disponibilidades em outras instituições de crédito	6	996	-	996
Activos financeiros detidos para negociação	7	51	-	51
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	8	3.774	-	3.774
Activos financeiros disponíveis para venda		-	-	-
Aplicações em instituições de crédito	9	23.004	-	23.004
Crédito a clientes	10	25.631	-	25.631
Investimentos detidos até à maturidade		-	-	-
Activos com acordo de recompra		-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-
Activos não correntes detidos para venda		-	-	-
Propriedades de investimento		-	-	-
Outros activos tangíveis	11	56	(55)	1
Activos intangíveis		-	-	-
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	12	427.489	-	427.489
Activos por impostos correntes	13	876	-	876
Activos por impostos diferidos		-	-	-
Outros activos	14	42.792	-	42.792
Total do Activo		524.682	(55)	524.627
Recursos de Bancos Centrais		-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação		-	-	-
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados		-	-	-
Recursos de outras instituições de crédito		-	-	-
Recursos de clientes e outros empréstimos		-	-	-
Responsabilidades representadas por títulos	15	-	-	4.478
Passivos financeiros associados a activos transferidos		-	-	-
Derivados de cobertura		-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda		-	-	-
Provisões		-	-	-
Passivos por impostos correntes		-	-	-
Passivos por impostos diferidos		-	-	-
Instrumentos representativos de capital		-	-	-
Outros passivos subordinados		-	-	-
Outros passivos	16	-	-	860
Total do Passivo		-	-	5.338
Capital	17	-	-	135.000
Prémios de emissão		-	-	-
Outros instrumentos de capital	17	-	-	70.000
Acções próprias		-	-	-
Reservas de reavaliação		-	-	-
Outras reservas e resultados transitados	17	-	-	311.550
Resultado do exercício	17	-	-	2.739
Dividendos antecipados		-	-	-
Total do Capital		-	-	519.289
Total do Passivo + Capital		-	-	524.627

O Técnico Oficial de Contas

João Paulo Duarte

O Conselho de Administração

João Paulo Duarte
Alfonso

2.2- Demonstração de Resultados

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2012	31-12-2011
Juros e rendimentos similares	18	7.442	8.763
Juros e encargos similares	18	(1.962)	(3.984)
Margem financeira		5.480	4.779
Rendimentos de instrumentos de capital		-	-
Rendimentos de serviços e comissões		-	-
Encargos com serviços e comissões	19	(466)	(399)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	20	(691)	361
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		-	-
Resultados de reavaliação cambial		-	-
Resultados de alienação de outros activos		-	-
Outros resultados de exploração	21	2.737	989
Produto bancário		7.060	5.730
Custos com pessoal	22	(252)	(224)
Gastos gerais administrativos	23	(2.973)	(1.260)
Amortizações do exercício	11	(1)	(1)
Provisões líquidas de reposições e anulações		-	-
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)		-	-
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		-	-
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações		-	-
Resultado antes de impostos		3.834	4.245
Impostos		(1.095)	(699)
Correntes		(1.095)	(589)
Diferidos		-	(110)
Resultado após impostos		2.739	3.546
Do qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-	-
Resultado líquido do exercício		2.739	3.546
Quantidade média ponderadas de acções ordinárias em circulação		27.000.000	27.000.000
Resultado por acção (expresso em euros por acção)		0,10	0,13

O Técnico Oficial de Contas

Marilene

O Conselho de Administração

Vitorino *Leite*

2.3- Demonstração do Rendimento Integral

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2012	31-12-2011
Resultado Líquido	17	2.739	3.546
Total ganhos e perdas reconhecidos no período		2.739	3.546

O Técnico Oficial de Contas

João de Deus

O Conselho de Administração

11/01/13 *João de Deus*

2.4- Demonstração de Variações em Capital Próprio

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES DE VARIAÇÕES EM CAPITAL PRÓPRIO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	Capital	Outros instrumentos de capital	Reservas Legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado do exercício	Total
Saldos em 31-12-2011		135.000	70.000	9.000	12.608	286.396	3.546	516.550
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior								
Transferência para reservas		-	-	200	-	3.346	(3.546)	-
Rendimento integral		-	-	-	-	-	2.739	2.739
Saldos em 31-12-2012	17	135.000	70.000	9.200	12.608	289.742	2.739	519.289
Saldos em 31-12-2010		45.000	70.000	9.000	12.608	277.018	9.378	423.004
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior								
Transferência para reservas		-	-	-	-	9.378	(9.378)	-
Aumento de capital		90.000	-	-	-	-	-	90.000
Rendimento integral		-	-	-	-	-	3.546	3.546
Saldos em 31-12-2011	17	135.000	70.000	9.000	12.608	286.396	3.546	516.550

O Técnico Oficial de Contas

Statistik Duarte

O Conselho de Administração

Almeida *F. Almeida*

2.5- Demonstração de Fluxos de Caixa

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2012	31-12-2011
<u>Resultados de Exploração:</u>			
Resultado Líquido do Exercício		2.739	3.546
Amortizações do Exercício	11	1	1
Dotação para Impostos do Exercício	13	1.095	699
Resultados de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados		691	(361)
<u>Variação dos Activos e Passivos Operacionais:</u>			
{Aumento}/Diminuição de aplicações em instituições de crédito	9	90.205	(108.709)
{Aumento}/Diminuição de Crédito a clientes	10	5.816	10.009
{Aumento}/Diminuição de Outros Activos		(210)	(128)
Aumento/(Diminuição) de passivos financeiros representados por títulos	15	(59.484)	(62.224)
(Diminuição)/Aumento de outros Passivos		811	(16)
Fluxos das actividades operacionais		41.664	(157.183)
ACTIVIDADE DE INVESTIMENTO			
Suprimentos à Renticapital		(42.000)	-
Prestações suplementares Renticapital		-	(31.900)
Prestações suplementares Banif - SGPS, SA		-	100.000
Fluxos das actividades de investimento		(42.000)	68.100
ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO			
Aumento Capital		-	90.000
Fluxos das actividades de financiamento		-	90.000
TOTAL		(336)	917
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES			
Caixa e seus equivalentes no início do período	5,6	1.345	428
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5,6	1.009	1.345
		(336)	917
Valor do balanço das rubricas de caixa e seus equivalentes, em 31 de Dezembro			
Caixa	5	13	6
Depósitos à ordem em Outras Instituições de Crédito	6	996	1.339

O Técnico Oficial de Contas

Jaafar Duarte

O Conselho de Administração

Viktor Z. Z. Z. Z.

2.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro 2012 e 2011

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

1. INFORMAÇÃO GERAL

A Rentipar Financeira, SGPS, S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anónima, com sede na Avenida Barbosa do Bocage, n.º 85, 5º, 1050 – 030 Lisboa, que tem por objecto exclusivo a gestão de participações sociais noutras sociedades.

Em 28 de Março de 2013, o Conselho de Administração da Sociedade reviu, aprovou e autorizou as Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2012 e o Relatório de Gestão, as quais serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Anual de Accionistas de 15 de Abril de 2013.

2. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO NOVAS OU REVISTAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na actividade da Sociedade, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2013 e que a Sociedade não adoptou antecipadamente encontram-se descritas na Nota 51 do Anexo às contas consolidadas.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 Bases de apresentação de contas

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade foram preparadas de acordo com as políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal através do disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 1/2005, nºs 2º e 3º, designadas por Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA).

As NCA baseiam-se nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), tal como adoptadas, em cada momento, por Regulamento da União Europeia, com excepção das seguintes áreas:

- Valorimetria e provisionamento do crédito concedido;
- Benefícios dos empregados, através do estabelecimento de um período de diferimento dos impactos de transição para IAS/IFRS;
- Eliminação da opção do justo valor para valorização de activos tangíveis.

2.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro 2012 e 2011

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

As demonstrações financeiras foram preparadas numa base de custo histórico, com excepção da reavaliação de instrumentos financeiros, e no pressuposto da continuidade das operações. As principais políticas contabilísticas utilizadas são apresentadas abaixo.

3.2 Informação comparativa

A Sociedade não procedeu a alterações de práticas e políticas contabilísticas, pelo que todos os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior.

3.3 Uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras

A preparação das Demonstrações Financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela Gestão da Sociedade, os quais afectam o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados. Na elaboração destas estimativas, a Gestão utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Consequentemente, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir das estimativas efectuadas.

Estimativa da imparidade na rubrica do balanço "Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos" está descrito na nota 12.

3.4 Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui depósitos à ordem junto de outros bancos no país.

3.5 Investimentos em filiais e associadas

A rubrica "Investimentos em filiais e associadas" corresponde às participações no capital social de empresas detidas pela Sociedade, com carácter duradouro, relativamente às quais detenha ou controle a maioria dos direitos de voto (filiais) ou exerça influência significativa (empresas associadas). Considera-se que existe influência significativa sempre que a Sociedade detenha, directa ou indirectamente, mais de 20% dos direitos de voto. Os investimentos em filiais e associadas encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

2.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro 2012 e 2011

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

3.6 Instrumentos financeiros

3.6.1 Activos financeiros

Activos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação são os adquiridos com o propósito de venda no curto prazo e de realização de lucros a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador, incluindo todos os instrumentos financeiros derivados que não sejam enquadrados como operações de cobertura.

Após reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor são reflectidos em resultados do exercício. Nos derivados os justos valores positivos são registados no activo e os justos valores negativos no passivo. Os juros e dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica inclui os activos financeiros classificados pela Sociedade de forma irrevogável no seu reconhecimento inicial como ao justo valor através de resultados, de acordo com a opção prevista no IAS 39 (*fair value option*), desde que satisfeitas as condições previstas para o seu reconhecimento, nomeadamente:

- i) a designação elimina ou reduz significativamente inconsistências de mensuração de activos financeiros e reconhecimento dos respectivos de ganhos ou perdas (*accounting mismatch*);
- ii) os activos financeiros são parte de um grupo de activos ou passivos ou ambos que é gerido e a sua performance avaliada numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia de investimento e gestão de risco devidamente documentada; ou
- iii) o instrumento financeiro integra um ou mais derivados embutidos, excepto quando os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa inerentes ao contrato, ou seja claro, com reduzida ou nenhuma análise, que a separação dos derivados embutidos não possa ser efectuada.

2.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro 2012 e 2011

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Após reconhecimento inicial os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor dos activos e passivos financeiros são reflectidos em resultados do exercício na rubrica "Resultados de activos avaliados ao justo valor através de resultados".

Aplicações em outras Instituições de Crédito e Crédito a clientes

Estas rubricas incluem aplicações junto de instituições de crédito e crédito concedido. São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, que não sejam activos adquiridos ou originados com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial.

Após o reconhecimento inicial, normalmente ao valor desembolsado que inclui todos os custos inerentes à transacção, incluindo comissões cobradas que não tenham a natureza de prestação de serviço, estes activos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva, e sujeitos a testes de imparidade.

3.6.2 Passivos Financeiros

Os outros passivos financeiros, que incluem essencialmente Responsabilidades representadas por títulos, são inicialmente valorizados pelo seu justo valor, o qual corresponde normalmente à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados. Subsequentemente estes instrumentos são valorizados ao custo amortizado.

3.7 Outros activos fixos tangíveis

A rubrica de activos fixos tangíveis inclui outros equipamentos.

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo seu custo, deduzido de subsequentes amortizações. Os custos de reparação e manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo quando ocorrem.

Os activos tangíveis são amortizados numa base linear, de acordo com o disposto no Aviso nº 9/94, de 2 de Novembro, que é:

Outro equipamento

4 anos

2.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro 2012 e 2011

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

3.8 Impostos sobre o rendimento

Os custos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente é apurado com base nas taxas de imposto em vigor nas jurisdições em que a Sociedade opera.

A Sociedade regista ainda como impostos diferidos passivos ou activos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar/ recuperar no futuro, decorrentes de diferenças temporárias tributáveis/ dedutíveis.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o seu aproveitamento.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício.

3.9 Reconhecimento de dividendos

Os dividendos são reconhecidos quando colocados à disposição da Sociedade.

4. RELATO POR SEGMENTOS

A actividade desenvolvida pela Sociedade em 2012 e 2011 resulta da gestão de participações sociais e foi integralmente realizada em Portugal.

5. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

2.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro 2012 e 2011

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

	31-12-2012	31-12-2011
Caixa em euros	13	6
	13	6

6. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2012	31-12-2011
Depósitos à ordem:		
No País	996	1.339
	996	1.339

7. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

	31-12-2012		31-12-2011	
	Quantidade	Valor de balanço	Quantidade	Valor de balanço
Instrumentos de capital				
REN, SGPS, SA	25.000	51	25.000	53

8. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2012		31-12-2011	
	Quantidade	Valor de balanço	Quantidade	Valor de balanço
Instrumentos de capital				
EDP Renováveis	945.000	3.774	945.000	4.468

2.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro 2012 e 2011

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

9. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2012	31-12-2011
Depósitos:		
No País	23.000	113.149
Juros de aplicações	4	60
	23.004	113.209

10. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2012	31-12-2011
Crédito a clientes:		
Outros créditos e valores a receber	25.300	31.116
Juros de crédito a clientes	331	331
	25.631	31.447

Em "Outros créditos e valores a receber" estão registadas apólices Top Invest emitidas pela Companhia de Seguros Açoreana.

11. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido no período foi:

	Saldo em 31-12-2011		Aumentos		Amortizações do	Valor (líquido)
	Valor Bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Reavaliações (líquido)	exercício	em 31-12-2012
Equipamento	3	1	-	-	1	1
Instalações interiores	5	5	-	-	-	-
Material de transporte	48	48	-	-	-	-
TOTAL	56	54	-	-	1	1

Handwritten signature/initials

2.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro 2012 e 2011

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

12. INVESTIMENTOS EM FILIAIS E ASSOCIADAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Nome da sociedade	Quantidade	% de participação	31/12/2012			31/12/2011		
			Valor participação	Imparidade	Capital próprio da Sociedade	Valor participação	Imparidade	Capital próprio da Sociedade
Banif SA	307.063.133	53.87% (1)	355.350	-	376.156	353.350	-	934.916
Renticapital Investimentos Financeiros, S.A	9.350	93.50%	11.139	-	24.774	11.139	-	22.759
Renticapital Investimentos Financeiros, S.A - Prestações suplementares	-	-	61.000	-	-	19.080	-	-
			427.489	-	-	385.489	-	-

Banif SA:

Capitalização bolsista: 83.220 milhares de euros

Capitais próprios consolidados 2012: 376.156 milhares de euros

Resultado do exercício consolidado 2012: -576.353 milhares de euros

Renticapital, Investimentos Financeiros, SA:

Capital Próprio 2012: 24.774 milhares de euros

Resultado do exercício 2012: 2.378 milhares de euros

A sociedade não apurou imparidade referente aos investimentos em filiais e associadas.

Não foi preparado um estudo de avaliação para a subsidiária Banif SA, uma vez que estão em curso contacto com a Direcção da Concorrência da Comissão Europeia para finalização do plano de reestruturação definitivo do Grupo, o qual deverá prever revisão do seu modelo de negócio (Nota 25).

13. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

	31-12-2012	31-12-2011
IRC a recuperar	876	1.259
	876	1.259

2.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro 2012 e 2011

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL	31-12-2012	31-12-2011
Resultado antes do imposto	3.834	4.245
SOMA	3.834	4.245
Prémios de seguros e contribuições	1	1
IRC e outros impostos incidentes directa ou indirectamente sobre lucros	-	-
Correcções relativas a exercícios anteriores	8	-
Multas, Coimas, juros compensatórios	1	-
Ajustamentos de valores de activos não dedutíveis ou para além dos limites legais	-	-
Mais-valias fiscais sem intenção de reinvestimento	-	-
ENCARGOS FINANCEIROS	-	-
SOMA	3.844	4.246
Mais-valias contabilísticas	-	-
Outros	-	-
Rendimentos nos termos do artigo 51.º	-	-
SOMA	-	-
Prejuízo para efeitos fiscais	-	-
Lucro tributável	3.844	4.246
APURAMENTO DA MATÉRIA COLECTÁVEL		
PREJUÍZO FISCAL	-	-
LUCRO FISCAL	3.844	4.246
TOTAL DOS PREJUÍZOS FISCAIS	-	-
DEDUÇÕES:		
Prejuízos fiscais deduzidos	-	2.381
MATÉRIA COLECTÁVEL	3.844	1.865
CÁLCULO DO IMPOSTO		
Colecta	961	465
Derrama	128	120
Tributações Autónomas (art. 81.º)	6	4
	1.095	589

14. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2012	31-12-2011
Suprimentos	2.125	42.275
Proveitos a receber	459	859
Apoios financeiros a accionistas	38.970	-
Outros activos	1.238	155
Imparidade	-	-
	42.792	43.289

2.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro 2012 e 2011

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

Em 31 de Dezembro de 2012, os suprimentos, remunerados, respeitam a 2.125 milhares de euros (42.275 milhares de euros em 2011) à Renticapital, Investimentos Financeiros, SA. O apoio financeiro a accionistas corresponde a 38.570 milhares de euros à Rentipar Investimentos e a 400 milhares de euros a Fundação Horácio Roque IPSS.

15. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2012	31-12-2011
Papel Comercial	4.478	13.952
Obrigações	-	50.010
	4.478	63.962

a) Em 30 de Dezembro de 2008, a Rentipar Financeira, SGPS, SA emitiu um empréstimo obrigacionista no montante de 100.000 milhares de euros com maturidade em 30 de Dezembro de 2012.

A Sociedade reembolsou 50.000 milhares de euros desta emissão em 2011, tendo sido os restantes 50.000 milhares de euros reembolsados a 30 de Dezembro 2012.

b) A Rentipar Financeira, SGPS, SA emitiu 2 programas de papel comercial no montante de 14.000 milhares euros, estando vivos à data o montante de 4.500 milhares de euros (-24 milhares euros de despesas com encargo diferido e 2 milhares de euros de encargos financeiros), abaixo descritos:

Entidade	Montante	Vencimento	Taxa de juro
Millennium	1.000	2013	5,684%
CGD	3.500	2013	4,690%

A Sociedade utilizou 14.808.595 acções do Banif,SA, 25.000 acções REN e 945.000 acções EDP Renováveis como caução das operações de emissão de papel comercial

A sociedade reembolsou a seguinte emissão:

- Amortização da emissão de papel comercial (Millenium) no montante de 500 milhares de euros

2.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro 2012 e 2011

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

- Amortização da emissão de papel comercial (CGD) no montante de 9.000 milhares de euros

16. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2012	31-12-2011
Credores e outros recursos	836	42
Outros	24	7
	860	49

17. OPERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2012, as rubricas de Capital Próprio apresentam a seguinte composição:

	31-12-2012	31-12-2011
Capital	135.000	135.000
Prémios de emissão	-	-
Outros instrumentos de capital	70.000	70.000
Acções próprias	-	-
Reserva legal	9.200	9.000
Reservas de reavaliação	-	-
Outras reservas e resultados transitados	302.350	299.004
Resultado do exercício	2.739	3.546
Dividendos antecipados	-	-
Total do Capital	519.289	516.550

O capital social é constituído por 27.000.000 acções, de valor nominal de €5,00 por acção, encontrando-se totalmente realizado.

Em 2009, foram concedidas prestações suplementares, registadas na rubrica “Outros instrumentos de capital”, pela Rentipar Investimentos, SGPS, SA e Fundação Horácio Roque à sociedade nos montantes de 44 milhões de euros e 26 milhões de euros, respectivamente.

2.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro 2012 e 2011

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

18. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2012	31-12-2011
Juros de aplicações em IC	6.034	6.388
Juros de apólices	1.327	1.397
Juros de supriimentos	81	978
	<u>7.442</u>	<u>8.763</u>

JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2012	31-12-2011
Juros de responsabilidades representadas por títulos	1.962	3.984
	<u>1.962</u>	<u>3.984</u>

19. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2012	31-12-2011
Garantias e avales	381	310
Outras	85	89
	<u>466</u>	<u>399</u>

2.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro 2012 e 2011

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

20. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2012	31-12-2011
Instrumentos de capital	(691)	361
	(691)	361

Nesta rubrica, em 2012, foram registadas perdas no montante de 694 milhares de euros relacionadas com as alterações das cotações, das acções da EDP Renováveis, foram igualmente registadas 1 milhar de euros de perdas decorrentes da desvalorização das acções da REN, SGPS, SA. Nesta rubrica estão ainda relevados os dividendos pagos pela sociedade REN, SGPS, SA, no decorrer deste ano, no valor de 4 milhares de euros.

Em 2011, a sociedade registou uma valorização de 369 milhares de euros referentes às acções da EDP Renováveis e uma desvalorização de 12 milhares de euros referentes às acções da REN, SGPS, SA.

21. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Outros Resultados de Exploração

	31-12-2012	31-12-2011
Reembolso de despesas	2.758	18
Outros Impostos	(16)	(9)
Outros encargos	(1)	981
Quotização	(4)	(1)
	2.737	989

A rubrica “reembolso de despesas” corresponde à alocação às filias de custos referentes aos Programas Especiais de Inspeções (SIP) – Nota 23, realizados às próprias filias.

2.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro 2012 e 2011

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

22. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2012	31-12-2011
Remuneração dos órgãos de gestão e de fiscalização	171	143
Remuneração dos empregados	40	43
Encargos sociais obrigatórios	41	38
Outros custos pessoal	-	-
	252	224

23. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2012	31-12-2011
Serviços especializados	2.893	1.185
Comunicação	-	-
Deslocações, estadas e representação	57	41
Outros	23	34
	2.973	1.260

A rubrica "serviços especializados" inclui 62 milhares de euros de custos referentes a auditores externos e consultores e 2.758 milhares de euros referentes Programa Especial de Inspeções (SIP) ao sistema financeiro, desenvolvido no contexto do Programa de Assistência Económica e Financeira.

24. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

	Empresas do grupo	
	31-12-2012	31-12-2011
Disponibilidades em IC	849	1.161
Aplicações em IC	23.004	104.032
Suprimentos	2.125	42.275
Apoio financeiro a accionistas	38.970	-
Outros créditos e valores a receber	25.631	31.447
Outros Activos	1.466	859
	31-12-2012	31-12-2011
Custos	19	10
Proveitos	7.409	7.030

2.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro 2012 e 2011

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

As transacções com entidades relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a operações similares e são realizadas em condições normais de mercado. Estas operações estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

No exercício findo, não foram constituídas provisões específicas para saldos com entidades relacionadas.

Empresas do Grupo

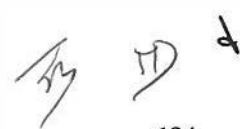
BANIF-BANCO INTERNACIONAL DO FUNCHAL
RENTICAPITAL, INVESTIMENTOS FINANCEIROS, SA
SOCIEDADE IMOBILIARIA PIEDADE
ESPAÇO DEZ
BANIF IMOBILIARIA
BANIF BANK (MALTA)
BANCA PUEYO
BANCO CABOVERDIANO DE NEGÓCIOS
IMMOBILIARIA VEGAS ALTAS
BANIF HOLDINGS (MALTA), LTD
CENTAURUS REALITY GROUP
BANIF MAIS, SGPS, SA
BANCO BANIF MAIS, SA
BANIF PLUS BANK ZRT
MARGEM MEDIAÇÃO DE SEGUROS, Lda
TCC INVESTMENTS LUXEMBOURG
BANIF BRASIL (HOLDINGS), SA
NUMBERONE SGPS
BANIF FINANCE LTD
INVESTAÇOR, SGPS
INVESTAÇOR HÓTEIS
AÇORTUR
TUROTEL
HOTEL PICO
BANIF & COMERCIAL AÇORES, Inc FALL RIVER
BANIF & COMERCIAL AÇORES, Inc SAN JOSÉ
BANIF RENT
BANCO BANIF BRASIL
ACHALA

2.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro 2012 e 2011

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

ZACF
RENTIPAR SEGUROS, SGPS
BANIF BANCO DE INVESTIMENTO
BANIF (CAYMAN)
BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL)
BANIF GESTÃO DE ACTIVOS (BRASIL)
BETA SECURITIZADORA
BANIF INT. ASSET MANAGEMENT
BANIF GESTÃO DE ACTIVOS
BANIF AÇOR PENSOES
BANIF (BRASIL)
BANIF INTERN. HOLDINGS Ltd
BANIF SECURITIES HOLDINGS
BANIF FINANCIAL SERVICES
BANIF SECURITIES INC.
BANIF FINANCE (USA) CORP.
BANIF FORFAITING COMPANY
BANIF INTERNATIONAL BANK
BANIF CAPITAL - SOC DE CAPITAL DE RISCO
BANIF MULTIFUND
GAMMA
MCO2
KOMODO
WORLDVILAS
BANIF ECOPROGRESSO TRADING
ATLANTES MORTGAGE
ATLANTES MORTGAGE 2
ATLANTES MORTGAGE 3
ATLANTES MORTGAGE 4
ATLANTES MORTGAGE 5
ATLANTES MORTGAGE 6
ATLANTES MORTGAGE 7
ATLANTES FINANCE 4
ATLANTES FINANCE 5
ATLANTES NPL 1
AZOR MORTGAGE
AZOR MORTGAGE 2



2.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro 2012 e 2011

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

ATLANTES SME 1

EURO INVEST S3a, S3b

FIP BANIF REAL ESTATE

BANIF US REAL ESTATE

ART INVEST

BANIF FORTUNY

SPE PANORAMA

IMOGEST

CAPVEN

INFRA INVEST FEIA

BANIF INV CONSERVADOR

BANIF INV MODERADO

BANIF RENDA HABITAÇÃO

BANIF GESTÃO IMOBILIÁRIA

GESTARQUIPARK

BANIF REAL ESTATE POLSKA

TINER POLSKA

IMOPREDIAL

BANIF PROPERTY

TURIRENT

PEDIDOS LIZ

WIL

25. EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

À data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Rentipar Financeira, SGPS, SA, não se verificava nenhum acontecimento que exigisse ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos referentes a 31 de Dezembro de 2012.

Em 31 de Dezembro de 2012, o Ministério das Finanças deu o seu acordo à participação do Estado na operação de recapitalização do BANIF.

2.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro 2012 e 2011

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

No seguimento deste acordo, em Assembleia Geral do BANIF SA, de 16 de Janeiro de 2013, foram aprovadas todas as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração do BANIF, nomeadamente:

1. Foi deliberado, designadamente, aprovar que o reforço de capitalização do BANIF incluía o acesso a investimento público, nos termos da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro, e, nesse contexto, aprovar o PLANO DE RECAPITALIZAÇÃO do BANIF e os compromissos e obrigações conexos, incluindo as operações de aumento de capital previstas para as primeira e segunda fases da operação de recapitalização (ambas integrantes do PLANO DE RECAPITALIZAÇÃO). Foi ainda deliberado conferir mandato ao Conselho de Administração para todos os actos ou diligências tendentes à concretização e desenvolvimento das medidas de concretização do PLANO DE RECAPITALIZAÇÃO, bem como para o seu eventual ajustamento, em conformidade com o despacho ministerial de aprovação referido no artigo 13.º da Lei n.º 63-A/2008 de 24 de Novembro;
2. Foi deliberado aprovar a alteração do artigo 5.º dos Estatutos da Sociedade, introduzindo um novo número 1A nos seguintes termos: "1A. Após a injeção dos fundos públicos correspondentes à primeira fase da operação de recapitalização, aprovada pela Assembleia Geral em 16 de Janeiro de 2013, o Conselho de Administração deve deliberar aumentar o capital social da sociedade em EUR 450.000.000, a realizar por entradas em dinheiro até 30 de Junho de 2013 através de um ou mais aumentos de capital";

Em 21 de Janeiro de 2013, a Comissão Europeia autorizou temporariamente a recapitalização concedida por Portugal ao BANIF por motivos de estabilidade financeira. Portugal comprometeu-se a apresentar um plano de reestruturação de grande envergadura para o BANIF até 31 de Março de 2013. A Comissão tomará a decisão definitiva sobre a compatibilidade da injeção de capital com as regras em matéria de auxílios estatais da União Europeia após a avaliação das medidas de reestruturação propostas por Portugal.

O plano de reestruturação previsto acima deve prever uma importante revisão do modelo de negócios, o que implica a adopção de medidas de reestruturação em profundidade, uma considerável redução das actividades e um enfoque geográfico limitado no futuro.

Em 25 de Janeiro de 2013, em execução do plano de recapitalização aprovado na assembleia geral de acionistas de 16 de Janeiro de 2013, o Estado subscreveu:

- a) O aumento de capital social do Banif, por entrada em dinheiro, com supressão do direito de preferência, reservado ao Estado, no montante de Eur 700.000.000,00, através da

2.6- Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro 2012 e 2011

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, S.A.

(Montantes expressos em milhares de Euros – m€, excepto quando expressamente indicado)

emissão de 70.000.000.000 de novas ações representativas do capital social do Banif (ações especiais), com valor de emissão unitário de Eur 0,01;

- b) A emissão de instrumentos subordinados e convertíveis, qualificados como capital core tier 1 no valor total de Eur 400.000.000,00.

Em consequência da operação supra em a), o capital social do Banif passou a ser de Eur 1.270.000.000,00.

O BANIF está igualmente envolvido em contactos com a Comissão Europeia no sentido de submeter o plano de reestruturação definitivo, que está elaborado sobre o plano inicialmente apresentado às autoridades nacionais e que permitiu a recapitalização por parte do Estado Português.

Com a operação de recapitalização acima referida a participação da Rentipar Financeira SGPS, SA no BANIF foi diluída para 0,435% à qual corresponde 0,435% de direitos de voto.



Demonstrações Financeiras

2 – Demonstrações Financeiras Consolidadas

2.1 – Balanço Consolidado

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, SA E SUBSIDIÁRIAS

BALANÇO CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

		31-12-2012		31-12-2011	
	Notas	Valor antes de imparidade e amortizações	Imparidade e amortizações	Valor líquido	Valor líquido
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	18.412	-	161.123	2.09.084
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	210.231	-	210.231	183.956
Ativos financeiros de curto prazo para negociação	22.8	214.777	-	214.777	251.544
Outros ativos financeiros ajustados ao valor através de resultados	22.8	86.819	-	86.819	159.380
Ativos financeiros disponíveis para venda:	10.43	807.625	(44.442)	763.183	561.400
Aplicações em instituições de crédito	11	357.520	-	367.520	657.848
Crédito a clientes	2.2, 12, 43	10.938.376	(1.087.764)	9.841.612	11.215.269
Investimentos de longo prazo à maturidade	13, 43	36.284	-	36.284	53.506
Ativos com acordos de recompra	14	2.823	-	25.223	72.347
Derivados de cobertura	15	-	-	-	-
Ativos não correntes detidos para venda	16, 43	433.353	(30.219)	403.134	267.678
Propriedades de investimento	17	924.357	-	924.367	840.26
Outros activos tangíveis	18	478.520	(171.500)	307.020	368.194
Ativos intangíveis	18	64.826	(58.662)	26.264	27.456
Investimentos em associadas e filiais excluídas da consolidação	20, 43	118.630	-	118.630	155.670
Ativos por impostos correntes	21	18.859	-	18.859	28.849
Ativos por impostos diferidos	21	251.177	-	251.177	153.952
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-
Outros activos	-	386.398	(37.240)	349.158	634.281
Devedores por seguro directo e resseguro	-	-	-	-	-
Outros activos	22	386.398	(37.240)	349.158	634.281
Total do Activo		15.589.244	(1.439.827)	14.129.377	15.922.245
Recursos das Bancas Centrais	23	-	-	2.604.084	2484.286
Passivos financeiros de curto prazo para negociação	24	-	-	116.204	88.048
Outros passivos financeiros ajustados ao valor através de resultados	25	-	-	14.017	80.948
Recursos de outras instituições de crédito	26	-	-	889.101	1.088.515
Recursos de clientes e outros empréstimos	27	-	-	7.724.548	7.928.397
Responsabilidades representadas por títulos	28	-	-	1.710.910	2.399.203
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	15	-	-	-	130
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-
Previsões	28	-	-	312.85	15.405
Provisões técnicas	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	21	-	-	5.854	14.280
Passivos por impostos diferidos	21	-	-	63.068	51.887
Instrumentos representativos de capital	30	-	-	2.809	43.691
Outros passivos subordinados	31	-	-	228.114	218.540
Outros passivos	-	-	-	245.628	421.671
Credores por seguro directo e resseguro	-	-	-	-	-
Outros passivos	32	-	-	205.628	421.671
Total do Passivo		-	-	13.594.813	14.833.009
Capital	33	-	-	135.000	135.000
Prémios de emissão	33	-	-	-	-
Outros instrumentos de capital	33	-	-	70.000	70.000
Ações próprias	33	-	-	-	-
Reservas de reavaliação	33	-	-	(1.828)	(24.962)
Outras reservas e resultados transferidos	33	-	-	368.928	450.888
Resultado do exercício	33	-	-	(272.558)	(77.418)
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-
Intervenção que não controlam	34	-	-	236.322	535.928
Total do Capital		-	-	534.564	1.089.236
Total do Passivo + Capital		-	-	14.129.377	15.922.245

O Técnico Oficial de Contas

António Duarte

O Conselho de Administração

João Soares

2.2 – Demonstração de Resultados Consolidados

RENTEPAR FINANCEIRA, SGPS, SA E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2012	31-12-2011
Juros e rendimentos similares	35	798.135	913.038
Juros e encargos similares	35	(617.212)	(630.039)
Margem financeira		180.923	282.999
Rendimentos de instrumentos de capital	36	2.439	753
Rendimentos de serviços e comissões	37	119.206	139.681
Encargos com serviços e comissões	37	(34.760)	(29.721)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor a ravés de resultados	38	(12.331)	(6.666)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	38	(1.655)	(2.337)
Resultados de reavaliação cambial	38	(6.444)	3.253
Resultados de alienação de outros activos	38	6.172	50862
Prémios líquidos de resseguro		-	-
Custos com sinistros líquidos de resseguros		-	-
Variação das provisões técnicas líquidas de resseguro		-	-
Outros resultados de exploração	40	(62.729)	124.342
Produto da actividade		190.821	563.166
Custos com pessoal	41	(175.897)	(184.357)
Gastos gerais administrativos	42	(119.262)	(143.227)
Amortizações do exercício	18, 19	(33.586)	(35.547)
Provisões líquidas de reposições e anulações	29	(6.977)	(3.880)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	43	(410.743)	(342.276)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	43	(37.108)	(3.771)
Imparidade de outros activos líquidos de reversões e recuperações	43	(77.084)	(27.832)
Diferenças de consolidação negativas		-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	20	1.080	(2.426)
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam		(668.756)	(180.150)
Impostos		95.139	26.754
Correntes	21	(11.034)	(24.584)
Diferidos	21	106.173	51.318
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam		(573.617)	(153.396)
Da qual: Resultado após impostos de operações descontinuadas		-	-
Interesses que não controlam	34	300.961	75.978
Resultado consolidado do exercício		(272.656)	(77.418)
Resultado por acção básico (expresso em EUR por acção)	44	(10.10)	(8.60)
Resultado por acção diluído (expresso em EUR por acção)	44	(10.10)	(8.60)

O Técnico Oficial de Contas

Carla de Jesus

O Conselho de Administração

Vitor *L. Mendes*

2.3 – Demonstração do Rendimento Integral Consolidado

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, SA E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	31-12-2012	31-12-2011
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam		(673.617)	(153.396)
<u>Outro rendimento integral</u>			
Activos Financeiros Disponíveis para Venda			
Ganhos / (perdas) no justo valor	33	20.987	(15.220)
Impostos ganhos / (perdas) no justo valor	33	(5.585)	4.068
Ganhos / (perdas) em activos de entidades que consolidam por equivalência patrimonial	33	12.469	(1.645)
Impostos ganhos / (perdas) em activos de entidades que consolidam por equivalência patrimonial	33	(2.934)	499
Ganhos em reavaliações imóveis	33	(1.252)	(269)
Impostos Ganhos em reavaliações imóveis	33	(156)	202
Ganhos/(perdas) actuariais		571	2.397
Impostos ganhos / (perdas) actuariais		(273)	(520)
De instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	33	120	648
Impostos de instrumentos de cobertura no âmbito de coberturas de fluxos de caixa	33	(13)	(118)
		23.934	(9.958)
Variações cambiais	33	(8.580)	(9.937)
Total do rendimento integral líquido de impostos, antes de interesses que não controlam		(558.263)	(173.291)
Interesses que não controlam	34	300.961	75.978
Total do rendimento integral, líquido de impostos		(257.302)	(97.313)

O Técnico Oficial de Contas

Gratilde Duarte

O Conselho de Administração

Vitorino Z. P. Mendes

1

2.4- Demonstração de Variações em Capitais Próprios Consolidados

RENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, SA E SUBSIDIÁRIAS
DEMONSTRAÇÕES DE VARIAÇÕES EM CAPITAIS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em milhares de Euros)

	Notas	Capital	Outros Instrumentos do Capital	Ações Próprias	Prêmios de Emissão	Reservas de Reavaliação	Resultados Transfidos	Outras Reservas	Resultado do exercício	Interesses que não controlam	Total
Saldos em 31-12-2011	33	135.000	70.000	-	-	(24.902)	471.753	(21.065)	(77.418)	535.928	1.089.236
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior											
Transferência para reservas	33	-	-	-	-	-	(77.418)	-	77.418	-	-
Aumento do capital	33	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição/alienação de ações próprias	33	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rendimento integral	33	-	-	-	-	23.934	-	(8.580)	(272.656)	-	(257.302)
Recupera ações preferenciais	33	-	-	-	-	-	-	2.172	-	(9.207)	(7.035)
Operações com interesses que não controlam	34	-	-	-	-	-	-	-	-	(280.399)	(280.399)
Outras variações em capital próprio	33	-	-	-	-	-	-	64	-	-	64
Saldos em 31-12-2012		135.000	70.000	0	0	(1.028)	394.335	(27.409)	(272.656)	236.322	534.564
Saldos em 31-12-2010	33	45.000	70.000	-	-	(15.004)	460.922	(21.642)	10.831	704.132	1.254.239
Aplicação do Resultado líquido do exercício anterior											
Transferência para reservas	33	-	-	-	-	-	10.831	-	(10.831)	-	-
Aumento do capital	33	80.000	-	-	-	-	-	-	-	-	80.000
Aquisição/alienação de ações próprias	33	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rendimento integral	33	-	-	-	-	(8.968)	-	(9.937)	(77.418)	-	(97.313)
Recupera ações preferenciais	33	-	-	-	-	-	-	7.008	-	(66.303)	(59.295)
Operações com interesses que não controlam	34	-	-	-	-	-	-	-	-	(101.901)	(101.901)
Outras variações em capital próprio	33	-	-	-	-	-	-	2.906	-	-	2.906
Saldos em 31-12-2011		135.000	70.000	0	0	(24.962)	471.753	(21.065)	(77.418)	535.928	1.089.236

O Técnico Oficial de Contas

Isabel Duarte

O Conselho de Administração

Alfonso *Z. Almeida*

2.5 - Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidados

BENTIPAR FINANCEIRA, SGPS, SA E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em milhares de Euros)

ACTIVIDADE OPERACIONAL

Resultados de Exploração:

	Notas	31-12-2012	31-12-2011
Resultado líquido do exercício	33	(272.656)	(77.418)
Impedidade em crédito concedido	43	410.743	342.276
Outras perdas por impedidade	43	114.192	31.603
Provisões do exercício	29	6.977	3.680
Amortizações do exercício	18.19	335.86	35.547
Dotação para impostos do exercício	21	(85.139)	(26.754)
Interesses minoritários	34	(300.861)	(75.978)
Derivados (líquido)	38	4.491	(3.913)
Resultados de empresas excluídas da consolidação	20	(1.080)	2.426
Dividendos reconhecidos	36	(2.439)	(753)
Juros pagos de passivos subordinados	35	18.932	21.023
Juros pagos de passivos não subordinados		5.557	16.560
Resultados não realizados em propriedades de investimento	39	52.725	(40.392)
		(25.072)	228.107

Variação dos Activos e Passivos Operacionais:

(Aumento)/Diminuição de activos financeiros dados para negociação	8	65.772	124.906
(Aumento)/Diminuição de activos financeiros ao justo valor através de resultados	9	118.809	190.996
(Aumento)/Diminuição de activos financeiros disponíveis para venda	10	(223.683)	(285.782)
(Aumento)/Diminuição de aplicações em outras instituições de crédito	11	290.328	(166.646)
(Aumento)/Diminuição de investimentos de longo e a maturidade	13	17.422	10.033
(Aumento)/Diminuição de empréstimos a clientes	12	914.406	739.782
(Aumento)/Diminuição de activos não correntes dados para venda	14	(19.125)	(110.376)
(Aumento)/Diminuição de activos com acordo de recompra	14	48.124	(21.343)
(Aumento)/Diminuição de outros activos		262.636	(627.211)
Diminuição/(Aumento) de recursos de bancos centrais	23	318.708	546.139
(Aumento)/(Diminuição) de passivos financeiros dados para negociação	24	(1.470)	24.181
(Aumento)/(Diminuição) de outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	25	(66.929)	(37.940)
Diminuição/(Aumento) de recursos de outras instituições de crédito	26	(429.451)	(523.912)
Diminuição/(Aumento) de recursos de clientes	27	(200.849)	202.543
Diminuição/(Aumento) de responsabilidades representadas por títulos	28	(246.062)	49.858
(Aumento)/(Diminuição) de outros passivos		(295.172)	(157.370)
		377.684	157.648
		352.612	385.955

Fluxos das actividades operacionais

ACTIVIDADE DE INVESTIMENTO

Investimento em subsidiárias e associadas	4	107	(16.501)
Caixa e equivalentes na subsidiária adquirida	4	261	3.194
Aquisição de activos tangíveis	15	(5.781)	(17.966)
Alienação de activos tangíveis	15	104.95	11.164
Aquisição de activos intangíveis	19	(6.655)	(11.163)
Aquisição de propriedades de investimento	17	(42.497)	(165.284)
Alienação de propriedades de investimento	17	21.801	40.067
Dividendos recebidos	36	2.439	753
		(19.830)	(155.706)

Fluxos das actividades de investimento

ACTIVIDADE DE FINANCIAMENTO

Aumento de Capital Social	30	-	80.000
Investimento em fundos do investimento		67.179	52.077
Emissão de passivos subordinados	32	-	85.372
Reembolso de passivos subordinados	31	1.584	(85.159)
Juros pagos de passivos subordinados	31	(18.932)	(21.023)
Emissão de obrigações não subordinadas		80.000	20.000
(Aumento)/(Diminuição) de interesses que não controlam	34	4.000	-
Reembolso de instrumentos representativos de capital	38	(41.882)	(1.760)
Reembolso de obrigações não subordinadas	28	(522.231)	(150.090)
Juros pagos de obrigações não subordinadas	30	(55.57)	(16.560)
Recompra de acções preferenciais	34	(7.035)	(58.695)
Dividendos pagos de acções preferenciais		(3.993)	(9.308)
		(410.467)	(95.856)
		(77.685)	136.196

Fluxos das actividades de financiamento

VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Caixa e seus equivalentes no início do período	6.7	472.039	358.846
Efeito das diferenças de câmbio nas rubricas do caixa e seus equivalentes			
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6.7	394.354	472.039
		(77.685)	136.193

Valor de Balanço das rubricas do Caixa e Seus Equivalentes, em 31 de Dezembro

Caixa	6	53.378	49.382
Depósitos à ordem em bancos centrais	6	130.742	238.722
Depósitos à ordem em outras instituições de crédito	7	100.211	105.908
Cheques a cobrar	7	15.558	22.803
Outros	7	94.465	55.244
		394.354	472.039

Caixa e Seus Equivalentes não disponíveis para utilização pela entidade

• Técnico Oficial de Contas

Stefão de Deus

O Conselho de Administração

Vicente M. Mendes 142

1. INFORMAÇÃO GERAL

O Grupo Rentipar (Grupo) é composto por Sociedades de competência especializada nos sectores bancário e segurador, apoiadas num conjunto de outras sociedades que operam em diversas áreas do sector financeiro. As principais entidades do Grupo e a natureza das actividades que desenvolvem são descritas em maior detalhe no Relatório de Gestão.

A Rentipar Financeira, SGPS, S.A., empresa-mãe do Grupo, com sede na Avenida Barbosa du Bocage, n.º85 – 5º, 1050 – 030 Lisboa, tem por objecto exclusivo a gestão de participações sociais noutras Sociedades, conforme descrito nas Notas 4 e 20.

Em 28 de Março de 2013, o Conselho de Administração do Grupo reviu, aprovou e autorizou as Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2012 e o Relatório de Gestão, as quais serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Anual de Accionistas, a qual será efectuada em 15 de Abril de 2013, que tem o poder de as alterar. No entanto, a Gestão do Grupo admite que venham a ser aprovadas sem alterações significativas.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1 Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS – Internacional Financial Reporting Standards), tal como adoptadas na União Europeia, em 31 de Dezembro de 2012, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) nº 1606/02 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, transposto para a legislação Portuguesa através do Decreto – Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, e do Aviso nº 1/2005 do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras consolidadas estão expressas em milhares de euros, arredondado ao milhar mais próximo. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos financeiros registados ao seu justo valor, nomeadamente activos e passivos detidos para negociação (incluindo derivados), activos e passivos ao justo valor através de resultados, activos financeiros disponíveis para venda, imóveis registados em activos tangíveis e propriedades de investimento. As principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Grupo são apresentadas abaixo.

2.2 Informação comparativa

No âmbito do processo de reestruturação societária do Grupo, o Banif incorporou a Banif SGPS. A fusão do Banif SGPS com o Banif SA não altera a estrutura do Grupo e não altera a realidade económica de Grupo existente para os accionistas. Por ausência de clarificação nas IFRS sobre a forma de tratar as

concentrações de negócios entre entidades sob controlo comum, optou-se por utilizar o método da comunhão de interesses. De acordo com este método as contas consolidadas do Grupo mantiveram-se inalteradas, não tendo existido qualquer remensuração ou reconhecimento de novos activos ou passivos nas contas consolidadas (por exemplo Goodwill).

- a) Em geral, os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior, com excepção das seguintes alterações de acordo com IAS 8:

Reclassificação de títulos de dívida detidos em carteira da rubrica activos financeiros detidos para negociação (nota 8) para outros créditos e valores a receber (nota 12)

Uma vez que um conjunto de títulos de dívida não cumpriam as características e objectivos de gestão desta carteira, a Sociedade considerou que o reconhecimento inicial dos títulos de dívida registados em activos financeiros detidos para negociação não estava correcto, pelo que reclassificou estes títulos na rubrica de outros créditos e valores a receber, reexpressando o Balanço comparativo.

Reclassificação de títulos de dívida detidos em carteira da rubrica outros activos ao justo valor através de resultados (nota 9) para outros créditos e valores a receber (nota 12)

Uma vez que um conjunto de títulos de dívida não cumpriam as características e objectivos de gestão desta carteira, a Sociedade considerou que o reconhecimento inicial dos títulos de dívida registados em outros activos ao justo valor através de resultados não estava correcto, pelo que reclassificou estes títulos na rubrica de outros créditos e valores a receber, reexpressando o Balanço comparativo.

Estas alterações tiveram impactos nas seguintes rubricas de balanço a 31 de Dezembro de 2011:

	31-12-2011		
	Valor líquido 31-12-2011	reclassificação	Valor líquido reexpresso
Activos financeiros detidos para negociação	256.544	(5.000)	251.544
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	202.888	(43.508)	159.380
Crédito a clientes	11.166.761	48.508	11.215.269

Esta reclassificação não teve impactos em resultados do exercício de 2011.

- b) Alteração do critério de imputação de custos a Activos Intangíveis gerados internamente

Em 2012, o Banif procedeu à alteração dos critérios de imputação de custos a projectos de desenvolvimento interno de Software, deixando de imputar aos mesmos custos internos com pessoal, amortizações e outros custos de funcionamento. Deste modo, passaram a ser capitalizados exclusivamente custos externos com licenciamento e serviços de implementação. Não foram remensuradas as quantias anteriormente imputadas a projectos concluídos ou aos projectos em curso transferidos para a Sociedade na sequência da dissolução da Banifserv, ACE (nota 4).

2.3 Uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Grupo efectue estimativas e julgamentos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas, o valor dos activos e passivos, réditos e custos, assim como dos passivos contingentes divulgados. No apuramento das estimativas, a Gestão do Grupo utilizou o seu julgamento, assim como a informação disponível na data da preparação das demonstrações financeiras. Não obstante, os valores futuros efectivamente realizados poderão diferir das estimativas efectuadas.

Os temas que envolvem um maior nível de julgamento ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são apresentadas, como seguem:

Continuidade das operações

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade, dado que a Gestão do Grupo considera que o Grupo e a Empresa – Mãe dispõem de meios e de capacidade para continuar a desenvolver a sua actividade no futuro previsível. Para este julgamento, a Gestão do Grupo teve em consideração as diversas informações que dispõe sobre as condições actuais e projecções futuras de rentabilidade, *cash-flows* e capital, conforme descrito no ponto 08 do Relatório de Gestão – Perspectivas futuras. De salientar que após o processo de recapitalização do Banif a Empresa – Mãe do Grupo passou a ser o Banif, SA (ver nota 52).

Justo valor dos instrumentos financeiros

O Justo valor é baseado em cotações de mercado, sempre que disponiveis. No entanto, e na ausência de cotação, é determinado com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados (*market to model*) considerando as condições de mercado, factores de volatilidade, correlação, não esquecendo o valor temporal.

O justo valor de instrumentos financeiros está apresentado na nota 46.

Imparidade em créditos a clientes

O Grupo efectua uma avaliação da sua carteira de crédito, em base periódica, por forma avaliar a existência de evidência de imparidade.

Neste contexto, os clientes identificados com crédito em incumprimento e, cujas responsabilidades totais sejam consideradas de montante significativo para o Grupo, são objecto de análise individual para avaliar as necessidades de registo de perdas por imparidade.

Estas estimativas são baseadas em ~~em~~ ~~assumpções~~ ~~sobre~~ um conjunto de factores que se podem modificar no futuro e, consequentemente alterar os montantes de imparidade. Adicionalmente, é também realizada uma análise colectiva de imparidade às restantes operações de crédito que não foram objecto de análise individual, através da alocação de tais operações em segmentos de crédito, com características e riscos similares, sendo estimadas perdas colectivas de imparidade, cujo cálculo tem por base o comportamento histórico das perdas, para o mesmo tipo de activos.

Os créditos analisados individualmente, para os quais não se tenha verificado a existência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes e avaliados colectivamente para efeitos de imparidade.

Sempre que um crédito é considerado incobrável, sendo a sua perda por imparidade estimada de 100% do valor do crédito, é efectuada a respectiva anulação contabilística por contrapartida do valor da perda. O crédito é assim abatido ao activo.

Se forem recuperados créditos abatidos, o montante recuperado é creditado em resultados na rubrica "Imparidade de crédito líquida de recuperações e reversões".

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda – instrumentos de capital

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando se verifica uma desvalorização significativa ou prolongada no seu justo valor, abaixo de preço de custo ou quando prevê existir um impacto nos fluxos de caixa futuros desses activos.

Esta determinação requer julgamento, sendo que o Grupo reúne toda a informação disponível no mercado e fora do mercado para o efeito. Em consequência da volatilidade dos mercados, o Grupo considera que existe evidência objectiva de imparidade, ou seja, que se verifica uma desvalorização significativa ou prolongada, sempre que se registre:

- ✓ um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30%;
- ✓ um declínio por um período superior a 1 ano.

A imparidade dos activos financeiros para venda está apresentada na nota 43.

Avaliação de activos imobiliários

O serviço de avaliações é prestado por empresas externas, independentes, registadas na CMVM e com qualificações, reconhecida competência e experiência profissional, adequadas ao desempenho das respectivas funções. Os relatórios obedecem aos requisitos estabelecidos pela CMVM, Banco de Portugal e Instituto de Seguros de Portugal, assim como aos critérios definidos pelas Normalização Contabilística Europeia e às orientações de Instituições Internacionais, como sejam o RICS e TEGoVA.

Os procedimentos de avaliação pressupõem uma recolha de informação rigorosa, quer de documentação actualizada, quer numa inspecção do imóvel e zona envolvente, quer junto das câmaras municipais e outros organismos, quer na análise do mercado, transacções, relação oferta/procura e perspectivas de desenvolvimento. O tratamento dessa informação, áreas e usos e valores de mercado, permite a adopção de valores base para o cálculo, por aplicação dos métodos e sua comparação.

O método comparativo de mercado é sempre utilizado quer directamente, quer como base de cash-flows de desenvolvimento, actualizados à data da avaliação a taxas que incorporem o risco dos projectos. O método do custo de reposição tem também utilização directa na valorização dos imóveis em uso continuado e um contributo indispensável nos cenários de desenvolvimento referidos. Nas propriedades sujeitas a exploração, efectivamente arrendadas ou cuja valorização dependa do seu rendimento

potencial, actualizam-se os rendimentos capitalizados, mediante yields que reflectam o comportamento e principais indicadores do mercado.

Todos os relatórios são analisados e validados pela estrutura técnica interna, sendo que as avaliações para este activos foram realizadas entre o período de Junho de 2012 e Dezembro de 2012 e reflectem as actuais condições de mercado.

O valor de realização destes activos está dependente da evolução futura das condições do mercado imobiliário.

Os activos imobiliários estão registados em activos não correntes detidos para venda, propriedades de investimento e imóveis de serviço próprio estão apresentadas nas notas 16, 17 e 18, respectivamente.

Activos por impostos diferidos

O Grupo reconhece activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não reconhecidos, quando estima que venham a existir no prazo futuro estabelecido por lei resultados fiscais positivos. Para o efeito, são efectuados julgamentos para a determinação do montante de impostos diferidos activos que podem ser reconhecidos, baseados no nível de resultados fiscais futuros esperado.

Os activos por impostos diferidos estão apresentados na nota 21.2.

Benefícios de reforma

O Grupo determina as responsabilidades por pensões de reforma e o rendimento dos Fundos de Pensões, constituídos para cobrir estas responsabilidades, com base em tábuas actuariais e pressupostos de crescimento das pensões e do retorno dos activos, que compõem os Fundos de Pensões.

Face à natureza de longo prazo dos planos de pensões, estas estimativas são sujeitas a incertezas significativas.

Os benefícios de reforma estão apresentados na nota 47.

Consolidação de entidades de finalidade especiais (SPE)

O Grupo recorre à constituição de Entidades de Finalidade Especiais (SPE) com o objectivo de efectuar operações de securitização de activos.

O Grupo não consolida as SPE relativamente aos quais não detém o controlo. Uma vez que pode ser difícil determinar se é exercido o controlo sobre uma SPE, é efectuado um julgamento para determinar se o Grupo está exposto aos riscos e benefícios inerentes às actividades da SPE e se tem os poderes de tomada de decisão nessa SPE.

A decisão de que uma SPE tem que ser consolidado pelo Grupo requer a utilização de pressupostos e estimativas para apurar os ganhos e perdas residuais e determinar quem retém a maioria desses ganhos e perdas. Outros pressupostos e estimativas poderiam levar a que o perímetro de consolidação do Grupo fosse diferente.

As entidades de finalidade especiais incluídas na consolidação estão apresentadas na nota 4.

2.4 Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Rentipar Financeira SGPS, SA e das Entidades por si controladas (denominadas "subsidiárias"), incluindo fundos de investimento nos quais o Grupo detém mais de 50% das unidades de participação e entidades de finalidades especiais, preparadas para a mesma data de referência das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

Considera-se que existe controlo, sempre que o Grupo tenha a possibilidade de determinar as políticas operacionais e financeiras de uma entidade, com vista a obter benefícios das suas actividades, o que normalmente sucede quando o Grupo detém pelo menos 50% dos direitos de voto da entidade.

Os SPE, relativamente às quais o Grupo retenha a maioria dos riscos e benefícios inerentes à sua actividade, são também incluídas no perímetro de consolidação. Incluem-se neste âmbito, essencialmente, entidades utilizadas pelo Grupo que integram operações de titularização de créditos e emissão de dívida estruturada.

Sempre que aplicável, as contas das subsidiárias são ajustadas de forma a reflectir a utilização das políticas contabilísticas do Grupo.

Os saldos e transacções entre Entidades do Grupo realizados, resultantes de operações intra grupo são eliminados no processo de consolidação.

O valor correspondente à participação de terceiros nas subsidiárias é apresentado na rubrica "Interesses que não controlam", incluída no capital próprio.

2.5 Concentrações de actividades empresariais e goodwill

O Grupo regista a aquisição de subsidiárias pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor, na data da transacção, dos activos entregues, dos passivos assumidos, dos instrumentos de capital próprio emitidos, acrescidos de quaisquer custos directamente imputáveis à transacção. Os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis da entidade adquirida são medidos pelo justo valor, na data de aquisição.

O goodwill corresponde à diferença entre o custo de aquisição e a proporção adquirida pelo Grupo do justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes identificados.

Sempre que, o justo valor exceda o custo de aquisição (goodwill negativo), a diferença é reconhecida em resultados.

Quando o custo de aquisição excede o justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes, o goodwill positivo é registado no activo, não sendo amortizado. No entanto, é objecto de testes de imparidade numa base anual, sendo reflectidas eventuais perdas por imparidade que sejam apuradas.

Para efeitos da realização do teste de imparidade, o goodwill apurado é imputado a cada uma das Unidades Geradoras de Caixa (UGC) que beneficiaram da operação de concentração. O goodwill imputado a cada Unidade é objecto de teste de imparidade, em base anual, ou sempre que exista uma indicação de que possa existir imparidade.

A imparidade do goodwill é determinada calculando o montante recuperável para cada UGC ou grupo UGC a que o goodwill respeita. Quando o montante recuperável das UGC for inferior ao montante registado é reconhecida imparidade.

As perdas por imparidade em goodwill não podem ser revertidas em períodos futuros.

2.6 Investimentos em associadas

São classificadas como associadas todas as Entidades sobre as quais o Grupo detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o controlo e, que não sejam nem subsidiárias, nem "Joint ventures", nem participações detidas através de fundos de investimento, de capital de risco ou de Bancos (seed capital), classificados, no reconhecimento inicial, como instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados.

O Grupo considera que existe influência significativa sempre que este detenha, directa ou indirectamente, mais de 20% dos direitos de voto e representação no órgão de gestão.

Os investimentos em associadas são registados nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. O valor de balanço dos investimentos em associadas inclui o valor do respectivo goodwill determinado nas aquisições e é apresentado líquido de eventuais perdas de imparidade.

O registo inicial do investimento é efectuado pelo custo de aquisição, o qual é incrementado ou diminuído pelo reconhecimento das variações subsequentes na parcela detida na situação líquida da associada. Qualquer goodwill negativo é imediatamente reconhecido em resultados.

O valor do investimento é anualmente objecto de análise de imparidade.

À semelhança do procedimento seguido relativamente às subsidiárias, sempre que aplicável, as contas das associadas são ajustadas de forma a reflectir as políticas contabilísticas do Grupo.

2.7 Empreendimentos conjuntos

São considerados como empreendimentos conjuntos os investimentos em Entidades sobre as quais o Grupo partilha o controlo com outra parte. Essa partilha é formalizada por acordo contratual, em que as decisões estratégicas, financeiras e operacionais relacionadas com a actividade, exigem o consenso unânime das partes que partilham o controlo.

Os interesses do Grupo em empreendimentos conjuntos são reconhecidos utilizando o método de consolidação proporcional.

No âmbito deste método de consolidação, não existem interesses que não controlam.

2.8 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbios indicativas da moeda funcional na data da transacção.

Na data de balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros, à taxa de câmbio de fecho. Os itens não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor, na data da última valorização. Os itens não monetários que sejam mantidos ao custo histórico são mantidos ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão são reconhecidas como ganhos ou perdas do período na demonstração de resultados, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, classificados como disponíveis para venda, que são registadas por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio, até à alienação do activo.

Demonstrações financeiras de subsidiárias e associadas expressas em moeda estrangeira

Na data de balanço, os activos e passivos denominados em moeda funcional distinta do Euro, são convertidos à taxa de câmbio à data do fecho do balanço, enquanto itens de proveitos e custos são convertidos à taxa média do período. As diferenças que resultam da utilização da taxa de fecho e da taxa média são registadas, sem efeito fiscal, por contrapartida de uma rubrica específica de capital próprio, até à alienação das respectivas entidades.

2.9 Caixa e seus equivalentes

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados em balanço de moeda nacional e estrangeira, que se incluem em caixa, depósitos à ordem junto de Bancos Centrais, depósitos à ordem junto de outras instituições de crédito no país e estrangeiro, cheques a cobrar sobre outros bancos.

2.10 Instrumentos financeiros

2.10.1 Reconhecimento e mensuração inicial de instrumentos financeiros

As compras e vendas de activos financeiros que implicam a entrega de activos de acordo com os prazos estabelecidos, por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidos na data da sua negociação (trade date), isto é, na data em que é assumido o compromisso de compra ou venda. Esta situação verifica-se igualmente para os instrumentos financeiros derivados.

A classificação dos instrumentos financeiros, na data do seu reconhecimento inicial, depende das suas características e da intenção que originou a sua aquisição.

Todos os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao justo valor, acrescido dos custos directamente atribuíveis à compra ou emissão, excepto no caso dos activos e passivos ao justo valor através de resultados em que tais custos são reconhecidos directamente em resultados.

2.10.2 Mensuração subsequente de instrumentos financeiros

Activos e passivos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros classificados como activos e passivos detidos para negociação, são adquiridos com o propósito de venda no curto prazo e de realização de lucros, a partir de flutuações no preço ou na margem do negociador.

Nesta classe incluem-se também, os instrumentos financeiros derivados que não sejam considerados como derivados de cobertura.

Após o reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor são reflectidos em resultados do exercício. No caso dos instrumentos derivados, os justos valores positivos apurados são registados no activo e, consequentemente, os justos valores negativos no passivo.

Os juros e dividendos ou encargos são registados nas respectivas contas de resultados, quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

São considerados como passivos financeiros de negociação as vendas de títulos a descoberto. Estas operações são relevadas em balanço ao justo valor, com variações subseqüentes no seu justo valor relevadas em resultados do exercício, na respectiva rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Os activos e passivos financeiros incluídos nesta categoria são activos e passivos designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nos termos da opção prevista no IAS 39 - fair value option.

O Grupo designa, no seu reconhecimento inicial certos activos e passivos ao justo valor, desde que satisfeitas as condições previstas para o seu reconhecimento, nomeadamente:

- ✓ a designação elimina ou reduz significativamente inconsistências de mensuração de activos e passivos financeiros e reconhecimento dos respectivos de ganhos ou perdas (accounting mismatch);
- ✓ os activos e passivos financeiros fazem parte de um grupo de activos ou passivos ou ambos cujas performances são avaliadas numa base de justo valor, de acordo com uma estratégia de investimento e gestão de risco devidamente documentada; ou
- ✓ o instrumento financeiro integra um ou mais derivados embutidos, excepto quando os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa inerentes ao contrato, ou seja claro, com reduzida ou nenhuma análise, que a separação dos derivados embutidos não possa ser efectuada.

Após o reconhecimento inicial, os ganhos e perdas gerados pela mensuração subsequente do justo valor dos activos e passivos financeiros são reflectidos em resultados do exercício na rubrica "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados".

O Grupo classifica em activos financeiros ao justo valor através de resultados, os títulos cuja gestão e avaliação da performance tem por base o justo valor, e como passivos financeiros instrumentos de dívida (subordinada e não subordinada) com um ou mais derivados embutidos.

Activos financeiros disponíveis para venda

São classificados nesta rubrica os activos financeiros que podem ser objecto de alienação em resposta, ou em antecipação, a necessidades de liquidez ou alterações de taxas de juro, taxas de câmbio ou alterações do seu preço de mercado.

À data, o Grupo tem classificado nesta categoria títulos de rendimento fixo, participações consideradas estratégicas e instrumentos de capital, para os quais não é possível a obtenção de valorizações fiáveis.

Após o reconhecimento inicial, são subseqüentemente mensurados ao justo valor, ou mantido ao custo de aquisição.

No caso de o Grupo deter instrumentos de capital para os quais não seja possível apurar o justo valor com fiabilidade, os ganhos e perdas são reflectidos na rubrica "Reservas de reavaliação" até à sua venda (ou ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento no qual o valor acumulado é transferido para resultados do exercício para a rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda".

Os juros dos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de "Juros e rendimentos similares" e, os dividendos são reconhecidos em resultados na rubrica "Rendimentos de instrumentos de capital", quando o direito ao seu recebimento é estabelecido,

Nos instrumentos de dívida emitidos em moeda estrangeira, as diferenças cambiais apuradas são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica "Resultados de reavaliação cambial".

A cada data de referência das demonstrações financeiras, o Grupo avalia a existência de situações de evidência objectiva de que os activos financeiros disponíveis para venda estão com imparidade, considerando a informação disponível no mercado e a informação disponível sobre os emitentes.

Quando existe evidência objectiva de que um activo financeiro disponível para venda está em imparidade, as perdas são reconhecidas em resultados na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".

Activos financeiros detidos até à maturidade

Estão classificados nesta categoria os activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidades definidas, que o Grupo tem intenção e capacidade de deter até à maturidade.

Estes activos são mensurados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva e sujeitos a testes de imparidade. O custo amortizado é calculado tendo em conta o prémio ou desconto, na

data de aquisição, e outros encargos directamente imputáveis à compra como parte da taxa de juro efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica "Juros e rendimentos similares".

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".

Activos com acordo de recompra

Estão relevados nesta rubrica, o valor de compra dos activos acrescidos do juro implícito no preço de revenda reconhecidos de acordo com o princípio de especialização do exercício.

Aplicações em outras Instituições de Crédito e Crédito a clientes

O Grupo regista nestas rubricas as aplicações que tem junto de instituições de crédito e o valor total do crédito concedido a clientes.

Estes activos são classificados como activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, desde que não sejam activos que tenham sido adquiridos ou originados com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou activos que, no seu reconhecimento inicial, tenham sido classificados como activos financeiros ao justo valor através de resultados.

Após o reconhecimento inicial, o valor desembolsado, que inclui todos os custos inerentes à transacção, incluindo comissões cobradas que não tenham a natureza de prestação de serviço, são mensurados ao custo amortizado, pelo método da taxa efectiva, e sujeitos a testes de imparidade.

O custo amortizado é apurado tendo em conta os rendimentos ou encargos directamente imputáveis à origem do activo, como parte da taxa de juro efectiva. A amortização destes rendimentos ou encargos é reconhecida em resultados na rubrica "Juros e rendimentos similares" ou "Juros e encargos similares". As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados na rubrica "Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações".

Quando, em determinado momento do tempo, o Grupo considera não haver qualquer expectativa de recuperabilidade sobre um determinado ou um conjunto de créditos, estes são abatidos ao activo.

Esta avaliação é independente dos procedimentos em vigor, no que se refere a este tema, nas contas individuais das subsidiárias, tendo em conta as especificidades das normas locais aplicáveis.

Recursos de outras instituições de crédito, Recursos de clientes e outros empréstimos / Responsabilidades representadas por títulos e Outros passivos subordinados

Os restantes passivos financeiros, que incluem essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e emissões de dívida não designadas como passivos financeiros ao justo valor através de resultados e, cujos termos contratuais resultam na obrigação de entrega ao detentor de fundos ou activos financeiros, são reconhecidos inicialmente pela contraprestação recebida líquida dos custos de transacção directamente associados e subsequentemente, valorizados ao custo amortizado, usando o método da taxa efectiva. A amortização é reconhecida em resultados na rubrica "Juros e encargos similares".

Justo valor

Conforme acima referido, os instrumentos financeiros registados nas categorias de Activos e Passivos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são valorizados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O Grupo determina o justo valor dos seus activos e passivos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda de acordo com os seguintes critérios:

- ✓ No caso de instrumentos transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com base na cotação de fecho, no preço da última transacção efectuada ou no valor da última oferta ("bid") conhecida;
- ✓ No caso de instrumentos não transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado com recurso a técnicas de valorização, que incluem preços de transacções recentes de instrumentos equiparáveis e outros métodos de valorização normalmente utilizados pelo mercado ("discounted cash flow", modelos de valorização de opções, etc.).

Os activos de rendimento variável (v.g. acções) e os instrumentos derivados, que os tenham como activo subjacente, para os quais não seja possível a obtenção de valorizações fiáveis, são mantidos ao custo de aquisição, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

2.10.3 Imparidade de activos financeiros

Activos Financeiros ao custo amortizado

O Grupo avalia regularmente se existe evidência objectiva de imparidade nos activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, aplicações em instituições de crédito, instrumentos detidos até à maturidade, crédito concedido e de valores a receber. As perdas por imparidade identificadas são relevadas por contrapartida de resultados.

Sempre que num período subsequente, se registre uma diminuição do montante da perda por imparidade estimada, o montante previamente reconhecido é revertido pelo ajustamento da conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados na mesma rubrica.

Um crédito, ou uma carteira de crédito sobre clientes, definida como um conjunto de créditos de características de risco semelhantes, está em imparidade sempre que:

- ✓ exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial e,
- ✓ quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor recuperável dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, e cuja mensuração possa ser estimada com razoabilidade.

Para determinação das perdas por imparidade são utilizados dois métodos de análise:

a) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é realizada através de uma análise casuística da situação de clientes com exposição total de crédito considerada significativa. Para cada cliente o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade, considerando nomeadamente os seguintes factores:

- ✓ situação económico-financeira do cliente;
- ✓ exposição global do cliente e a existência de créditos em situação de incumprimento no Grupo e no sistema financeiro;
- ✓ informações comerciais relativas ao cliente;
- ✓ análise do sector de actividade em que o cliente se integra, quando aplicável;
- ✓ as ligações do cliente com o Grupo em que se integra, quando aplicável, e a análise deste relativamente às variáveis anteriormente referidas em termos do cliente individualmente considerado.

Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- ✓ A viabilidade económico financeira do cliente gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;
- ✓ O valor das garantias reais associadas e o montante e prazo de recuperação estimados;
- ✓ O património do cliente em situações de liquidação ou falência e a existência de credores privilegiados.

Os créditos analisados individualmente, para os quais não se tenha verificado a existência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes e avaliados colectivamente para efeitos de imparidade.

Os créditos analisados individualmente para os quais se tenha estimado uma perda por imparidade não são incluídos para efeitos da avaliação colectiva.

Sempre que seja identificada uma perda de imparidade nos créditos a clientes avaliados individualmente, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor contabilístico desse crédito e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro original do contrato. O crédito a clientes apresentado no balanço é reduzido pela utilização de uma conta de perdas por imparidade e o montante reconhecido na demonstração de resultados na rubrica "Imparidade do crédito líquida de recuperações e reversões". Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de efectiva anual, determinada pelo contrato.

O cálculo do valor actual dos cash flows futuros estimados de um crédito com garantias reais reflecte os fluxos de caixa que possam resultar da recuperação e alienação do colateral, deduzido dos custos inerentes à sua recuperação e venda.

b) Análise colectiva

Os créditos avaliados numa base colectiva são agrupados por segmentos com características e riscos similares. As perdas por imparidade para estes créditos são estimadas considerando a experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante, a envolvente económica e sua influência sobre o nível de perdas históricas. O Grupo procede, com uma periodicidade regular, à actualização dos parâmetros históricos utilizados para estimar as perdas na análise colectiva.

Sempre que um crédito é considerado incobrável, sendo a sua perda por imparidade estimada de 100% do valor do crédito, é efectuada a respectiva anulação contabilística por contrapartida do valor da perda. O crédito é assim abatido ao activo.

Se forem recuperados créditos abatidos, o montante recuperado é creditado em resultados na mesma rubrica de "Imparidade do crédito líquida de recuperações e reversões" acima referida.

Activos Financeiros disponíveis para venda

Para além dos indícios de imparidade acima referidos para activos financeiros registados ao custo amortizado, o IAS 39 prevê ainda os seguintes indícios específicos para imparidade em instrumentos de capital:

- ✓ Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indique que o custo do investimento não irá ser recuperado na totalidade;
- ✓ Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo.

A cada data de balanço, os activos financeiros disponíveis para venda são analisados, verificando-se o registo de indícios objectivos de imparidade, nomeadamente quando se verifica um significativo ou prolongado declínio nos justos valores, abaixo do preço de custo. A determinação do nível de declínio em que se considera "significativo ou prolongado" requer julgamentos. O Grupo considera que um declínio no justo valor de um instrumento de capital igual ou superior a 30% (30% em 2011) ou um declínio por mais de 1 ano (1 ano em 2011) pode ser considerado significativo ou prolongado.

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas em reservas são transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade, sendo registadas na rubrica "Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações".

As perdas por imparidade registadas em instrumentos de capital não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na "Reserva de justo valor". Caso posteriormente, sejam determinadas menos valias adicionais, considera-se sempre que existe imparidade, pelo que são reflectidas em resultados do exercício.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efectua igualmente análises periódicas de imparidade. O valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem igualmente ser revertidas.

2.10.4 Derivados

Na sua actividade corrente, o Grupo utiliza alguns instrumentos financeiros derivados, quer para satisfazer as necessidades dos seus clientes, quer para gerir as suas próprias posições de risco de taxa de juro ou outros riscos de mercado. Estes instrumentos envolvem graus variáveis de risco de crédito (máxima perda contabilística potencial devida a eventual incumprimento das contrapartes das respectivas obrigações contratuais) e de risco de mercado (máxima perda potencial devida à alteração de valor de um instrumento financeiro em resultado de variações de taxas de juro, câmbio e cotações).

Os montantes nominais das operações de derivados, registados em rubricas extrapatrimoniais, são utilizados para calcular os fluxos a trocar nos termos contratuais. Para derivados de taxa de juro ou de câmbio, o risco de crédito é medido pelo custo de substituição a preços correntes de mercado dos contratos em que se detém uma posição potencial de ganho (valor positivo de mercado), no caso de a contraparte entrar em incumprimento.

Os derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são separados do instrumento de acolhimento, sempre que os seus riscos e características não se encontrem intimamente relacionados com os do contrato de acolhimento. Nestas situações, a valorização ao justo valor através de resultados, não é feita sobre a totalidade do instrumento.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo na sua gestão de exposição a riscos financeiros e de mercado são contabilizados como derivados de cobertura de acordo com os critérios definidos pela IAS 39. Caso tal não se verifique, os derivados são considerados pelo seu justo valor como activos ou passivos financeiros de negociação, consoante tenham, respectivamente, justo valor positivo ou negativo.

Contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura, são classificados como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- à data de início da transacção, a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção, e ao longo da vida da operação;

- a eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade, à data de início da transacção, e ao longo da vida da operação;
- Para operações de cobertura de fluxos de caixa os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

A cada data de balanço, o Grupo testa a eficácia das coberturas, comparando a variação do justo valor do instrumento coberto, atribuível ao risco coberto, com a variação do justo valor do derivado de cobertura, devendo a relação entre ambos situar-se no intervalo entre 80% e 125%.

Cobertura de Justo Valor

Numa operação de cobertura de justo valor, o valor de balanço do activo ou passivo, determinado com base na respectiva política contabilística, é ajustado de forma a reflectir a variação do seu justo valor atribuível ao risco coberto. As variações do justo valor dos derivados de cobertura são reconhecidas em resultados, e, bem assim, as variações de justo valor dos activos ou dos passivos cobertos, atribuíveis ao risco coberto.

Caso a relação de cobertura deixe de existir, pelo facto da variação relativa no justo valor dos derivados e dos instrumentos cobertos se encontrar fora do intervalo entre 80% e 125%, os derivados são reclassificados para a carteira de negociação e o valor da reavaliação dos instrumentos cobertos é reconhecido em resultados durante o prazo remanescente da operação.

Cobertura de fluxos de caixa

Numa operação de cobertura da exposição à variabilidade de fluxos de caixa futuros de elevada probabilidade, a parte efectiva das variações de justo valor do derivado de cobertura é reconhecida em reservas, sendo transferida para resultados, nos períodos em que o respectivo item coberto afecta resultados. A parte não efectiva da cobertura é registada em resultados.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados, quando a operação coberta também afectar resultados.

Se for previsível que a operação coberta não se efectuará, os montantes ainda registados em capital próprio são imediatamente reconhecidos em resultados e o instrumento de cobertura é transferido para a carteira de negociação.

2.10.5 Desreconhecimento de activos e passivos financeiros

Activos financeiros

Um activo financeiro (ou quando aplicável uma parte de um activo financeiro ou parte de um grupo de activos financeiros) é desreconhecido quando:

- ✓ Os direitos de recebimento dos fluxos de caixa do activo expirem; ou

- ✓ Os direitos de recebimento dos fluxos de caixa tenham sido transferidos, ou foi assumida a obrigação de pagar na totalidade os fluxos de caixa a receber, sem demora significativa, a terceiros no âmbito de um acordo "pass-through"; e
- ✓ Os riscos e benefícios do activo foram substancialmente transferidos, ou os riscos e benefícios não foram transferidos nem retidos, mas foi transferido o controlo sobre o activo.

Se os direitos de recebimento dos fluxos de caixa forem transferidos ou se tenha celebrado um acordo de "pass-through", e não tenham sido transferidos nem retidos substancialmente todos os riscos e benefícios do activo, nem transferido o controlo sobre o mesmo, o activo financeiro é reconhecido na extensão do envolvimento continuado, o qual é mensurado ao menor entre o valor original do activo e o máximo valor de pagamento que ao Grupo pode ser exigido.

Quando o envolvimento continuado toma a forma de opção de compra sobre o activo transferido, a extensão do envolvimento continuado é o montante do activo que pode ser recomprado, excepto no caso de opção de venda mensurável ao justo valor, em que o valor do envolvimento continuado é limitado ao mais baixo entre o justo valor do activo e o preço de exercício da opção.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente expira ou é cancelada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro com a mesma contraparte, em termos substancialmente diferentes dos inicialmente estabelecidos, ou os termos iniciais são substancialmente alterados, esta substituição ou alteração é tratada como um desreconhecimento do passivo original e, o reconhecimento de um novo passivo. No caso de se verificar diferenças entre os valores, esta diferença é reconhecida em resultados do exercício.

2.10.6 Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Em Outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da IAS 39 - Reclassificação de Instrumento Financeiros. Esta alteração veio permitir, mediante a verificação de determinadas circunstâncias, que uma entidade transfira instrumentos financeiros das categorias de Activos financeiros detidos para negociação e Activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Outros créditos e valores a receber ou para Activos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses activos financeiros obedeçam às características de cada categoria.

O Grupo adoptou esta possibilidade para um conjunto de activos financeiros, a partir de Julho e Outubro de 2008.

As reclassificações foram registadas ao justo valor dos instrumentos, na data da reclassificação, tomando-se este valor como o valor do custo amortizado nas novas categorias para onde os activos foram reclassificados.

Um activo financeiro reclassificado na categoria de Activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas registados nesse activo anteriormente reconhecidos em Reservas, são amortizados nos resultados do exercício, durante a vida remanescente do activo financeiro pelo método da taxa de juro

efectiva. No caso de se verificar, a existência de imparidade nestes activos, o montante que ainda se encontra reconhecido em reservas é registado na demonstração de resultados.

O Grupo pode reclassificar Activos financeiros detidos para negociação, desde que não sejam derivados, para a categoria de Outros créditos e valores a receber, desde que esses activos se enquadrem nas características da referida classe.

Não obstante, se um activo financeiro for reclassificado para outra categoria de activo e, posteriormente, o Grupo estimar um aumento nos fluxos de caixa futuros em resultado de uma melhor perspectiva de recuperação desses recebimentos de caixa, o efeito desse aumento é registado como um ajustamento à taxa efectiva, desde a data da alteração da estimativa.

2.11 Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como detidos para venda sempre que se determine que o seu valor de balanço será recuperado através de venda. Esta condição apenas se verifica quando a venda seja altamente provável e o activo esteja disponível para venda imediata no seu estado actual.

A operação de venda deverá verificar-se até um período máximo de um ano após a classificação nesta rubrica. Uma extensão do período durante o qual se exige que a venda seja concluída não exclui que um activo (ou grupo para alienação) seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo da Sociedade e se mantiver o compromisso de venda do activo.

O Grupo regista nesta rubrica essencialmente imóveis recebidos em dação em pagamento de dívidas referentes a crédito concedido. Estes activos são registados no momento inicial pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do bem, na data da dação.

Os activos registados nesta categoria são objecto de avaliações periódicas efectuadas por avaliadores independentes que dão lugar ao registo de perdas por imparidade, sempre que o valor decorrente dessas avaliações, líquido de custos a incorrer com a venda, seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados.

2.12 Propriedades de Investimento

Os imóveis detidos pelo Grupo são reconhecidos como propriedades de investimento, dado que estes imóveis têm como objectivo a valorização do capital a longo prazo e não a venda a curto prazo, nem são destinados à venda no curso ordinário do negócio nem para sua utilização.

Estes investimentos são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção, e subsequentemente são reavaliados ao justo valor.

O justo valor da propriedade de investimento deve reflectir as condições de mercado, à data do balanço. As variações de justo valor são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica de Outros proveitos operacionais.

As propriedades de investimento são desreconhecidas, assim que alienadas ou quando deixam de ser esperados benefícios económicos futuros com a sua detenção.

Na alienação, a diferença entre o valor líquido da alienação e o montante do activo registado é reconhecido em resultados, no momento da alienação.

As transferências de, e para a rubrica "Propriedades de Investimento" podem ocorrer sempre que se verificar uma alteração quanto ao seu uso. Na transferência de propriedades de investimento para imóveis de serviço próprio, o custo estimado, para relevação contabilística, é o justo valor, à data da alteração do uso. Se um imóvel de serviço próprio é classificado em propriedades de investimento, o Grupo regista esse activo de acordo com a política aplicável a imóveis de serviço próprio, até à data da sua transferência para propriedades de investimento.

2.13 Outros activos fixos tangíveis

Esta rubrica inclui os imóveis de serviço próprio utilizados pelo Grupo no desenvolvimento da sua actividade, veículos e demais equipamentos

Os imóveis de serviço próprio são valorizados ao justo valor, determinado com base em avaliações de peritos independentes, deduzido de subseqüentes amortizações e perdas por imparidade.

Os imóveis de serviço próprio do Grupo são avaliados com a regularidade necessária, para que os valores contabilísticos não difiram significativamente do seu justo valor na data do balanço, utilizando-se, como referência, um período de três anos entre reavaliações.

As variações positivas de justo valor são creditadas na rubrica "Reservas de reavaliação", incluídas em capital próprio, excepto e até à medida, que essa variação constitua reversão de perdas do mesmo activo, reconhecidas em resultados.

As variações negativas do justo valor são reconhecidas em resultados, excepto e na medida em que, essas variações possam ser compensadas com o registo de reservas de reavaliação positivas existentes para esse mesmo activo.

Os restantes activos fixos tangíveis encontram-se registados pelo seu custo, deduzido de subseqüentes amortizações e perdas por imparidade. Os custos de reparação, e manutenção e outras despesas associadas ao seu uso, são reconhecidos como custo quando ocorrem.

Os restantes activos fixos tangíveis são amortizados numa base linear, de acordo com a sua vida útil esperada, como segue:

Imóveis	[10 – 50] anos
Veículos	4 anos
Outros equipamentos	[2 – 15] anos

Na data de transição, o Grupo utilizou a opção permitida pelo IAS de considerar como “custo estimado” de activos tangíveis o respectivo justo valor ou, em alguns casos, o valor de balanço resultante de reavaliações legais efectuadas até 1 de Janeiro de 2004, ao abrigo da legislação portuguesa.

Um activo tangível é desreconhecido, quando é alienado ou quando não é expectável a existência de benefícios económicos futuros pelo seu uso ou venda. Na data do desreconhecimento, o ganho ou perda calculado pela diferença entre o valor líquido de venda e o valor líquido contabilístico é reconhecido em resultados na rubrica “Outros resultados de exploração”.

2.14 Locação

O Grupo classifica as operações de locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificados como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

✓ *Como locatário*

Os pagamentos efectuados pelo Grupo, à luz dos contratos de locação operacional, são relevados em custos nos períodos em que dizem respeito.

✓ *Como locador*

Os activos em regime de locação operacional correspondem essencialmente a viaturas e são registadas no balanço na rubrica “Outros activos tangíveis” ao custo, deduzidos de amortizações e de eventuais perdas por imparidade.

As rendas relativas aos contratos de locação operacional são registadas em proveitos do período a que respeitam.

Locações financeiras

✓ *Como locatário*

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas:

- pelo encargo financeiro, relevado em resultados;
- pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo.

Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, de forma a obter-se uma taxa de juro constante até à maturidade do passivo.

Os activos em regime de locação financeira são amortizados ao longo da sua vida útil.

Contudo, se não houver certeza razoável de que o Grupo obtenha a propriedade no final do contrato, a amortização do activo é efectuada pelo menor da vida útil do activo ou do contrato de locação financeira.

✓ *Como locador*

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, pelo montante igual ao investimento líquido do bem locado, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros, de acordo com a taxa efectiva do contrato.

2.15 Activos intangíveis

Os activos intangíveis, que correspondem essencialmente a software, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são registadas numa base linear, ao longo da vida útil estimada dos activos, que actualmente se situa entre os 3 e os 6 anos.

O período e o método de amortização para activos intangíveis são revistos no final de cada ano. As alterações no prazo de vida útil estimada ou no padrão de consumo dos benefícios económicos futuros são tratados como alterações de estimativas. As amortizações são reconhecidas na respectiva rubrica da demonstração de resultados.

Os activos intangíveis podem incluir valores de despesas internas capitalizadas, nomeadamente com o desenvolvimento interno de software. Para este efeito, as despesas apenas são capitalizadas a partir do momento em que estão reunidas as condições previstas no IAS 38, nomeadamente os requisitos inerentes à fase de desenvolvimento.

2.16 Imposto sobre o rendimento

Os gastos ou rendimentos reconhecidos com impostos sobre o rendimento correspondem à soma do gasto ou rendimento reconhecido com imposto corrente e do gasto ou rendimento reconhecido com imposto diferido.

O imposto corrente é apurado com base na taxa de imposto em vigor.

A Sociedade regista ainda como passivos ou activos por impostos diferidos os valores respeitantes ao reconhecimento de impostos a pagar/ recuperar no futuro, decorrentes de diferenças temporárias tributáveis/ dedutíveis, nomeadamente relacionadas com provisões, benefícios aos empregados e activos disponiveis para venda.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e avaliados numa base anual, utilizando as taxas de tributação que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço. Os passivos por impostos diferidos são sempre registados. Os activos por impostos diferidos apenas são registados na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a sua utilização.

Os impostos sobre o rendimento são registados por contrapartida de resultados do exercício, excepto em situações em que os eventos que os originaram tenham sido reflectidos em rubrica específica de capital próprio, nomeadamente, no que respeita à valorização de activos disponíveis para venda e benefícios aos empregados. Neste caso, o efeito fiscal associado às valorizações é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

2.17 Benefícios aos empregados

As responsabilidades com benefícios aos empregados são reconhecidas de acordo com as regras definidas pelo IAS 19. Deste modo, as políticas reflectidas nas contas consolidadas em 31 de Dezembro de 2012 são as seguintes:

Responsabilidades com pensões e assistência médica

Ao nível do Grupo existem diversos planos de pensões, incluindo planos de benefício definido e planos de contribuição definida. Estas responsabilidades são normalmente financiadas através de fundos de pensões autónomos, ou de pagamentos a companhias de seguros.

As entidades do Grupo, seguidamente identificadas, apresentam responsabilidades relativamente ao pagamento de pensões:

- a) Banif – Banco Internacional do Funchal, S.A.

As responsabilidades com benefícios aos empregados são reconhecidas de acordo com as regras definidas pelo IAS 19 e regime transitório estabelecido no Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001, alterado pelos Avisos do Banco de Portugal nº 7/2002, nº 4/2005, nº 12/2005 e nº 7/2008. Deste modo, as políticas reflectidas nas contas em 31 de Dezembro de 2012 são as seguintes:

Responsabilidades com pensões e assistência médica

Os empregados da Sociedade encontram-se integrados no Regime Geral da Segurança Social desde a admissão, com excepção dos empregados integrados na sequência fusão por incorporação do Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A. (BBCA), em 1 de Janeiro de 2009, que se encontravam no regime de segurança social substitutivo constante do ACT do sector bancário e que apenas passaram a estar integrados no Regime Geral da Segurança Social a partir de 1 de Janeiro de 2011, conforme estabelecido no Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro.

Nos termos do referido diploma, o Regime Geral da Segurança Social passou a assegurar a protecção dos empregados do BBCA no activo nas eventualidades de maternidade, paternidade e adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade da Sociedade a protecção na doença, invalidez,

sobrevivência e morte. A taxa contributiva é de 26,6%, cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB), que foi extinta. Em consequência desta alteração, o direito à pensão dos empregados no activo do BBKA passou a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando a Sociedade a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho (ACT). De acordo com a orientação divulgada em Comunicado do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, anexo à Mensagem Fax nº 11/11/DSPDR, de 2011/01/26, do Banco de Portugal, atendendo que se manteve inalterado o plano do ACT e que não existiu redução de benefícios na perspectiva do beneficiário, as responsabilidades por serviços passados mantiveram-se inalteradas em 31 de Dezembro de 2010.

Em 31 de Dezembro de 2011, na sequência do Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro, foi efectuada a transferência para o âmbito da Segurança Social dos reformados e pensionistas do BBKA, que se encontravam no regime de segurança social substitutivo constante do ACT do sector bancário, quanto às responsabilidades pelos encargos com as pensões de reforma e sobrevivência, mantendo-se na responsabilidade das instituições de crédito, através dos respectivos fundos de pensões, o pagamento das actualizações do valor das pensões, dos benefícios de natureza complementar às pensões de reforma e sobrevivência assumidas pela Segurança Social, da contribuição para os Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) sobre as pensões de reforma e sobrevivência, do subsídio por morte, da pensão de sobrevivência a filhos e cônjuge sobrevivente desde que referente ao mesmo trabalhador e da pensão de sobrevivência devida a familiar de actual reformado, cujas condições de atribuição ocorram a partir de 1 de Janeiro de 2012 (pensão de sobrevivência diferida).

A assistência médica dos empregados bancários é assegurada pelo Serviço de Assistência Médico-Social (SAMS), entidade autónoma gerida pelo respectivo Sindicato. O SAMS proporciona aos seus beneficiários serviços e/ou participações em despesas no domínio de assistência médica, meios auxiliares de diagnóstico, medicamentos, internamentos hospitalares e intervenções cirúrgicas, de acordo com regulamentação interna.

Em 2008, a Sociedade celebrou um Acordo de Empresa (AE) com os Sindicatos do Sector, que consagrou importantes alterações relativas à carreira profissional e à Segurança Social para os seus empregados, com excepção dos integrados na sequência fusão por incorporação do BBKA, que não são abrangidos por este AE.

Na sequência da entrada em vigor do AE, em 1 de Outubro de 2008, o anterior Fundo do Banif foi transformado num fundo misto com três Planos de Pensões, designados Planos de Pensões I, II e III.

Até 28 de Dezembro de 2012, as responsabilidades da Sociedade eram financiadas através de dois Fundos de Pensões autónomos:

- Fundo de Pensões Banif, que financiava os Planos de Pensões I, II e III;
- Fundo de Pensões BBKA, que financiava o Plano de Pensões do BBKA.

Em 28 de Dezembro de 2012, após autorização do Instituto de Seguros de Portugal (ISP), e atendendo não haver interesse na manutenção de dois Fundos de Pensões distintos, na medida em que existe apenas uma realidade empresarial única, independentemente de se poderem diferenciar duas populações distintas em termos do seu enquadramento socioprofissional, quer no âmbito do AE, quer no âmbito do ACT do sector bancário, o qual condiciona a existência de alguns benefícios de reforma diferentes, embora individualizáveis, procedeu-se, nos termos da legislação, à extinção do Fundo de Pensões Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A., por incorporação no Fundo de Pensões Banif, com a correspondente transferência de todos os seus activos e passivos para este último fundo de pensões.

A incorporação do Fundo de Pensões do Banco Banif e Comercial dos Açores no Fundo de Pensões Banif condicionou a alteração do Plano de Pensões I deste último Fundo com o objectivo de acomodar a nova população e correspondentes benefícios, não havendo qualquer perda de direitos, expectativas e benefícios para os Participantes e Beneficiários transferidos.

Assim, a Sociedade proporciona aos seus empregados os seguintes benefícios com pensões e assistência médica:

- Plano de Pensões I (benefício definido), ao abrigo do qual a Sociedade assume a responsabilidade com os seguintes benefícios definidos para:
 - Subpopulação A, população oriunda do anterior Plano I do Fundo de Pensões Banif, (i) pelo pagamento de pensões de reforma por invalidez, invalidez presumível e sobrevivência conforme o AE e o respectivo Plano de Pensões, em regime de complementaridade da Segurança Social e (ii) pelo pagamento futuro das contribuições obrigatórias relativas a cuidados médicos pós-emprego para o SAMS, entidade autónoma gerida pelos Sindicatos, nas seguintes condições:
 - para os empregados elegíveis para a pensão de reforma, a Sociedade efectua a contribuição de 6,5% sobre as respectivas pensões;
 - para os restantes empregados associados aos planos de contribuição definida, este benefício é alterado para um capital único no momento da reforma, correspondente a 6,50% do capital constituído, tendo por base a contribuição inicial adicionada do valor das contribuições definidas futuras.
 - Subpopulação B, população oriunda do extinto Fundo de Pensões do Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A., fechada a novas adesões, pelo pagamento de pensões de reforma, invalidez, invalidez presumível e sobrevivência aos empregados do BBKA e pensionistas à data da fusão por incorporação, ou às suas famílias, em conformidade com o ACT e os regimes introduzidas pelos Decreto-Lei nº 1-A/2011, de 3 de Janeiro, e Decreto-Lei nº 127/2011, de 31 de Dezembro. Em complemento aos benefícios previstos no plano de pensões, a Sociedade assume a responsabilidade de liquidação das contribuições obrigatórias para o SAMS, com uma taxa de contribuição de 6,5%, e ainda do Subsídio por Morte, nos termos do ACTV;

- Plano de Pensões II (contribuição definida), ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 4,5% da remuneração de incidência e de uma contribuição inicial realizada na data de constituição do Plano e que integra todos os colaboradores admitidos ao serviço activo da Sociedade antes de 1 de Janeiro de 2007, que não tivessem falecido, reformado ou rescindido até à data de entrada em vigor do AE, com excepção dos integrados na sequência fusão por incorporação do BBKA, que não são abrangidos pelo AE. A contribuição inicial, afectada às respectivas contas individuais, foi calculada em função (i) das pensões complementares de velhice estimadas na avaliação de responsabilidades efectuada pelo Actuário Responsável do Plano de Pensões em 31 de Dezembro de 2006 e devidamente reportada ao Instituto de Seguros de Portugal e ao Banco de Portugal, e (ii) do valor actual das contribuições futuras;
- Plano de Pensões III (contribuição definida), ao abrigo do qual a Sociedade assume a obrigação de contribuir mensalmente com um montante equivalente a 1,5% da remuneração de incidência e que abrange todos os colaboradores admitidos ao serviço activo da Sociedade após 1 de Janeiro de 2007, que não tivessem falecido, reformado ou rescindido até à data de entrada em vigor do AE;

Os Planos de Pensões I, II e III são financiados através do Fundo de Pensões Banif, que é fundo autónomo.

O valor das responsabilidades decorrentes do Plano I é determinado numa base anual por actuários independentes, utilizando o método "Projected Unit Credit", e pressupostos actuariais considerados adequados (Nota 47). A actualização das responsabilidades é efectuada com base numa taxa de desconto que reflecte as taxas de juro de mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade, denominadas na moeda em que são pagáveis as responsabilidades, e com prazos até ao vencimento similares aos de liquidação das responsabilidades com pensões.

Em 2011, a Sociedade decidiu alterar a política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, deixando de utilizar o método do corredor (IAS 19 § 92) e passando a utilizar o método de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais em capitais próprio, na Demonstração do Rendimento Integral (OCI - Other Comprehensive Income (IAS 19 § 93ª).

De acordo com o método de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais de forma imediata no rendimento integral:

- ✱ o passivo ou activo reconhecido no balanço corresponde à diferença entre o valor actual das responsabilidades com pensões e o justo valor dos activos dos fundos de pensões;
- ✱ os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões são reconhecidos na íntegra em capital próprio, numa conta de Reservas por Ganhos e Perdas Actuais.

O aumento de responsabilidades com reformas antecipadas, que correspondem ao acréscimo de responsabilidades por a reforma ocorrer antes do empregado atingir os 65 anos de idade, são reconhecidos em custos do exercício.

Os encargos com os planos de contribuição definida são reconhecidos como custo do respectivo exercício.

Na data de transição para as NCA, a Sociedade adoptou a possibilidade permitida pelo IFRS 1 de não recalcular os ganhos e perdas actuariais diferidos desde o início dos planos (opção normalmente designada de “reset”).

De acordo com o nº 13º-A do Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001, o reconhecimento, em resultados transitados, do impacto, apurado com referência a 31 de Dezembro de 2004, decorrente da transição para as normas de contabilidade aplicáveis à Sociedade (NCA) pode ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes até 31 de Dezembro de 2009 (5 anos), com excepção da parte referente a responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego, para a qual esse plano de amortização pode ir até 7 anos. Estes prazos foram posteriormente alargados em mais 3 anos pelo Aviso do Banco de Portugal nº 7/2008, ou seja, até 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2014, respectivamente.

A Sociedade avalia, para o plano de benefício definido, a recuperabilidade do eventual excesso do fundo em relação às responsabilidades com pensões de reforma, tendo por base a expectativa de redução em contribuições futuras necessárias.

Outros benefícios de longo prazo

Para além dos benefícios anteriormente referidos, a Sociedade assumiu ainda outras responsabilidades por benefícios dos trabalhadores relativas a prémios de antiguidade previstos no ACT, e a cuidados médicos, ao abrigo do SAMS, para com os trabalhadores que rescindiram o contrato de trabalho com a Sociedade por mútuo acordo, no âmbito do processo de reestruturação implementado em 2012, até ao reemprego dos mesmos ou passagem à situação de reforma.

As responsabilidades com estes benefícios são igualmente determinadas com base em avaliações actuariais, de forma similar às responsabilidades com pensões e registados na rubrica de “Outros passivos” por contrapartida da rubrica de Resultados.

b) Outras entidades do Grupo

As sociedades Banif – Banco de Investimento, S.A., Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A., Banco Banif Mais, S.A., Tecnicrédito ALD - Aluguer de Automóveis, S.A, sociedade objecto de fusão por incorporação no Banco Banif Mais, S.A. em 31 de Dezembro de 2012, Margem – Mediação de Seguros, Lda e a Banif Rent - Aluguer Gestão e Comercio de Veículos Automóveis, S.A. proporcionam aos seus empregados planos de pensões de contribuição definida, financiados através de fundos de pensões autónomos.

2.18 Provisões e passivos contingentes

O Grupo constitui provisões quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. A provisão corresponde à melhor estimativa do Grupo de eventuais montantes que seria necessário desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço. Se o efeito temporal do custo do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa de juro de antes de impostos que reflecta o risco específico do passivo. Nestes casos o aumento da provisão devido à passagem do tempo é reconhecido em custos financeiros.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões e passivos contingentes estão apresentados na nota 29.

2.19 Dividendos

O Grupo reconhece os dividendos como passivo e deduzidos da rubrica "Capital", quando são aprovados pelos accionistas. Os dividendos relativos ao exercício, aprovados pelo Conselho de Administração, após a data de referência das demonstrações financeiras, são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras.

2.20 Reconhecimento de Proveitos e custos

Em geral, os proveitos e custos reconhecem-se em função do período de vigência das operações de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, isto é, são registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos. Os proveitos são reconhecidos na medida em que seja provável que benefícios económicos associados à transacção fluam para o Grupo e a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e para os instrumentos financeiros classificados como "Activos Financeiros disponíveis para venda" os juros são reconhecidos usando o método da taxa efectiva, que corresponde à taxa que desconta exactamente o conjunto de recebimentos ou pagamentos de caixa futuros até à maturidade, ou até à próxima data de repricing, para o montante líquido actualmente registado do activo ou passivo financeiro. Quando calculada a taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando os termos contratuais e considerados todos os restantes rendimentos ou encargos directamente atribuíveis aos contratos.

Os dividendos são reconhecidos quando estabelecido o direito de receber o pagamento.

2.21 Rendimentos e encargos por serviços e comissões

O Grupo cobra comissões aos seus clientes pela prestação de um amplo conjunto de serviços. Neste conjunto incluem-se, as comissões pela prestação de serviços continuados, relativamente aos quais os

clientes são usualmente debitados de forma periódica, ou as comissões cobradas pela realização de um determinado acto significativo.

As comissões cobradas por serviços prestados durante um período determinado são reconhecidas ao longo do período de duração do serviço. As comissões relacionadas com a realização de um acto significativo são reconhecidas no momento em que ocorre o referido acto.

As comissões e encargos associados a instrumentos financeiros são incluídos na taxa de juro efectiva dos mesmos.

2.22 Garantias financeiras

As garantias financeiras são reconhecidas inicialmente como um passivo, pelo justo valor. Subsequentemente, o passivo é escriturado pelo montante da estimativa de gastos futuros para liquidar a obrigação, à data do balanço. As comissões obtidas pela prestação das garantias financeiras são reconhecidas em resultados, na rubrica "Rendimento de serviços e comissões", durante o período de vigência das mesmas.

3. ADOÇÃO DE NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATO FINANCEIRO NOVAS OU REVISTAS

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na actividade do Grupo, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2012 e que o Grupo não adoptou antecipadamente são apresentadas na Nota 51. Estas Normas serão adoptadas a partir da data do endosso pela UE.

4. EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as empresas do Grupo incluídas no perímetro de consolidação pelo método integral foram as seguintes:

Nome da Sociedade	Sede	Detentor do Capital	31-12-2012		31-12-2011	
			% participação efectiva	Interesses que não controlam	% participação efectiva	Interesses que não controlam
Q&P Finance Ltd	Ithas Cayman	Bank - Banco Internacional do Funchal S.A. Números 3/PS - Ltd	48,00%	52,00%	48,00%	52,00%
Bank & Comercial Açores, Inc. San José	E.U.A.	Bank - Banco Internacional do Funchal S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	52,00%
Bank & Comercial Açores, Inc. Fall River	E.U.A.	Bank - Banco Internacional do Funchal S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	52,00%
Investigação, SGPS, S.A.	Portugal	Bank - Banco Internacional do Funchal S.A.	28,42%	71,58%	28,42%	71,58%
Investigação, H&M e S.A.	Portugal	Investigação, SGPS, S.A.	28,42%	71,58%	28,42%	71,58%
Apart Investimentos Turísticos dos Açores, S.A.	Portugal	Investigação, SGPS, S.A.	23,70%	76,30%	23,70%	76,30%
Turifel, Turismo e Hotéis dos Açores, S.A.	Portugal	Investigação, SGPS, S.A.	27,87%	72,13%	27,87%	72,13%
Investimentos Turísticos e Similares, e Apart-Hotel Pico Ltda	Portugal	Apart Investimentos Turísticos dos Açores, S.A.	23,70%	76,30%	23,70%	76,30%
Bank Rent - Alugar Gestão e Comércio de Veículos Automóveis	Portugal	Bank - Banco Internacional do Funchal S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	52,00%
Bank - Banco Internacional do Funchal (Brasil) S.A.	Brasil	Bank - Banco Internacional do Funchal S.A. Bank International Holdings Ltd	47,28%	52,72%	47,28%	52,72%
Bank - Banco de Investimento, S.A.	Portugal	Bank - Banco Internacional do Funchal S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	52,00%
Bank Gestão Activos - Soc. Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A.	Portugal	Bank - Banco Internacional do Funchal S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	52,00%
Bank Açor Pensões - Soc. Gestora Fundos Pensões, S.A.	Portugal	Bank - Banco Internacional do Funchal S.A.	32,30%	67,70%	31,00%	69,00%
Bank Capital - Soc. de Capital de Risco S.A.	Portugal	Bank - Banco de Investimento, S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	52,00%
Gamma - Soc. Titularização de Crédito, S.A.	Portugal	Bank - Banco de Investimento, S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	52,00%
Numberone SGPS, Ltd	Portugal	Bank - Banco Internacional do Funchal S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	52,00%
Bank International Asset Management Ltd	Ithas Cayman	Bank - Banco de Investimento, S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	52,00%
Bank Multifund Ltd	Ithas Cayman	Bank International Asset Management Ltd	48,00%	52,00%	48,00%	52,00%
Bank - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd	Ithas Cayman	Bank - Banco Internacional do Funchal S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	52,00%
Bank International Holdings, Ltd	Ithas Cayman	Bank - Banco Internacional do Funchal S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	52,00%
Bank Financial Services, Inc	E.U.A.	Bank International Holdings Ltd	48,00%	52,00%	48,00%	52,00%
Bank Finance (USA) corp.	E.U.A.	Bank International Holdings Ltd	48,00%	52,00%	48,00%	52,00%
Bank Forstling Company, Ltd	Bahamas	Bank International Holdings Ltd	48,00%	52,00%	48,00%	52,00%
Bank Securities, Inc.	E.U.A.	Bank Securities Holding Ltd	48,00%	52,00%	48,00%	52,00%
Bank Securities Holding, Ltd	Ithas Cayman	Bank - Banco Internacional do Funchal S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	52,00%
Bank (Brasil), Ltd	Brasil	Bank - Banco Internacional do Funchal S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	52,00%
Bank International Bank, Ltd	Bahamas	Bank - Banco Internacional do Funchal S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	52,00%
Bank - Banco de Investimento (Brasil), S.A.	Brasil	Bank - Banco Internacional do Funchal S.A. Bank Securities Holding Ltd	48,00%	52,00%	48,00%	52,00%
Bank US Real Estate	Phay Cayman	Bank - Banco de Investimento, S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	52,00%
Bank Gestão de Activos (Brasil), S.A.	Brasil	Bank - Banco de Investimento (Brasil), S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	52,00%
Bank - Imobiliária, S.A.	Portugal	Bank - Banco Internacional do Funchal S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	52,00%
Sociedade Imobiliária Pidade, S.A.	Portugal	Bank - Banco de Investimento, S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	52,00%
Bank Bank (Mata) PLC	Mata	Bank - Banco Internacional do Funchal S.A.	37,44%	62,56%	36,56%	63,44%
Banco Caboverdeano de Negócios S.A.	Cabo Verde	Bank - Banco Internacional do Funchal S.A.	24,81%	75,19%	24,81%	75,19%
Bank Holding (Mata) PLC	Mata	Bank - Banco Internacional do Funchal S.A. Bank - Banco Internacional do Funchal (Cayman) Ltd	48,00%	52,00%	48,00%	52,00%
Bank Mas, SGPS, S.A.	Portugal	Bank - Banco Internacional do Funchal S.A.	41,24%	58,76%	40,48%	59,52%
Banco Mas, S.A.	Portugal	Bank Mas, SGPS, S.A.	41,31%	58,69%	40,00%	60,00%
Bank Plus Bank ZRT	Hungria	Bank Mas, S.A.	41,31%	58,69%	40,00%	60,00%
Margem Medição de Seguros, Ltd	Portugal	Bank Mas, SGPS, S.A.	41,24%	58,76%	40,00%	60,00%
TDC Investments Luxembourg	Luxemburgo	Bank Mas, SGPS, S.A.	41,30%	58,70%	40,00%	60,00%
Empreendimento, S.A.	Portugal	Bank - Banco Internacional do Funchal S.A.	24,00%	76,00%	24,00%	76,00%
Beta Securizadora	Brasil	FIP Bank Real Estate	47,64%	52,36%	47,64%	52,36%

Nome da Sociedade	Sede	Balanço do Capital	31-12-2012		31-12-2011	
			% participação direta	Interesses que não controlam	% participação direta	Interesses que não controlam
FIP Banif Real Estate	Brasil	Banif - Banco Internacional de Funchal (BIF) S.A. Banif - Banco de Investimento (BRI) S.A.	47,64%	0,00%	47,64%	0,00%
SPE Panorama	Brasil	FIP Banif Real Estate	47,64%	52,36%	47,64%	52,36%
Art Invest	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	30,04%	0,00%	30,04%	0,00%
Banif Fortuna	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	48,88%	52,00%	48,88%	52,00%
Infra Invest FEIA	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A. Banif - Banco de Investimento S.A.	48,88%	52,00%	48,88%	52,00%
Imogest	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	38,63%	0,00%	31,77%	0,00%
Capwin	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A. Banif Capital - Soc. de Gestão de Risco S.A.	27,68%	0,88%	32,80%	0,00%
Banif Inv. Conservador	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	38,73%	0,88%	33,11%	0,00%
Banif Inv. Moderado	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	30,60%	0,00%	33,67%	0,00%
Banif Renda Habitação	Portugal	Banif - Imobiliária S.A. Banif - Banco Internacional de Funchal S.A.	40,00%	62,00%	48,00%	52,00%
Banif Gestão Imobiliária	Portugal	Banif - Imobiliária S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	52,00%
Gestapark	Portugal	Imogest	38,63%	61,37%	31,77%	68,23%
ZACF - Participações Ltda	Brasil	Banif - Banco Internacional de Funchal (BIF) S.A.	47,23%	52,77%	47,23%	52,77%
Banif Real Estate Polska	Polónia	Imopreda	45,74%	54,26%	30,44%	69,56%
Tiner Polska	Polónia	Imopreda	40,45%	59,55%	37,46%	62,54%
Imopreda	Portugal	Banif - Imobiliária S.A. Banif - Banco de Investimento S.A. Banif - Banco Internacional de Funchal S.A.	45,74%	0,88%	30,44%	69,56%
Banif Property	Portugal	Banif - Imobiliária S.A. Banif - Banco Internacional de Funchal S.A.	41,90%	0,00%	41,17%	0,00%
Achala	Brasil	Banif (Brasil) Ltd	48,00%	52,00%	47,28%	52,72%
Komodo	E.U.A.	Banif Ecoprogreso Trading Ltd	48,00%	52,00%	48,00%	52,00%
Worldvillas	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A. BIF - Soc. de Capital de Risco S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	52,00%
Turint	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	48,00%	52,00%	48,00%	52,00%
W4	Portugal	Banif - Banco Internacional de Funchal S.A. Banif Capital - Soc. de Capital de Risco S.A.	43,90%	56,10%	-	-
Tecnocredito ALD	Portugal	Banif Max, SGPS S.A.	-	-	48,88%	52,00%
Econofinance S.A.	Brasil	Banif - Banco de Investimento S.A.	-	-	40,00%	60,00%
Banif Gestão Activa	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	-	-	38,68%	0,00%
Banif Europa Leste	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	-	-	70,36%	0,00%
Banif Comercial, SGPS, S.A.	Portugal	Banif SGPS S.A. Banif - Imobiliária S.A.	-	-	48,00%	52,00%
Banif (Açores) SGPS, S.A.	Portugal	Banif Comercial, SGPS, S.A.	-	-	48,00%	52,00%
Banif - Investimentos - SGPS, S.A.	Portugal	Banif SGPS, S.A.	-	-	48,00%	52,00%
Banifserv Empresa de Serviços, Sistemas e Tecnologias de Informação A.C.E.	Portugal	ACE (*)	-	-	48,00%	52,00%
Banifserv Holding, SL	Espanha	Banif - SGPS, S.A.	-	-	48,88%	52,00%
Banif Gestão Patrimonial	Portugal	Banif - Banco de Investimento S.A.	-	-	30,36%	0,88%

(*) A Banifserv – ACE, na data de dissolução, tinha como agrupada o Banif.

O detalhe das entidades associadas está divulgado na Nota 20.

A sociedade Banif Ecoprogreso Trading, SA consolida pelo método proporcional.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as entidades de finalidades especiais incluídas na consolidação foram as seguintes:

Nome da Sociedade	Natureza	31-12-2012	31-12-2011
		% participação	% participação
Atlantes Mortgage N°1 pic	Veículos de Securitização	48,00%	48,00%
Atlantes Mortgage N°2 pic	Veículos de Securitização	48,00%	48,00%
Atlantes Mortgage N°3 pic	Veículos de Securitização	48,00%	48,00%
Atlantes Mortgage N°4 pic	Veículos de Securitização	48,00%	48,00%
Atlantes Mortgage N°5 pic	Veículos de Securitização	48,00%	48,00%
Atlantes Mortgage N°6 pic	Veículos de Securitização	48,00%	48,00%
Atlantes Mortgage N°7 pic	Veículos de Securitização	48,00%	48,00%
Azor Mortgage N° 1	Veículos de Securitização	48,00%	48,00%
Azor Mortgage N° 2	Veículos de Securitização	48,00%	48,00%
EMORE Finance No. 4 pic	Veículos de Securitização	48,00%	48,00%
EMORE Finance No. 5 pic	Veículos de Securitização	48,00%	48,00%
Euro Invest Series 3A e 3B	Emissão de Dívida Estruturada	48,00%	48,00%
Atlantes N.1	Veículos de Securitização	48,00%	48,00%
Atlantes Finance N°4	Veículos de Securitização	48,00%	48,00%
Atlantes Finance N°5	Veículos de Securitização	48,00%	-
Atlantes NPL 1	Veículos de Securitização	48,00%	-
Euro Invest Series 8 e 9	Emissão de Dívida Estruturada	-	48,00%
Atlantes Finance N°3	Veículos de Securitização	-	48,00%

No decorrer do período findo em 31 de Dezembro de 2012, as alterações verificadas no Grupo Foram as seguintes:

- Aquisição da Sociedade W.I.L. - PROJECTOS TURISTICOS, S.A. no 1.º Trimestre de 2012, pela conversão de suprimentos em capital social no montante de 600 milhares de euros. Os Activos desta Sociedade ascendem a 31.684 milhares de euros, sendo essencialmente imóveis, dos quais 261 milhares de euros de caixa e seus equivalentes. A diferença de consolidação de 2.197 milhares de euros foi afectada a activos imobiliários da sociedade.
- Aumento de capital na entidade Banif Mais SGPS de 40.000 milhares de euros (capital social de 2.869 e prémios de emissão de 37.131 milhares de euros) subscrito por entidades que não consolidam pelo método de consolidação integral (Nota 34).
- Aquisição de 2.71% da Banif Açor Pensões pelo Banif - Banco de Investimento, pelo montante de 107 milhares de euros em 2 de Março de 2012.
- Reembolso antecipado do veículo de securitização Atlantes Finance N.º3 em Abril de 2012.
- Liquidação da entidade Econofinance em Abril de 2012.
- Os fundos de investimento Banif Gestão Activa e Banif Europa de Leste foram liquidados no 2º Trimestre de 2012.
- Fusão da Tecnicrédito ALD no Banco Banif Mais em Junho de 2012.
- Liquidação da entidade Euro Invest Série 8 (Abril de 2012) Euro Invest Série 9 (Novembro 2012).
- No 3º Trimestre de 2012 foi efectuada a operação de fusão por incorporação da Banif (Açores) SGPS, SA na Banif Comercial, SGPS, SA.
- Dissolução da Banifserv, tendo os seus direitos e obrigações sido transmitidos ao membro único do ACE – Banif, com data de 01 de Julho de 2012.
- A Banif – SGPS, SA, concluiu em Agosto de 2012, a operação de fusão por incorporação das sub-holdings Banif Comercial SGPS, SA e Banif Investimentos SGPS, SA na própria Banif SGPS, SA.
- Aumento de capital no Banif Bank (Malta), no montante de 7,5 milhões de euros, por conversão de acções preferenciais em acções ordinárias, operação efectuada em Agosto de 2012. Após esta operação o Grupo passou a deter 78% da sociedade.
- Constituição do veículo de securitização Atlantes Finance N.º5 (Julho 2012) e Atlantes NPL 1 (Dezembro 2012).
- Liquidação da entidade Banieuropa, com sede em Espanha em Dezembro de 2012.
- Liquidação do fundo de investimento Banif Gestão Patrimonial em 14 de Dezembro de 2012.
- Em Dezembro de 2012, realizou-se a operação de fusão por incorporação da Banif-SGPS no Banif. Com a fusão extingue-se a Banif-SGPS enquanto sociedade incorporada e os accionistas da Banif-SGPS tornaram-se accionistas do Banif. Todos os actos e operações realizados pelas sociedades são considerados, do ponto de vista contabilístico e fiscal, como efectuados por conta do Banif a partir de 1 de Julho de 2012 (inclusive).

5. RELATO POR SEGMENTOS

O Grupo encontra-se organizado por áreas autónomas de negócio, a actividade de banca comercial e de crédito especializado, a área da banca de investimentos e outras actividades financeiras.

Neste contexto e conforme requerido pela IFRS 8, as divulgações por segmentos operacionais do Grupo correspondem à forma como a informação analisada pela Gestão do Grupo:

Banca Comercial – Abrange a captação de recursos e produtos de crédito específicos para particulares, empresas e instituições, como sendo Crédito à Habitação, Crédito ao Consumo, produtos para empresários em nome individual (ENI) e pequenas empresas, Factoring, Facilidades de Tesouraria e Créditos de Importação e Exportação.

Banca de Investimento – Abrange a actividade de intervenção no mercado primário e secundário de capitais, por conta própria ou por conta de terceiros, como sendo transacções, corporate finance e aquisições e fusões.

Gestão de Activos – Abrange a oferta de produtos de investimento e respectivos serviços de gestão a particulares e empresas, assim como outros serviços financeiros prestados. Este segmento inclui fundos de investimentos geridos por entidades do Grupo, nos quais o Grupo detém a maioria das suas unidades de participação.

Outros – Abrange todas as operações efectuadas não enquadráveis em nenhum dos segmentos operacionais definidos acima.

O *reporting* por áreas geográficas, nas quais o Grupo desenvolve a sua actividade: Portugal, Resto da União Europeia, América do Norte (EUA), América Latina (Brasil) e resto do mundo.

Os reportes utilizados pela Gestão têm como base informação contabilística de acordo com as IAS/IFRS.

5.1 – Segmentos de negócio

31-12-2012

	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	180.847	3257	-	19	184.123
Disponibilidades em outras instituições de crédito	182.486	23.946	3.573	224	210.231
Activos financeiros detidos para negociação	57054	157.511	160	-	214.727
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	19.860	17.759	36.773	11.227	86.619
Activos financeiros disponíveis para venda	103.363	20.056	-	38774	163.193
Aplicações em instituições de crédito	365.542	1874	-	-	367.316
Crédito a clientes	9.384.237	420.035	2.838	25701	9.811.812
Investimentos detidos até à maturidade	10.548	25738	-	-	36.286
Activos em acordo de recompra	1.213	25010	-	-	26.223
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	363.381	7.810	-	31043	40.3134
Propriedades de investimento	160.576	-	657.305	106.475	924357
Outros activos tangíveis	65.247	10.382	136.359	85028	387026
Activos intangíveis	22922	3258	1	85	26.264
Investimentos em associações e filiais excluídas da consolidação	59403	282	-	58945	118.630
Activos por impostos correntes	10.655	4.805	418	2.983	18.859
Activos por impostos diferidos	227.670	18.670	292	4545	251.177
Provisões técnicas de restabelecimento	-	-	-	-	-
Outros activos	182.543	18.830	31.612	118173	318.158
Total do Activo	11.758.737	1.009.335	871.131	492.174	14.129.377
Recursos de bancos centrais	2.469.263	334.821	-	-	2.804.084
Passivos financeiros detidos para negociação	15.142	101852	-	-	119.204
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	14.017	-	-	-	14.017
Recursos de outras instituições de crédito	519.098	1.069.440	44995	17.170	669.101
Recursos de clientes e outras empréstimos	753.157	191.806	-	15.85	7.724.518
Responsabilidades representadas por títulos	1.633.515	72.916	-	-	17.109.10
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-
Provisões	24.237	985	5.662	421	31.285
Provisões técnicas	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	4.885	530	416	43	5454
Passivos por impostos diferidos	54.157	2.561	56	6285	63.069
Instrumentos representativos de capital	2.809	-	-	-	2.809
Outros passivos subordinados	226.370	1.744	-	-	228.114
Outros passivos	164.716	-	12.111	8801	205.628
Total do Passivo	12.879.614	813.145	63.248	38.784	13.594.613

31-12-2011

	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	287067	1.080	-	17	288.094
Disponibilidades em outras instituições de crédito	150.169	29.777	3.641	366	183955
Activos financeiros detidos para negociação	53.972	180.158	7363	51	251.544
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	20.609	80.844	58.608	27327	159.180
Activos financeiros disponíveis para venda	34.154	183.619	-	36240	561.486
Aplicações em instituições de crédito	800.248	48.384	39	9.177	657.848
Crédito a clientes	10.756.444	408.432	9.099	41294	11.215.269
Investimentos detidos até à maturidade	13.693	38.813	-	-	53.506
Activos em acordo de recompra	72.347	-	-	-	72.347
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	237.732	3.273	-	26.643	267.678
Propriedades de investimento	195.279	-	558069	90.678	844.826
Outros activos tangíveis	83068	15.529	151.767	118.838	388184
Activos intangíveis	20488	3.710	22	3036	27.456
Investimentos em associações e filiais excluídas da consolidação	27839	3157	-	124673	155.670
Activos por impostos correntes	14.388	7.506	1116	3.639	26.640
Activos por impostos diferidos	108.582	24.474	78	20.818	153.852
Provisões técnicas de restabelecimento	-	-	-	-	-
Outros activos	363.574	118.188	45.402	117.197	634.281
Total do Activo	13.337.288	1.137.784	827.197	819.996	15.922.245
Recursos de bancos centrais	2.171.015	313.271	-	-	2.484.286
Passivos financeiros detidos para negociação	14.736	74.262	-	-	89.048
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	67.177	13.68	-	-	80.846
Recursos de outras instituições de crédito	739.007	2.198.27	83.923	66.658	1.088.515
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.697.532	227.887	-	808	7.925.287
Responsabilidades representadas por títulos	2.551.841	120.182	-	227.180	2.899.203
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	130	-	-	-	130
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-
Provisões	10.282	1.109	3.055	979	15.405
Provisões técnicas	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	11.080	3.138	-	71	14.290
Passivos por impostos diferidos	41.286	8.581	60	3760	51.637
Instrumentos representativos de capital	39.837	-	-	3.894	43.891
Outros passivos subordinados	215.864	26.76	-	-	218.510
Outros passivos	231.127	19.364	142.373	28507	421.671
Total do Passivo	13.289.483	1.801.258	209.411	331.877	14.833.029

Am
175
M +

31-12-2012

	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	TOTAL
Margem financeira: Clientes externos	181.495	14.115	(2.633)	8.035	180.922
Margem financeira: Inter-Segmentos	26.052	702	(4.171)	(22.583)	-
Margem financeira	194.216	14.817	(6.803)	(21.307)	180.922
Rendimento de instrumentos de capital	1.730	793	-	-	2.439
Rendimento de serviços e comissões - Clientes externos	102.931	12.924	2.760	591	118.286
Rendimento de serviços e comissões - Inter-Segmentos	10.183	2.485	4.838	98	17.614
Rendimento de serviços e comissões	113.114	15.409	7.598	689	136.820
Encargos com serviços e comissões - Clientes externos	(32.780)	(871)	(778)	(530)	(34.780)
Encargos com serviços e comissões - Inter-Segmentos	(3.741)	(435)	(7.227)	(201)	(11.604)
Encargos com serviços e comissões	(36.530)	(1.186)	(7.997)	(731)	(46.364)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	321	(5.528)	(2.412)	(4.712)	(12.331)
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	424	(2.074)	-	-	(1.655)
Resultados de Reavaliação Cambial	(5.303)	(813)	(17)	(121)	(6.444)
Outros Resultados de Exploração	(18.385)	6.201	347	(25.856)	(37.693)
Produto da Actividade	249.387	27.620	(9.274)	(52.038)	215.695
Custos com Pessoal	(157.574)	(13.579)	(1.345)	(3.377)	(175.897)
Outros gastos administrativos	(121.242)	(11.180)	(9.643)	(2.031)	(144.136)
Amortizações de exercício	(87.855)	(11.870)	(1.816)	(2.045)	(103.586)
Provisões líquidas de anulações	(4.888)	(45)	(2.613)	(231)	(6.977)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(386.607)	(14.142)	(18)	(8.776)	(410.743)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(35.282)	(1.886)	-	-	(37.168)
Imparidade de outros activos líquidos de reversões e recuperações	(69.301)	(3.185)	(3.134)	(1.452)	(77.064)
Diferenças de Consolidação negativas	-	-	-	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim.)	909	(2.874)	-	2.955	1.080
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	(551.687)	(21.151)	(27.863)	(68.055)	(668.756)
Correntes	92.256	6.642	(183)	(3.576)	95.139
Diferidos	(8190)	(1.258)	(416)	(1.172)	(11.034)
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	(459.431)	(14.509)	(28.046)	(71.631)	(573.617)
Interesses que não controlam	(5.478)	(189)	4.599	302.029	300.961
Resultado do Exercício	(464.909)	(14.698)	(23.447)	230.398	(272.656)

31-12-2011

	Banca Comercial	Banca de Investimento	Gestão de Activos	Holdings e outros	TOTAL
Margem financeira: Clientes externos	267.016	24.358	(4.545)	(3.831)	282.999
Margem financeira: Inter-Segmentos	40.131	(5.628)	(1.780)	(32.723)	-
Margem financeira	307.147	18.731	(6.325)	(36.554)	282.999
Rendimento de instrumentos de capital	330	423	-	-	753
Rendimento de serviços e comissões - Clientes externos	105.902	28.358	4.702	858	138.681
Rendimento de serviços e comissões - Inter-Segmentos	13.629	2.275	4.267	851	21.022
Rendimento de serviços e comissões	119.531	30.634	9.009	1509	160.733
Encargos com serviços e comissões - Clientes externos	(23.960)	(4.388)	(643)	(790)	(29.721)
Encargos com serviços e comissões - Inter-Segmentos	(7.589)	(28)	(7.170)	(548)	(15.388)
Encargos com serviços e comissões	(31.549)	(4.380)	(7.813)	(1.338)	(45.030)
Resultados de Activos e Passivos avaliados ao Justo Valor através de resultados	5.188	4.438	(13.333)	(149.533)	(6.066)
Resultados de Activos Financeiros disponíveis para Venda	(443)	(1.884)	-	-	(2.327)
Resultados de Reavaliação Cambial	(1.122)	4.560	13	(498)	3.253
Outros Resultados de Exploração	115.756	45.551	15.773	17.345	194.425
Produto da Actividade	514.808	98.377	9.344	(34.489)	588.040
Custos com Pessoal	(153.448)	(25.108)	(2.080)	(3.757)	(184.357)
Outros gastos administrativos	(128.337)	(24.138)	(10.276)	(5.350)	(168.101)
Amortizações de exercício	(30.167)	(2.646)	(519)	(22.15)	(35.571)
Provisões líquidas de anulações	(1.579)	(736)	(15.59)	(26)	(3.880)
Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações	(314.842)	(21.070)	-	(63.64)	(342.276)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(3.870)	(183)	-	(33)	(3.771)
Imparidade de outros activos líquidos de reversões e recuperações	(18.554)	(68)	(2.141)	(7.069)	(27.832)
Diferenças de Consolidação negativas	-	-	-	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim.)	1704	(4.510)	-	380	(2.426)
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	(134.037)	20.011	(7.201)	(58.923)	(180.150)
Costes	34.487	(13.440)	817	5.170	26.754
Correntes	(10.444)	(12.54)	(777)	(789)	(24.564)
Diferidos	34.851	(886)	1.394	5.950	51.318
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	(99.630)	8.571	(6.584)	(53.753)	(153.396)
Interesses que não controlam	13.093	(3.437)	4.427	31.295	75.978
Resultado do Exercício	(55.937)	3.134	(2.157)	(22.458)	(77.418)

5.2 – Segmentos geográficos

31-12-2012

	Portugal	Resto União Europeia	América Latina	América do Norte	Resto do Mundo	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	171.666	7.128	2.118	-	3.181	184.123
Disponibilidades em outras instituições de crédito	156.417	5.701	1.840	4.515	1.768	210.231
Activos financeiros detidos para negociação	125.642	22.405	60.068	-	22	214.777
Outros activos financeiros de justo valor através de resultados	82.847	500	-	3.695	577	86.810
Activos financeiros de justo valor para venda	720.401	5.855	312.03	-	5724	781.183
Aplicações em instituições de crédito	336.709	2	14.430	145.0	142.24	387.520
Crédito a clientes	806.820	443.843	434.082	100.257	158.581	1.841.612
Investimentos detidos até à maturidade	25.738	-	10.424	-	122	36.284
Activos com acordo de recompra	-	-	26.223	-	-	26.223
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	385.188	143	17.182	-	821	480.134
Propriedades de investimento	787.045	20.555	51.732	46.582	17.143	924.057
Outros activos tangíveis	202.387	7.351	3.233	235	3.820	307.028
Activos intangíveis	24.337	1.730	82	-	115	25.204
Investimentos em associações e filiais excluídas da consolidação	84.553	34.077	-	-	-	118.630
Activos por impostos correntes	7.460	335	10.814	-	244	18.858
Activos por impostos diferidos	103.565	5.989	48.785	27.40	92	251.777
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-	-
Outros activos	208.992	9.374	33.524	4.273	2.005	342.158
Total do Activo	12.432.042	565.388	752.679	168.489	209.769	14.129.377
Recursos de bancos centrais	270.1275	12.909	-	-	-	2.804.084
Passivos financeiros detidos para negociação	118.138	48	-	-	22	118.204
Outros passivos financeiros de justo valor através de resultados	-	-	865	-	13.882	14.017
Recursos de outras instituições de crédito	572.105	90.058	417.30	57	5.485	1.046.101
Recursos de clientes e outros empréstimos	6.871.314	477.536	8.132	-	380.548	7.724.548
Responsabilidades representadas por títulos	1.200.134	-	411.776	-	-	1.710.510
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-
Provisões	183.78	280.8	98.24	403	73	312.85
Provisões técnicas	-	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	3.266	-	4	2.344	250	5.854
Passivos por impostos diferidos	55.888	3155	3.087	-	40	83.059
Instrumentos representativos de capital	2.808	-	-	-	-	2.808
Outros passivos subordinados	228.114	-	-	-	-	228.114
Outros passivos	187.331	3.848	24.281	3.808	6.300	205.628
Total do Passivo	12.125.515	569.661	498.705	6.612	394.817	12.584.513

31-12-2011

	Portugal	Resto União Europeia	América Latina	América do Norte	Resto do Mundo	TOTAL
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	200.400	7.773	303.6	-	102.75	288.844
Disponibilidades em outras instituições de crédito	107.052	3.176	502.3	7.148	15.48	153.055
Activos financeiros detidos para negociação	100.187	23.050	128.154	-	147	251.54
Outros activos financeiros de justo valor através de resultados	111.052	-	6.863	107.62	315.53	150.350
Activos financeiros de justo valor para venda	511.018	681	36.411	-	103.18	581.408
Aplicações em instituições de crédito	833.645	-	20.020	870	2.806	857.48
Crédito a clientes	9.843.2.3	255.574	584.278	205.050	317.124	11.215.280
Investimentos detidos até à maturidade	39.812	-	13.558	-	136	53.508
Activos com acordo de recompra	51.133	-	2.114	-	-	72.347
Derivados de cobertura	-	-	-	-	-	-
Activos não correntes detidos para venda	254.806	-	13.072	-	-	267.878
Propriedades de investimento	688.183	20.500	81.857	314.47	21.840	1.146.028
Outros activos tangíveis	349.024	6.441	8.303	290	4.078	369.184
Activos intangíveis	263.62	720	242	-	103	274.58
Investimentos em associações e filiais excluídas da consolidação	92.813	32.502	30.285	-	-	155.670
Activos por impostos correntes	11.707	-	14.925	-	244	26.876
Activos por impostos diferidos	124.893	5.480	20.854	2.527	82	153.852
Provisões técnicas de resseguro cedido	-	-	-	-	-	-
Outros activos	389.930	8.528	142.544	5.705	87.504	634.281
Total do Activo	13.660.981	364.586	1.145.772	263.928	486.978	15.922.245
Recursos de bancos centrais	2.454.561	25.735	-	-	-	2.480.296
Passivos financeiros detidos para negociação	8.0015	33	-	-	-	80.048
Outros passivos financeiros de justo valor através de resultados	-	-	20.375	-	88.571	80.048
Recursos de outras instituições de crédito	912.143	23.22	100.746	8	12.90	1.046.015
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.052.345	288.072	12.630	-	204.370	7.677.415
Responsabilidades representadas por títulos	1.750.402	-	57.0019	-	727.82	2.355.283
Passivos financeiros associados a activos transferidos	-	-	-	-	-	-
Derivados de cobertura	130	-	-	-	-	130
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-
Provisões	13.380	-	1.808	-	149	15.337
Provisões técnicas	-	-	-	-	-	-
Passivos por impostos correntes	6.380	-	5.419	2301	180	14.200
Passivos por impostos diferidos	37.380	60	12.838	-	1.380	51.658
Instrumentos representativos de capital	43.691	-	-	-	-	43.691
Outros passivos subordinados	218.540	-	-	-	-	218.540
Outros passivos	303.050	1.857	41.894	8.128	60.733	418.671
Total do Passivo	13.185.127	296.079	831.787	10.527	509.489	14.833.009

177

31-12-2012

	Portugal	Resto União Europeia	América Latina	África do Norte	Resto do Mundo	TOTAL
Margem financeira, Clientes externos	115.815	17.754	46.363	5.051	(4.144)	180.523
Margem Financeira - Inter - Segmentos	26.415	338	(8.030)	(17.221)	(1.403)	-
Margem financeira	142.230	18.092	38.324	(12.190)	(5.637)	180.523
Rendimento de instrumentos de capital	2.390	-	-	-	43	2.438
Rendimento de serviços e comissões - Clientes externos	106.888	3.488	8.455	2.374	2.029	119.200
Rendimento de serviços e comissões - Inter - Segmentos	10.180	-	-	-	1.081	17.615
Rendimento de serviços e comissões	122.098	3.488	8.455	2.374	3.104	136.821
Encargos com serviços e comissões - Clientes externos	(28.507)	(402)	(4.414)	(476)	(127.4)	(34.700)
Encargos com serviços e comissões - Inter - Segmentos	(9.334)	(606)	-	(847)	(1.218)	(11.006)
Encargos com serviços e comissões	(37.841)	(608)	(4.414)	(1.323)	(128.6)	(46.205)
Resultados de Ativos e Passivos Financeiros do Grupo Voler através de resultados	(6.420)	607	(1.208)	(308)	(1.444)	(12.331)
Resultados de Ativos Financeiros disponíveis para venda	(7.073)	(1)	737	-	869	(1.646)
Resultados de Reavaliação Cambial	(736)	587	(7.035)	185	508	(8.441)
Outros Resultados de Expiração	9.974	1.989	(20.814)	(8.042)	(14.799)	(37.692)
Produto da Actividade	228.885	24.153	4.740	(22.268)	(19.816)	215.695
Costos com Pessoal	(14.014)	(9.383)	(21.880)	(2.583)	(2.780)	(17.580)
Outros custos administrativos	(106.087)	(10.418)	(28.841)	(3.406)	(2.860)	(14.413)
Amortizações do exercício	(30.151)	(1.350)	(1.431)	(32)	(618)	(33.586)
Provisões líquidas de subprodutos	(3.875)	(2.488)	(225)	(188)	-	(6.777)
Impedimentos de crédito líquido de reversões e recuperações	(288.821)	(4.011)	(307.800)	(3.710)	(9.884)	(410.740)
Impedimentos de outros activos financeiros líquido de reversões e recuperações	(3.713)	-	-	-	31	(3.713)
Diferenças de Consolidação negativas	(70.789)	(655)	(5740)	-	(1)	(77.004)
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim)	2.173	(1.033)	-	-	-	1.080
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	(424.669)	(7.347)	(135.957)	(65.589)	(35.184)	(668.756)
Correntes	54.042	432	39.156	1.784	86.139	86.139
Outras	(145.01)	(605)	(11.823)	-	(145)	(117.041)
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	(370.627)	(6.915)	(96.801)	(63.804)	(33.990)	(573.617)
Interesses que não controlam	201.730	64	1.232	8.141	(200)	300.561
Resultado do Exercício	(168.897)	(6.851)	(95.569)	(55.663)	(34.190)	(272.656)

31-12-2011

	Portugal	Resto União Europeia	América Latina	África do Norte	Resto do Mundo	TOTAL
Margem financeira, Clientes externos	208.751	6.653	54.988	8.834	4.748	282.009
Margem Financeira - Inter - Segmentos	10.305	(1.090)	(4.652)	(11.232)	6.690	-
Margem financeira	219.053	5.562	50.334	(2.400)	11.428	282.009
Rendimento de instrumentos de capital	377	-	341	-	45	753
Rendimento de serviços e comissões - Clientes externos	110.858	882	22.807	2.344	2.638	130.111
Rendimento de serviços e comissões - Inter - Segmentos	17.006	-	-	875	2.481	21.022
Rendimento de serviços e comissões	128.525	882	22.807	3.219	5.120	160.133
Encargos com serviços e comissões - Clientes externos	(20.225)	(547)	(7.183)	(333)	(23.721)	(31.989)
Encargos com serviços e comissões - Inter - Segmentos	(10.804)	(114)	-	(1.213)	(4.887)	(15.308)
Encargos com serviços e comissões	(32.281)	(661)	(7.183)	(1.514)	(5.280)	(45.008)
Resultados de Ativos e Passivos Financeiros do Grupo Voler através de resultados	(22.336)	10.41	28.871	(3.827)	(2.315)	(6.000)
Resultados de Ativos Financeiros disponíveis para venda	(19.189)	(1)	-	-	(417)	(19.607)
Resultados de Reavaliação Cambial	5.217	235	(2.545)	(238)	524	3.129
Outros Resultados de Expiração	131.011	(306)	65.145	518	(1.806)	194.352
Produto da Actividade	429.737	6.677	148.878	(4.415)	7.699	588.036
Costos com Pessoal	(140.064)	(43.890)	(33.894)	(3.777)	(2.600)	(184.225)
Outros custos administrativos	(125.433)	(3.648)	(33.191)	(2.113)	(3.144)	(168.429)
Amortizações do exercício	(31.691)	(531)	(2.715)	(28)	(660)	(35,547)
Provisões líquidas de subprodutos	(1.243)	-	(1512)	-	(1.170)	(3,885)
Impedimentos de crédito líquido de reversões e recuperações	(283.988)	(1.426)	(24.326)	(15,558)	(18,887)	(342,288)
Impedimentos de outros activos financeiros líquido de reversões e recuperações	(3,772)	-	-	-	1	(3,771)
Impedimentos de outros bens líquidos de reversões e recuperações	(2,793.2)	-	-	-	-	(2,793.2)
Diferenças de Consolidação negativas	-	-	-	-	-	-
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos (Eq. Patrim)	400	(2,953)	127	-	-	(2,426)
Resultado antes de impostos e de interesses que não controlam	(184.153)	(6,435)	53,998	(25,961)	(17,597)	(189,150)
Correntes	4,0747	383	(17,580)	2,831	381	26,754
Outras	(9,739)	-	(14,645)	-	(180)	(24,564)
Resultado após impostos e antes de interesses que não controlam	(143,406)	(6,052)	36,416	(23,130)	(17,216)	(153,336)
Interesses que não controlam	74,704	102	(5,221)	(788)	75,978	75,978
Resultado do Exercício	(68,702)	(5,950)	31,194	(23,918)	(16,941)	(77,418)

6. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Caixa	53.378	49.362
Depósitos à ordem em Banco Centrais	130.742	238.720
Juros de disponibilidades	3	2
	184.123	288.084

Os depósitos à ordem em Bancos Centrais incluem o montante de 124.903 milhares de euros (221.865 milhares de euros em 2011), que visam satisfazer as exigências legais de constituição de

disponibilidades mínimas de caixa no Banco de Portugal. De acordo com o Aviso do Banco de Portugal nº 7/94 de 19 de Outubro e Carta Circular N.º5/2011/DMR de 20/12/2011, o coeficiente a aplicar ascende a 1% dos passivos elegíveis. Estes depósitos passaram a ser remunerados a partir de 1 de Janeiro de 1999.

7. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Cheques a cobrar		
No país	15.330	22.282
No estrangeiro	228	521
Depósito à ordem		
No país	2.241	3.355
No estrangeiro	97.970	102.553
Outros	94.462	55.244
	<u>210.231</u>	<u>183.955</u>

Os cheques a cobrar sobre instituições de crédito no País, em 31 de Dezembro de 2012, foram compensados na Câmara de Compensação nos primeiros dias úteis de Janeiro de 2013.

8. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo	101.657	77.652
Instrumentos de dívida	80.671	139.747
Instrumentos de capital	32.449	34.145
	<u>214.777</u>	<u>251.544</u>

Na Nota 15 é apresentado o detalhe dos derivados por tipo de instrumento.

A carteira de títulos de negociação em 31 de Dezembro de 2012 tem a seguinte composição (valor de balanço dos instrumentos de dívida incluem juros corridos e a cotação dos instrumentos de capital está expressa em euros):

Natureza e espécie	Valor nominal	Cotação	Valor de balanço
Instrumentos de Dívida			
Letras do Tesouro Nacional	18.494	966,88	17.882
NTN-B	2.605	2434,00	6.340
NTN-B	2.382	2447,47	5.830
Letras do Tesouro Nacional	6.050	899,37	5.442
Malta Government Bond Fund 4.25%	3.100.000	107,50%	3.333
DEBENTURES TRISUL	7.397.544	34,82%	2.576
Malta Government Bond Fund 7.8%	2.000.000	105,48%	2.110
BOV 4.8% 2018	1.900.000	103,10%	1.959
Banco Comercial Portugues (Float)	1.500.000	98,90%	1.484
Malta Government Bond - 5.2%	1.000.000	112,00%	1.128
Malta Government Bond Fund 5.1%	1.000.000	105,58%	1.056
Malta Government Bond - 4.3%	1.000.000	104,00%	1.040
Portuguese Government Bond - 6.4%	1.000.000	103,75%	1.038
DEBENTURES TRISUL	3.698.772	27,82%	1.029
Telefonica Emisiones S.A.U.	1.000.000	101,80%	1.018
Malta Government Bond - 3.75%	964.500	104,86%	1.011
Banco Santander Total SA 2.625%	1.000.000	99,73%	997
Portuguese Government Bond - 3.60%	1.000.000	99,63%	996
Banco Espirito Santo (BESPL) (Float)	1.000.000	99,35%	994
Portuguese Government Bond - 3.35%	1.000.000	97,75%	978
Portuguese Government Bond - 4.35%	1.000.000	96,13%	961
BCP Finance Bank Ltd (Float)	900.000	97,25%	875
Letras Financeiras do Tesouro	152	5447,89	826
CENTRAL ELET BRASILEIRAS SA 07/19	530.544	113,69%	618
LFT	113	5448,04	615
MGS- 5.25%	500.000	105,90%	530
PARPUBLICA PARPUB5 1/4 09/17	500.000	103,25%	523
REN REDES ENERGE 7 7/8 12/13	500.000	104,13%	523
BANCO PACTUAL/KY 4 7/8 07/16	482.795	104,75%	517
Banco Pastor 3.875%	500.000	98,50%	493
Malta Government Bond Fund 3.6%	400.000	101,78%	407
OFF INTERNATIONAL LTD 7 1/4 01/20	303.168	119,25%	371
BANCO VOTORANTIM SA	371.381	98,00%	367
BR PROPERTIES SA BRPSA9 12/49-15	314.537	109,50%	351
EDP FINANCE BV 6 02/18	303.168	104,50%	324
PETROLEO INTL FIN CO 10/06/16	280.430	113,01%	320
CSN ISLANDS XI CORP 6 7/8 09/19	280.430	112,00%	319
VALE OVERSEAS 4 3/8 01/22	280.430	106,77%	305
CSN RESOURCES SA 6 1/2 07/20	265.272	108,50%	295
GP INVESTMENTS LTD 12/23/2049	284.220	100,50%	291
BANCO PANAMERICANO 8 1/2 04/20	242.534	115,88%	285
PORTUGAL TEL FIN 5 5/8 02/16	250.000	106,00%	278
CSN ISLANDS IX CORP	230.408	113,38%	271
BM&F BDOVESPA SA 5 1/2 07/20	227.376	112,95%	263
PETROLEOS MEXICA PEMEX 6 5/8 49-15	241.777	107,02%	259
ANHEUSER-BUSCH ABIBB 9 3/4 11/15	238.571	107,00%	258
PARPUBLICA 31/2 07/13	250.000	99,00%	251
COSAN FINANCE LTD 02/01/2017	197.059	114,23%	231
VALE SA 55/8 09/42	208.428	109,23%	231
ARCOS DORADOS HL 10 1/4 07/16	204.912	105,75%	226
ODEBRECHT FINANCE LTD 6 04/05/23	190.238	115,61%	223
REPUBLIC OF BRAZIL 01/10/2028	162.746	130,80%	221
CENTRAL ELET BRASILEIRAS SA	189.480	114,22%	218
SAMARCO MINERACAO SA 4 1/8 11/22	210.702	101,45%	215
PARPUBLICA 4.191 14	217.000	97,63%	214
BANCO EST RIO GR 7 3/8 02/22	189.480	109,88%	214
ODEBRECHT VII/1 ODEBRE6 35 21-20	193.270	112,50%	211
VOTORANTIM OVERSEAS 6 5/8 09/19	174.322	116,75%	207
BANCO SAFRA CI BANSAF6 3/4 01/21	178.111	112,25%	205
OGX AUSTRIA GMBH 8 3/8 22/20	233.439	84,25%	201
EDA 2ª Emissão	200.000	100,00%	200
LFT	179.390	5448,72	195
PORTUGUESE OT'S 4.35 10/16/17	200.000	96,60%	195
OGX PETROLEO E G 8 1/2 06/18	212.218	89,75%	192
BRASIL TELECOM 93/4 09/16	175.692	105,25%	186

Natureza o espécie	Valor nominal	Cotação	Valor de balanço
BANCO SAFRA SA 10 1/4 16	159.047	107,00%	177
PETROBRAS INTL FINANCE 12/18	137.184	127,11%	175
FED REPUBLIC OF BRASIL 03/30	83.371	203,60%	173
HYPERMARCAS SA 6 1/2 21/19	151.584	108,38%	166
VALE OVERSEAS LIMITED 01/23/2017	140.215	114,94%	165
BANCO PANAMERICANO 5 1/2 08/15	155.374	104,00%	165
CIELO SA/ CIELO USA INC 3 3/4 11/22	166.742	98,53%	165
BANCO SAFRA SA (CAYMAN) 04/03/2017	144.252	108,75%	161
NTN-O	112.443	2853,91	160
PGB 4 3/8 06/16/14 JUN	150.000	101,22%	155
BANCO SAFRA SA 3 1/2 05/14	151.584	101,94%	155
VALE OVERSEAS LIMITED 4 5/8 09/20	140.215	108,00%	153
PETROLEOS MEXICA PEMEX 4 7/8 01/22	132.636	112,76%	151
PETROLEOS MEXICA PEMEX 5 1/2 01/21	113.688	116,81%	136
BANCO SCHAHIN SA 1 1/2 1/16	151.584	86,00%	132
USIMINAS COMMERCAIL LTD	113.688	110,75%	130
CCL FINANCE LTD 9 1/2 08/14	113.688	110,96%	130
CSN ISLANDS VIII CORP	113.688	106,13%	121
FED REPUBLIC OF BRAZIL	92.469	123,44%	120
BANCO BRADESCO SA 6 3/4 09/19	98.530	113,57%	114
COSIPA COMMERCIAL LTO	94.740	112,75%	107
PORTUGAL TEL FIN 5 7/8 04/18	100.000	104,00%	101
BANCO DO BRASIL (CAYMAN)	87.291	113,50%	103
BRISA-AUTO ESTRADA PORT 12/05/2016	100.000	100,75%	101
BRASKEM FIN LTD BRASKM7 3/8 12/49	94.740	104,18%	100
PETROLEOS MEXICA PEMEX 8 05/03/19	75.792	130,67%	100
EDP FINANCE BV	97.000	101,13%	100
BANCO NAC DESENV 6 1/2 06/19	75.792	121,88%	93
GERDAU HOLDINGS INC	75.792	116,63%	91
BANCO NAC DESENV BNDES 0 06/16/08	75.792	118,58%	90
LPG INTERNATIONAL INC 12/20/2015	79.582	112,51%	90
BANCO DO BRASIL (CAYMAN) 01/20	75.792	115,84%	90
FIBRIA OVERSEAS FINANCE 6 3/4 21-19	78.824	110,75%	89
EMBRAER OVERSEAS LTD 01/17	75.792	112,88%	88
BANCO EST RIO GR 7 3/8 02/22	75.792	109,63%	85
BANCO INDUSTRIE COMRCL 0 1/13	79.582	99,86%	82
MORGANST & CO MS11 1/2 10/22/20	68.427	116,25%	81
ITAU UNIBANCO HLDGS 5 1/2 08/06/22	75.792	104,63%	81
BANCO DAYCOVAL SA 03/15	75.792	103,88%	80
BERTIN LTDA 10/05/16	69.729	110,75%	79
BANCO VOTORANTIM NASSAU 04/10/2014	73.975	102,25%	77
PETROLEOS MEXICA PEMEX 6 03/05/20	60.634	119,61%	74
BRISA CONCESSAO BRCORO 4.797 13	71.000	101,51%	73
VALE SA	62.000	110,78%	71
GOL FINANCE 9 1/4 07/20/20	71.245	87,00%	65
FED REPUBLIC OF BRASIL	84.887	116,03%	62
ODEBRECHT FINANC 7 1/8 06/42	53.054	116,00%	62
FED REPUBLIC OF BRAZIL 08/40	46.991	125,60%	61
BR MALLS INTL FINANCE 11/29/2049	59.876	100,38%	61
BANCO BMGSA	75.792	75,50%	60
EMBRAER OVERSEAS LTD 6 3/8 01/20	50.023	115,45%	58
BRF-BRASIL FOODS 7/8 06/22	49.265	110,31%	55
BANCO COM PORTUG 9 1/4 10/14	50.000	107,50%	55
VOTORANTIM CIMENTOS SA 7 1/4 04/41	46.991	111,68%	53
BANCO SANTANDER 4 5/8 02/17	49.265	105,58%	53
PETROBRAS 3 1/4 04/19	50.000	103,44%	52
PETROBRAS INTL FINANCE	44.717	109,86%	50
PEMEX PROJ FDG MASTER TR 03/01/2018	42.444	116,64%	50
GOL FINANCE	75.792	61,00%	48
PETROBRAS INTL PETBRA 3 7/8 01/16	44.717	105,45%	48
BANCO VOTORANTIM 6 1/4 05/16	38.837	116,30%	47
EDP FINANCE BV	43.000	102,75%	45
PETROBRAS INT FINANCE 07/02/13	37.896	103,77%	44
BRASKEMSA	38.654	112,58%	44
FED REPUBLIC OF BRASIL	36.380	114,61%	42

Natureza e espécie	Valor nominal	Cotação	Valor de balanço
ENERGIPI Y SAEIPA 07/19/13	37.896	103,13%	41
BANCO BMGSA	49.265	82,13%	41
BANCO SANTANDER SANBBZ4 1/4 01/16	37.896	103,25%	40
VALE OVERSEAS LIMITED 11/39	30.317	126,46%	39
CIMENTO TUPISA 9 3/4 05/18	37.138	103,88%	39
CAIXA ECONOMICA FEDERAL 2 3/8 11/17	37.896	99,38%	38
ITAU UNBANCO HOLDING SA 04/15/20	30.317	109,59%	34
VOTO VOTORANTIM LDA 04/17	30.000	109,04%	34
PETROBRAS INTL FIN CO 03/01/2018	28.043	114,28%	33
MARFRIG OVERSEAS LTD 11/16/2016	31.833	99,25%	32
BR MALLS INTL FI BRMLBZ8 1/2 49-16	26.527	109,50%	29
ITAU UNBANCO/ KY 6.2 12/21/21	26.527	109,23%	29
VALE OVERSEAS LIMITED 11/21/36	21.222	124,38%	27
BRASKEM FINANCE SA	22.738	114,12%	26
ITAU UNBANCO HLDG SA/KY 01/21	24.253	106,63%	26
PETROLEOS MEXICA 6 1/2 06/41	18.190	125,45%	23
EMPRESA BRAS DE AERONAU 5.15 06/22	20.464	108,87%	22
PORTUGAL TELECOM INT FIN 03/17	20.000	101,38%	21
REARDEN G HOLDINGS EINS 7 7/8 20-18	18.948	110,88%	21
BANCO NAC DESENV ECON 09/17	17.000	107,46%	18
TAM CAPITAL 8 3/8 06/03/21	15.158	110,50%	17
BANCO BRADESCO (CAYMAN) 5.9 01/21	11.369	108,87%	13
PETROBRAS INTL FINANCE	7.579	124,81%	10
PETROBRAS INTL FINANCE CO 01/40	7.579	127,82%	10
PETROLEOS MEXICANOS	7.000	113,85%	8
PETROBRAS INTL FIN CO 2 7/8 02/15	7.579	102,62%	8
BCP FINANCE BANK LTD 05/09/2014	5.000	93,75%	5
REN 6.25 2016	5.000	106,63%	5
CESP-COMP ENER SAO PAULO 08/11/13	3.790	103,38%	4
AMBEV INTL FINANCE CO 9 1/2 07/17	3.699	112,25%	4
ODEBRECHT FINANCE LTD 7 1/2 49-15	3.790	108,82%	4
			80.671

Instrumentos de dívida no montante de 4.883 milhares de euros (5.859 milhares de euros em 2011) encontram-se a caucionar operações de *Repos's* e 902 milhares de euros estão utilizados como caução de operações de refinanciamento com o BCE

O montante de 23.091 milhares de euros de Notas do Tesouro Nacional e Letras Financeiras do Tesouro emitidas pelo Brasil estão dados como garantia para operar na BM&F – Boavespa, SA e em garantia TECBAN e câmara interbancária de pagamentos.

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
Instrumentos de Capital			
Fundo Banif Real Estate Brasil	4.798	100,0	19.505
Cotas de Fdo. em Direitos Créditórios	6.259	1,0	6.259
Fomentinvest	3.076.924	1,6	5.058
Fomentinvest	1.558.095	1,0	1.557
Ren, SGPS, SA	25.000	2,1	52
Companhia das Quintas SGPS, S.A.	34.317	0,4	13
Cipan	27.451	0,2	5
Beira Vouga	20.317	0,0	-
Nova Companhia Grande Hotel	50.300	0,0	-
Beira Vouga Acções Preferenciais	21.500	0,0	-
ELECTRICIDADE DE PORTUGAL, SA	50	2,3	-
GALP ENERGIA SGPS-NOM	20	11,8	-
PARMALAT FINANZIARIA SPA	30.000	0,0	-
DIREXION DLY SM CAP BEAR 3X	1	13,5	-
PACIFIC ETHANOL INC	1	0,3	-
AMERICAN INTERNATIONAL - CW21	1	13,8	-
			32.449

Handwritten signature/initials

9. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Instrumentos de capital	85.816	89.420
Instrumentos de dívida	1.003	69.960
	86.819	159.380

A carteira de títulos ao justo valor através de resultados em 31 de Dezembro de 2012 tem a seguinte composição (valor de balanço dos instrumentos de dívida incluem juros corridos, a cotação dos instrumentos de capital está expressa em euros):

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
Instrumentos de Dívida			
EURO INVEST 1	371.000	99,82%	390
BESPL 5.625% 06/14	100.000	101,25%	104
PGB 4 3/8 06/16/14 JUN	80.000	101,22%	83
SPGB 5.85% 01/22	68.000	104,11%	73
SEMPPL 6.85 03/30/15	62.000	103,66%	65
SPGB 5.5% 07/17	55.000	105,83%	59
SPGB 4.3% 10/31/19	54.000	97,96%	53
BBVASM 3.875% 08/15	50.000	101,33%	51
BCPPL Float 03/13	50.000	99,35%	50
ZON PL 6.85% 2015	45.000	104,00%	47
SONPL 7 07/25/15	26.000	104,30%	28
OBRIGAÇÕES TES MEDIO PRAZO 5,45	-	100,00%	-
			1.003

Natureza e espécie	Quantidade	Cotação	Valor de balanço
Instrumentos de Capital			
APLICAÇÃO URBANAXIV, SA	610.000		17.889
BANIF CAPITAL INFRASTRUCTURE FUND	3.485	3.348,7	11.670
NORFIN SOLUÇÃO ARRENDAMENTO - FIAH	1.685.420	4,9	8.329
FINPRO SCR, S.A	859.320	6,2	5.300
DP INVEST - FUNDO ESPECIAL INV. IMOB. FECHADO	81.500	55,3	4.505
NEW ENERGY FUND	177	23.570,1	4.172
GCC LISBOA - GESTÃO DE CEN. COMERCIAIS, SA	135.000		3.900
EDP Renováveis	945.000	4,0	3.774
MIAMI RIVER	1	4.875.000,0	3.695
PORTO NOVO - FUNDO DE INV. IMOB. FECHADO	41.575	87,5	3.636
APLICAÇÃO URBANA XIII, SA	5.000		2.799
GED SUR FCR-CL B	49.900	53,6	2.676
FINPRO SCR, SA	407.461	6,2	2.513
FLORESTA ATLÂNTICA- SGFII (CL B)	40.000	59,0	2.359
FINE ART FUND	18.170	63,8	1.082
Altri,SGPS	110.000	1,6	174
BPI	201.536	0,9	190
Impresa	420.000	0,3	130
Portugal	75.000	2,3	171
EDP	50.000	2,3	114
BCP	15.906.307	0,1	1.193
Mariler	90	0,6	-
EDP Renováveis	50.000	4,0	200
SLN	1.000		3
Mota-Engil	59.140	1,6	93
Jerónimo Martins	20.000	14,6	292
Cofina	120.000	0,6	71
Sonae.SGPS	150.000	0,7	103
Teixeira Duarte	125.000	0,3	40
Corticeira Amorim	95.401	1,6	153
E. Santo Financial Group	21.000	5,3	111
Banif Capital Infrastructure Fund	215	3.348,7	720
NEW ENERGY FUND-FEIF	36	23.468,2	845
BANIF GLOBAL PRIVATE EQUITY F - FCR	1.000.000	0,7	667
MALITA INVESTMENTS	1.000.000	50,0	500
PORTUGAL VENTURE CAPITAL INITIATIVE	698.415		487
HOZAR PORTUGAL SA	502.391	0,6	322
COMP'QUINTAS SGPS SA	360.000	0,4	132
ENACOL-EMP. NAC. COMBUSTÍVEIS			59
PICTET LUX.EMERG "R"	382	147,9	57
B.EURO ACCOES	31.980	1,7	54
VISA			54
SOC. CABOVERDIANA DE TABACOS			40
PICTET US HIGH YIELD	381	100,9	38
PICTET US EQUI SEL R	403	90,3	36
INAPA	290.679	0,1	35
BANIF IBERIA	6.545	5,2	34
SCHRODER EMERG MKT	3.755	9,2	34
DWS EURO HIGH YIELDS	308	110,2	34
WESTAM-EU HIGH YIE B	1.610	21,0	34
PICTET EMERGING MKTS	89	376,7	34
GS N-11SM EQUITY	3.103	10,5	33
FRANKLIN MUTUAL BEAC	1.628	19,7	32
SCHRODER INTL GLB HI	1.063	27,8	29
PICTET LAT AME "R"	263	112,1	29
SCHRODER EM MKT BD-C	339	82,9	28
SCHRODER EUR DI MAX	241	86,6	21
ALLIANZ RCM EU EQ AT	119	177,7	21
ALLIANZ RCM CONCENTR	238	72,8	17
INAPA - INV. PART. GESTÃO	125.693	0,1	15
MAPFRE	4.800	2,3	11
ISHARES RUSSELL 2000	160	62,7	10
EBRO FOODS	600	15,0	9
GED SUR FCR-CL A	100	53,6	5
FCP	11.446	0,2	3
MARINA PALMS	1	0,0	-
DJ EURSTOXX 50 MAR13	1	2.615,0	-
E-MICRO MAR13	3	1,3	-
E-MINI MSCI MAR13	1	1.062,8	-
GALERIAS NAZONI	750	0,0	-
SHOTGUN PICTURES	10.000	0,0	-
			85.816

Conforme política contabilística apresentada na Nota 2.6, o Grupo classifica na carteira de títulos de "Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados" as participações em fundos de investimento superiores a 20% e que não detenha o controlo, quando detidos através de fundos de investimento, de capital de risco ou de bancos, atendendo às características destas operações (*seed capital*).

O montante de 83 milhares de euros (64 milhares de euros em 2011) de Obrigações do Tesouro correspondem a "Activos dados em garantia" que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos.

10. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Instrumentos de dívida	533.084	486.737
Instrumentos de capital	274.541	82.359
Imparidade de instrumentos de dívida (ver Nota 43)	(630)	(941)
Imparidade de instrumentos de capital (ver Nota 43)	(43.812)	(6.749)
	763.183	561.406

A carteira de títulos disponíveis para venda tem a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2012:

Natureza e espécie	Quantidade	Valor de balanço	Imparidade
Instrumentos de dívida			
PORTUGAL T-BILL 0 05/17/13	110.000.000	109.447	-
BILHETES DO TESOIRO 21 MAR14	75.000.000	72.623	-
PORTUGAL T-BILL 0 06/21/13	50.000.000	49.661	-
OBRIG. TESOIRO 09/14 JUN2019 4.75%	33.750.000	31.492	-
BILHETES DO TESOIRO 22 MAR2013	30.000.000	29.921	-
PORTUGAL T-BILL 0 07/19/13	30.000.000	29.763	-
OBRIGACOES DO TESOIRO 4.8 06/15/20	25.655.000	23.671	-
PGB 3,35 10/15/15	19.670.000	19.455	-
PORTUGAL T-BILL 0 05/23/14	20.000.000	19.235	-
PORTUGAL T-BILL 0 10/18/13	12.523.000	12.350	-
OBRIGACOES DO TESOIRO 6.4 02/15/16	9.370.000	10.295	-
PAR PUBLICA 3 1/2 07/13	10.000.000	10.069	-
NTN-B	10.866	9.192	-
NTN-B	10.000	9.053	-
IRISH GOVT-TREASURY 5.9 10/19	6.000.000	6.640	-
OBRIGAÇÕES DO TESOIRO 3,35% 15-10-2015	5.787.980	5.728	-
OBRIGACOES DO TESOIRO CABOVERDIANO	5.501.927	5.547	-
BARCLAYS BANK PLC 01/17	4.500.000	5.170	-
BANKIA 4,25% FEV 14	5.000.000	5.162	-
BCP 4,75% OUT14	5.000.000	5.090	-
PORTUGUESE OT'S 4.35 10/16/17	5.000.000	4.875	-
CGD 5,125% FEV14	3.750.000	3.982	-
CP COMBOIOS DE PORTUGAL 4.17 10/19	5.000.000	3.944	-
CAIXA GERAL DEPO 5 1/8 02/14	3.250.000	3.451	-
EDP FINANCE BV 3 1/4 03/15	3.000.000	3.080	-
CITIGROUP INC 7 3/8 06/16/14	2.500.000	2.834	-
NTN-B	2.600	2.341	-
GOLDMAN SACHS GROUP INC 03/17	2.000.000	2.255	-
TELEFONICA EMISIONES SAU	2.000.000	2.186	-
UNITED KINGDOM OF G 4.00 07/03/22	14.560	2.160	-
UNITED KINGDOM OF G 3.75 07/09/21	14.550	2.116	-
INTESA SANPAOLO SPA	2.000.000	2.074	-
SPANISH GOV'T 5 1/2 04/21	1.875.000	1.988	-
BUONI POLIENNALI DEL TES 02/01/2012	1.250.000	1.325	-
BANK OF AMERICA CORP 7 06/15/16	1.000.000	1.220	-
GOLDMAN SACHS GROUP INC FLOAT 10/19	1.000.000	1.165	-
ENI SPA 4 06/29/20	1.000.000	1.141	-
MGS - 5.25% (AFS)	1.071.000	1.132	-
BONOS Y OBLIG DEL ESTADO 07/30/18	1.125.000	1.129	-
TELECOM ITALIA SPA 5 1/4 02/22	1.000.000	1.115	-
GAS NATURAL CAPITAL 4 1/8 01/18	1.000.000	1.095	-
NATIONWIDE BLDG SOCIETY 01/15	1.000.000	1.093	-
BANK OF IRELAND 4 5/8 09/14	1.000.000	1.048	-
AREVA SA 3 1/2 03/21	1.000.000	1.045	-
BANCO NAC DESENV 6 1/2 06/19	1.000.000	926	-
GLENCORE FINANCE EUROPE	750.000	874	-
BTPS 5 03/01/22	750.000	802	-
CITIGROUP INC 7 3/8 09/04/19	500.000	665	-
BES INVESTIMENTO BRASIL 5 5/8 03/15	800.000	634	-
GRÉCIA 0% OUT 42	630.000	630	(630)
VIVENDI 4 7/8 12/19	500.000	582	-
MORGAN STANLEY 5 3/8 08/10/20	500.000	579	-
SCHNEIDER ELECTRIC SA 3 5/8 07/20	500.000	567	-
GAS NATURAL CAPITAL 4 3/8 1 1/16	500.000	541	-
ABERTIS INFRAESTRUTURAS 10/16	500.000	535	-
NOMURA EUROPE FINANCE NV 12/14	500.000	533	-
KONINKLIJKE KPN NV 3 3/4 09/21/20	500.000	530	-
TELEFONICA EMISIONES SAU 3.661 17	500.000	526	-
CGD 5 5/8%	500.000	517	-
BESPL FLOAT	500.000	497	-
GE CAP EUR FUND 5 1/4 01/31/13	3.250.000	494	-
SEMPLE 6,85	450.000	487	-
PGB 3,35 10/15/15	330.000	326	-
REN 6,25	300.000	325	-
RENEPL	300.000	314	-

my 10 d

Natureza e espécie	Quantidade	Valor de balanço	Imparidade
BESPL 5.625 06/14	250.000	261	-
UNITED KINGDOM OF G 3.75 07/09/15	1.700	234	-
EFSF 0% 17JUN2013	224.671	225	-
BUNDESREPUBLIK DEUT 1.75 09/10/15	2.000	213	-
POPSM 3 5/8	200.000	205	-
BBVA	200.000	203	-
EFSF 1% MAR 14	150.000	153	-
EFSF 0,4% MAR 13	150.000	151	-
OBRIGAÇÕES DO TESOURO - ABR 05/21	102.500	69	-
BTABANK 5,5% DEZ22	139.743	64	-
OBRIGAÇÕES DO TESOURO - SET 98/13	22.000	24	-
BRISA 6,25%	23.000	23	-
OBRIGAÇÕES DO TESOURO - JUN 03/14	10.000	10	-
CONTINENTE	5.000	5	-
EDP6%	2.000	2	-
		533.084	(630)

AM

ED +

Natureza e espécie	Quantidade	Valor de balanço	Imparidade
FLIPTREL II SA	577	1	-
ASCENDI OPERADORA BLA	63	-	-
ASCENDI OPERADORA NT	97	-	-
BELMONT ASSET BASED LENDING - B+	7.837	-	-
BELMONT RX SPC FI SEP08	2	-	-
OPUS CREDIT SP1 NOV08	1	-	-
OPUS CREDIT SP2 DEC08	3	-	-
DB GLOBAL MASTERS FUND-V 13-07	4	-	-
OPUS CREDIT SP LIMITED	2	-	-
COLISEU MICAELENSE, S A	83	-	-
MACEDO & COELHO	188	-	-
SC BRAGA SAD	20	-	-
TEATRO MICAELENSE, S A	83	-	-
TAEMSGPS	125	-	-
ASCENDI OPERADORA BLA	139	-	-
ASCENDI OPERADORA NT	210	-	-
ASCENDI OPERADORA GP	268	-	-
		274.541	(43.812)

O movimento da imparidade de activos financeiros disponíveis para venda, durante o exercício de 2012, é apresentado na Nota 43.

O montante de 14.105 milhares de euros (12.510 milhares de euros em 2011) de Obrigações do tesouro correspondem a "Activos dados em garantia" que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos e o Sistema de Indemnização.

Títulos no montante de 468.385 milhares de euros (369.271 milhares de euros em 2011) estão utilizados como caução de operações de refinanciamento com o BCE e crédito intradiário junto do Banco de Portugal, conforme Nota 23.

Instrumentos de dívida no montante de 16.124 milhares de euros encontram-se a caucionar operações de *Repos's*

Instrumentos de capital no montante de 2 milhares de euros encontram-se a caucionar a Sociedade de Garantia Mútua.

Aos fundos de investimento Fundo Vallis, Fundo Recup. Turismo, Fundo FCR e Fundo FLIPTREL foram cedidos créditos no valor de 156.836 milhares de euros, conforme nota 12.

Os principais pressupostos utilizados na avaliação dos instrumentos de capitais não cotadas são:

- Unidades de Participação em Fundos – cotação baseada no último NAV disponível;
- Títulos recebidos em dação – registo de 100% de imparidade sobre o valor de balanço caso não existam perspectivas de recuperabilidade. As perspectivas de recuperabilidade são determinadas com base em análises individuais promovidas internamente (nota 2.10)

Am

17 d

Natureza e espécie	Quantidade	Valor de balanço	Imparidade
Instrumentos de capital			
FUNDO VALIS CLASS A	69.365.747	69.366	-
FUNDO VALIS CLASS B	33.444.859	33.445	(33.445)
LDI - DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO, SA	13.317.264	31.157	-
FUNDO FLITPTREL	28.877	28.337	-
FUNDO RECUP. TURISMO B	21.341	19.171	-
FINPRO SCR, SA	2.231.368	13.763	-
FUNDO FCR CLASS B	20.000	12.135	-
CDB POS-T DEUTSCHE BANK	19.543	7.690	-
FUNDO FCR CLASS C	20.000	6.368	-
Finpro, SCR	1.013.281	6.249	-
LUSO CARBON FUND-FUNDO ESP FECHADO	82	4.075	(1.287)
AÇORLINE		3.353	(3.353)
ASCENDI BEIRAS	70.775	3.269	-
AVIVA CENTR EUROPEAN PROPERTY FUND	4.403.427	3.170	-
TÍT.RENDA VARIÁVEL-AÇÕES-REP	2.092.661	2.927	-
AVIVA CENTREUROPEANPROPERTY FUND	3.889.266	2.800	-
IBEROL	94.833.334	2.534	-
PREFE-PAN EUROPEAN REAL STATE FUND	29.750	2.341	-
PRADERA EUROPEAN RETAIL FUND CLASS1	300.000	2.239	(805)
ASCENDI NORTE	118.169	1.654	-
JPM GREATER CHINA	207.141.363	1.507	-
ASCENDI PORTO	33.289	1.383	-
Vestiban, SA	25.000	1.368	-
CORKFOC	271.188	1.356	(1.356)
ASCENDI BEIRAS LITORAL E ALTA	32.460	1.354	-
HABIPREDE	5.000	1.250	-
PREFE-PAN EUROPEAN REAL STATE FUND	12.750	1.003	-
UNICRE,SA	35.076	916	-
ACT - C -INDÚSTRIA DE CORTIÇAS, S.A	170.410	852	(852)
VINOCOR	156.421	782	(782)
FINE ART FUND (CP)	12.645	750	-
KALOUMA HOLDINGS LTD	143	708	(708)
PAN ATLANTICA	950.000	589	(589)
PRAX CAPITAL III, SCA, SICAR	3.000	574	-
SOCIEDADE QUINTA DO FURÃO, LDA	6	550	-
ASCENDI NORTE	541.996	542	-
FINANGEST	526	535	(180)
SIBS,SA	103.436	445	-
IMOVALOR	19.890	281	-
LUSITANIA SEGUROS	476	228	(129)
ASCENDI NORTE	54.199	217	-
GREFF GLOBAL REAL ESTATE FUNDA	2.541	206	-
DIDIER & QUEIROZ, S.A.	50.000	150	(150)
SUBERCOR	28.137	141	(141)
ASCENDI BEIRA LITORAL	128.461	128	-
ACÇÕES SISP	91	91	-
JP MORGAN EUROPEAN PROPERTY FUND	19	90	-
FLORESTA ATLÂNTICA - SGFII, SA	10.125	86	-
DB GLOBAL MASTERS FUND - 04/05	2.408	67	(4)
VISA CLASS C	2.533	66	-
BELMONT RX SPC FI DEC08	1.730	65	-
DB GLOBAL MASTERS FUND - 07/07	2.824	63	(9)
S.W.I.F.T.	27	53	-
GED SUR CAPITAL S.A., SGEGR	30.000	24	-
BTA BANK JSC - GDR'S	27.324	23	-
GRACITUR		15	(15)
TRANSINSULAR (AÇORES) - TRASP. MARITI. INSUL.	2.000	11	-
PRETÓRIA LDA	5.736	6	-
Nurintur		6	(6)
NYSE EURONEXT - US6294911010	201	5	-
CEIM, LDA	800	4	-
FLIPTREL PORTUGAL SGPS	2.500	3	-
GARVAL	500	1	-
LISGARANTE	500	1	-
NORGARANTE	500	1	-
VNCORK	801	1	(1)

A rubrica "Outros créditos e valores a receber" inclui 4.876 milhares de euros (29.622 milhares de euros em 2011) de títulos de dívida, dos quais o montante de 1.102 milhares de euros estão utilizado como caução de operações de refinanciamento com o BCE, conforme Nota 23.

A rubrica "Crédito e juros vencidos" inclui prestações vencidas à mais de 90 dias. As prestações vencidas entre 30 dias e 90 dias correspondem a 145.343 milhares de euros (195.192 milhares de euros em 2011).

A rubrica de crédito a clientes inclui o montante de 3.928.344 milhares de euros de créditos objecto de securitização.

O crédito relativo à locação financeira é o seguinte:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Rendas e valores residuais Vincendos:		
Até 1 ano	64.896	26.151
De 1 ano até 5 anos	106.055	199.877
Mais de 5 anos	<u>238.489</u>	<u>254.180</u>
	409.440	480.208
Juros vincendos :		
Até 1 ano	1.918	1.476
De 1 ano até 5 anos	3.665	13.240
Mais de 5 anos	<u>42.722</u>	<u>50.778</u>
	48.305	65.494
Capital vincendo		
Até 1 ano	62.978	24.630
De 1 ano até 5 anos	102.390	185.121
Mais de 5 anos	<u>155.984</u>	<u>195.451</u>
	321.352	405.202

As rendas e valores residuais vincendos representam o valor mínimo de locação a receber.

A Sociedade considera como crédito reestruturado o crédito relativamente ao qual tenha existido alterações das respectivas condições contratuais, que se tenham traduzido, nomeadamente, no alargamento do prazo de reembolso, na introdução de períodos de carência ou na capitalização de juros, devido a dificuldades financeiras do mutuário, independentemente de ter ou não existido atrasos no pagamento das prestações de capital e juros, conforme descrito no ponto 06 do Relatório de Gestão, designadamente no que se refere aos Riscos de Crédito.

Foram cedidos a fundos de investimento (Nota 10) créditos no valor nominal de 156.836 milhares de euros, nos seguintes montantes:

Fundo	Valor nominal do crédito cedido	Imparidade de crédito à data venda	Preço de venda	(Perda) / Ganho
VALLIS (1)	99.959	32.548	69.366	1.955
FRT	19.206	1.780	19.206	1.780
FCR	6.950	2	6.430	(518)
FLIT (2)	30.721	409	30.623	311
	156.836	34.739	125.625	3.528

Handwritten signature and initials.

11. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Operações de compra com acordo de revenda		
No país	220.111	499.952
No estrangeiro	2.296	3.338
Depósitos		
No país	21.616	32.606
No estrangeiro	78.252	93.598
Empréstimos		
No país	2.393	-
No estrangeiro	12.739	3.332
Aplicações a muito curto prazo		
No país	-	-
No estrangeiro	11.112	17.978
Outros	19.001	7.044
	367.520	657.848

12. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Crédito a Empresas		
Contas Correntes	1.104.893	1.587.583
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	147.528	185.865
Empréstimos	2.434.681	2.591.433
Descobertos	43.617	75.157
Factoring	178.406	182.273
Locação Financeira	239.207	327.180
Outros	269.684	189.422
Crédito a Particulares		
Habitação	3.252.752	3.387.901
Consumo	671.395	925.414
Outras finalidades		
Empréstimos	620.080	641.317
Contas Correntes	135.671	166.529
Desconto e outros créditos titulados por efeitos	5.990	10.675
Locação financeira	20.601	18.887
Descobertos	35.762	45.781
Outros	156.433	193.262
Outros créditos e valores a receber (titulados)	213.374	353.886
Crédito e juros vencidos	1.343.500	1.064.469
Rendimentos a receber	78.302	94.854
Despesas com rendimento diferido	219	468
Receitas com rendimento diferido	(12.719)	(13.557)
Imparidade em Crédito Concedido (ver Nota 43)	(1.097.764)	(813.531)
	9.841.612	11.215.269

Do crédito a clientes, o montante de 2.180 milhões de euros (94 milhões de euros em 2011) está a ser utilizado como caução de operações de refinanciamento como o BCE, conforme Nota 23.

- (1) Considerou-se como preço de venda o valor das unidades de participação Classe A
- (2) Esta operação aguarda closing financeiro pela que se encontra registada em outros activos (nota 22)

Nos termos dos contratos de cessão de créditos, a Sociedade transferiu todos os direitos, benefícios e riscos associados aos créditos cedidos, incluindo os respectivos colaterais. Ainda no âmbito das referidas operações, a Sociedade adquiriu activos financeiros (unidades de participação de fundos de investimento colectivo), cujas características, riscos e cash-flows esperados são substancialmente diferentes face aos activos financeiros cedidos.

Neste contexto e de acordo com a IAS 39, parágrafos 20 a), 21, 23 e 25, as referidas operações permitem o desreconhecimento dos activos cedidos (créditos) e os activos financeiros adquiridos (UP's) foram reconhecidos pelo respectivo justo valor à data da transferência e classificados na categoria de Activos Financeiros Disponíveis para Venda, uma vez que a Sociedade não tem o controlo nem influência significativa nos referidos fundos de investimento colectivo.

Em 2011 haviam sido realizadas operações de cedência de créditos com o Fundo FLIT no montante de 41.406 milhares de euros, dos quais 28.594 milhares de euros registados em activos financeiros disponíveis para venda (nota 10) e 12.812 milhares de euros correspondentes a prestações acessórias registados em outros activos (nota 22). Este montante foi totalmente provisionado no exercício de 2012.

Os títulos reclassificados nesta rubrica, em 2008 e 2012, são os seguintes:

Nome	Quant.	valor balanço	valor mercado
HARBOURMASTER CLO	500.000	4.025	2.752
RENTIPAR SEGUROS 2015	5.000	5.000	5.000
CSA DEZ 2017	345	345	345
		9.370	8.097

Conforme disposto na IFRS 7, os títulos estão valorizados de acordo com metodologias de valorização internas (nível 3).

13. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Instrumentos de dívida	36.284	53.706
Imparidade (ver Nota 43)	-	(200)
	36.284	53.506

Títulos no montante de 17.530 milhares de euros (30.338 milhares de euros em 2011) estão utilizados como caução de operações de refinanciamento com o BCE, conforme Nota 23.

Instrumentos de dívida no montante de 8.208 milhares de euros (5.658 milhares de euros em 2011) encontram-se a caucionar operações de *Repos's*.

A carteira de títulos de investimentos detidos até à maturidade tem a seguinte composição em 31 de Dezembro de 2012:

Natureza e espécie	Quantidade	Valor de balanço
Instrumentos de dívida		
FIDIC.Fdo de Invto em Direitos Creditórios		10.424
CREDIT SUISSE USA INC 04/12/13	7.500.000	5.683
PORTUGAL TEL INT FIN	3.900.000	3.923
MORGAN STANLEY & CO INTL	3.000.000	2.994
CRITERIA CAIXACORP SA	2.500.000	2.540
BANCO ESPIRITO SANTO 5 5/8 06/14	2.400.000	2.526
BRISA CONCESSAO BRCORO 4.797 13	2.500.000	2.506
FRIESLAND BANK FLOAT 04/13	2.500.000	2.495
EDP FINANCE BV 5 1/2 02/14	1.500.000	1.611
GOLDMAN SACHS GROUP INC	1.500.000	1.460
TECNICIL IMOBILIÁRIA, SA		77
SÓGEI-SOC. GEST. INVESTIMENTOS		45
		36.284

Os títulos reclassificados nesta rubrica, em 2008, são os seguintes:

Nome	Quant.	valor balanço	valor mercado
MORGAN STANLEY & CO INTL	3.000.000	2.994	3.002
CREDIT SUISSE USA INC 04/12/13	7.500.000	5.682	5.696
FRIESLAND BANK FLOAT 04/13	2.500.000	2.495	2.506
GOLDMAN SACHS GROUP INC	1.500.000	1.460	1.444
		12.631	12.648

Estes títulos caso não tivessem sido reclassificados, teriam um impacto positivo de 17 milhares de euros no resultado do exercício de 2012.

Conforme disposto na IFRS 7, os títulos estão valorizados de acordo com cotações de mercado (nível 2).

14. ACTIVOS COM ACORDO DE RECOMPRA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Instrumentos de dívida	26.223	72.347
	26.223	72.347

Os títulos (colateral) apresentam a seguinte composição:

Natureza e espécie	Quantidade	Valor de balanço
Instrumentos de dívida		
Letras do Tesouro Nacional		1.212
NTN-B	29.026.000	13.138
NTN-B	28.068.000	11.873
		26.223

15. DERIVADOS

Derivados de Negociação

Os instrumentos financeiros derivados, em que o Grupo é contraparte com as variações do justo valor reconhecidas por contrapartida de resultados, correspondentes aos seguintes tipos de instrumentos:

Descrição	31-12-2012			31-12-2011	
	Valores Nacionais	Justo Valor		Justo Valor	
		Positivo	Negativo	Positivo	Negativo
Contratos sobre taxas de câmbio					
SwapFX	247.782	178	3.639	7.323	79
Forward	38.394	525	471	1.983	2.481
Contratos sobre taxas de juro					
Interest Rate Swaps	5.458.587	26.107	30.061	22.407	27.108
Contratos sobre crédito					
Credit Default Swap	165.800	74.090	74.090	41.931	46.716
Contratos sobre outro tipo de subjacente					
Options	297.411	757	757	4.008	4.008
	5.940.304	101.657	109.018	77.652	80.392

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados são reconhecidos no balanço em rubricas separadas do Activo e do Passivo. O justo valor positivo é reconhecido em "Activos financeiros detidos para negociação" (Nota 8) e o justo valor negativo em "Passivos financeiros detidos para negociação" (Nota 24).

Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Activo		
Interest rate swaps	-	-
Passivo		
Interest rate swaps	-	130
	-	130

O Grupo contrata instrumentos financeiros derivados para cobrir a sua exposição ao risco de taxa de juro. O tratamento contabilístico depende da natureza do risco coberto, nomeadamente se o Grupo está exposto às variações de justo valor, ou a variações de cash-flows ou se se encontra perante coberturas de transacções futuras. O Grupo, à data de 31 de Dezembro de 2011 e de acordo com os critérios

contabilísticos aplicáveis, apresentava na sua carteira de passivos emitidos um conjunto de emissões a taxa variável para as quais existiam àquela data instrumentos financeiros derivados (IRS) com o objectivo de efectuarem a cobertura do risco de taxa de juro associado a essas emissões.

O Grupo, para aquelas relações de cobertura que se enquadram nos requisitos obrigatórios da IAS 39, adoptou a contabilidade de cobertura formal, nomeadamente o modelo de cobertura de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa (Cash flow hedge) e apresenta na sua carteira de derivados, swaps de taxa de juro, que estão a cobrir o risco de variações nos fluxos de caixa dos Recursos de outras instituições de crédito e Responsabilidades representadas por títulos.

As operações de cobertura de justo valor em 31 de Dezembro de 2011 podem ser analisadas como segue:

2011				
Produto derivado	Produto coberto	Risco coberto	Nacional	Valor Mercado
Interest rate swaps	Empréstimos	Taxa de juro	15 000	(2)
Interest rate swaps	Obrigações	Taxa de juro	30 000	(97)
Interest rate swaps	Obrigações de securitização	Taxa de juro	8 654	(31)
			53.654	(130)

A análise da carteira de instrumentos financeiros derivados de cobertura por maturidades, em 2011, é a seguinte:

2011	Nacional	Justo valor
Até 3 meses	-	-
De 3 meses a 1 ano	53.654	(130)
De 1 ano até 5 anos	-	-
	53.654	(130)

Conforme disposto na IFRS 7, os derivados de cobertura estão valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado (nível 2) (Ver Nota 46).

16. ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

2012

Categoria de activo	Saldo líquido em 31-12-2011	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Movimento do exercício					Saldo líquido em 31-12-2012	Imparidade acumulada
			Aquisições	Transferências	Alienções	Outros movimentos	Perdas de imparidade reconhecidas		
Imóveis e equipamentos	297.678	6.148	212.368	(66.588)	(20.440)	1.745	(7.404)	277.271	(38.219)
Participações	-	-	-	7.583	-	-	-	25.803	-
	297.678	6.148	212.368	(39.725)	(20.440)	1.745	(7.404)	403.134	(38.219)

2011

Categoria de activo	Saldo líquido em 31-12-2010	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Movimento do exercício					Saldo líquido em 31-12-2011	Imparidade acumulada
			Aquisições	Transferências	Alienções	Outros movimentos	Perdas de imparidade		
Imóveis e equipamentos	155.588	-	132.534	(115.888)	-	558	(10.154)	267.775	(14.878)
Participações	119.448	-	-	(119.448)	-	-	-	-	-
	275.036	-	132.534	(27.414)	-	558	(10.154)	267.775	(14.878)

A coluna "Transferências" de imóveis e equipamentos de 2012 no montante de 65.588 milhares de euros correspondem a: transferência de imóveis para propriedade de investimento (79.613 milhares de euros) –

Nota 17, registo de imóveis da entidade Gávea (4.920 milhares de euros) e transferência para esta rubrica de viaturas classificadas em activos em locação financeira – nota 18 - de 9.105 milhares. O montante de 25.863 milhares de euros apresentado na coluna "transferências" de participações de 2012 corresponde à participação do Grupo na entidade Centaurus RG.

A movimentação da imparidade está apresentada na nota 43.

No período em referência, as aquisições correspondem ao montante recuperado por meio de execução ou arrematação de garantias colaterais associadas a crédito concedido, correspondendo essencialmente a imóveis.

Para efeitos de determinação de eventuais imparidades, as avaliações dos activos não correntes detidos para venda são realizadas por peritos especializados e independentes de acordo com os critérios e metodologias geralmente aceites para o efeito, que integram análises pelo método do custo e pelo método de mercado, sendo o justo valor definido pelo montante que pode ser razoavelmente esperado pela transacção entre um comprador e um vendedor interessados, com equidade entre ambos, nenhum deles estando obrigado a vender ou a comprar e ambos estando conhecedores de todos os factores relevantes a uma determinada data.

17. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

2012

Categoria de activo	Saldo em 31-12-2011	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Aquisições	Reavaliações	Alienações	Transferências			Diferenças de câmbio	Saldo em 31-12-2012
						Imóveis de serviço próprio	Activos detidos p/ venda	Outros activos		
Edifícios e terrenos	844.028	28.287	42.497	(52.725)	(21.801)	3.732	79.613	10.189	(7.461)	924.357
	<u>844.028</u>	<u>28.287</u>	<u>42.497</u>	<u>(52.725)</u>	<u>(21.801)</u>	<u>3.732</u>	<u>79.613</u>	<u>10.189</u>	<u>(7.461)</u>	<u>924.357</u>

2011

Categoria de activo	Saldo em 31-12-2010	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Aquisições	Reavaliações	Alienações	Transferências			Diferenças de câmbio	Saldo em 31-12-2011
						Imóveis de serviço próprio	Activos detidos p/ venda	Outros activos		
Edifícios e terrenos	272.561	396.700	165.284	40.392	(40.087)	1.113	9.980	-	(1.947)	844.026
	<u>272.561</u>	<u>396.700</u>	<u>165.284</u>	<u>40.392</u>	<u>(40.087)</u>	<u>1.113</u>	<u>9.980</u>	<u>-</u>	<u>(1.947)</u>	<u>844.026</u>

A coluna "transferência" de 2012 corresponde a:

- Imóveis de serviço próprio: imóveis que deixaram de ser de serviço próprio (3.732 milhares de euros), essencialmente agência que encerraram,
- Activos detidos para venda: Imóveis transferidos devido à mudança de política do grupo em relação a sua gestão – nota 16 no montante de 79.613 milhares de euros.
- Outros activos: reclassificação de imóveis de outros activos para propriedades de investimentos.

As valorizações das propriedades de investimento são realizadas por peritos especializados e independentes de acordo com os critérios e metodologias geralmente aceites para o efeito, que integram

Handwritten signature and initials

análises pelo método do custo e pelo método de mercado, sendo o justo valor definido pelo montante que pode ser razoavelmente esperado pela transacção entre um comprador e um vendedor interessados, com equidade entre ambos, nenhum deles estando obrigado a vender ou a comprar e ambos estando conhecedores de todos os factores relevantes a uma determinada data, conforme nota 2.3.

As reavaliações estão apresentadas na nota 40.

As propriedades de investimento apresentam no exercício os seguintes valores:

- Rendimento de rendas: 15.335 milhares de euros – nota 40.
- Gastos operacionais directos: 5.067 milhares de euros

Os imóveis temporariamente não arrendados elevam-se a 539.496 milhares de euros, sendo o montante de 290.940 milhares de euros referentes a imóveis recebidos por reembolso de crédito próprio.

18. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

Conforme referido na Nota 2.13, os imóveis de serviço próprio são registados pelo justo valor, actualizado de 3 em 3 anos. A última reavaliação foi efectuada com referência a 31/12/2012.

18.1 – Movimento ocorrido:

2012

Categorias activo	Saldo líquido em 31-12-2011	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Aumentos		Transferências	Amortizações do exercício	Impairidade do exercício	Alienacões	Abates	Regularizações	Diferenças de câmbio	Saldo líquido em 31-12-2012
			Aquisições	Reavaliações (líquido)								
Imóveis	260.315	17	290	(5.067)	(3.883)	(10.085)	(4.882)	(4.855)	(1.851)	(378)	1	227.669
Equipamento	23.141	130	1.749	-	526	(8.752)	-	(525)	(158)	-	(112.01)	14.987
Activos em locação operacional	52.475	-	15	-	(9.311)	(8.512)	(486)	-	-	-	-	27.377
Activos em locação financeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos temporários em curso	33.104	-	3.705	-	(1.058)	-	-	-	-	-	-	34.851
Outros activos tangíveis	2.884	-	25	-	225	(539)	-	-	(14)	-	-	2.882
	369.184	147	8.781	(8.567)	(14.181)	(26.777)	(4.407)	(63.258)	(2.054)	(378)	(1.127)	307.028

2011

Categorias activo	Saldo líquido em 31-12-2010	Entrada de entidades no perímetro de consolidação	Aumentos		Transferências	Amortizações do exercício	Impairidade do exercício	Alienacões	Abates	Regularizações	Diferenças de câmbio	Saldo líquido em 31-12-2011
			Aquisições	Reavaliações (líquido)								
Imóveis	148.827	12.283	2815	-	(148.4)	(9.156)	-	(2.757)	(86)	-	(895)	290.385
Equipamento	2.105	-	2.678	-	(9.4)	(8.835)	-	(2.907)	(2.305)	(11.1)	(117)	2.148
Activos em locação operacional	7.711	-	7.333	-	(12.356)	(8.815)	(1.285)	(8.110)	-	(542)	-	52.475
Activos em locação financeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos temporários em curso	11.530	23.609	3.845	-	(7.807)	-	-	-	-	-	-	33.184
Outros activos tangíveis	278	-	80	-	2.985	(643)	-	-	(90)	-	-	2.884
	290.958	145.642	17.956	-	(19.429)	(28.450)	(1.205)	(11.184)	(2.449)	(653)	(1.013)	369.184

O valor líquido dos imóveis, caso os mesmos estivessem contabilizados pelo método do custo, seria 211.246 milhares de euros.

A coluna “transferência” corresponde essencialmente:

- Transferência para propriedades de investimento de imóveis que deixaram de ser de serviço próprio (3.732 milhares de euros) – nota 17;
- Transferência de viaturas em locação operacional para activos não correntes detidos para venda no montante de 9.105 milhares de euros – nota 16;

18.2 – Activos fixos tangíveis em regime de locação operacional

Maturidade Residual	Valor Líquido	Pagamentos futuros em locação operacional não cancelável	Rendas contingentes reconhecidas em resultados
Inferior a 1 Ano	11.252	6.083	-
Entre 1 e 5 Anos	16.125	3.099	-
Superior a 5 Anos	-	-	-
	27.377	9.182	-

Os activos fixos em regime de locação operacional correspondem a viaturas.

19. GOODWILL E OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido foi:

2012

Categoria de activo	Saldo líquido em 31-12-2011	Entradas entidades no perímetro de consolidação	Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Imparidade	Abates (líquido)	Diferenças de câmbio	Saldo líquido em 31-12-2012
Goodwill	2933	-	-	-	-	(10.28)	-	-	1085
Activos intangíveis em curso	13848	-	2.684	(7013)	-	-	-	-	9.289
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	8901	16	3971	6.669	(6.481)	-	(10)	137	14474
Outros activos intangíveis	1084	-	-	-	(480)	-	-	-	504
	27.656	16	6.855	(153)	(6.899)	(1.028)	(10)	137	26.264

2011

Categoria de activo	Saldo líquido em 31-12-2010	Entradas entidades no perímetro de consolidação	Aquisições	Transferências	Amortizações do exercício	Imparidade	Abates (líquido)	Diferenças de câmbio	Saldo líquido em 31-12-2011
Goodwill	2933	-	-	-	-	-	-	-	2933
Activos intangíveis em curso	14513	-	3794	(4789)	-	-	-	-	13618
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	4461	-	7965	5.081	(8.953)	-	-	327	9001
Outros activos intangíveis	1058	-	304	(212)	(154)	-	-	-	1084
	23.063	-	11.163	-	(7.897)	-	-	327	27.456

A rubrica Goodwill corresponde às seguintes participações:

Relativamente a 31 de Dezembro de 2012, o Grupo realizou os seguintes testes de imparidade ao goodwill:

Para a sociedade Investador, SGPS, SA, foi efectuado um estudo inicial, que justifica o goodwill reconhecido (no montante de 2.218 milhares de euros), e foi efectuado em 2012 uma actualização do mesmo. Em 2010 foi registado uma imparidade de 313 milhares de euros. Nesta análise foi utilizado o método Discounted Cash-Flows, tendo por base a análise prospectiva da actividade futura da empresa e dos seus negócios consubstanciada em projecções económicas e financeiras a médio e longo prazo (6 anos) e à determinação dos respectivos fluxos financeiros previsionais. Na avaliação, foram utilizados os seguintes parâmetros:

- Taxa de inflação: 2,00% (2011: 2,00%)
- Taxa de rendimento real: 3,85% (2011: 4,18%)
- Taxa de risco: 3,14% (2011: 3,07%)

- Taxa de actualização: 9,25% (2011: 9,53%)
 - Taxa de risco adicional (perpetuidade): 1,00% (2011: 1,00%)
 - Taxa de capitalização: 8,18% (2011: 8,45%)
- Para a sociedade Banco Caboverdiano de Negócios, foi efectuado um estudo inicial, que justifica o goodwill reconhecido (no montante de 872 milhares de euros em 2007 e 215 milhares de euros referentes à aquisição em 2008 de 5,7%), e foi efectuado em 2012 uma actualização do mesmo. Em 2010 foi registada uma imparidade de 57 milhares de euros. Nesta análise foi utilizado o método Discounted Cash-Flows. Na avaliação, de 2012, foram utilizados os seguintes parâmetros:
- Yield (Rf) OT 10A Alemanha: 2,3%
 - Prémio de risco país: 4,0%
 - Equity volatility factor: 1,5%
 - Market Risk Premium: 6,0%
 - Beta: 0,96x
 - Prémio de risco específico: 2,0%
 - Período de análise considerado foi de 6 anos

No exercício de 2012, foi constituído imparidade de 1.028 milhares de euros (Nota 43) referente ao goodwill do Banco Caboverdiano de Negócios.

As avaliações ao goodwill foram desenvolvidas com base no pressuposto de continuidade das operações e nos elementos históricos e contabilísticos das entidades avaliadas. As metodologias e pressupostos chave utilizados nas avaliações são comumente aceites para a avaliação de empresas e a sua aplicação foi realizada em concordância com as práticas internacionais de avaliações de empresas e aceites pela Gestão do Grupo. Não foram identificadas possíveis alterações em pressupostos chave que justificassem a quantificação dos respectivos impactos, conforme requerido pelo parágrafo 134 (f) da IAS 36.

No exercício de 2012 foram registadas perdas por imparidade, no montante de 1.028 milhares de euros, em activos intangíveis - goodwill.

20. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de Investimentos em Associadas apresenta a seguinte composição:

Nome da Sociedade	Sede Social	Actividade principal	Detentor de capital	% de participação	Valor da participação	31-12-2012			
						Goodwill	Total de Capital Próprio	Resultado Líquido	Contributo Líquido
Rentpar Seguros SGPS, SA	Avenida Barbosa du Bocage, 85	Seguradora	Bank SA	47,65%	83.840	-	176.252	6.212	2.902
Banca Pueyo	Vizconde Guzmán, 2 Vilaumeia de la Selva, Balmes	Banca	Bank SA	33,32%	31.662	-	95.024	2.998	999
Immobiliaria Vieja Aja	Parque de la Compañía Villanueva de la Serena	Imobiliário	Bank SA	33,33%	2.631	-	7.894	87	29
Espajo 10	Avenida de S. Carlos 3345 - 158-010 Lisboa	Imobiliário	Bank SA	25,00%	-	-	(1.171)	(141)	(39)
MCO2	Rua Almeida Garrett, Torre 3 104-113-113-113 Lisboa	Gestão de investimentos	Bank - Elitopos de Investimento, SA	25,00%	497	-	1.989	(3.018)	(154)
Pedidos Lú	Portugal	Fundo de Investimento	Imogest	40,24%	-	-	1	(1)	-
Bankprime	Trajecto da Grãvia, nº 11	Banca	Bank - SGPS, SA	0,00%	-	-	-	-	(2.121)
					118.630	-	279.989	6.140	1.880

Nome da Sociedade	Sede Social	Actividade principal	Detentor de capital	% de participação	Valor da participação	31-12-2011			
						Goodwill	Total de Capital Próprio	Resultado Líquido	Contributo Líquido
Rentpar Seguros SGPS, SA	Avenida Barbosa du Bocage, 85	Seguradora	Bank / SGPS, SA	47,65%	63.277	954	132.667	796	379
Banca Pueyo	Vizconde Guzmán, 2 Vilaumeia de la Selva, Balmes	Banca	Bank - SGPS, SA	33,32%	27.838	27.449	83.549	5.117	1.705
Bankprime	Trajecto da Grãvia, nº 11	Banca	Bank - SGPS, SA	28,66%	2.121	-	7.400	(19.305)	(6.621)
Immobiliaria Vieja Aja	Parque de la Compañía Villanueva de la Serena	Imobiliário	Bank - SGPS, SA	33,33%	2.602	-	7.807	72	24
Espajo 10	Avenida de S. Carlos 3345 - 158-010 Lisboa	Imobiliário	Bank - Investimentos - SGPS, SA	25,00%	-	-	(1.030)	(58)	(23)
MCO2	Rua Almeida Garrett, Torre 3 104-113-113-113 Lisboa	Gestão de investimentos	Bank - Bancopos de Investimento, SA	25,00%	1.251	-	5.005	181	46
Pedidos Lú	Portugal	Fundo de Investimento	Imogest	33,12%	1	-	2	(4)	(1)
Centaurus Realty Group	São Paulo - Brasil	Imobiliário	Bank Holding (Brasil) Bank Financial Holding	43,45%	30.297	-	70.225	-	127
					127.282	28.283	305.845	(10.254)	(2.426)

Para goodwill registado nas participações da Banca Pueyo e Rentpar Seguros foram realizados teste de imparidade, com recurso à metodologia dos “Discounted Free Cash Flows to Equity” e com os seguintes pressupostos:

- Banca Pueyo:

CoE – Cost of Equity: 12,1% (2011: 10,9%)

Taxa de crescimento – Perpetuidade: 2,0% (2011: 2%)

Taxa de actualização para o valor presente: 45%

Período de análise: 7 anos

De acordo com a avaliação ao goodwill da Banca Pueyo, o Grupo registou no exercício imparidade da totalidade do goodwill no montante de 27.449 milhares de euros (ver nota 43).

- Rentpar Seguros, SGPS:

Taxa de inflação: 2,00% (2011: 2,0%)

Taxa de rendimento real: 4,87% (2011: 3,12%)

Taxa de risco: 4,85% (2011: 4,77%)

Taxa de actualização: 10,02% (2011: 10,20%)

Taxa de risco adicional (perpetuidade): 0,00% (2011: 0,00%)

Taxa de capitalização: 8,02% (2011: 8,20%)

Taxa de juro sem risco: 4,85% (2011: 4,98%)

Taxa de crescimento nominal na perpetuidade: 2,0% (2011: 2,0%)

Período de análise: 7 anos

De acordo com a avaliação ao goodwill da Rentipar Seguros, SGPS, o Grupo registou no exercício imparidade da totalidade do goodwill no montante de 834 milhares de euros (Ver nota 43).

As avaliações ao goodwill foram desenvolvidas com base no pressuposto de continuidade das operações e nos elementos históricos e contabilísticos das entidades avaliadas. As metodologias e pressupostos chave utilizados nas avaliações são comumente aceites para a avaliação de empresas e a sua aplicação foi realizada em concordância com as práticas internacionais de avaliações de empresas e aceites pela Gestão do Grupo. Não foram identificadas possíveis alterações em pressupostos chave que justificassem a quantificação dos respectivos impactos, conforme requerido pelo parágrafo 134 (f) da IAS 36.

No decorrer do período findo em 31 de Dezembro de 2012, as alterações verificadas em associadas foram as seguintes:

- Alienação do Bankpime
- Reclassificação da entidade Centaurus para a rubrica "activos não correntes detidos para venda".

As Sociedades registadas de acordo com o método da equivalência patrimonial reportam os seus dados de acordo com as políticas contabilísticas do Grupo (Nota 2), não existindo problemas na harmonização das políticas contabilísticas.

21. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

21.1 Impostos correntes

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade:

	31-12-2012	31-12-2011
Banco Banif Brasil	5.755	10.970
Banif Banco de Investimento	1.393	3.951
Banif Banco de Investimento (Brasil) SA	3.124	3.428
Grupo Banif Mais SGPS	1.435	1.862
Banif Gestão de Activos	284	975
Banif	1.406	2.228
Banif Imobiliária	1.238	583
Banco Caboverdiano Negocios	244	244
Banif Serv	-	197
Beta Securitizadora	1.815	164
Renticapital	767	323
Rentipar Financeira SGPS	876	1.259
Banif Gestão Activos (Brasil)	121	132
Banif Rent SA	-	122
Gamma	171	92
Açortur	41	33
Banif Ecoprogresso	46	30
Tuotel	16	17
Numberone SGPS	13	11
Gestarquipark	12	9
Investador Hoteis SA	19	7
Econofinance SA	-	4
Soc Imobiliária Piedade	4	4
Investador SGPS SA	3	3
Hotel do Pico	-	1
Wil	5	-
Worlivilas	1	-
Banif Açor Pensões	70	-
	18.859	26.649

21.2 Impostos diferidos

Descrição	31-12-2011	Resultados		Diferenças de câmbio	PorCapRais Próprios	31-12-2012
		Custo	Provisões			
Activos por impostos diferidos						
Provisões/imparidade não aceites fiscalmente						
Outras dívidas e entregues	30	-	-	-	-	30
Imparidade de crédito acordado	55.170	(4.405)	73.135	(815 /)	-	118.743
Pr. Julgamento fiscal reportáveis						
Prejuízos fiscais reportáveis	54.844	(10.889)	58.588	(937)	-	92.288
Valorizações não aceites para efeitos fiscais						
Provisões de investimento	742	-	474	-	-	1.188
Activos disponíveis para venda	12.898	-	1.664	-	(12.258)	5.293
Activos a justo valor através de passivos	1.828	(821)	12	-	28	1.045
Outros						
Benefícios dos empréstimos	148.14	(3 /)	734	-	(570)	14.719
Correções	156	(76)	-	-	-	80
Outros	14.382	(2.407)	8.054	(3.743)	-	18.786
Total	153.952	(28.647)	148.511	(10.837)	(12.807)	281.127
Passivos por impostos diferidos						
Provisões/imparidade não aceites fiscalmente						
Imparidade de crédito acordado	(252.85)	(750)	3.844	14	-	(223.57)
Valorizações não aceites para efeitos fiscais						
Provisões de investimento	(6.079)	-	2.047	2.480	-	(1.552)
Imparidade de crédito acordado	(2.847)	-	-	-	(137.8)	(42.551)
Activos disponíveis para venda	(6.23)	-	-	-	623	-
Outros						
Correções	(240)	-	160	-	-	(160)
Outros	(18.533)	(197.82)	-	1.580	-	(34.443)
Total	(51.687)	(20.542)	5.851	4.074	(758)	(63.050)
TOTAL	102.265	(49.189)	155.362	(6.763)	(13.557)	388.118

O Grupo, em 31 de Dezembro de 2012, apresenta o montante de 89.707 milhares de euros de imposto diferido activo oriundos de prejuízos fiscais. É convicção da Gestão do Grupo que estes valores serão recuperados.

Imposto diferido proveniente da Banif-SGPS (actualmente incorporada no Banif) foi anulado por não se considerar provável a sua recuperação (15.160 milhares de euros).

Impostos diferidos Banif:

Exercício	Prejuízos Fiscais	Imposto Diferido	Data Expiração
2009	15.774	3.943	2015
2010	21.286	5.322	2014
2011	24.679	6.170	2015
2012	210.579	52.645	2017
	272.318	68.080	

Os activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis são considerados recuperáveis pela Sociedade face às projecções de evolução da actividade e resultados para os próximos anos constantes do "Funding and Capital Plan", que tem como principais pressupostos:

- Depósitos: Crescimento anual composto dos depósitos até 2017 estimado em cerca de 2,9%, assente em quatro vectores:
 - i) Introdução de um sistema de incentivos da equipa comercial;
 - ii) Aumento da taxa de penetração dos depósitos na rede de clientes;
 - iii) Aumento da produtividade comercial em produtos chave e através da segmentação de clientes;
- Crédito: Redução média do crédito concedido em cerca de 0,4%, até 2015 por via da retenção de reembolsos previstos nalguns segmentos de crédito (p.e. hipotecário);
- Produto da Actividade: A margem financeira deverá beneficiar : i) do aumento dos juros recebidos por via do aumento gradual das taxas Euribor, indexante ao qual está associada a quase totalidade da carteira de crédito do Banco, de uma política recorrente de revisão de spreads e do recebimento dos juros das obrigações do tesouro entretanto adquiridas no âmbito do processo de recapitalização e ii) da diminuição dos juros pagos em depósitos devido à revisão em baixa das taxas praticadas. Por outro lado, existe potencial de aumento dos níveis de comissionamento, quer em termos de negócio bancário puro através do aumento da taxa de penetração dos produtos Banif, como de bancassurance, aproveitando a parceria com a seguradora Companhia de Seguros Açoreana SA, uma expectativa já documentada por vários estudos de consultores externos. Por estes factores, é expectável que o Produto da Actividade venha a recuperar no final de 2017 para os níveis apresentados em 2011;
- Custos: as medidas de redução da rede de balcões e do quadro de pessoal, implementadas em 2012, terão um impacto visível em termos da estrutura de custos já em 2013. Não obstante, o Grupo continua comprometido com a melhoria continuada dos seus níveis de eficiência, com o objectivo de atingir rácios de Cost-Income em torno 50%.

Conforme referido na Nota 2.3, caso estas estimativas não se concretizem, existe o risco de causar ajustamento material no valor do activo por impostos diferidos em exercícios futuros.

Impostos diferidos BBI Brasil

Os activos por impostos diferidos relativos a prejuízos fiscais reportáveis (10.663 milhares de euros) são considerados recuperáveis pelas Sociedades face às projecções de evolução da actividade e resultados previstos para os próximos anos constantes do "Business Plan" até 2021.

Nas projecções da evolução da actividade os pressupostos mais significativos utilizados são os seguintes:

- Sinergias provocadas pela integração dos Bancos no Brasil, que permite uma poupança significativa ao nível de gastos gerais administrativos e custos com pessoal;
- Incremento de comissões geradas pela área de *Capital Markets*;
- Incremento de comissões geradas pela área de *Advisory & Corporate Finance*;

De acordo com a legislação Brasileira os prejuízos fiscais no Brasil não têm limite temporal.

21.3 Reconciliação da taxa normal de imposto com a taxa efectiva:

Descrição	31-12-2012	
	Taxa	Imposto
Resultado consolidado antes de impostos e interesses que não controlam		(668.756)
Imposto apurado com base na taxa nominal	28,71%	(193.673)
Imposto diferido de prejuízos fiscais não reconhecidos	-10,17%	67.981
Imparidade goodwill	-1,26%	8.415
Redução imposto diferido por benefício não utilizado	-2,27%	15.160
Receitas isentas de impostos ou não tributáveis	0,20%	(1.324)
Resultados apropriados em empresas registadas pelo MEP	0,05%	(310)
Contribuição extraordinária sector da bancário	-0,66%	4.397
Benefícios de empregados	-0,01%	68
Outros	-0,62%	4.147
	14,23%	(95.139)

Descrição	31-12-2011	
	Taxa	Imposto
Resultado consolidado antes de impostos e interesses que não controlam		(180.150)
Imposto apurado com base na taxa nominal	29,00%	(52.244)
Imposto diferido de prejuízos fiscais não reconhecidos	-9,91%	17.853
Impacto de entidades com taxa de imposto diferente	-1,10%	1.975
Benefícios fiscais	0,12%	(208)
Resultados apropriados em empresas registadas pelo MEP	-0,39%	704
Contribuição extraordinária sector da bancário	-2,17%	3.907
Benefícios de empregados	0,58%	(1.037)
Outros	-1,27%	2.296
	14,85%	(26.754)

22. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Ouro	22	22
Outros metais preciosos, numismática e medalhística	498	500
Outras disponibilidades sobre residentes	1	1
	521	523
Bonificações a receber	11.963	12.260
	11.963	12.260
Suprimentos	102.509	50.484
Devedores diversos	105.141	254.722
Sector público administrativo	13.493	15.039
Outros rendimentos a receber	2.164	2.694
Fundo de pensões (Nota 47)	7.102	5.071
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	-	12.738
Seguros	731	808
Posição cambial	3.554	3.284
Aplicações - conta caução	9.627	2.964
Outros activos	129.593	294.568
	373.914	42.372
Perdas de imparidade (ver Nota 43)	(37.240)	(20.874)
	349.158	634.281

A rubrica "devedores diversos" inclui:

- 30.721 milhares de euros relativos a créditos cedidos a fundos a aguardar closing financeiro (Nota 12);

- 6.308 milhares de euros relativos a despesas de crédito vencido.

A rubrica "outros activos", em 2011, inclui 54.839 milhares de euros a receber da alienação da Banif Corretora de Câmbios e Valores.

23. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Recursos de Bancos Centrais	2.798.702	2.485.259
Juros de recursos de Bancos Centrais	9.463	2.315
Despesas com encargos diferidos	(4.081)	(3.288)
	2.804.084	2.484.286

Os "Recursos de Bancos Centrais" correspondem a operações de refinanciamento com o Banco Central Europeu (BCE), no âmbito das operações de cedência de liquidez, garantidas por penhor de activos elegíveis, conforme Nota 28 relativo a títulos emitidos no âmbito de operações de securitização, Nota 12 relativo a Crédito a clientes, Nota 8, 9, 10 e 13 relativas a títulos.

24. PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Instrumentos financeiros derivados com justo valor negativo	109.018	80.392
Posições a descoberto	7.186	8.656
	116.204	89.048

Na Nota 15 é apresentado o detalhe dos derivados por tipo de instrumento.

25. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados respeitam a instrumentos de dívida emitida pelo Grupo, com um ou mais derivados implícitos que, de acordo com a emenda ao texto da IAS 39 – "Fair Value Option", foram designados no seu reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados.

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade emitente:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Euro Invest Série 8	-	29.669
Euro Invest Série 9	-	41.746
Banif - Banco Investimento (Brasil)	-	10.331
Euro Invest Série 3a)	7.849	-
Euro Invest Série 3b)	5.736	-
Banif - Banco Internacional do Funchal (Brasil)	35.169	15.405
Detidos pelo Banif - Grupo Financeiro	(34.737)	(16.205)
	14.017	80.946

M

17 4

Em 31 de Dezembro de 2012, os passivos emitidos pelo Grupo, apresentam as seguintes condições:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor em circulação	Justo Valor componente derivado	Justo valor componente passivo financeiro	Devida pelo Grupo	Valor balança
Euro Invest S8a)	12-11-2003	perpetua	5%	7.596	42	211	(443)	7.406
Euro Invest S3b)	12-11-2003	perpetua	5%	5.214	717	(195)	(119)	5.526
Banco Brasil Brasil	21-08-2012	21-08-2019	10.81%	29.293	-	-	(29.296)	-
Banco Brasil Brasil	17-12-2004	17-12-2014	USD Libor + 4.5%	5.873	-	-	(4.838)	955
				<u>47.979</u>	<u>759</u>	<u>16</u>	<u>(34.737)</u>	<u>16.017</u>

As emissões Euro Invest S3a e S3b foram reclassificadas de Interesses que não controlam (nota 34) para a rubrica "Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados", porque deixaram de apresentar as condições para serem elegíveis como capital próprio.

Em 2012, foram reembolsados as seguintes emissões:

- Euro Invest S8 no montante de 20.781 milhares de euros
- Euro Invest S9 no montante de 39.790 milhares de euros
- BBI Brasil 2010/2012 no montante 13.769 milhares de euros

26. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
De Instituições de crédito do país		
Depósitos	112.026	120.324
Empréstimos	190.543	416.407
Outros	4.123	2.001
	<u>306.692</u>	<u>538.732</u>
De Instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos	10.898	23.874
Empréstimos	18.378	69.312
Operações de venda com acordo de recompra	330.594	360.410
Outros	19.952	90.782
	<u>379.822</u>	<u>544.378</u>
Encargos financeiros	2.587	5.405
	<u>689.101</u>	<u>1.088.515</u>

27. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Depósitos		
À vista	1.334.088	2.287.130
A prazo	5.604.064	5.027.216
Poupança	96.998	90.309
Outros	601.253	439.851
	<u>7.636.403</u>	<u>7.844.506</u>
Outros débitos		
Empréstimos	1.081	808
Outros	87.064	80.083
	<u>88.145</u>	<u>80.891</u>
	<u>7.724.48</u>	<u>7.925.397</u>

31 17 d

28. RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade emitente:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Banif Finance	174.582	378.643
Banif	1.582.853	1.530.000
Atlantes N.º 1	714.970	927.167
Atlantes Mortgage N.º3	512.234	489.846
Atlantes Mortgage N.º2	279.203	284.519
Atlantes Mortgage N.º4	582.524	550.000
Atlantes Mortgage N.º5	552.875	500.000
Atlantes Mortgage N.º6	80.899	74.543
Atlantes Mortgage N.º7	417.749	379.550
Azor Mortgage N.º2	232.224	237.880
Atlantes Mortgage N.º1	168.378	170.722
Azor Mortgage N.º1	73.391	69.968
Atlantes Finance N.º3	-	224.908
Atlantes Finance N.º4	190.369	247.500
Atlantes Finance N.º5	183.889	-
Atlantes NPL N.º1	213.000	-
Banco Banif Brasil	8.343	-
Banif Cayman	-	98.150
Banif International Bank Ltd	-	35.000
Beta Securitizadora	43.608	40.294
Grupo Banif Mais SGPS	127.179	241.849
Banif - Banco de Investimento	150.000	150.000
Rentipar Financeira SGPS	4.500	64.000
Correcção de valor de passivos que sejam objecto de operações de cobertura	-	596
Dívida readquirida	(1.373.300)	(1.031.621)
Devidos pelo Banif - Grupo Financeiro	(3.681.151)	(3.909.927)
	1.238.319	1.753.587
Certificados de depósito	499.948	624.865
Encargos Financeiros	(27.357)	20.751
	1.710.910	2.399.203

Em 31 de Dezembro de 2012, os passivos emitidos pelo Grupo, apresentam as seguintes condições:

Condições	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor em circulação	Resgate	Qualificação	Valor líquido
Banif Finance 2010-2013 EUR	23-10-2010	23-10-2013	6.00%	40.000	-	(271)	39.729
Banif Finance 2010-2013 USD	23-10-2010	23-10-2013	6.00%	27.635	-	(15.45)	36.711
Banif Finance 2012-2014 EUR	30-07-2012	30-01-2014	5.75%	55.000	-	-	55.000
Banif Finance 2012-2014 USD	30-07-2012	30-01-2014	5%	41.685	-	-	41.685
Atenas Mortgage N°1 classe A	01-02-2003	17-07-2036	Euro 3 meses acrescida 0.25%	115.478	-	(15.462)	225.54
Atenas Mortgage N°1 classe B	01-02-2003	17-07-2036	Euro 3 meses acrescida 0.5%	22.580	-	-	22.580
Atenas Mortgage N°1 classe C	01-02-2003	17-07-2036	Euro 3 meses acrescida 0.75%	12.500	-	-	12.500
Atenas Mortgage N°1 classe D	01-02-2003	17-07-2036	Euro 3 meses acrescida 1.0%	2.500	-	-	2.500
Atenas Mortgage N°1 classe E	01-02-2003	17-07-2036	-	15.400	-	(15.400)	-
Atenas Mortgage N°1 classe F	25-11-2004	20-09-2047	Euro 3 meses acrescida 0.15%	35.301	-	(7.554)	28.126
Atenas Mortgage N°1 classe G	25-11-2004	20-09-2047	Euro 3 meses acrescida 0.35%	12.000	-	-	12.000
Atenas Mortgage N°1 classe H	25-11-2004	20-09-2047	Euro 3 meses acrescida 0.75%	9.000	-	(2.000)	7.000
Atenas Mortgage N°1 classe I	25-11-2004	20-09-2047	-	10.000	-	(10.000)	-
Atenas Mortgage N°2 classe A	05-03-2008	18-09-2050	Euro 3 meses acrescida 0.30%	236.641	-	(236.641)	-
Atenas Mortgage N°2 classe B	05-03-2008	18-09-2050	Euro 3 meses acrescida 0.5%	16.650	-	(16.650)	-
Atenas Mortgage N°2 classe C	05-03-2008	18-09-2050	Euro 3 meses acrescida 0.75%	8.767	-	(8.767)	-
Atenas Mortgage N°2 classe D	05-03-2008	18-09-2050	-	16.125	-	(16.125)	-
Atenas Mortgage N°2 classe E	24-07-2008	21-10-2055	Euro 3 meses acrescida 0.25%	172.851	-	(172.851)	-
Atenas Mortgage N°2 classe F	24-07-2008	21-10-2055	Euro 3 meses acrescida 0.5%	45.994	-	(45.994)	-
Atenas Mortgage N°2 classe G	24-07-2008	21-10-2055	-	6.750	-	(6.750)	-
Atenas Mortgage N°3 classe A	30-10-2008	20-08-2061	Euro 3 meses acrescida 0.5%	413.167	-	(413.167)	-
Atenas Mortgage N°3 classe B	30-10-2008	20-08-2061	Euro 3 meses acrescida 0.75%	41.400	-	(41.400)	-
Atenas Mortgage N°3 classe C	30-10-2008	20-08-2061	-	57.668	-	(57.668)	-
Atenas Mortgage N°3 classe D	16-02-2009	20-03-2064	Euro 3 meses acrescida 0.5%	475.523	-	(475.523)	-
Atenas Mortgage N°3 classe E	16-02-2009	20-03-2064	Euro 3 meses acrescida 0.75%	35.750	-	(35.750)	-
Atenas Mortgage N°3 classe F	16-02-2009	20-03-2064	-	74.250	-	(74.250)	-
Atenas Mortgage N°3 classe G	19-12-2009	23-11-2058	Euro 3 meses acrescida 0.25%	441.625	-	(441.625)	-
Atenas Mortgage N°3 classe H	19-12-2009	23-11-2058	Euro 3 meses acrescida 0.5%	45.000	-	(45.000)	-
Atenas Mortgage N°3 classe I	19-12-2009	23-11-2058	-	66.250	-	(66.250)	-
Atenas Mortgage N°3 classe J	19-12-2009	23-11-2058	4.5%	58.899	-	(58.899)	-
Atenas Mortgage N°3 classe K	30-06-2010	23-12-2016	-	28.000	-	(28.000)	-
Atenas Mortgage N°3 classe L	19-11-2010	19-11-2056	Euro 3 meses acrescida 0.5%	314.505	-	(314.505)	-
Atenas Mortgage N°3 classe M	19-11-2010	19-11-2056	Euro 3 meses acrescida 0.75%	36.700	-	(36.700)	-
Atenas Mortgage N°3 classe N	19-11-2010	19-11-2056	-	63.543	-	(63.543)	-
Atenas Finance N°1 classe A	20-12-2011	19-05-2032	Euro 3 meses acrescida 1.5%	120.559	-	-	120.559
Atenas Finance N°1 classe B	20-12-2011	19-05-2032	Euro 3 meses acrescida 2.25%	28.380	-	(28.380)	-
Atenas Finance N°1 classe C	20-12-2011	19-05-2032	Euro 3 meses acrescida 3%	37.150	-	(37.150)	-
Atenas Finance N°1 classe D	20-12-2011	19-05-2032	-	12.400	-	(12.400)	-
Atenas Finance N°1 classe E	16-07-2012	16-12-2025	Euro 3 meses acrescida 2.75%	118.157	-	-	119.157
Atenas Finance N°1 classe F	16-07-2012	16-12-2025	Euro 3 meses acrescida 2%	36.600	-	(36.600)	-
Atenas Finance N°1 classe G	16-07-2012	16-12-2025	-	9.895	-	(9.895)	-
Atenas Finance N°1 classe H	16-07-2012	16-12-2025	-	15.238	-	(15.238)	-
Atenas Finance N°1 classe I	21-04-2011	20-06-2042	Euro 3 meses acrescida 1.8%	137.370	-	(137.370)	22.55
Atenas Finance N°1 classe J	21-04-2011	20-06-2042	Euro 3 meses acrescida 2.5%	555.300	-	(555.300)	-
Atenas Finance N°1 classe K	21-04-2011	20-06-2042	-	22.300	-	(22.300)	-
Atenas NPL 1	21-12-2012	15-12-2018	5.8%	168.000	-	(168.000)	-
Atenas NPL 2	21-12-2012	15-12-2018	-	45.000	-	(45.000)	-
Banco Banif Brasil 2010	15-02-2012	15-02-2015	CDI	481	-	-	481
Banco Banif Brasil 2017	21-08-2012	21-08-2017	IPCA + 8.25%	1.641	-	-	1.641
Banco Banif Brasil 2017	21-03-2012	21-03-2017	IPCA + 8.25%	1.641	-	-	1.641
Banco Banif Brasil 2018	19-12-2011	19-12-2021	17.00%	4.580	-	-	4.580
Banif SA 2010-2013	21-12-2010	21-12-2013	8.80%	50.600	(130)	-	49.430
Banif SA 2011-2013	09-08-2011	09-08-2013	7.00%	60.000	-	-	60.000
Banif SA 2011-2013	09-08-2011	09-08-2013	7.00%	75.000	-	-	75.000
Beta Securizadora	2010	10-09-2025	6.75%	11.372	-	-	11.372
Beta Securizadora	2011	01-09-2021	6.25%	10.268	-	-	10.268
Beta Securizadora	2011	01-09-2021	6.75%	11.053	-	-	11.053
Beta Securizadora	2012	01-09-2021	5.75%	1.742	-	-	1.742
Beta Securizadora	2012	16-08-2027	4.65%	9.723	-	-	9.723
BISORREF Finance N°1 classe	01-11-2007	01-11-2017	Condição	101.065	-	-	101.065
Banif ASX 2011-2014 (Securizadora)	19-07-2011	19-07-2014	Euro 3 meses + 4.5%	25.000	(25.000)	-	-
Banif ASX 2011-2014 (Securizadora)	01-05-2011	01-05-2014	Euro 3 meses + 0.94%	1.114	-	-	1.114
Banif ASX 2011-2014 (Securizadora)	19-07-2011	19-07-2014	Euro 3 meses + 4.9%	55.000	(55.000)	-	-
Banif ASX 2011-2014 (Securizadora)	20-12-2011	20-12-2014	Euro 3 meses + 1.2%	65.000	(65.000)	-	-
Banif EMTN	12-13-2012	12-13-2013	Euro 3 meses + 2%	20.000	-	-	20.000
Banif EMTN	29-07-2011	29-07-2014	Euro 3 meses + 1.6%	25.000	(25.000)	-	-
Banif EMTN	21-03-2011	21-03-2014	Euro 3 meses + 1.6%	58.899	(58.899)	-	-
Banif EMTN	19-07-2011	19-07-2014	Euro 3 meses + 4.5% + taxa de conversão de 200 para 100	200.000	(200.000)	-	-
Banif EMTN	20-12-2011	20-12-2014	Euro 3 meses + 1.2%	500.000	(500.000)	-	-
Banif EMTN	07-05-2012	07-05-2017	Euro 3 meses + 1.2%	300.000	(300.000)	-	-
Banif EMTN	20-06-2012	20-06-2015	5.75%	63.000	(63.000)	-	-
Banif EMTN	31-05-2012	31-05-2015	5.75%	50.000	(50.000)	-	-
Banif EMTN	31-05-2012	31-05-2015	5.65%	9.853	-	-	9.853
Banif EMTN	06-11-2012	06-11-2014	5.75%	100.000	-	-	100.000
Banif EMTN	08-11-2012	08-11-2014	5.75%	30.000	-	-	30.000
Banif EMTN	2013	2013	0.5%	1.000	-	-	1.000
Banif EMTN	2013	2013	4.81%	3.500	-	-	3.500
Total				6.292.770	(1.173.300)	(2.081.151)	3.038.319

Handwritten signature and initials.

Em 2012, foram reembolsados as seguintes emissões:

- Banif Cayman 2011-2014 no montante de 21.100 milhares de euros (reembolso antecipado)
- Banif Cayman 2011-2014 no montante de 27.050 milhares de euros (reembolso antecipado)
- Beta securitizadora 2017 no montante de 2.935 milhares de euros (reembolso antecipado)
- Banif 2011 no montante de 20.000 milhares de euros
- Banif 2009-2012 com garantia República no montante de 442.231 milhares de euros
- Banif Finance 2007-2012 no montante de 249.116 milhares de euros
- Banco Banif Mais 2007-2012 no montante de 30.000 milhares de euros

Operações de Titularização

O Grupo realizou operações de titularização de crédito ao consumo e hipotecário, através da alienação desses activos a entidades de finalidades especiais (veículos) constituídos para o efeito.

As operações de titularização são apresentadas como segue:

Atlantes Mortgage N.º1

Na operação Atlantes Mortgage No. 1, foram cedidos apenas contratos de crédito à habitação do Banif, SA, no valor de 500 milhões de Euros. Ao abrigo da legislação em vigor, foi constituído um Fundo de Titularização de Créditos designado Atlantes Mortgage No.1 Fundo, que adquiriu ao cedente os contratos de crédito à habitação e emitiu unidades de participação subscritas pela sociedade de direito irlandês Atlantes Mortgage No. 1 Plc. Para se financiar, a sociedade Atlantes Mortgage No. 1 Plc emitiu Obrigações no valor global de 500 milhões de euros.

Azor Mortgage N.º1

A Azor Mortgages, com início em Novembro de 2004, foram cedidos créditos imobiliários originados pelo anterior BBKA um valor total de 281 milhões de Euros. Na Azor Mortgages, ao abrigo da legislação em vigor, os créditos cedidos inicialmente foram adquiridos pela Sagres - Sociedade de Titularização de Créditos, que emitiu as obrigações Azor Notes inteiramente subscritas por uma sociedade de direito irlandês denominada Azor Mortgages Plc. Para se financiar, a sociedade Azor Mortgages Plc emitiu Obrigações no valor global de 281 milhões de Euros.

Em Dezembro de 2006, no âmbito dos objectivos propostos para a constituída sociedade de titularização do Grupo, Gamma STC, foram transferidas para esta sociedade as Azor Notes assim como os respectivos direitos de recebimento dos créditos e deveres de pagamento ao veículo Azor Mortgages pic, originalmente pertencentes à Sagres STC. Esta transferência teve o acordo do originador dos créditos, do Grupo de securitização original, agências de rating, CMVM, dos investidores, e outras entidades envolvidas na operação, após avaliação da boa capacidade da Gamma para assegurar a gestão da mesma.

Atlantes Mortgage N.º 2

Na operação Atlantes Mortgage No. 2, foram cedidos apenas contratos de crédito à habitação do Banif, SA, no valor de 375 milhões de Euros. Ao abrigo da legislação em vigor, foi constituído um Fundo de Titularização de Créditos designado Atlantes Mortgage No.2 Fundo, administrado pela Gamma – Sociedade Titularização de Créditos, SA, que adquiriu ao cedente os contratos de crédito à habitação e emitiu unidades de participação subscritas pela Atlantes Mortgage No. 2 Plc. Para se financiar, a sociedade Atlantes Mortgage No. 2 Plc emitiu Obrigações no valor global de 375 milhões de euros.

Azor Mortgage N.º 2

Em Julho de 2008, teve início a Azor Mortgages No. 2, uma emissão de obrigações titularizadas, colateralizadas por uma carteira de crédito imobiliário originado pelo anterior BBKA. Ao contrário de emissões anteriores que envolveram veículos sediados no estrangeiro, esta emissão foi realizada directamente pela Gamma STC, não envolvendo qualquer outro veículo fora do território nacional.

Nesta emissão, o BBKA cedeu à Gamma STC uma carteira de 300 milhões de Euros. Esta aquisição, bem como a constituição da necessária reserva de caixa, foram financiadas através da emissão das obrigações titularizada Azor Mortgages No. 2 Class A, B e C, num montante nominal total de 306,75 milhões de euros.

Atlantes Mortgage N.º 3

No final de Outubro de 2008 foi concretizada uma nova operação, neste caso a Atlantes Mortgage No. 3, com a emissão de obrigações titularizadas, envolvendo uma carteira de crédito imobiliário originado pelo Banif, SA.

O Banco cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu a 600 milhões de Euros. Esta aquisição, bem como a constituição da necessária reserva de caixa, foram financiadas através da emissão das obrigações titularizada Atlantes Mortgage No. 3 Class A, B e C com um valor nominal agregado de 623.7 milhões de euros.

Atlantes Mortgage N.º 4

Em Fevereiro de 2009, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º4, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu neste caso a 550 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage N.º 4, Class A, B e C com um valor nominal agregado de 567,2 milhões de euros.

Atlantes Mortgage N.º5

Em Dezembro de 2009, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º5, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu neste caso a 500

milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage N.º 5, Class A, B e C com um valor nominal agregado de 520,5 milhões de euros.

Atlantes Mortgage N.º6

Em Junho de 2010, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º6, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu neste caso a 91 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage N.º 6, Classe A e B com um valor nominal agregado de 113 milhões de euros.

Atlantes Mortgage N.º7

Em Novembro de 2010, foi concretizada a operação Atlantes Mortgage n.º7, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito hipotecário residencial cujo valor ascendeu a 397 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Mortgage n.º7, Classe A, B e C com um valor nominal agregado de 460,55 milhões de euros.

Atlantes N.º1

Em Abril de 2011, foi concretizada a operação Atlantes N.º1, no âmbito da qual o Banif cedeu à Gamma uma carteira de crédito a empresas cujo valor ascendeu a 1.110,6 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes n.º1, Classe A, B e C com um valor nominal agregado de 1.132,9 milhões de euros.

Atlantes Finance N.º4

Em Dezembro de 2011, foi concretizada a operação Atlantes Finance n.º4, no âmbito da qual o Banif e o Banco Banif Mais cederam à Gamma uma carteira de crédito ao consumo cujo valor ascendeu a 110,2 milhões de Euros e 137,3 milhões de euros, respectivamente, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Finance n.º4, Classe A, B, C e D com um valor nominal agregado de 260,0 milhões de euros.

Atlantes Finance N.º5

Em Julho de 2012, foi concretizada a operação Atlantes Finance n.º5, no âmbito da qual o Banif e o Banco Banif Mais cederam à Gamma uma carteira de crédito ao consumo cujo valor ascendeu a 115,5 milhões de Euros e 82,4 milhões de euros, respectivamente, que foram financiadas através da emissão de obrigações titularizadas Atlantes Finance n.º5, Classe A, B, C e S com um valor nominal agregado de 226,4 milhões de euros.

Atlantes NPL N.º1

Em Dezembro de 2012, foi concretizada a operação Atlantes NPL N.º1, no âmbito da qual o Banif e o Banco Banif Mais cederam à Gamma uma carteira de crédito imobiliário, cujo valor ascendeu neste caso a 168 milhões de Euros, que foram financiadas através da emissão de obrigações

titularizadas Atlantes NPL N.º 1, Classe A e B com um valor nominal agregado de 213 milhões de euros.

BMORE Finance N.º 4 Plc

A operação de securitização BMORE Finance N.º 4 plc foi efectuada em 18 de Maio de 2004 com uma Entidade de Finalidade Especial (SPE) sediada em Dublin, no âmbito da qual o Banco Mais (actual Banco Banif Mais) vendeu contratos de crédito ao consumo, contratos de locação financeira e contratos de aluguer financeiro em diversas tranches. O prazo total da operação é de 10 anos, com um revolving period de 3 anos e um limite da operação fixado em 400 milhões de euros.

BMORE Finance N.º 5 Plc

A operação de securitização BMORE Finance N.º 5 plc foi efectuada em 7 de Dezembro de 2007, no âmbito do qual o Banco Mais (actual Banco Banif Mais) vendeu contratos de crédito ao consumo, contratos de locação financeira e contratos de aluguer financeiro em diversas tranches. Esta é uma operação integrada, em duas fases, sendo a primeira um ramp-up asset backed commercial paper com um revolving period de 3 anos que corresponde ao prazo desta fase e a segunda fase um programa de asset backed securitization, com um prazo de 10 anos. O limite da operação foi fixado em 400 milhões de euros.

As obrigações emitidas no âmbito Atlantes Mortgage N.º2, Atlantes Mortgage N.º3, Atlantes Mortgage n.º4, Atlantes Mortgage N.º5, Atlantes Mortgage N.º7, Azor Mortgage N.º2 e Atlantes n.º1 estão detidas por entidades do Grupo, sendo parcialmente utilizadas como caução em operações de refinanciamento junto do BCE.

29. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

O movimento ocorrido nas provisões no período findo em 31 de Dezembro de 2012 foi o seguinte:

Descrição	Saldo em 31-12-2011	Reforços	Utilizações e regularizações	Reversões e recuperações	Saldo em 31-12-2012
Provisões para garantias e compromissos	3.824	2.160	9.940	(1.696)	14.228
Contingências fiscais	7.070	201	(836)	(879)	5.556
Outras provisões	4.511	10.963	(201)	(3.772)	11.501
	<u>15.405</u>	<u>13.324</u>	<u>8.903</u>	<u>(6.347)</u>	<u>31.285</u>

Atendendo à elevada incerteza quanto ao prazo de pagamento das situações contingentes provisionadas, não foi considerado qualquer desconto temporal.

Na rubrica "provisões para contingências fiscais", encontra-se registado, o montante de 230 milhares de euros (919 milhares de euros em 2011) relativo ao diferendo que opõe o BBCA à Comissão Europeia no contexto da decisão desta relativamente à adaptação do Sistema Fiscal às especificidades da Região

Autónoma dos Açores, que exclui o sector financeiro do âmbito da aplicação da taxa reduzida de IRC nos Açores.

Os passivos contingentes que correspondem a processos judiciais em curso com perdas potenciais para a Sociedade, mas cuja probabilidade de ocorrência da perda se considera pouco provável (mais de 5%, mas menos de 50%), ascendiam a 18.090 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2012, não havendo para estes processos qualquer estimativa fiável da eventual perda.

O Banif foi objecto de um processo de contra-ordenação do Banco de Portugal, relacionado com o atraso de envio de reportes, que se encontra em curso e para o qual ainda não é possível aferir o desfecho da possível coima.

Em Fevereiro de 2010, foi colocada por uma empresa de consultoria de investimentos, contra o Banif – Banco Internacional do Funchal (Cayman), Ltd., uma acção judicial no Tribunal do Estado de Nova Iorque, reclamando o facto de o Banco ter, alegadamente, recebido comissões que seriam devidas à referida empresa. O Banco entende que a acusação formulada não tem fundamento, uma vez que nunca houve qualquer relação de negócios entre o Banco e a referida empresa, pelo que, apesar da incerteza quanto ao momento e ao valor do desfecho da acção judicial, não espera ter que suportar qualquer compensação ou prejuízo com esta acção, à parte dos custos legais incorridos com a sua defesa.

A participada da INVESTAÇOR SGPS, S.A., AÇORLINE – Transportes Marítimos, S.A. que se encontra inactiva, aguarda o desfecho de acções judiciais em curso intentadas a favor e contra esta sociedade. A respectiva Administração está convicta de que esses processos nunca terão um efeito material na posição financeira da INVESTAÇOR SGPS, sociedade que tem anualmente disponibilizado os meios financeiros necessários à respectiva subsistência enquanto não for definitivamente encerrada.

Apresenta-se a seguir uma descrição mais pormenorizada da natureza das obrigações em causa:

Contingências fiscais: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos relacionada com impostos sobre os lucros.

Provisões para garantias e compromissos: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos relacionada com a prestação de garantias e compromissos.

Outras provisões: existe a obrigação presente resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos (processos judiciais contra o Grupo e outros riscos bancários).

Operações não incluídas no balanço:

- As garantias prestadas correspondem aos seguintes valores nominais registados em contas extrapatrimoniais:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Garantias prestadas (das quais:)	447.883	485.515
Garantias e avales	405.605	420.044
Créditos documentários abertos	42.278	65.471

- As contingências e outros compromissos assumidos perante terceiros, não reconhecidos nas Demonstrações Financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, apresentam a seguinte composição:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Outros passivos eventuais (dos quais:)	6.568.665	4.667.067
Fianças e indemnizações	-	6.209
Activos dados em Garantia	6.568.665	4.660.858
Compromissos perante terceiros (dos quais:)	601.462	873.349
Compromissos irrevogáveis	139.723	260.466
Compromissos revogáveis	461.739	612.883
	7.170.127	5.540.416

Os "Activos dados em garantia" correspondem a títulos cedidos em repo's e Obrigações do Tesouro, que se encontram a caucionar os compromissos irrevogáveis com o Fundo de Garantia de Depósitos, o Sistema de Indemnização aos Investidores, o Crédito Intradiário junto do Banco de Portugal e as operações de refinanciamento com o Banco Central Europeu.

30. INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL

A rubrica "Instrumentos representativos de capital" correspondem às seguintes situações:

- Remuneração fixa dos VMOCs (fixa: 0,03 Eur por VMOCs / ano). O Banif tem registado um passivo no montante de 2.009 milhares de euros referentes a esta remuneração fixa dos VMOCs (descrição dos VMOCs apresentado na nota 33).

No 1º Trimestre de 2012 o Banif recomprou (reembolso antecipado) 40 milhões de euros de Valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados.

31. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição por entidade emitente:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Banif - Banco de Investimento	17.465	17.811
Banco Mais	6.000	6.000
Banif - Banco Internacional do Funchal	206.464	387.413
Banif Finance Ltd	102.834	101.448
Banif Bank Malta	5.000	-
Banco Caboverdiano Negócios	1.000	-
Detidos pelo Banif - Grupo Financeiro	(66.130)	(242.023)
	272.633	270.649
Encargos Financeiros e encargos diferidos	(44.519)	(52.109)
	228.114	218.540

Em 31 de Dezembro de 2012, os passivos emitidos pelo Grupo, apresentam as seguintes condições:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor em circulação	Devidos pelo Grupo	Valor balanço
Banif - Banco de Investimento 2006 - 2016	29-06-2006	29-06-2016	Primeiros 5 anos: Euribor 6 meses acrescida 0,675%; restantes anos: Euribor 6 meses acrescida 0,15%	15.000	(15.000)	-
Banif - Banco de Investimento 2007 - perpétua	05-06-2007	perpétua	Euribor 3 meses acrescida 1,35%	2.465	(728)	1.737
Banif - Banco Internacional do Funchal 2005 - 2015	30-12-2005	30-12-2015	até 30/12/2010: Euribor 3 meses acrescida 0,75%; restante período: Euribor 3 meses acrescida 1,25%	20.740	-	20.740
Banif - Banco Internacional do Funchal 2006 - perpétua	22-06-2006	perpétua	até 22/12/2014: Euribor 3 meses acrescida 1%; restante período: Euribor 3 meses acrescida 2%	7.366	(7.366)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal 2006 - 2016	22-12-2006	22-12-2016	até 22/12/2011: Euribor 3 meses acrescida 0,75%; restante período: Euribor 3 meses acrescida 1,25%	11.840	(11.040)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2007	22-12-2007	perpétua	até 22/12/2016: Euribor 3 meses acrescida 1,37%; restante período: Euribor 3 meses acrescida 2,37%	9.215	(9.215)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal SFE 2008	30-06-2008	perpétua	até 28/12/2017: Euribor 3 meses acrescida 3,0362%; restante período: Euribor 3 meses acrescida 4,0362%	95	(95)	-
Banif - Banco Internacional do Funchal 2008 - 2018	18-08-2008	18-08-2018	1º ano: 6,25%; até 11º cupão: Euribor 6 meses acrescida 1%; restante período: Euribor 6 meses acrescida 1,15%	21.704	-	21.704
Banif - Banco Internacional do Funchal 2009 - 2019	30-08-2009	31-12-2019	até 30/06/2014: 4,5%; restante período: Euribor 6 meses acrescida 2,75%	10.286	-	10.286
Banif 2012 - 2018	09-01-2012	08-01-2018	até 09/01/2017: taxa fixa de 6,875%; restante período: 7,875% - emissão a 70%	8.710,3	-	8.710,3
BBCA 2006 - 2016	23-10-2006	23-10-2016	primeiros 5 anos: Euribor 6 meses acrescida 1%; restantes anos: Euribor 6 meses acrescida 1,25%	19.338	-	19.338
BBCA 2007 - 2017	25-09-2007	25-09-2017	até ao 11º cupão: Euribor 6 meses acrescida 1%; restantes anos: Euribor 6 meses acrescida 1,25%	9.480	-	9.480
BBCA 2008 - perpétua	30-08-2008	perpétua	até 28/12/2017: Euribor 3 meses acrescida 3,0362%; restante período: Euribor 3 meses acrescida 4,0362%	10.000	(10.000)	-
Banif Gai 2005-2015 (Banif Mais)	30-06-2005	30-06-2015	Euribor 12 meses acrescida 1,5%	6.000	(6.000)	-
Banif Finance 2004 - 2014	29-12-2004	29-12-2014	até ao 21º cupão: Euribor 3 meses acrescida 0,60%; restante período: Euribor 3 meses acrescida 1,30%	8.056	(500)	8.556
Banif Finance 2006 - perpétua	22-12-2006	perpétua	até 22 de Dezembro de 2016: Euribor 3 meses acrescida 1,37%; restante período: Euribor 3 meses acrescida 2,37%	9.215	-	9.215
Banif Finance 2006 - 2016	22-12-2006	22-12-2016	até 22 de Dezembro de 2011: Euribor 3 meses acrescida 0,75%; restante período: Euribor 3 meses acrescida 1,25%	11.840	-	11.840
Banif Finance 2009 - 2019	31-12-2009	31-12-2019	3% Passivo emitido a 75% e 50%	73.723	(186)	73.537
Banif Bank Malla	30-08-2012	30-08-2017	10%	5.000	(5.000)	-
Banco Cabovendiano Negócios	30-08-2012	30-08-2019	10%	1.000	(1.000)	-
				338.783	(66.139)	272.644

32. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Credores e Outros Recursos	35.612	79.983
Por gastos com pessoal	27.365	29.260
Por gastos gerais administrativos	5.512	3.463
Outros juros e encargos similares	18	738
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	654	3.049
De garantias prestadas e outros passivos eventuais	98	78
Posição cambial	687	823
Sector público administrativo	27.790	36.610
Fundos de Investimento	89.897	123.954
Outros	17.995	143.713
	205.628	421.671

A rubrica "Fundos de Investimento" reflecte as unidades de participação dos fundos de investimento, que estão incluídos no perímetro de consolidação, detidas por entidades externas ao Grupo. A IAS 32, indica que, apesar de se tratarem de interesses residuais nesses fundos, os mesmos configuram uma obrigação do Grupo (através do fundo de investimento) liquidar estas responsabilidades se assim exigido pelos detentores das unidades de participação ("puttable interest"). Em 2012 o Grupo adquiriu 67.179 milhares de euros de unidades de participação dos fundos de investimento incluídos no perímetro de consolidação.

33. OPERAÇÕES DE CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de Capital Próprio apresentam a seguinte composição:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Capital	135.000	135.000
Prémios de emissão	-	-
Outros instrumentos de capital	70.000	70.000
Ações próprias	-	-
Reservas de reavaliação	(1.028)	(24.962)
Reserva Legal	9.200	9.000
Outras reservas e resultados transitados (livres)	357.726	441.688
Resultado do exercício	(272.656)	(77.418)
Dividendos antecipados	-	-
Interesses que não controlam	236.322	535.928
	534.564	1.089.236

O capital social é constituído por 27.000.000 acções, sem valor nominal, encontrando-se totalmente realizado.

As reservas de reavaliação apresentam a seguinte composição

Activos disponíveis para venda: -701 milhares de euros (-25.638 milhares de euros em 2011)

Derivados de cobertura de fluxos de caixa: -51 milhares de euros (-158 milhares de euros em 2011).

Reavaliação Imóveis serviço próprio: 7.476 milhares de euros (8.884 milhares de euros em 2011)

Perdas actuariais: -7.752 milhares de euros (-8.050 milhares de euros em 2011).

A informação sobre o capital regulamentar, está apresentada no ponto III – Análise às Contas Separadas e Consolidadas do Relatório de Gestão.

34. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de interesses que não controlam apresenta a seguinte composição:

Entidade	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2011
	Valor balanço	Valor balanço	Resultado	Resultado
Banif - SGPS	151.738	432.541	299.777	84.497
Rentcapital	375	283	(92)	(237)
Banif Mais SGPS	43.289	-	(1.513)	-
Banif Finance	27.176	67.078	(6.717)	(9.994)
Banco Cabeveverde de Negócios	5.255	4.995	(206)	(253)
Banif Bank (Lda)	4.740	6.128	82	135
Açofur - Investimentos Turísticos dos Açores	3.437	2.954	(20)	31
Investador Hotéis SA	2.888	2.149	148	144
Investador SGPS SA	2.354	2.537	70	68
Banif Açor Pensões	1.551	1.458	(189)	(26)
Tiner Polska	896	891	(15)	84
Turetel - Turismo e Hotéis dos Açores	499	318	108	102
Investimentos Turísticos e Similares Hotéis e Apart.-Hotel Pico	434	437	2	20
Banif Financial Services Inc	29	26	(3)	-
Geslarquipark	5	(2)	76	(62)
Beta Securitizadora	4	11	(17)	(6)
Wii	(63)	-	85	-
Banif Banco Internacional Funchal (Brasil)	(403)	431	1.250	(128)
Banif Internacional Holdings	(1.015)	1.214	1.951	1.037
Banif Foralling Company	(2.578)	(1.370)	1.268	1.166
Banif Finance (USA)	(4.239)	582	4.947	210
Banif Cayman	-	12.952	-	(504)
Banif Real Estate Polska	-	-	(10)	-
Achala	-	312	-	(324)
SPE Perograms	-	(5)	-	-
ZACF	-	-	1	(2)
	236.322	535.928	300.661	75.978

Handwritten signature/initials

A rubrica de interesses que não controlam relativos à Banif Finance é constituído por:

- Emissão, em 22 de Dezembro de 2004, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 75 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração do Grupo, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (22 de Dezembro de 2014), acrescido: (i) de uma quantia correspondente ao dividendo preferencial acumulado e não pago respeitante ao período de dividendo preferencial mais recente, declarado ou não, até à data fixada para o reembolso, e (ii) de quaisquer quantias adicionais, desde que previamente autorizado pelo Banco de Portugal, pelo Garante da Emissão (Banif – Banco Internacional do Funchal), e em conformidade com os requisitos da Lei das Ilhas Cayman. Foram efectuadas recompras no montante de 68,3 milhões de euros (5,8 milhões de euros em 2012).
- Emissão, em 28 de Dezembro de 2007, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 25 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração do Grupo, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (28 de Dezembro de 2017). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman. Foram efectuadas recompras no montante de 18,3 milhões de euros (3,4 milhões de euros em 2012).
- Emissão, em 29 de Dezembro de 2008, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 20 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração do Grupo, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (29 de Dezembro de 2018). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman. Foram efectuadas recompras da totalidade da emissão no montante de 20 milhões de euros em 2012.
- Emissão, em 29 de Dezembro de 2008, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 35 milhões de Dólares Americanos. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração do Grupo, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão,

total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (29 de Dezembro de 2018). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman. Foram efectuadas recompras da totalidade da emissão no montante de 35 milhões de Dólares Americanos em 2012.

- Emissão, em 31 de Dezembro de 2008, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 25 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração do Grupo, trimestral e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (31 de Dezembro de 2018). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman. Foram efectuadas recompras da totalidade da emissão no montante de 25 milhões de euros em 2012.
- Emissão, em 30 de Junho de 2009, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 dólares, no montante de 15 milhões de Dólares. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração do Grupo, anuais e postecipadamente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão total, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (30 de Junho de 2019). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman. Foram efectuadas recompras no montante de 0,7 milhões de Dólares em 2012.
- Emissão, em 30 de Junho de 2009, de Acções Preferenciais Perpétuas Garantidas com um valor de liquidação preferencial unitário de 1.000 Euros, no montante de 10 milhões de Euros. Os dividendos preferenciais são pagos aos detentores das acções preferenciais, se e quando declarado pelo Conselho de Administração do Grupo anualmente. A Banif Finance poderá proceder ao reembolso antecipado da emissão, total ou parcialmente, pelo seu valor de liquidação preferencial ("call option"), em qualquer data de pagamento de dividendos a partir da primeira data de reembolso (30 de Junho de 2019). O exercício deste reembolso está sujeito ao consentimento prévio do Banco de Portugal e aos requisitos da Lei das Ilhas Cayman. Foram efectuadas recompras no montante de 8,6 milhões (7,2 milhões de euros em 2012).

As acções preferenciais emitidas pelo Banif Cayman (Euro Invest S3a e S3b) foram reclassificadas para a rubrica "Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados" (Nota 25), porque deixaram de apresentar as condições para serem elegíveis como capital próprio.

Os interesses que não controlam do Banif Mais SGPS são consequência do aumento de capital descrito na nota 4.

35. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Juros e rendimentos Similares		
Juros de disponibilidades	1.359	2.951
Juros de aplicações em IC	14.641	17.718
Juros de crédito a clientes	597.267	691.933
Juros de crédito vencido	26.310	15.213
Juros e rendimentos similares de outros activos	148.573	173.453
Comissões recebidas associadas ao custo amortizado	9.985	11.770
	798.135	913.038
Juros e encargos Similares		
Juros de recursos de bancos centrais	20.414	26.967
Juros de recursos de outras IC	56.583	60.970
Juros de recursos de clientes	301.079	269.651
Juros de empréstimos	8.950	3.370
Juros responsabilidades representadas por títulos sem carácter subordinado	120.427	134.775
Juros e encargos similares de outros passivos financeiros	40.721	45.504
Juros de passivos subordinados	18.932	21.023
Comissões pagas associadas ao custo amortizado	8.749	11.317
Outros	41.357	56.462
	617.212	630.039

36. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Dividendos de activos financeiros disponíveis para venda	2.439	753
	2.439	753

37. RENDIMENTOS E ENCARGOS COM COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Rendimentos com comissões		
Garantias prestadas	12.296	13.028
Operações de crédito	1.822	1.933
Anuidades	3.549	4.934
Gestão de cartões	12.333	12.325
Transferência de valores	830	1.150
Organismos de investimento colectivo em valores mobiliários	3.640	5.475
Administração de valores	720	911
Cobrança de valores	5.095	5.799
Depósito e guarda de valores	309	1.544
Outros serviços prestados	16.441	21.616
Outras comissões recebidas	62.171	70.966
	119.206	139.681
Encargos com comissões		
Garantias recebidas	14.791	6.662
Por outros serviços recebidos	14.576	14.099
Outras comissões pagas	5.393	8.960
	34.760	29.721

Handwritten signature and initials

As outras comissões recebidas correspondem essencialmente a comissões de gestão de contas de Depósitos à Ordem (7.438 milhares de euros), Contas Correntes (10.804 milhares de euros), cujas condições de preçário foram actualizadas, comissões de saldo indisponível (16.382 milhares de euros) e comissões por incumprimento de prazo (4.972 milhares de euros) do Banif.

38. RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Ganhos em operações financeiras		
Ganhos em diferenças cambiais	142.093	128.579
Ganhos em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	10.178	37.799
Ganhos em activos financeiros detidos para negociação	135.263	181.246
Ganhos em activos financeiros disponíveis para venda	2.939	1.387
	290.473	349.011
Perdas em operações financeiras		
Perdas em diferenças cambiais	148.537	125.326
Perdas em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	30.822	54.585
Perdas em activos financeiros detidos para negociação	126.950	171.126
Perdas em activos financeiros disponíveis para venda	4.594	3.724
	310.903	354.761

39. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Outros proveitos		
Ganhos na alienação de outros activos não financeiros	5.863	4.771
Ganhos na alienação de subsidiárias	-	46.800
Activos não correntes detidos para venda	-	1.943
Ganhos em investimentos detidos até à maturidade	1.974	-
Ganhos na alienação de crédito a clientes	41	62
	7.878	53.576
Outros custos		
Perdas na alienação de crédito a clientes	786	2.607
Perdas em investimentos detidos até à maturidade	920	-
Perdas na alienação de subsidiárias	-	107
	1.706	2.714

A rubrica "ganhos na alienação de outros activos não financeiros" corresponde à mais valia na venda de imóveis de serviço próprio no Brasil.

Em 2011, os ganhos na alienação de subsidiárias de 46.800 milhares de euros são referente à alienação da Banif Corretora de Câmbios e Valores, com sede no Brasil.

40. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Outros proveitos		
Prestação de Serviços	10.943	10.180
Recuperação de crédito e juros	6.712	6.728
Reembolso de despesas	11.495	12.380
Renda de locação operacional	9.526	15.124
Recompra de passivos emitidos	2.753	52.945
Propriedades de investimento	5.526	63.923
Ativos Tangíveis	8.511	-
Ativos não correntes detidos para venda	11.632	-
Rendas	15.335	20.539
Outros	34.627	42.812
	117.060	224.631
Outros custos		
Quotizações e donativos	446	671
Contribuições para FGD e FGCAM	5.305	5.296
Outros impostos	16.058	17.058
Propriedades de investimento	64.454	15.953
Ativos Tangíveis	15.431	3.840
Ativos não correntes detidos para venda	14.379	4.434
Outros	63.716	53.038
	179.789	100.289

Em 2012 foram registadas nesta rubrica -68.595 milhares de euros (+39.696 milhares de euros em 2011) de desvalorizações de activos imobiliários.

Em 2011, os ganhos de recompra de passivos emitidos, incluem os montantes de 25.612 milhares de euros relativo à diferença entre o valor nominal e o valor de colocação da emissão Banif 2012-2019, objecto da operação pública de troca (OPT) que está a ser reconhecido de acordo com o método do custo amortizado (taxa efectiva) até ao vencimento do passivo. No total o Grupo obteve ganhos de recompra de passivos em 2011 o montante de 52.945 milhares de euros (2.753 milhares de euros em 2012).

41. CUSTOS COM PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização	8.638	10.082
Remuneração de empregados	110.466	118.761
	119.104	128.843
Encargos sociais obrigatórios:		
Encargos relativos a remunerações	29.829	32.365
Encargos com pensões:		
- Plano de benefício definido (Nota 46.1.2 e Nota 46.1.4)	5.604	10.991
- Planos de contribuições definidas		
Outros encargos sociais	2.131	2.180
	37.564	45.536
Outros custos com pessoal	19.229	9.978
	175.897	184.357

No exercício de 2012, o Grupo registou nesta rubrica o montante de 13.464 milhares de euros referentes a rescisões de contrato de trabalho.

42. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Serviços especializados	46.478	50.877
Comunicações	9.498	13.127
Publicidade e edição de publicações	6.869	8.009
Deslocações, estadas e representação	4.017	4.780
Conservação e reparação	8.941	9.259
Água, energia e combustíveis	6.365	6.316
Rendas e alugueres	12.112	23.362
Seguros	3.791	3.556
Transportes	2.379	2.059
Material de consumo corrente	998	1.112
Formação de pessoal	289	361
Outros	17.525	20.409
	119.262	143.227

A rubrica "serviços especializados" inclui os seguintes valores com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e sua rede de empresas, conforme referido na alínea b) n.º1 do Artº 508º - F do Código das Sociedades Comerciais:

Serviços de revisão legal de contas: 1.025 milhares de euros (1.223 milhares de euros em 2011)

Outros serviços de garantia de fiabilidade: 235 milhares de euros (253 milhares de euros em 2011)

Serviços de consultoria fiscal: 165 milhares de euros (17 milhares de euros em 2011)

43. IMPARIDADE EM CRÉDITO E OUTROS ACTIVOS

O movimento ocorrido na rubrica de Imparidade em Crédito a Clientes no período findo em 31 de Dezembro de 2012 foi o seguinte:

Descrição	Saldo em 31-12-2011	Entrada de entidades no Perímetro de consolidação	Reforços	Utilizações e regularizações	Reversões e recuperações	Saldo em 31-12-2012
Imparidade em crédito concedido	5135,31	-	670970	(131901)	(254836)	1.097764
	5135,31	-	670.970	(131.901)	(254.836)	1.097.764

Em 2012, o Grupo recuperou o montante de 5.391 milhares de euros de créditos incobráveis.

O movimento ocorrido na rubrica de Imparidade em outros Activos no período findo em 31 de Dezembro de 2012 foi o seguinte:

Descrição	Saldo em 31-12-2011	Entrada de entidades no período de consolidação	Reforços	Utilizações e regularizações	Reversões e recuperações	Saldo em 31-12-2012
Activos Financeiros disponíveis para venda	7.680	-	38033	(556)	(731)	44.442
Activos deidos até à maturidade	200	-	-	-	(200)	-
Activos não corrente detidos para venda	14878	-	28544	(9308)	(3904)	30219
Investimentos em associações e filiais	18108	-	28288	(44351)	-	-
Outros activos Tangíveis	1050	-	5314	(848)	(817)	4698
Goodwill	371	-	1028	-	-	1399
Devedores e outros aplicáveis	20874	-	20926	(2239)	(2289)	37271
	61.172	-	122.133	(57.335)	(7.941)	118.029

44. RESULTADOS POR ACÇÃO

Resultados por acção básicos

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Básicos		
Resultado do exercício	(272.656)	(77.418)
Numero médio ponderado de acções ordinárias emitidas	27.000.000	9.000.000
Resultado por acção básico (expresso em EUR por acção)	(10,10)	(8,60)

Resultados por acção diluídos

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Diluídos		
Resultado do exercício	(272.656)	(77.418)
N.º médio de acções:		
Numero médio ponderado de acções ordinárias emitidas	27.000.000	9.000.000
Resultado por acção diluído (expresso em EUR por acção)	(10,10)	(8,60)

45. RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A análise sobre riscos de instrumentos financeiros encontra-se apresentada no ponto II.2 – Relatório de gestão.

Handwritten signature and initials

46. JUSTO VALOR DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Instrumentos financeiros ao justo valor

Nos quadros seguintes, apresenta-se uma análise das categorias de instrumentos financeiros reconhecidos ao justo valor nas demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 e respectivos métodos de valorização:

Descrição	Valor de mercado ou cotação		Técnicas de Avaliação				Total	
			Análise de mercado		Outras			
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Activos								
Activos financeiros detidos para negociação	83.382	134.109	31.172	55.141	100.223	62.364	214.777	251.614
Outros activos financeiros ao justo valor através do resultados	28.529	77.012	25.047	185.25	412.43	64.601	86.619	140.138
Activos financeiros disponíveis para venda	508.054	498.886	7.817	12.238	19.512	53.904	78.163	561.488
Passivos								
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	42.332	42.332	7.4890	46.718	116.204	89.848
Outros passivos financeiros ao justo valor através do resultados	-	-	14.817	80.918	-	-	14.817	80.946

Na construção dos quadros acima foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Valores de mercado (Nível 1): nesta coluna foram incluídos os instrumentos financeiros valorizados com base em cotações de mercado activo;
- Análise de mercado (Nível 2): Nesta coluna estão incluídos instrumentos financeiros que são valorizados com base em variáveis observáveis de mercado. Estão incluídos neste nível, unidades de participação em fundos de investimento mobiliários valorizados de acordo com o NAV publicado dos mesmos e obrigações sem cotação em mercado activo;
- Outras (Nível 3): Nesta coluna estão incluídos instrumentos financeiros que são valorizados com recurso a variáveis não observáveis em mercado. Estão incluídos neste nível, acções não cotadas e unidades de participação em fundos de investimento imobiliário.

Os instrumentos de capital não cotados, reconhecido em Activos financeiros disponíveis para venda ao custo de aquisição, por não ser possível determinar valorizações fiáveis, encontram-se na coluna "outros".

A reconciliação entre saldos de abertura e saldos de fecho do nível 3 é a seguinte:

Descrição	31.12.2011	Total (pendências)	Aquisições	Alienacões	Reclassificações	Impedidas	Transferências de níveis	31.12.2012
Activos financeiros detidos para negociação	41931	32153	-	-	-	-	-	74090
Derivados de crédito	20433	(5128)	4022	-	6805	-	-	26133
Instrumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos financeiros ao justo valor através do resultados	(14601)	(6238)	18023	(31001)	-	-	-	41243
Activos financeiros disponíveis para venda	51569	(2427)	189203	(288)	(7408)	(35248)	-	198512
Instrumentos de capital	6795	-	-	-	(6795)	-	-	-
Instrumentos de dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	(46718)	(27374)	-	-	-	-	-	(74090)
Derivados de crédito	-	-	-	-	-	-	-	-

De referir que os montantes de aquisições no quadro acima, são relativos essencialmente a activos recebidos no âmbito de cedência de créditos (nota 12), pelo que estas aquisições não representa fluxos de saída de capital.

O justo valor segue as políticas definidas na Nota 2.10.2.

Nos modelos de valorização internos dos instrumentos financeiros de negociação e ao justo valor através de resultados, as taxas de juro de mercado são apuradas com base em informação difundida pela Bloomberg. Os prazos até um ano são referentes às taxas de mercado do mercado monetário interbancário, enquanto os prazos superiores a um ano são através das cotações dos swaps de taxa de juro. A curva de taxa de juro obtida é ainda ajustada contra os valores dos futuros de taxa de juro de curto prazo. As taxas de juro para os prazos específicos são determinadas por métodos de interpolação. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

As taxas de juro utilizadas para apuramento da curva da taxa de juro com referência a 31 de Dezembro de 2012, para as moedas EUR e USD são as seguintes:

Prazo	EUR		USD	
	2012	2011	2012	2011
1 dia	0,05%	0,40%	0,20%	0,10%
7 dias	0,06%	0,60%	0,35%	0,14%
15 dias	0,06%	0,67%	0,31%	0,17%
1 mês	0,07%	0,84%	0,21%	0,26%
2 meses	0,06%	1,06%	0,27%	0,39%
3 meses	0,10%	1,35%	0,33%	0,56%
4 meses	0,13%	1,44%	0,39%	0,64%
5 meses	0,16%	1,53%	0,45%	0,72%
6 meses	0,20%	1,63%	0,51%	0,81%
7 meses	0,23%	1,69%	0,55%	0,85%
8 meses	0,27%	1,76%	0,59%	0,91%
9 meses	0,31%	1,83%	0,63%	0,97%
10 meses	0,35%	1,88%	0,53%	0,87%
11 meses	0,39%	1,94%	0,42%	0,78%
1 ano	0,43%	2,00%	0,32%	0,68%
2 anos	0,38%	1,31%	0,39%	0,73%
3 anos	0,47%	1,36%	0,50%	0,82%
4 anos	0,62%	1,54%	0,68%	1,02%
5 anos	0,77%	1,72%	0,86%	1,22%
6 anos	0,94%	1,90%	1,09%	1,43%
7 anos	1,12%	2,07%	1,31%	1,64%
8 anos	1,27%	2,17%	1,49%	1,77%
9 anos	1,42%	2,28%	1,66%	1,90%
10 anos	1,57%	2,38%	1,84%	2,03%
20 anos	2,16%	2,69%	2,59%	2,52%
30 anos	2,23%	2,56%	2,80%	2,62%

As alterações ao justo valor de "Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados" imputáveis a alterações de risco de crédito da entidade tiveram um impacto de -5.306 milhares de euros nos resultados de 2012 (-2.210 milhares de euros em 2011).

Instrumentos financeiros ao custo ou custo amortizado

Nos quadros seguintes apresenta-se uma análise comparativa entre o valor de balanço e o justo valor das categorias de instrumentos financeiros que se encontram reconhecidos ao custo ou custo amortizado.

Descrição	Valor de balanço		Justo valor	
	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2011
Activos				
Aplicações e Disponibilidades em IC's	577.751	841.803	577.751	841.803
Créditos e outros valores a receber	9.841.612	11.215.269	9.841.612	11.215.269
Investimentos detidos até à Maturidade	36.284	53.506	36.284	53.506
Passivos				
Recursos de IC's	689.101	1.088.515	689.101	1.088.515
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.724.548	7.925.397	7.724.548	7.925.397
Responsabilidade representadas por títulos	1.710.910	2.399.203	1.710.910	2.399.203
Instrumentos representativos de capital	2.009	43.891	2.009	43.891
Outros passivos subordinados	228.114	218.540	228.114	218.540

Para as disponibilidades, aplicações e créditos inferiores a um ano considerou-se que o valor registado em balanço é uma aproximação fiável do seu justo valor. Para créditos superiores a um ano com taxa indexada, considerou-se igualmente que o valor de balanço é uma aproximação fiável ao justo valor. Atendendo à pouca materialidade do crédito a taxa fixa superior a um ano, considerou-se que o valor de balanço é uma aproximação ao justo valor. Não foi considerado o risco de crédito.

Para os recursos de clientes e responsabilidade representadas por títulos até um ano ou sem maturidade definida, nos quais se incluem depósitos sem taxa de juro associada, considerou-se que o montante reembolsável na data de reporte é uma aproximação fiável ao justo valor.

O justo valor dos instrumentos financeiros é apurado pela dedução da imparidade (Nota 43), ao valor bruto do instrumento, pois o Grupo considera o valor de imparidade como próximo do justo valor.

47. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO: RESPONSABILIDADES COM PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

47.1 Banif – Banco Internacional do Funchal, SA

47.1.1 Descrição Geral

Conforme descrito na Nota 2.17, o Banif - Banco Internacional do Funchal, SA (Sociedade) proporciona aos seus empregados diferentes planos de benefícios com pensões e assistência médica, que abrangem:

- Plano de Pensões I, de benefício definido (BD);
- Plano de Pensões II, de contribuição definida (CD);
- Plano de Pensões III, também de contribuição definida (CD).

As responsabilidades com os referidos planos de pensões estão financiadas pelo Fundo de Pensões Banif, fundo fechado, constituído em 7 de Dezembro de 1989, que tem por objecto financiar as obrigações previstas nos Planos de Pensões I, II e III, que o integram.

Para além dos Fundos de Pensões, existem dois contratos de seguro de rendas vitalícias para cobertura da pensão de reforma de um pensionista, efectuadas em duas Seguradoras distintas, que não estão em relação de grupo com a Sociedade. A pensão segura é fixa, paga 14 vezes por ano, sendo reversível em 40% por morte do pensionista nos termos do Plano de Pensões, sendo os respectivos acréscimos anuais suportados pelo Fundo de Pensões.

A entidade gestora dos Fundos de Pensões é a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, SA, entidade relacionada, que subcontratou o Banif - Banco de Investimento, SA para a gestão financeira e a avaliação dos activos dos fundos.

Os estudos actuariais do valor actual das responsabilidades dos planos de benefícios definidos, efectuados com referência a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, são da responsabilidade da actuária Dr.ª Ana Marta Vasa, da Towers Watson (Portugal), Unipessoal Limitada.

47.1.2 Plano de Pensões I (benefício definido)

Conforme descrito na Nota 2.17, em 28 De Dezembro de 2012 foi extinto o Fundo de Pensões Banco Banif e Comercial dos Açores, S.A., por incorporação no do Fundo de Pensões Banif, com a correspondente transferência de todos os seus activos e passivos para o Plano I deste último fundo de pensões. Todos os dados comparativos relativos a 2011 apresentados nesta Nota, correspondem ao somatório do anterior Plano I do Fundos de Pensões do Banif e do anterior plano de benefícios do Fundo de Pensões do Banco Banif e Comercial dos Açores, de forma que os dados sejam comparáveis com os de 2012.

Em 31 de Dezembro de 2012, o Plano de Pensões I (benefício definido) abrangia uma população de 402 Pensionistas (357, em 2011), 309 Activos (370, em 2011), beneficiários de pensões de reforma e SAMS, e 2.599 Activos (2.555, em 2011), para efeitos de responsabilidades com SAMS, e 167 ex-trabalhadores (3 em 2011), conforme cláusula 137-A do ACT.

a) Pressupostos actuariais

Os principais pressupostos actuariais e financeiros utilizados para os cálculos efectuados foram os seguintes:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Método de Valorização Actuarial	Unit Credit Proj.	Unit Credit Proj.
Tábua de Mor:alidade:		
- Homens	TV 73/77	TV 73/77
- Mulheres	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	100% EVK80	100% EVK80
Taxa de Desconto	4,50%	5% / 5,5% (*)
Taxa de Rendimento dos Activos do Fundo	4,50%	5% / 5,5% (*)
Taxa de Crescimento dos Salários	1,00%	2,25%
Taxa de Crescimento das Pensões	1,00%	1,25%
Taxa de 'turnover'	Não aplicada	Não aplicada

(*) Fundo de Pensões Banif - Plano I / Fundo de Pensões BBKA

Relativamente à avaliação actuarial de 2012, foram ajustados os pressupostos actuariais com a taxa de desconto e as taxas de crescimento dos salários e pensões, em função da evolução da conjuntura económica portuguesa e do sector bancário. O valor das taxas de desconto corresponde à taxa de juro das obrigações de empresas de baixo risco, e com a maturidade aproximada da maturidade das responsabilidades, determinadas com base na média de esperança de vida ponderada pelos pagamentos efectuados pelo fundo para cada um dos benefícios.

Na actual conjuntura de crise de dívida soberana dos países do sul da Europa, verificou-se uma perturbação extraordinária do mercado de dívida da Zona Euro, com consequências na redução abrupta das yields de mercado da dívida das empresas de baixo risco e limitação do cabaz disponível dessas obrigações. Nestas circunstâncias e de forma a manter a representatividade da taxa de desconto, a Sociedade considerou na determinação da mesma a informação disponível na Zona Euro, em 31 de Dezembro de 2012, sobre as taxas de juro de obrigações denominadas em Euros, incluindo dívida pública, e que considera de baixo risco de crédito.

Com a fusão das populações, a duração das responsabilidades associadas aos benefícios de pensões, SAMS e subsídio por morte alterou para 16 anos em 2012 (20 para activos e 12 para inactivos).

A taxa global de rendimento esperado para o exercício reflecte as expectativas de retorno dos activos do fundo no termo do exercício anterior, tendo em consideração as características da carteira do fundo e as políticas de investimento.

A redução das taxas de crescimento dos salários e das pensões tem em consideração os ajustamentos em curso e as perspectivas de evolução futura da economia portuguesa e, em particular, do sector bancário.

Não é aplicada qualquer taxa de "turnover" por uma opção de prudência e na medida em que a mesma não é possível determinar com fiabilidade.

b) Responsabilidades e Coberturas

As responsabilidades reconhecidas no Balanço eram:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Valor Actual das Responsabilidades:		
Pensões em pagamento	44.334	30.090
Serviços passados de activos	33.305	43.976
Encargos com SAMS	13.353	12.258
Subsidio por Morte	622	1.734
Total	<u>91.614</u>	<u>88.058</u>
Justo valor dos activos do Plano	(98.716)	(93.129)
Passivo (Activo) reconhecido no Balanço	<u>(7.102)</u>	<u>(5.071)</u>

A cobertura das responsabilidades obedece ao disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 12/2001 e de financiamento mínimo determinado pelo ISP (Instituto de Seguros de Portugal).

O Valor Actual da Responsabilidade por Serviços Futuros, à data de 31 de Dezembro de 2012, era de 7.829 milhares de euros (9.382 milhares de euros, em 2011).

Em 31 de Dezembro de 2012, caso a taxa de desconto fosse inferior em 1%, para 3,5%, as responsabilidades totais seriam de 106.032 milhares de euros, ou seja, mais 15,7%.

Por sua vez, o acréscimo, ou redução, de 1% na taxa de contribuição para o SAMS implicaria um acréscimo de responsabilidades de 2.055 milhares de euros (1.919 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2011), ou a redução de 2.055 milhares de euros (1.919 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2011) e um acréscimo nos custos do exercício (custo de serviço corrente e custo dos juros) de 44,9 milhares de euros (42,5 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2011), ou a redução 44,9 milhares de euros (43,5 milhares de euros em 31 de Dezembro de 2011).

c) Ganhos e perdas actuariais

Na sequência da alteração da política contabilística de reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, conforme explicado na Nota 2.17, os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento do fundo de pensões passaram a ser reconhecidos na íntegra em capital próprio, numa conta de Reservas por Ganhos e Perdas Actuais.

Os ganhos e perdas actuariais reconhecidos em capital próprio eram:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Reservas por Ganhos e (Perdas) actuariais início do ano	(22.464)	(27.458)
Ganhos (perdas) actuariais em responsabilidades	1.262	12.079
Ganhos (perdas) ganhos actuariais no fundo	(72)	(7.085)
Reservas por Ganhos e (Perdas) actuariais fim do ano	(21.274)	(22.464)

d) Gastos reconhecidos no exercício

Nos exercícios de 2012 e 2011, a Sociedade reconheceu os seguintes custos com o Plano de Pensões:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Custo do serviço corrente	616	739
Custo dos juros	4.749	7.471
Rendimento esperado	(4.745)	(6.682)
Custo das reformas antecipadas	2.491	-
Outros / Corte (transferência Seg. Social)	(94)	6.833
Encargos suportados beneficiários	(31)	(109)
Total gastos do exercício	2.986	8.252

O gasto com "Outros / Corte (transferência Seg. Social) ", em 2011, corresponde ao impacto em resultados da operação de transferência de responsabilidades para a Segurança Social.

O custo de serviço corrente do Plano de Pensões I (benefício definido) relativo a responsabilidades com pensões de Administradores do Grupo é nulo (nulo em 2011) na medida em que todos se reformaram por invalidez presumível (65 anos) em 2009. A não-verificação deste pressuposto não invalida a não-afecção de qualquer montante a título de custo de serviço corrente na medida em que a responsabilidade a financiar passa a ser calculado em função dos serviços totais.

e) Variação do valor actual das responsabilidades

O acréscimo anual das responsabilidades é assim composto:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Valor actual das Responsabilidades iniciais	88.058	137.676
Custo do serviço corrente	616	739
Custo dos juros	4.749	7.471
Perdas (ganhos) actuariais	(1.262)	(12.079)
Acr. Responsabilidades c/ reformas antecipadas	2.491	-
Corte / Liquidação (transferência Seg. Social)	-	(40.032)
Pensões Pagas	(3.038)	(5.717)
Total gastos do exercício	91.614	88.058

O "Corte / liquidação (transferência Seg. Social)", em 2011, corresponde à redução das responsabilidades, calculadas de acordo com os pressupostos em uso pela Sociedade numa base de continuidade, da operação de transferência de responsabilidades para a Segurança Social.

f) Variação do valor do fundo de pensões afecto ao Plano de Pensões I

A variação do justo valor dos activos do fundo foi:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011
Valor do Fundo no início do ano	93.129	131.416
Rendimento esperado	4.745	6.682
Ganhos (perdas) actuariais (financeiros)	(72)	(7.085)
Contribuição entregue ao fundo	3.921	14.698
Outros / Liquidação (transferência Seg. Social)	31	(46.865)
Pensões pagas pelo fundo	(3.038)	(5.717)
Valor do Fundo no final do ano	98.716	93.129

A rubrica de "Outros / Liquidação (transferência Seg. Social) ", em 2011, corresponde à redução no justo valor dos activos do Fundo transferidos para o Estado, na sequência da operação de transferência de responsabilidades para a Segurança Social.

As contribuições efectuadas em 2012 e em 2011 foram realizadas em numerário.

Em 2013, a Sociedade prevê efectuar contribuições de 1.037,6 milhares de euros.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os activos do fundo estavam assim distribuídos:

Descrição	31-12-2012		31-12-2011	
	Montante	%	Montante	%
Acções	5.184	5,3%	4.387	4,7%
Fundos de Investimento	16.202	16,4%	28.317	30,4%
Dívida Pública	-	0,0%	771	0,8%
Obrigações diversas	30.400	30,8%	18.741	20,1%
Imóveis	23.036	23,3%	23.306	25,0%
Mercado monetário	17.640	17,9%	34.669	37,3%
Outros	6.254	6,3%	(17.062)	-18,3%
Total	98.716	100,00%	93.129	100,00%

A Sociedade, ou outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, utilizam, por arrendamento, imóveis que constituem activos do Fundo de Pensões, cujo valor ascende a 8.380 milhares de euros (15.237 milhares de euros, em 2011).

Dos activos do Fundo em 31 de Dezembro de 2012, 8.369 milhares de euros (8.038 milhares de euros, em 2011) correspondiam a títulos emitidos pela Sociedade, ou por outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo, e 15.226 milhares de euros (16.471 milhares de euros, em 2011) a depósitos junto da Sociedade, ou de outras sociedades que com ela se encontrem em relação de grupo.

g) Outras informações

Os principais valores efectivamente verificados no exercício e no exercício anterior foram:

Descrição	31-12-2012	31-12-2011 (*)
Taxa de Mortalidade	0,96%	1,98% / 1,59%
Taxa de Invalidez	3,30%	0,00% / 4,01%
Taxa de Rendimento do Fundo	6,67%	1,18% / -0,63%
Taxa Crescimento Salários	0,95%	1,73% / 1,07%
Taxa Crescimento Pensões	-0,44%	0,55% / -0,95%
Taxa de 'turnover'	5,01%	0,00% / 0,54%

(*) Fundo de Pensões Banif - Plano I / Fundo de Pensões BBCA

A evolução das responsabilidades e do valor do fundo afecto ao plano de benefício definido em 2012, e nos quatro anos anteriores, apresenta-se da seguinte forma:

Descrição	2012	2011	2010	2009	2008
Valor Actual das Responsabilidades	9.1614	88.058	137.676	135.705	128.978
Valor do Fundo	98.716	98.129	131.416	128.063	117.958
(Deficit) Superávit	7.102	5.071	(8.260)	(7.702)	(11.019)
Ganhos (perdas) actuariais em responsabilidades	1.282	12.079	2.704	(866)	2.401
Ganhos (perdas) ganhos actuariais no fundo	(72)	(7.085)	(5.101)	(655)	(18.739)

47.1.3 Plano de Pensões II e III (contribuição definida)

No exercício de 2012, o Banif efectuou contribuições 2.361 milhares de euros (2.430 milhares de euros em 2011) para os Planos de Pensões II e III (contribuição definida), reconhecidas como custos do exercício.

O custo com contribuições para os Planos de Pensões II ou III, relativas a Administradores do Grupo, foram de 39 milhares de euros de contribuição corrente (81 milhares de euros em 2011).

47.2 Banif – Banco de Investimento, S.A. e Associadas

O Banif – Banco de Investimento, S.A. e as sociedades participadas Banif Gestão de Activos – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. e Banif Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A., na qualidade de Associados, constituíram, em 26 de Dezembro de 2003, com a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., o plano de pensões BBI & Associadas. Trata-se de uma adesão colectiva aos fundos de pensões abertos Banif Reforma Jovem, Banif Reforma Activa, Banif Reforma Sénior e Banif Reforma Garantida que tem por objecto financiar as obrigações previstas no respectivo plano de pensões, de contribuição definida e de natureza contributiva.

Em 2012, o montante bruto das contribuições efectuadas pelos Associados a favor dos respectivos participantes foi de 111,6 milhares de euros (81,8 milhares de euros em 2011), sendo 94,1 milhares de euros (69,3 milhares de euros em 2011) pelo Banif – Banco de Investimento, 14,6 milhares de euros (10,7 milhares de euros em 2011) pela Banif Gestão de Activos e 2,8 milhares de euros (1,8 milhares de euros em 2011) pela Banif Açor Pensões.

O custo com contribuições para o plano de pensões destas entidades, relativas a Administradores do Grupo, foram 13,5 milhares de euros (14,6 milhares de euros em 2011).

47.3 Banco Banif Mais, S.A. e Associadas

O Banco Banif Mais, S.A. e as sociedades Tecnicrédito ALD - Aluguer de Automóveis, S.A. e Margem – Mediação de Seguros, Lda, S.A., na qualidade de Associados, constituíram, em 7 de Dezembro de 2010, com a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A., um contrato de adesão colectiva aos fundos de pensões abertos Banif Reforma Jovem, Banif Reforma Activa, Banif Reforma Sénior e Banif Reforma Garantida. Trata-se de um plano de pensões de contribuição definida e de natureza contributiva.

Em 2012, o montante bruto das contribuições efectuadas pelos Associados a favor dos respectivos participantes foram de 37,2 milhares de euros (64,8 milhares de euros em 2011), sendo 36,7 milhares de euros (64,0 milhares de euros em 2011) pelo Banco Banif Mais, S.A., 0,3 milhares de euros (0,6 milhares de euros em 2011) pela Tecnicrédito ALD - Aluguer de Automóveis, S.A. e 0,2 milhares de euros (0,2 milhares de euros em 2011) pela Margem – Mediação de Seguros, Lda, S.A..

O plano de pensões desta entidade não contempla quaisquer contribuições para Administradores do Grupo.

47.4 Banif Rent - Aluguer Gestão e Comercio de Veículos Automóveis, S.A.

A Banif Rent - Aluguer Gestão e Comercio de Veículos Automóveis, S.A. celebrou, em 5 de Junho de 2009, com a Banif Açor Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. um contrato de adesão colectiva aos fundos de pensões abertos Banif Reforma Jovem, Banif Reforma Activa, Banif Reforma Sénior e Banif Reforma Garantida. Trata-se de um plano de pensões de contribuição definida e de natureza contributiva.

Em 2012, o montante bruto das contribuições efectuadas pelo Associado a favor dos respectivos participantes foi de 8,3 milhares de euros (13,4 milhares de euros, em 2011).

O plano de pensões desta entidade não contempla quaisquer contribuições para Administradores do Grupo.

48. ACTIVOS EM LOCAÇÃO OPERACIONAL

Os custos incorridos com os activos utilizados em regime de locação operacional são registados no exercício a que respeitam na rubrica de "Rendas e alugueres" dos Gastos Gerais Administrativos (Nota 42) e referem-se principalmente a equipamentos.

Os activos utilizados em regime de locação operacional e respectivos gastos para os exercícios futuros são os seguintes:

Outros activos em locação operacional	Pagamentos futuros mínimos em locação operacional não cancelável	Pagamentos mínimos em locação	Rendas contingentes reconhecidas em resultados
Maturidade Residual			
Inferior a 1 Ano	849	180	29
Entre 1 e 5 Anos	5.183	3.615	203
Superior a 5 Anos	24.978	2.044	-
	31.010	5.839	232

49. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ENTIDADES RELACIONADAS

No curso normal da sua actividade financeira, o Grupo efectua transacções com partes relacionadas. Estas incluem créditos e aplicações bancárias, depósitos, suprimentos, garantias e outras operações e serviços bancários.

O saldo dessas transacções com partes relacionadas no balanço e respectivos custos e proveitos no exercício findo são os seguintes:

Descrição	Elementos chave de gestão		Membros próximos da família dos Elementos chave de gestão		Associadas		Outras Entidades	
	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2011
Crédito o aplicações	863	1.787	1.457	318	162132	52.563	75.167	126.026
Depósitos	4.258	5.638	861	315	94.421	76.911	77.365	11.774
Suprimentos	-	-	-	-	13.261	12249	16.750	20.858
Empréstimos obtidos	-	-	-	-	-	-	-	-
Garantias prestadas	52	-	-	-	-	1.228	6.234	2.383
	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2011	31-12-2012	31-12-2011
Comissões e serviços prestados	7	3	1	2	908	1.539	1.060	281
Juros e encargos similares	169	165	70	18	6.084	1.013	3.421	2.769
Juros e Rendimentos similares	10	30	31	10	3.459	1.835	3.053	3.753

As transacções com entidades relacionadas são analisadas de acordo com os critérios aplicáveis a operações similares com terceiras entidades e são realizadas em condições normais de mercado. Estas operações estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração.

No exercício findo, não foram constituídas provisões específicas para saldos com entidades relacionadas.

Remunerações dos órgãos de gestão da Rentipar Financeira SGPS, SA:

2012: 163 milhares de euros

2011: 143 milhares de euros

As partes relacionadas do Grupo são as seguintes:

Elementos chave de gestão:

Dr. FERNANDO JOSÉ INVERNO DA PIEDADE

Dra. MARIA TERESA HENRIQUES DA SILVA MOURA ROQUE DAL FABBRO

Dr. VÍTOR HUGO SIMONS

Dr. JOSÉ MARQUES DE ALMEIDA

Dr. LUÍS FILIPE MARQUES AMADO

Dra. PAULA CRISTINA MOURA ROQUE

Dr. JORGE HUMBERTO CORREIA TOMÉ

Eng.º DIOGO ANTÓNIO RODRIGUES DA SILVEIRA

Dr. NUNO JOSÉ ROQUETTE TEIXEIRA

Dr. VITOR MANUEL FARINHA NUNES

Dr. JOÃO PAULO PEREIRA MARQUES DE ALMEIDA

Dr. JOSÉ ANTÓNIO VINHAS MOUQUINHO

Dr. MANUEL CARLOS DE CARVALHO FERNANDES

Dr. GONÇALO VAZ GAGO DA CÂMARA DE MEDEIROS BOTELHO

Dr. JOÃO JOSÉ GONÇALVES DE SOUSA

Dr. CARLOS EDUARDO PAIS E JORGE

Membros próximos da família dos Elementos chave de gestão:

Marta do Patrocínio Oliveira de Castro Amado

Carlos António de Castro Amado

Maria Carolina de Castro Amado

Lorenzo Roque Dal Fabbro
Bianca Maria Roque Dal Fabbro
Luísa Maria Campina Pinto da Piedade
Carolina Pinto Inverno da Piedade
Leonor Pinto Inverno da Piedade
Isabel Maria da Silva Pedro Gomes
Carolina Pedro Gomes Tomé
Catherine Thérèse Laurence Jouven da Silveira
Alexandre Tiago da Silveira
Heloíse Maria da Silveira
Gaspar Antoine da Silveira
Sara Dolores Militão Silva de Cima Sobrai Roquette Teixeira
Maria Cima Sobral Roquette Teixeira
José Maria Cima Sobral Roquette Teixeira
Isabel Maria Cima Sobrai Roquette Teixeira
Ana Cristina dos Santos de Figueiredo e Sousa Nunes
Sofia Farinha de Figueiredo e Sousa Nunes
Tomás Farinha de Figueiredo e Sousa Nunes
Francisco Farinha de Figueiredo e Sousa Nunes
Helena Veiga Martins de Almeida
Catarina Martins Marques de Almeida
Margarida Martins Marques de Almeida
Domingas da Conceição Clénigo Barradas Mouquinho
Inês Sofia Barradas Mouquinho
Isabel Maria Forbes de Bessa Lencastre
Luísa Lencastre Fernandes
Rita Lencastre Fernandes
Inês Lencastre Fernandes
Maria João Ferreira Pena Chancerelle de Machete de Medeiros Botelho
Gonçalo Vaz de Machete Gago da Câmara do Botelho
Miguel António de Machete Gago da Câmara do Botelho
Marta Maria Pena de Machete Contreras do Botelho
Maria Luísa Pereira Silva Sousa
João Nuno da Silva e Sousa
Joana Filipa da Silva e Sousa
Maria do Carmo Barroso de Oliveira Pais Jorge
Matilde Barroso de Oliveira Pais Jorge
Mariana Barroso de Oliveira Pais Jorge
Maria do Carmo Barroso de Oliveira Pais Jorge
Maria Alice Pereira de Almeida
Maria José Pereira Marques de Almeida
Maria João Pereira Marques de Almeida
Anabela Delgado Courinha e Ramos Simons

Nidia da Mota Simons
João Pedro da Mota Simons
Daniel Hugo Courinha Ramos Simons

Entidades Associadas:

Rentipar Seguros, SGPS, S.A.
Companhia de Seguros Açoreana, S.A.
Espaço Dez – Sociedade Imobiliária, Lda
Banca Pueyo
Inmobiliaria Vegas Altas, S.A.
MCO2 - SGFIM, S.A
Centaurus Realty Group Invest. Imobiliários S.A.
Pedidos Liz, Lda

Outras Entidades:

Vestiban – Gestão e Investimentos, S.A.
Auto-Industrial – Investimentos e Participações, SGPS, S.A.
Evaesco SGPS, S.A.
Rentipar Investimentos, SGPS, S.A.
Rentipar Industria, SGPS, S.A.
Rentiglobo, SGPS, S.A.
Empresa Madeirense de Tabacos
SIET – Sociedade Imobiliária de Empreendimentos Turísticos Savoi, S.A.
DISMADE – Distribuição de Madeira
VITECAF – Fabrica Rações da Madeira, S.A.
RAMA – Rações para Animais, S.A.
SODIPRAVE – Soc. Dist. De Produtos Avícolas
Avipérola
Aviatlântico – Avicultura, S.A.
SOIL, SGPS, S.A.
Rentimundi – Investimentos Imobiliários, S.A.
Mundiglobo – Habitação e Investimentos, S.A.
Habiprede – Sociedade de Construções
Genius – Mediação de Seguros, S.A.
Rentimedis – Mediação de Seguros, S.A.
MS MUNDI – Serviços Técnicos de Gestão e Consultoria, S.A.
RENTICONTROL – Controlo e Gestão de Contabilidade, S.A.
Fundo de pensões de colaboradores do Grupo
FN Participações SGPS, SA
GESCONFER – Gestão e Contabilidade, Lda
AFSA SGPS, S.A.
Coeprimob Promoção Imobiliária, S.A.
SSI – Serviços e investimentos, S.A.

50. CONDIÇÕES ESPECIAIS SOBRE O RISCO SOBERANO DE PORTUGAL, GRÉCIA, IRLANDA, ESPANHA, ITÁLIA E CHIPRE

O surgimento da crise das dívidas soberanas em alguns países levaram os países da zona euro em conjunto com o Fundo Monetário Internacional a porem em prática um conjunto de mecanismos de apoio, com vista à formulação e implementação de planos de ajustamento na Grécia, e posteriormente para a Irlanda e Portugal.

Em Maio de 2010, os governos da zona euro e o FMI comprometeram-se num programa de auxílio de 110 milhares de milhões de euros à Grécia em troca de um compromisso de redução do défice do sector público. Durante o primeiro semestre de 2011, as autoridades europeias reafirmaram o seu apoio à Grécia, o que levou a conversações para a implementação de um segundo programa de auxílio com o apoio do sector privado. Esta evolução conduziu à aprovação pelos 17 membros da zona euro de um segundo programa de apoio à Grécia no valor conjunto de 130 milhares de milhões de euros, que incluiu a reestruturação da dívida grega de acordo com uma oferta de troca de obrigações.

Em Fevereiro de 2012, foram anunciados os termos do acordo sobre o envolvimento do sector privado na reestruturação da dívida pública grega, tendo resultado na troca dos títulos detidos pelo Banif em 31 de Dezembro de 2011, registados na carteira de Activos Disponíveis para Vendas, por novos títulos emitidos pela Grécia.

Os principais termos do acordo anunciado foram os seguintes:

- perdão de dívida de 53,5% do valor nominal dos títulos de dívida pública emitidos pela Grécia detidos pelos privados;
- troca de 46,5% dos anteriores títulos de dívida pública emitidos pela Grécia por novos títulos de dívida pública emitidos pela Grécia com maturidades entre 2023 e 2042 e por títulos de dívida do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira com maturidades entre os 6 meses e os dois anos;
- emissão de títulos da República Grega ("Detachable GDP-Linked Securities"), cuja remuneração e amortização, esta dependente de a economia grega atingir determinadas metas.

O Banif decidiu aceitar os termos da troca, tendo registado uma perda de 558 milhares de euros, e atribuído um valor nulo aos títulos de remuneração contingente. De referir que em 2011 os títulos da Grécia de acordo com as recomendações da ESMA, haviam sido contabilizados pelo seu justo valor, e tinham sido registadas imparidades de 941 milhares de euros.

Em Dezembro de 2012 foi lançado pelo governo grego, com o apoio do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEEF), um programa de recompra de dívida. Este processo abrangia as obrigações com maturidade entre 2023 e 2042, com excepção das "Detachable GDP-Linked Securities", e cujos termos de

troca variavam consoante a maturidades dos títulos, entre um mínimo de 30,2 % ate um máximo de 40,1% do nominal. Em troca os privados recebem títulos do FEEF com maturidade em seis meses.

O Banif aceitou os termos da recompra apresentados, tendo registado uma mais valia de 101 milhares de euros e tendo mantido a imparidade da totalidade do nominal dos "Detachable GDP-Linked Securities" no valor de 630 milhares de euros.

O plano de apoio à Irlanda foi adoptado em Novembro de 2010, no valor de 85 milhares de milhões de euros e o plano para Portugal foi adoptado em Maio de 2011 e prevê um total de 78 milhares de milhões de euros de apoio.

Com o agravamento em 2012 da crise das dívidas soberanas e dos sistemas bancários de alguns países, a Espanha solicitou formalmente apoio para financiamento da recapitalização do sistema bancário e o Chipre encontra-se a negociar um plano de ajuda financeiro. A Itália também se encontra afectada por esta instabilidade nos mercados de dívida soberana europeia.

O Grupo não prevê perdas adicionais de imparidade para as exposições directas ao risco da Irlanda, Portugal, Espanha, Chipre e Itália.

Exposições do Grupo:

	Prazo Residual					Total (ativos e passivos)	Provisões/Imparidade	Reserva JV	Exposição Bruta
	1 ano	2 anos	3 anos	5 anos	> 5 anos				
Portugal									
<i>Activos financeiros Disp. Venda</i>									
Governo Central	231.166	91.858	255.899	15.178	55.232	418.945	-	1.508	417.437
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	-	12.523	-	-	-	12.523	-	62	12.461
Empresas Públicas	10.769	-	-	-	3.944	14.013	-	(1.208)	15.221
	<u>241.935</u>	<u>104.381</u>	<u>255.900</u>	<u>15.178</u>	<u>59.176</u>	<u>445.451</u>	<u>-</u>	<u>362</u>	<u>445.119</u>
<i>Investimentos detidos até maturidade</i>									
Governo Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	-	-	2.520	-	-	2.520	-	-	2.520
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.520</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.520</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.520</u>
<i>Crédito</i>									
Governo Central	8.87	8.17	1.067	3.036	93.818	71.930	(12.881)	-	79.216
Governos Locais e Regionais	30.8	15.830	-	-	20.888	65.450	(7.371)	-	65.147
Bancos	198	-	-	-	-	198	-	-	198
Empresas Públicas	75	-	-	-	37.735	37.735	(4281)	-	37.735
	<u>31.520</u>	<u>15.817</u>	<u>1.067</u>	<u>3.036</u>	<u>123.241</u>	<u>174.688</u>	<u>(24.531)</u>	<u>-</u>	<u>177.141</u>
	<u>272.755</u>	<u>120.298</u>	<u>257.167</u>	<u>18.214</u>	<u>182.424</u>	<u>622.659</u>	<u>(24.531)</u>	<u>362</u>	<u>624.786</u>
Grécia									
<i>Activos financeiros Disp. Venda</i>									
Governo Central	-	-	-	-	-	-	(630)	-	630
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	(630)	-	630
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(630)</u>	<u>-</u>	<u>630</u>
Irlanda									
Governo Central	-	-	-	-	6.610	6.610	-	950	5.660
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	25	1.049	-	-	-	1074	-	32	1.012
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>25</u>	<u>1.049</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.610</u>	<u>7.714</u>	<u>-</u>	<u>982</u>	<u>6.732</u>
Itália									
<i>Activos financeiros Disp. Venda</i>									
Governo Central	-	-	-	-	2.127	2.127	-	231	1.896
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	146	-	-	2.074	-	2.220	-	46	2.174
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>146</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.074</u>	<u>2.127</u>	<u>4.347</u>	<u>-</u>	<u>277</u>	<u>4.070</u>
Espanha									
Governo Central	-	-	-	-	3.118	3.118	-	11	3.107
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	330	5.152	-	-	-	5.482	-	(82)	5.574
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	<u>330</u>	<u>5.152</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.118</u>	<u>8.610</u>	<u>-</u>	<u>(71)</u>	<u>8.539</u>
Chipre									
<i>Activos financeiros Disp. Venda</i>									
Governo Central	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Governos Locais e Regionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bancos	-	-	-	-	-	-	(708)	-	708
Empresas Públicas	-	-	-	-	-	-	(708)	-	708
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.416)</u>	<u>-</u>	<u>708</u>
	<u>273.256</u>	<u>126.419</u>	<u>257.167</u>	<u>20.280</u>	<u>184.369</u>	<u>643.389</u>	<u>(3.791)</u>	<u>1.550</u>	<u>645.607</u>

A entidade Rentipar Seguros, empresa associada, apresenta as seguintes exposições a governos centrais, governos locais e regionais, bancos e empresas públicas:

- Portugal: 83.988 milhares de euros
- Espanha: 64.158 milhares de euros
- Itália: 82.223 milhares de euros
- Grécia: 2.844 milhares de euros
- Irlanda: 31.271 milhares de euros.

51. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na actividade do Grupo, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2013 e que o Grupo não adoptou antecipadamente são as seguintes:

Já endossadas pela UE:

APLICÁVEIS A 2012

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 30 de Junho de 2011 (i.e. ano de 2012 para quem reporta a 31 de Dezembro)

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações

A emenda à IFRS 7 requer novas divulgações qualitativas e quantitativas relativas a transferência de activos financeiros quando:

- uma entidade desreconhecer activos financeiros transferidos na sua totalidade, mas manter um envolvimento continuado nesses activos (opções ou garantias nos activos transferidos);
- uma entidade não desreconheça na totalidade os activos financeiros;

APLICÁVEIS A 2012 APENAS SE ADOPTADAS ANTECIPADAMENTE E DESDE QUE DEVIDAMENTE DIVULGADA A ADOÇÃO ANTECIPADA:

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação, DE ACORDO COM O ENDOSSO, é obrigatória apenas em períodos com início após 30 de Junho de 2012 (i.e. não abrange o ano de 2012 para quem reporta a 31 de dezº)

IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras (Emenda)

A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens susceptíveis de serem reclassificados (ou "reciclados") para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não susceptíveis de serem reclassificados para lucros ou perdas (por exemplo, reservas de reavaliação previstas na IAS 16 e IAS 38).

Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser susceptíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.

As alterações à IAS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de junho de 2012, podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IAS 19 Benefícios dos empregados (Revista)

A IAS 19 Benefícios de empregados (Revista), sendo as principais alterações as seguintes:

- a eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, conhecida pelo "método do corredor"; Ganhos e Perdas actuariais são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral quando os mesmos ocorrem. Os valores reconhecidos nos lucros ou prejuízos são limitados: ao custo corrente e de serviços passados (que inclui os ganhos e perdas nos cortes), ganhos e perdas na liquidação e custos (proveitos) relativos a juros líquidos. Todas as restantes alterações no valor líquido do activo (passivo) decorrente do plano de benefício definido devem ser reconhecidas na Demonstração do Rendimento Integral, sem subsequente reclassificação para lucros ou perdas.
- os objectivos para as divulgações relativos a planos de benefício definido são explicitamente referidos na revisão da norma, bem como novas divulgações ou divulgações revistas. Nestas novas divulgações inclui-se informação quantitativa relativamente a análises de sensibilidade à responsabilidade dos benefícios definidos a possíveis alterações em cada um dos principais pressupostos actuariais.
- benefícios de cessação de emprego deverão ser reconhecidos no momento imediatamente anterior: (i) a que compromisso na sua atribuição não possa ser retirado e (ii) a provisão por reestruturação seja constituída de acordo com a IAS 37.
- A distinção entre benefícios de curto e longo prazo será baseado na tempestividade da liquidação do benefício independentemente do direito ao benefício do empregado já ter sido conferido.

As alterações à IAS 19 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013, podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

O Grupo não aplicou antecipadamente esta Norma na sua totalidade, alterando apenas a política voluntariamente no reconhecimento dos ganhos e perdas actuarias com referência a 31 de Dezembro de 2011.

IFRS 7 (Emenda) Compensação de activos financeiros e passivos financeiros

Esta emenda requer que as entidades divulguem informação sobre direitos de compensação e acordos relacionados (por exemplo Garantias colaterais). Estas divulgações providenciam informações que são úteis na avaliação do efeito líquido que esses acordos possam ter na Demonstração da Posição Financeira de cada entidade. As novas divulgações são obrigatórias para todos os instrumentos financeiros que possam ser compensados tal como previsto pela IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As novas divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros que estão sujeitos a acordos principais de compensação ou outros acordos similares independentemente de os mesmos serem compensados de acordo com o previsto na IAS 32.

As alterações à IFRS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8. Contudo se a entidade decidir aplicar antecipadamente a IAS 32 Compensação de activos financeiros e passivos financeiros deve aplicar conjuntamente as divulgações previstas na IFRS 7.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas

O IASB emitiu a IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas que substitui os requisitos de consolidação previstos na SIC 12 Consolidação - entidades com finalidade especial e na IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

A IFRS estabelece um novo conceito de controlo que deverá ser aplicado para todas as entidades e veículos com finalidade especial. As mudanças introduzidas pela IFRS 10 irão requerer que a Gestão faça um julgamento significativo de forma a determinar que entidades são controladas e consequentemente ser incluídas nas Demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade-mãe.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013, podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 11, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IFRS 11 Acordos conjuntos

A IFRS 11:

- substitui a IAS 31 Interesses em empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 Entidades conjuntamente controladas — contribuições não monetárias por empreendedores.
- altera o conceito de controlo conjunto e remove a opção de contabilizar uma entidade conjuntamente controlada através da método da consolidação proporcional, passando uma

entidade a contabilizar o seu interesse nestas entidades através do método da equivalência patrimonial.

- define ainda o conceito de operações conjuntas (combinando os conceitos existentes de activos controlados e operações controlados conjuntamente) e redefine o conceito de consolidação proporcional para estas operações, devendo cada entidade registar nas suas demonstrações financeiras os interesses absolutos ou relativos que possuem nos activos, passivos, rendimentos e custos.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014, podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 12, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação desta Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras do Grupo

IFRS 13 Mensuração do justo valor

A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido.

O justo valor é definido como o "preço que seria recebido para vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção entre duas partes a actuar no mercado na data de mensuração".

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, a aplicação antecipada permitida desde que divulgada. A aplicação é prospectiva.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

IAS 12 Impostos sobre o rendimento

A emenda à IAS 12 clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, ao abrigo da IAS 40, deverá ser calculada tendo em conta a sua recuperação através da sua alienação no futuro. Esta presunção pode ser no entanto rebatível caso a entidade tenha um plano de negócios que demonstre que a recuperação desse imposto será efectuada através do uso das propriedades de investimento.

Adicionalmente, a emenda refere ainda que os impostos diferidos reconhecidos por activos fixos tangíveis não depreciáveis que sejam mensurados de acordo com o modelo de revalorização devem ser calculados no pressuposto de que a sua recuperação será efectuada através da venda destes activos.

As alterações à IAS 12 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014, podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação, DE ACORDO COM O ENDOSSO, é obrigatória apenas em períodos com início em ou após 01 de Janeiro de 2014;

IFRS 12 Divulgação de participações em outras entidades

A IFRS 12 Divulgação de participações em outras entidades estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas.

Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias nas IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e na IAS 28 Investimentos em associadas, para além de novas informações adicionais.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014, podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação desta Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras do Grupo.

IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (Revista em 2011)

Com a introdução da IFRS 10 e IFRS 12, a IAS 27 limita-se a estabelecer o tratamento contabilístico relativamente a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.

DE ACORDO COM O ENDOSSO, as alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação destas alterações à Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras do Grupo.

IAS 28 Investimentos em associadas e joint ventures

Com as alterações à IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi renomeada e passa a descrever a aplicação do método de equivalência patrimonial também às joint ventures à semelhança do que já acontecia com as associadas.

DE ACORDO COM O ENDOSSO, as alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 27 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação destas alterações à Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras do Grupo.

IAS 32 Instrumentos financeiros (Compensação de activos financeiros e passivos financeiros)

A emenda clarifica o significado de "direito legal correntemente executável de compensar" e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação) os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos.

O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que "um activo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver actualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas". Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da actividade normal mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros.

O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o activo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8. A aplicação antecipada é permitida devendo divulgar este facto e cumprir com as divulgações previstas pela IFRS 7 Divulgações (Emenda) - Compensação de activos financeiros e passivos financeiros.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

Ainda não endossadas pela UE:

IFRS 9 Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos e passivos financeiros)

A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

As principais alterações são as seguintes:

Activos Financeiros:

Todos os activos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial ao justo valor.

Os instrumentos de dívida podem ser mensurados ao custo amortizado subsequentemente se:

- a opção pelo justo valor não for exercida;
- o objectivo da detenção do activo, de acordo com o modelo de negócio, é receber os cash-flows contratualizados; e
- nos termos contratados os activos financeiros irão gerar, em datas determinadas, cash-flows que se consubstanciam somente no pagamento de reembolso de capital e juros relativos ao capital em dívida.

Os restantes instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor.

Todos os investimentos financeiros de capital próprio são mensurados ao justo valor através da Demonstração de Rendimento Integral ou através de proveitos e perdas. Cada um dos instrumentos financeiros de capital próprio deve ser mensurado ao justo valor através de i) na Demonstração de Rendimento integral ou (ii) Proveitos e perdas (os instrumentos financeiros de capital próprio detidos para negociação devem ser mensurados ao justo valor com as respectivas variações sempre reconhecidas através de proveitos e perdas)

Passivos Financeiros:

As diferenças no justo valor de passivos financeiros ao pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos que resultem de alterações no risco de crédito da entidade devem ser apresentadas na Demonstração de rendimento integral. Todas as restantes alterações devem ser registadas nos lucros e perdas excepto se a apresentação das diferenças no justo valor resultantes do risco de crédito do passivo financeiro fossem susceptíveis de criar ou aumentar uma descompensação significativa nos resultados do período.

Todas as restantes regras de classificação e mensuramento relativamente a passivos financeiros existentes na IAS 39 permanecem inalteradas na IFRS 9 incluindo as regras da separação de derivados embutidos e o critério para ser reconhecidos ao justo valor por proveitos e perdas.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos activos financeiros.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2011

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2011, o IASB emitiu seis emendas a cinco normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IAS 1 (Emenda) Apresentação de demonstrações financeiras

Clarifica a diferença entre informação comparativa adicional e informação mínima comparativa. Geralmente, a informação comparativa mínima requerida corresponde ao período comparativo anterior.

Uma entidade deve incluir informação comparativa nas notas às demonstrações financeiras quando voluntariamente divulga informação para além da informação mínima requerida. A informação adicional relativa ao período comparativo não necessita de conter um conjunto completo de demonstrações financeiras.

Adicionalmente, o balanço de abertura do da posição financeira (terceiro balanço) deve ser apresentado nas seguintes circunstâncias: i) quando uma entidade aplica uma política contabilística retrospectivamente ou elabora uma reexpressão retrospectiva de itens nas suas demonstrações financeiras; ou ii) quando reclassifica itens nas suas demonstrações financeiras e estas alterações são materialmente relevantes para a demonstração da posição financeira. O balanço de abertura deverá ser o balanço de abertura do período comparativo. Todavia, ao contrário da informação comparativa voluntária, não são requeridas notas para sustentar a terceira demonstração da posição financeira.

IAS 32 Instrumentos financeiros

Clarifica que o imposto sobre o rendimento que resultem de distribuições a accionistas deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 Impostos sobre o rendimento.

IAS 34 Relato financeiro intercalar

Clarifica que os requisitos da IAS 34 relativamente à informação por segmentos para o total de activos e passivos para cada segmento reportável, de forma a melhorar a consistência com a IFRS 8 Relato por segmentos.

De acordo com esta emenda, o total de activos e passivos para cada um dos segmentos reportáveis só necessitam de ser divulgados quando os mesmos são regularmente providenciados aos gerentes de segmento.

As melhorias às IFRS são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, podem ser aplicadas antecipadamente desde que devidamente divulgadas. A aplicação é retrospectiva.

O Grupo encontra-se a avaliar o impacto da adopção desta norma.

52. EVENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

À data de aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração da Rentipar Financeira, SGPS, SA, não se verificava nenhum acontecimento subsequente a 31 de Dezembro de 2012, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos, nos termos da IAS 10 – Acontecimentos após a data de balanço.

Em 31 de Dezembro de 2012, o Ministério das Finanças deu o seu acordo à participação do Estado na operação de recapitalização do BANIF.

No seguimento deste acordo, em Assembleia Geral, de 16 de Janeiro de 2013, foram aprovadas todas as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração, nomeadamente:

1. Foi deliberado, designadamente, aprovar que o reforço de capitalização do BANIF incluía o acesso a investimento público, nos termos da Lei n.º 63-A/2008, de 24 de Novembro, e, nesse contexto, aprovar o PLANO DE RECAPITALIZAÇÃO do BANIF e os compromissos e obrigações conexos, incluindo as operações de aumento de capital previstas para as primeira e segunda fases da operação de recapitalização (ambas integrantes do PLANO DE RECAPITALIZAÇÃO). Foi ainda deliberado conferir mandato ao Conselho de Administração para todos os actos ou diligências tendentes à concretização e desenvolvimento das medidas de concretização do PLANO DE RECAPITALIZAÇÃO, bem como para o seu eventual ajustamento, em conformidade com o despacho ministerial de aprovação referido no artigo 13.º da Lei n.º 63-A/2008 de 24 de Novembro;
2. Foi deliberado aprovar a alteração do artigo 5.º dos Estatutos da Sociedade, introduzindo um novo número 1A nos seguintes termos: “1A. Após a injeção dos fundos públicos correspondentes à primeira fase da operação de recapitalização, aprovada pela Assembleia Geral em 16 de Janeiro de 2013, o Conselho de Administração deve deliberar aumentar o capital social da sociedade em EUR 450.000.000, a realizar por entradas em dinheiro até 30 de Junho de 2013 através de um ou mais aumentos de capital”;

Em 21 de Janeiro de 2013, a Comissão Europeia autorizou temporariamente a recapitalização concedida por Portugal ao BANIF por motivos de estabilidade financeira. Portugal comprometeu-se a apresentar um plano de reestruturação de grande envergadura para o BANIF até 31 de Março de 2013. A Comissão tomará a decisão definitiva sobre a compatibilidade da injeção de capital com as regras em matéria de auxílios estatais da União Europeia após a avaliação das medidas de reestruturação propostas por Portugal.

O plano de reestruturação previsto acima deve prever uma importante revisão do modelo de negócios, o que implica a adopção de medidas de reestruturação em profundidade, uma considerável redução das actividades e um enfoque geográfico limitado no futuro.

Em 25 de Janeiro de 2013, em execução do plano de recapitalização aprovado na assembleia geral de acionistas de 16 de Janeiro de 2013, o Estado subscreveu:

- a) O aumento de capital social do Banif, por entrada em dinheiro, com supressão do direito de preferência, reservado ao Estado, no montante de Eur 700.000.000,00, através da emissão de 70.000.000.000 de novas ações representativas do capital social do Banif (ações especiais), com valor de emissão unitário de Eur 0,01;
- b) A emissão de instrumentos subordinados e convertíveis, qualificados como capital *core tier 1* no valor total de Eur 400.000.000,00.

Em consequência da operação supra em a), o capital social do Banif passou a ser de Eur 1.270.000.000,00.

Após este aumento de capital, o Banif, SA passou a ser a Empresa – Mãe do Grupo.

O Grupo está igualmente envolvido em contactos com a Comissão Europeia no sentido de submeter o plano de reestruturação definitivo, que está elaborado sobre o plano inicialmente apresentado às autoridades nacionais e que permitiu a recapitalização por parte do Estado Português.

RELATÓRIO ANUAL E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão, o Balanço, as Demonstrações de Resultados, do Rendimento Integral, da Variação em Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa e respectivos Anexos individuais e consolidados, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, apresentados pelo Conselho de Administração da Rentipar Financeira, SGPS, S.A..

Acompanhámos durante o exercício de 2012 a actividade da Sociedade, examinámos os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos do Conselho de Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados, que nos permitiu o pleno desempenho das nossas funções.

Os critérios valorimétricos utilizados obedecem às Normas de Contabilidade Ajustadas ("NCA"), de acordo com o definido pelo Banco de Portugal, reflectem de uma forma clara a actividade financeira da empresa e estão explicitados no Anexo às Contas.

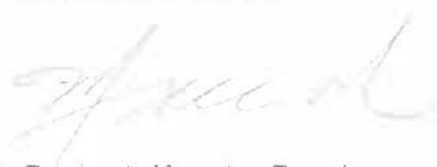
Consideramos que o Relatório do Conselho de Administração refere com adequado detalhe os factos mais relevantes ocorridos no exercício, expõe adequadamente a evolução do sector e as suas implicações na actividade da empresa, bem como o desenvolvimento dos seus negócios e resultados, permitindo compreender a situação da Empresa e as perspectivas da sua evolução, satisfazendo as disposições legais e estatutárias.

O Conselho Fiscal tomou conhecimento das Certificações Legais das Contas, individuais e consolidadas, emitidas pelo Revisor Oficial de Contas, com o qual manifesta a sua concordância.

Nesta conformidade somos do parecer que sejam aprovados pelos Accionistas os documentos de prestação de contas, individuais e consolidadas, do exercício de 2012, bem como a proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão.

Lisboa, 30 de Maio de 2013

O CONSELHO FISCAL



José Luiz Pereira de Macedo - Presidente



Carlos Alberto da Costa Martins - Vogal



Teresa Lucinda Camoesas Castelo - Vogal

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Rentipar Financeira - SGPS, S.A. ("Rentipar"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 524.627 milhares de Euros e um total de capital próprio de 519.289 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido de 2.739 milhares de Euros), a Demonstração de Resultados, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração de Variações em Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 e 8 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reservas

7. A rubrica do activo "Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos" inclui a participação financeira representativa de 53,9% do capital do Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. ("Banif" ou "Banco"), registada pelo valor de aquisição no montante de 355,4 milhões de Euros, o qual se apresenta superior à correspondente parte no valor do capital próprio do Banco e à sua capitalização bolsista, conforme divulgado na Nota 12 do Anexo às Demonstrações Financeiras. Em Janeiro de 2013, concretizou-se o processo de recapitalização do Banif com a entrada do Estado Português no capital do Banco, o que originou a diluição da percentagem de capital detida pela Sociedade naquela instituição. No âmbito deste processo, a Rentipar tem a faculdade de adquirir as acções que o Estado seja titular durante o prazo previsto para o investimento público ao preço convencionado no Despacho nº 1527-B/2013, tal como referido no capítulo V - *Factos Relevantes* do Relatório de Gestão. Adicionalmente, constata-se os seguintes eventos subsequentes recentes com potenciais impactos na valorização da participação: (i) a divulgação do resultado consolidado negativo do Grupo Banif, com referência a 31 de Março de 2013, no montante de 69,2 milhões de euros; e (ii) a revisão descendente do rating atribuído pela Moody's ao Banif passando a dívida sénior para a notação Caa1 e a dívida subordinada para C. Neste contexto, e estando em curso os contactos com a Comissão Europeia para finalização do plano de reestruturação definitivo do Grupo, o qual deverá prever a revisão do seu modelo de negócios e actualização do *Funding and Capital Plan*, não foi possível a preparação de estudo de avaliação do Grupo Banif, incluindo a valorização da opção de compra da Rentipar das acções do Banco actualmente detidas pelo Estado, e consequentemente não foi possível concluir com fiabilidade sobre a adequação da valorização da referida participação financeira.
8. Conforme referido na Nota 12 do Anexo às Demonstrações financeiras, o valor da participação financeira na Renticapital é inferior ao valor da respectiva percentagem nos capitais próprios

em 5,4 milhões de euros. Adicionalmente, a Certificação Legal das Contas desta subsidiária, com referência a 31 de Dezembro de 2012, inclui uma reserva por desacordo sobre a valorização de participação financeira que resulta numa sobrevalorização do capital próprio em 25,1 milhões de euros e uma reserva por limitação de âmbito sobre a incerteza na realização futura de impostos diferidos activos no valor de 2,8 milhões de euros. Neste contexto, o activo e os resultados do exercício encontram-se sobrevalorizados entre 25,1 milhões de euros e 33,3 milhões de euros.

Opinião

9. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 e 8 acima, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Rentipar Financeira - SGPS, S.A., em 31 de Dezembro de 2012, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA'S) tal como definidas pelo Banco de Portugal no Aviso 1/2005.

Relato sobre outros requisitos legais

10. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 30 de Maio de 2013

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

Certificação Legal das Contas Consolidadas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Rentipar Financeira - SGPS, S.A., as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 14.129.377 milhares de Euros e um total de capital próprio de 298.242 milhares de Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 272.656 milhares de Euros), a Demonstração de Resultados Consolidados, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidado, a Demonstração de Variações em Capitais Próprios Consolidados e a Demonstração de Fluxos de Caixa Consolidados do exercício findo naquela data, e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das sociedades englobadas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral das suas operações, as alterações consolidadas no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação de as demonstrações financeiras das sociedades englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e

divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a verificação das operações de consolidação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio de continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada de Rentipar Financeira - SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2012, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos consolidados de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.

Ênfase

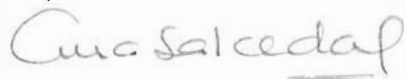
8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção que, conforme relatado na Nota 52 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas sobre “Eventos após a data de Balanço” e nos capítulos IV e V do Relatório de Gestão sobre “Factos relevantes” e “Perspectivas Futuras”, no âmbito do processo de recapitalização do Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A. estão em curso contactos com a Comissão Europeia para finalização do plano de reestruturação definitivo do BANIF - Grupo Financeiro, o qual deverá prever a revisão do seu modelo de negócios e actualização do *Funding and Capital Plan*. Decorrente deste processo, a Rentipar deixou de deter a maioria do capital do Banif - Banco Internacional do Funchal, S.A..

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 30 de Maio de 2013

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

A handwritten signature in dark ink, appearing to read 'Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto'.

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)